

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SABRINA RAFAELA PEREIRA BORGES

**ANTECEDENTES E CARACTERÍSTICAS DO RISCO DE FRAUDE CONTÁBIL:
UMA ANÁLISE MULTICASOS NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO**

UBERLÂNDIA

2017

SABRINA RAFAELA PEREIRA BORGES

**ANTECEDENTES E CARACTERÍSTICAS DO RISCO DE FRAUDE CONTÁBIL:
UMA ANÁLISE MULTICASOS NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Financeira

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade

UBERLÂNDIA

2017

SABRINA RAFAELA PEREIRA BORGES

**ANTECEDENTES E CARACTERÍSTICAS DO RISCO DE FRAUDE CONTÁBIL:
UMA ANÁLISE MULTICASOS NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade - UFU
Orientadora

Prof. Dr. Marcelo Tavares - UFU
Membro

Prof. Dr. Eliseu Martins - FEA- USP
Membro

Uberlândia (MG), 08 de dezembro de 2017.

Aos meus pais, pela paciência e incentivo em toda a minha jornada da pós-graduação; e também à minha orientadora, pelo apoio dispensado ao estudo e desenvolvimento deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Sou grata, primeiramente, a Deus, por ter me dado saúde e disposição para a realização deste trabalho.

Aos meus pais, Adilson e Iolete, que sempre acreditaram e me apoiaram, além de incentivarem os meus estudos. Muito obrigada pelo exemplo que vocês são para a minha vida. Agradeço imensamente por tudo que fazem para a realização da minha vida pessoal e profissional.

Ao meu namorado, Diego, pelo companheirismo, carinho, paciência e estímulo em toda a minha jornada de mestranda.

À professora e minha orientadora Maria Elisabeth, que me ajudou em todas as etapas deste trabalho. Muito obrigada por todos os ensinamentos e conselhos, os quais levarei para toda a minha vida profissional. Além disso, agradeço imensamente a orientação do professor Marcelo Tavares, que também ajudou na aplicação do método e tratamento dos dados da pesquisa. E, por fim, ao professor Eliseu Martins, que me concedeu a honra de contar com a sua presença em minha banca de defesa.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia, que contribuíram de algum modo para o meu crescimento profissional e pessoal, especialmente, Profa. Dra. Edvalda, Prof. Dr. Gilberto, Prof. Dr. Rodrigo, Profa. Dra. Marli, Profa. Dra. Lísia, Prof. Dr. Ilírio e Profa. Dra. Patrícia.

Agradeço à Laila, secretária do curso, pela atenção a mim dispensada em todas as vezes que necessitei de ajuda.

A todos os familiares e colegas de pós-graduação, que acreditaram e me ajudaram, de alguma forma, na conclusão deste trabalho e compartilharam de minha certeza quanto a todas as minhas escolhas profissionais, especialmente, a Kelly, a Thayse, a Neirilaine e o Alexandre.

Aproveito a oportunidade para expressar o meu agradecimento aos especialistas que despenderam o seu tempo, respondendo ao questionário da pesquisa. O resultado não teria sido atingido sem o apoio dos pesquisados e de todos aqueles que possibilitaram este estudo.

“A cognição da fraude é o caminho mais seguro para a proteção contra ela”.
(SÁ; HOOG, 2005)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo investigar as possíveis variáveis relacionadas ao risco de fraude contábil em três bancos brasileiros. Para alcançar o objetivo proposto, foram analisadas as demonstrações contábeis de três instituições financeiras bancárias, em um período de cinco anos. Após a coleta de dados, foram aplicadas as técnicas estatísticas do Teste t de Student para amostras independentes via *Bootstrap* e o Teste de Kruskal Wallis. Também foi utilizada a técnica *Delphi* em três rodadas, com a aplicação de questionários a 21 especialistas com o fim de avaliar a opinião desses quanto às possíveis variáveis relacionadas ao risco de fraudes contábeis em bancos. Pode-se inferir, após as análises dos resultados, que as contas do Ativo não Circulante possuem características que podem contribuir para o risco de fraude bancária, com significância estatística ao nível de 5%. Na análise setorial, no período analisado, diferenças significativas foram encontradas para os indicadores Margem Líquida, Participação dos Empréstimos e Custo Médio de Captação. Contudo, na análise individual dos bancos, houve diferenças significativas para os índices Margem Líquida para o Banco C, Giro do Patrimônio Líquido para o Banco A e Participação dos Empréstimos no Banco B. Já na opinião dos especialistas, as variáveis do ambiente interno e externo estão mais relacionadas ao risco de fraude contábil em instituições financeiras bancárias do que a natureza das contas contábeis e os indicadores econômico-financeiros.

Palavras-chave: Risco de fraude contábil em bancos; Variáveis associadas ao risco de fraude contábil; Indicadores contábeis.

ABSTRACT

This study aims to investigate the possible variables related to the risk of accounting fraud in three Brazilian banks. In order to achieve this objective, the financial statements of three banking financial institutions were analyzed over a five-year period. After data collection, statistical techniques were carried out, using Kruskal Wallis test and the Student's t-test for independent samples through Bootstrap. Delphi technique was also used in three rounds with questionnaires with 21 experts to evaluate their opinion on the possible variables related to the risk of accounting fraud in banks. It can be inferred, after the analysis of the results, that Non-Current Asset accounts have characteristics that can contribute to the risk of bank fraud with statistical significance at the 5% level. In industry analysis, significant differences were found for the indicators of Net Margin, Loan Participation and Average Funding Cost. However, in individual analysis of the banks, there were significant differences for the Net Margin indexes for Bank C; Change in Shareholder's Equity for Bank A and Participation of Loans in Bank B. In the opinion of experts, the variables of the internal and external environment are more related to the risk of accounting fraud in banking financial institutions than the nature of the accounts and the economic-financial indicators.

Keywords: Risk of accounting fraud in banks; variables associated with the risk of accounting fraud; accounting indicators.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAERs: *Accounting and Auditing Enforcement Releases*
ACFE: *Association of Certified Fraud Examiners*
AH: Análise Horizontal
AV: Análise Vertical
BACEN: Banco Central do Brasil
BB: Banco do Brasil
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BR GAAP: Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Brasil
CD: Capital/Depositantes
CEF: Caixa Econômica Federal
CEP: Comitê de Ética e Pesquisa
CFC: Conselho Federal de Contabilidade
CGP: Capital de Giro Próprio
CMC: Custo Médio de Captação
CMN: Conselho Monetário Nacional
COAF: Conselho de Controle de Atividades Financeiras
COSIF: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
CRSFN: Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional
CVM: Comissão de Valores Mobiliários
DECAP: Departamento de Controle e Análise de Processos Administrativos Punitivos
DRE: Demonstração do Resultado do Exercício
ED: Empréstimos/Depósitos
EO: Eficiência Operacional
EV: Encaixe Voluntário
FIDCs: Fundos de Investimento em Direitos Creditórios
GP: Giro do Patrimônio Líquido
ICTS: Gestão de Riscos Consultoria e Serviços
IF: Independência Financeira
IFRS: *International Financial Reporting Standards*
JP: Juros Passivos
LA: Lucratividade dos Ativos

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LI: Liquidez Imediata

MF: Margem Financeira

ML: Margem Líquida

PCAOB: *Public Company Accounting Oversight Board*

PE: Participação dos Empréstimos

PEPR: Parcela de Exposição Ponderada pelo Risco

PIB: Produto Interno Bruto

PRE: Patrimônio Líquido de Referência

RMOC: Retorno Médio das Operações de Crédito

ROA: Retorno sobre os Ativos

ROE: Retorno sobre o Patrimônio Líquido

S/A: Sociedade Anônima

SEC: *Securities Exchange Commission*

SELIC: Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SFH: Sistema Financeiro de Habitação

SFN: Sistema Financeiro Nacional

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFU: Universidade Federal de Uberlândia

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Principais fraudes	23
FIGURA 2- Árvore da fraude.....	26
FIGURA 3- Diamante da fraude	28
FIGURA 4- Áreas de atuação da auditoria investigativa	37
FIGURA 5- Cenário de convergência das instituições financeiras às normas internacionais de contabilidade.....	58
FIGURA 6- Fluxograma das etapas de desenvolvimento da pesquisa.....	65
FIGURA 7- Oscilações das contas do ativo comuns aos casos analisados.....	86
FIGURA 8- Oscilações das contas do passivo comuns aos casos analisados.....	88
FIGURA 9- Oscilações das contas de receitas, despesas e resultados comuns aos casos analisados	91
FIGURA 10- Giro do patrimônio líquido do Banco A no período 2004-2008.....	113
FIGURA 11- Participação dos empréstimos do Banco B no período 2008-2012.....	113
FIGURA 12- Margem líquida do Banco C no período 2012-2016.....	114
FIGURA 13- Valor de mercado do Banco A no período de 2003-2008.....	123
FIGURA 14- <i>Book to market</i> do Banco A no período de 2003-2008.....	124
FIGURA 15- Valor de mercado do Banco B no período de 2007-2012.....	124
FIGURA 16- <i>Book to market</i> do Banco B no período de 2007-2012	125
FIGURA 17- Valor de mercado do Banco C no período de 2011-2014.....	125
FIGURA 18- <i>Book to market</i> do Banco C no período de 2011-2014	126
FIGURA 19- Resultados da terceira rodada da técnica <i>delphi</i> quanto à maior relação para a situação econômico-financeira	140
FIGURA 20- Resultados da terceira rodada da técnica <i>delphi</i> quanto à menor relação para a situação econômico-financeira	141
FIGURA 21- Resultados da terceira rodada da técnica <i>delphi</i> quanto à maior relação para o ambiente externo e interno	142
FIGURA 22- Resultados da terceira rodada da técnica <i>delphi</i> quanto à menor relação para o ambiente externo e interno	142
FIGURA 23- Resultados da terceira rodada da técnica <i>delphi</i> quanto à maior relação para as contas contábeis.....	143
FIGURA 24- Resultados da terceira rodada da técnica <i>delphi</i> quanto à menor relação para as contas contábeis.....	143
FIGURA 25- Índices de Basiléia dos bancos	148
FIGURA 26- Árvore do risco da fraude contábil bancária	153

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Diferenças entre erro, fraude contábil e gerenciamento de resultados.....	31
QUADRO 2- Fraudes, desvios e corrupção nas áreas sensíveis	34
QUADRO 3- Prováveis motivos para ocorrência	34
QUADRO 4- Avaliação do desempenho da empresa	43
QUADRO 5- Variáveis relacionadas ao risco de fraude contábil.....	45
QUADRO 6- Indicadores para análise das demonstrações financeiras bancárias	51
QUADRO 7- Principais normas relacionadas à regulamentação contábil das instituições financeiras bancárias	55
QUADRO 8- Índícios de fraudes corporativas e contábeis no setor bancário brasileiro	60
QUADRO 9- Métricas das variáveis analisadas	65
QUADRO 10- Fontes de coleta dos dados	67
QUADRO 11- Amostra para o estudo de caso da pesquisa	71
QUADRO 12- Descrição dos períodos da pesquisa.....	75
QUADRO 13- Síntese das análises horizontal e vertical das demonstrações contábeis dos bancos analisados	82
QUADRO 14- Análise das variáveis qualitativas associadas ao risco de fraude contábil no Banco A	115
QUADRO 15- Análise das variáveis qualitativas associadas ao risco de fraude contábil no Banco B	116
QUADRO 16- Análise das variáveis qualitativas associadas ao risco de fraude contábil no Banco C	117
QUADRO 17- Comissão de especialistas da pesquisa.....	128
QUADRO 18- Lista das variáveis apresentadas à comissão de especialistas	129
QUADRO 19- Comentários dos especialistas na segunda rodada da técnica <i>Delphi</i>	138
QUADRO 20- Áreas sensíveis ao risco de fraudes contábeis nas instituições financeiras bancárias analisadas.....	147
QUADRO 21- Resultados das hipóteses da pesquisa	151

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Resultado dos testes estatísticos para as contas do ativo circulante	84
TABELA 2- Resultado dos testes estatísticos para as contas do ativo não circulante	84
TABELA 3- Resultado dos testes estatísticos para as contas do passivo circulante.....	86
TABELA 4- Resultado dos testes estatísticos para as contas do passivo não circulante	87
TABELA 5- Resultado dos testes estatísticos para as contas do balanço de abertura e balanço patrimonial do Banco B em 2010.....	89
TABELA 6- Resultado dos testes estatísticos para as contas de receitas.....	89
TABELA 7- Resultado dos testes estatísticos para as contas de despesas.....	89
TABELA 8- Resultado dos testes estatísticos para as contas de resultados.....	90
TABELA 9- Resultado dos testes estatísticos para análise dos bancos em conjunto	92
TABELA 10- Indicadores de liquidez dos Bancos A, B e C e do setor bancário no período pré-fato.....	93
TABELA 11- Indicadores de estrutura de capital dos Bancos A, B e C e do setor bancário no período pré-fato	95
TABELA 12- Indicadores de rentabilidade dos Bancos A, B e C e do setor bancário no período pré-fato	97
TABELA 13- Indicadores de rentabilidade dos Bancos A, B e C e do setor bancário no período pré-fato	98
TABELA 14- Teste dos indicadores econômico-financeiros no período pré-fato	99
TABELA 15- Indicadores de liquidez dos Bancos A, B e C e do setor bancário no período do fato contábil.....	100
TABELA 16- Indicadores de estrutura de capital dos Bancos A, B e C e do setor bancário no período do fato contábil.....	102
TABELA 17- Indicadores de rentabilidade dos Bancos A, B e C e do setor bancário no período do fato contábil.....	103
TABELA 18- Indicadores de rentabilidade dos Bancos A, B e C e do setor bancário no período do fato contábil.....	105
TABELA 19- Teste dos indicadores econômico-financeiros no período do fato contábil	105
TABELA 20- Resultado do teste t-Student para o Banco B	109
TABELA 21- Indicadores de liquidez dos Bancos A, B e C e do setor bancário no período pós-fato	107
TABELA 22- Indicadores de estrutura de capital dos Bancos A, B e C e do setor bancário no período pós-fato	108
TABELA 23- Indicadores de rentabilidade dos Bancos A, B e C e do setor bancário no período pós-fato.....	109
TABELA 24- Indicadores de rentabilidade dos Bancos A, B e C e do setor bancário no período pós-fato	110

LISTA DE TABELAS

TABELA 25- Teste para os indicadores econômico-financeiros no período pós-fato.....	111
TABELA 26- Teste para os indicadores econômico-financeiros dos Bancos A, B e C.....	112
TABELA 27- Resultados da primeira rodada da técnica <i>Delphi</i>	131
TABELA 28- Resultados da segunda rodada da técnica <i>Delphi</i>	135
TABELA 29- Resultados finais da técnica <i>Delphi</i> a partir dos escores da segunda rodada .	144
TABELA 30- Resultados finais da técnica <i>Delphi</i> a partir do % de escolha	145

SUMÁRIO

1 INTODUÇÃO	16
1.1 Problema da Pesquisa	18
1.2 Objetivos.....	19
1.2.1 Objetivo Geral	19
1.2.2 Objetivos Específicos	19
1.3 Justificativa.....	20
1.4 Delimitações do Estudo	22
1.5 Estrutura da Pesquisa.....	22
2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO	23
2.1 A Fraude Corporativa	23
2.2 A Fraude Contábil	30
2.3 A Auditoria e a Fraude Contábil	35
2.4 Estudos Anteriores sobre Variáveis Relacionadas ao Risco de Fraude Contábil.....	39
2.5 O Risco de Fraude e a Contabilidade Bancária	46
2.5.1 Caracterização das Instituições Financeiras Bancárias	46
2.5.2 Peculiaridades das Demonstrações Contábeis dos Bancos.....	48
2.5.3 Regulamentação Contábil das Instituições Financeiras Bancárias.....	54
2.5.4 Risco de Fraudes Contábeis Bancárias e os Processos Administrativos Punitivos e as Intervenções do Banco Central.....	58
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	62
3.1 Caráter Teórico- Metodológico	62
3.1.1 Hipóteses da Pesquisa.....	62
3.1.2 Desenho da Pesquisa	64
3.1.3 Construtos e Definições Operacionais das Variáveis	65
3.2 Classificação da Pesquisa	66
3.3 Técnicas de Coleta dos Dados	67
3.4 População e Amostragem	70
3.5 Tratamento Estatístico e Análise dos Dados	72
4 RESULTADOS	74
4.1 Análise das Demonstrações Contábeis dos Bancos Analisados	74
4.2 Análise Estatística das Contas Patrimoniais e de Resultados.....	83
4.3 Análise dos Indicadores Econômico-Financeiros.....	92
4.3.1 Antes do Fato contábil: o Período Pré-fato	92

SUMÁRIO

4.3.2 Durante o Fato Contábil	100
4.3.3 Após o Fato Contábil: o Período Pós-fato	106
4.3.4 Comparação Período Anterior x Período Posterior ao Fato Contábil	112
4.4 Análise das Variáveis Qualitativas Associadas ao Risco de Fraude Contábil	114
4.5 Análise da Técnica <i>Delphi</i>	128
4.5.1 Primeira Rodada da Técnica <i>Delphi</i>	129
4.5.2 Segunda Rodada da Técnica <i>Delphi</i>	134
4.5.3 Terceira Rodada da Técnica <i>Delphi</i>	139
4.5.4 Discussões sobre os Resultados da Técnica <i>Delphi</i>	144
4.6 Triangulação dos Dados e Discussões Finais	146
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS	158
APÊNDICE A: Questionário Primeira Rodada.....	178
APÊNDICE B: Questionário Segunda Rodada.....	182
APÊNDICE C: Questionário Terceira Rodada	184

1 INTRODUÇÃO

As fraudes corporativas se tornaram notícias recorrentes nos principais jornais do Brasil e do mundo. Contudo, a maior parte dos crimes corporativos ocorre sem chamar muita atenção, talvez, em virtude de a impunidade relacionada a esses eventos ter se tornado generalizada. Além disso, os poucos casos que são observados terminam em algum tipo de repreensão formal, recebendo a empresa uma modesta multa se comparada aos lucros obtidos com suas operações (ALMOND, 2009).

Cretella Júnior (1978, p. 227) considera que, juridicamente, a fraude é conceituada como “malícia, engodo, simulação e dissimulação”, sendo tratada, no Código Penal, como crime contra o patrimônio. Assim, a fraude corporativa é entendida como qualquer meio utilizado com o intuito de obtenção de vantagem sobre outra pessoa, seja por ação ou omissão, por meio de conduta intencional ou má-fé (SÁ; HOOG, 2005).

Conforme as estimativas da *Association of Certified Fraud Examiners* (ACFE, 2012), cerca de US\$3,5 trilhões são perdidos, anualmente, em atos fraudulentos realizados dentro das organizações do setor privado. Assim sendo, uma organização perde 5% das suas receitas a cada ano para a fraude e, normalmente, levam-se 18 meses para que a mesma seja detectada (ACFE, 2014). Entretanto, não existe uma teoria que mostre, de fato, quem são as principais vítimas da fraude corporativa: se é o governo, por deixar de arrecadar com os impostos; ou se são os investidores e a sociedade em geral, que recebem informações manipuladas sobre a realidade das empresas.

Além de perdas monetárias, a fraude corporativa pode, a longo prazo, trazer danos à reputação de uma empresa, às relações comerciais externas, à moral dos funcionários e até ao valor da marca de uma empresa (PWC, 2003; KAMARUDIN; ISMAIL; MUSTAPHA, 2012). Mas o que leva à ocorrência da fraude corporativa? A atuação das organizações em ambientes dinâmicos e complexos e a pressão por desempenho são algumas das variáveis que influenciam a prática de atos fraudulentos nas organizações (BAUCUS 1994; COSTA; WOOD JÚNIOR, 2012). Assim, vários são os motivos que levam à prática de fraude corporativa, seja para aumentar ou diminuir o valor das ações, esconder problemas financeiros ou, ainda, com o fim de pagar menos tributos (AQUAROLI; COSTA, 2000; SÁ; HOOG, 2005).

A teoria do Diamante da Fraude de Wolfe e Hermanson (2004) menciona as principais causas relacionadas à fraude corporativa, as quais envolvem pressão, oportunidade, racionalização e capacidade. Para Fich e Shivdasani (2007) e Yu, Zhen e Zhang (2010), a

fraude nas organizações está relacionada ao conflito de agência existente entre o principal e agente e, também, pela existência de uma fraca governança corporativa.

Dentre as fraudes corporativas, cita-se a chamada fraude contábil. A falsificação de documentos, a omissão de transações nos registros contábeis, o registro de transações sem comprovação e práticas contábeis que violam as normas contábeis são exemplos de fraude contábil (SÁ, 2011). Thomas e Gibson (2003) e Rezaee (2005) asseveram que as fraudes contábeis geraram prejuízos de mais de US\$500 bilhões no mundo, o que tem sido mais dispendioso para as pequenas empresas por essas terem maior dificuldade na absorção das possíveis perdas.

A Contabilidade, como uma ciência social aplicada, tem como objetivo fornecer informações úteis, confiáveis, verificáveis, comparáveis e transparentes, de modo a auxiliar na tomada de decisões dos seus diversos usuários (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2009). Entretanto, nos últimos anos, a Contabilidade, além de fornecer informações substanciais, passou a também gerar falsas informações e omissões de bens, direitos e valores, com o intuito de atender o interesse de alguns indivíduos (RIBEIRO *et al.*, 2016).

Dessa forma, a Contabilidade pode ser vista como um forte instrumento de poder, pois, como acabam influenciando o valor patrimonial de uma empresa, quando manipuladas, as informações contábeis podem trazer prejuízos para investidores e demais usuários da informação contábil (SÁ, 2011; CONDÉ; ALMEIDA; QUINTAL, 2015).

De acordo com uma pesquisa realizada pela KPMG (2009), 70% das empresas brasileiras sofrem fraudes contábeis, sendo: 29% dessas fraudes são de falsificação de cheques e documentos; 25% estão relacionadas ao roubo de ativos, 14% se referem a notas fiscais frias; e 12% delas estão associadas com contas de despesas. Ademais, resultados da pesquisa da PWC (2009) mostram que houve um aumento de 27% nos casos de fraudes contábeis no Brasil no período de 2009. Todavia, ainda há uma dificuldade em se distinguir a fraude do erro, bem como compreender, na prática, a diferença entre a fraude e o gerenciamento de resultados (RODRIGUES, 2013).

A auditoria é um dos aspectos vinculados aos estudos que tratam sobre a fraude contábil. Alleyne e Howard (2005) e Smith *et al.* (2005) avaliaram a percepção dos auditores em relação à detecção das fraudes contábeis e os seus possíveis sinais de alerta (*red flags*). Por sua vez, Silva *et al.* (2012) realizaram um estudo para comparar as fraudes contábeis noticiadas no Brasil e nos Estados Unidos nos últimos 20 anos. Os autores chegaram à conclusão de que 90,9% das demonstrações fraudulentas nos Estados Unidos haviam sido auditadas pelas cinco maiores empresas de auditoria (as *Big Five*), enquanto que, no Brasil,

esse percentual foi de 31,6%. Diante disso, o papel dos auditores passou a ser criticado, colocando em dúvida a qualidade das auditorias (SILVA, 2012).

Nos Estados Unidos, Brasil e China, há casos de instituições financeiras envolvidas em fraudes contábeis cujas inconsistências na contabilidade não foram identificadas pelas empresas de auditoria (BLODGET 2011; SÁ, 2011). Murcia e Borba (2005) e Silva *et al.* (2012) destacam que a maior parte dos casos divulgados no Brasil sobre fraudes contábeis está associada às instituições financeiras. No período de 1990 a 2012, nove bancos brasileiros foram envolvidos em escândalos atrelados à fraude contábil, sendo eles: Banco Bamerindus, Banco Nacional, Banco Banestes, Banco Santos, Banco Cruzeiro do Sul, Banco Econômico, Banco Morada, Banco Panamericano e Banco Schahin (SANTOS; FERREIRA; SILVA, 2013; OLIVEIRA, 2016).

Os estudos de Sá e Hoog (2005) mostram que, quanto mais uma instituição movimentar dinheiro, maiores são os riscos associados à fraude contábil. Nesse sentido, por mais que as instituições financeiras sejam altamente regulamentadas, fraudes e erros contábeis nesse tipo de instituição têm causado diversos questionamentos (SCHUMANN; MARTIN, 1996; PELEIAS *et al.*, 2012).

Em suma, as fraudes contábeis chamam a atenção desde o começo deste século, com escândalos envolvendo empresas como a Enron e WorldCom, nos Estados Unidos, e o Banco Panamericano e o Banco Santos, no Brasil (MURCIA; BORBA; SCHIEHLL, 2008). O fato é que todos os casos de organizações envolvidas nesse tipo de fraude fazem emergir questionamentos sobre a credibilidade das informações presentes nos relatórios financeiros (ALBRECHT *et al.*, 2003).

1.1 Problema da Pesquisa

Diante do exposto, diversas questões vêm à tona: Quais variáveis presentes nas demonstrações contábeis podem ser preditoras para que uma instituição financeira bancária corra um risco de se envolver em fraude? Quais similaridades podem ser observadas na contabilidade das instituições financeiras bancárias com riscos de fraudes contábeis?

Decorrente dessas indagações preliminares, busca-se, nesta pesquisa, responder à seguinte questão: *Quais são as possíveis variáveis relacionadas ao risco de fraude contábil em três instituições financeiras bancárias brasileiras envolvidas em processos de intervenção e processos administrativos punitivos pelo Banco Central?*

1.2 Objetivos

Tendo por base o problema de pesquisa apresentado, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Para uma melhor compreensão dos aspectos que abrangem o risco de manipulação das informações contábeis em instituições financeiras bancárias, este estudo tem como objetivo investigar as possíveis variáveis relacionadas ao risco de fraude contábil em três bancos brasileiros envolvidos em processos de intervenção e processos administrativos punitivos pelo Banco Central.

1.2.2 Objetivos Específicos

Mais especificamente, os propósitos desta pesquisa são:

- Verificar quais as variáveis associadas ao risco de fraude contábil tratadas na literatura apresentam relação com as possíveis alterações nas demonstrações contábeis das instituições financeiras analisadas, nos dois anos anteriores e posteriores aos fatos que levaram ao envolvimento dessas instituições em processos administrativos punitivos e/ou em intervenção pelo Banco Central;
- Realizar uma comparação entre as principais alterações encontradas nas demonstrações contábeis dos três bancos analisados, no período anterior e posterior aos fatos relativos aos processos administrativos punitivos e/ou em intervenção pelo Banco Central;
- Comparar os indicadores econômico-financeiros de três bancos que sofreram a intervenção e/ou processos administrativos punitivos do Banco Central com os indicadores econômico-financeiros do setor bancário;
- Investigar a opinião de especialistas (professores, analistas financeiros e auditores) sobre quais variáveis podem estar associadas ao risco de fraudes contábeis em instituições financeiras bancárias;

- Estabelecer associações entre as variáveis encontradas nas demonstrações financeiras dos bancos analisados e as variáveis levantadas pelos especialistas pesquisados.

1.3 Justificativa

O conceito de crime corporativo está inserido em discussões relacionadas à sociologia e à criminologia e apresenta vários sinônimos, dentre eles, ilegalidade corporativa e crime do colarinho branco. A criminalidade corporativa é uma discussão necessária no campo dos estudos organizacionais, pois, a partir de 1970, a quantidade de escândalos corporativos vem aumentando, embora ainda seja complexa sua compreensão no que se refere às suas características, bem como suas causas e consequências (MEDEIROS; ALCADIPANI, 2013).

Blanqué (2002) afirma que a temática de fraude nas organizações não é recente e envolve aspectos associados à ética, legalidade, instituição, economia e valores morais. Logo, os escândalos de fraudes corporativas têm aumentado o interesse de pesquisadores que tratam sobre esse assunto, pois, além das consequências aos usuários externos, que recebem informações distorcidas, a fraude também provoca perdas no âmbito financeiro e danifica a alocação dos recursos escassos na economia (ALBRECHT *et al.*, 2003). Sendo assim, a seriedade ao se tratar do fenômeno fraude acarreta na importância de se investigar tal fenômeno em busca do entendimento de suas características.

Medeiros e Alcadipani (2013) alegam que as condutas organizacionais ilegais e criminosas trazem graves consequências aos diversos *stakeholders*, sendo, muitas vezes, atos encobertos pelas organizações que os praticam e são também esquecidos pela população em geral. Do mesmo modo, a fraude contábil traz algumas consequências: para os usuários da contabilidade, sendo onerosa para o auditor, o qual acaba sendo envolvido em processos judiciais; para o investidor, pelas perdas do seu investimento e a quebra de confiança; e para os órgãos normatizadores e reguladores, em relação à qualidade e ao cumprimento das normas contábeis (DECHOW *et al.*, 2011).

Cardoso (2008) assevera que 9.446 matérias foram publicadas em jornal, no período de 1997 a 2007, a respeito de fraude contábil no Brasil. Schiehl, Borba e Murcia (2007) complementam que os escândalos contábeis ocorridos no início deste século acabaram provocando dúvidas a respeito da confiabilidade das demonstrações contábeis. Assim, apesar do aumento da incidência de fraude contábil e da criação de novas leis para combater esse tipo de conduta, muitos esforços organizacionais não são atuais, mas são ainda superficiais, já

que, no Brasil, os estudos sobre fraude contábil têm focado, principalmente, em aspectos relacionados às normas contábeis (SCHIEHL; BORBA; MURCIA, 2007). Ademais, os estudos sobre fraudes contábeis também permeiam outras ciências além da Contabilidade, perpassando pelos campos dos Estudos Organizacionais, Direito, Finanças e Economia (ANDERSEN, 2004; COSTA; WOOD JÚNIOR, 2012).

A maior parte das pesquisas acadêmicas relacionadas ao tema fraude corporativa destaca a fraude nas demonstrações financeiras (ALBRECHT; KRANACHER; ALBRECHT, 2008). As organizações profissionais são as maiores responsáveis pela condução das pesquisas que evidenciam as fraudes na contabilidade brasileira (KPMG, 2009). Todavia, a principal dificuldade está em conseguir distinguir o que são atos criminosos intencionais dos comportamentos não intencionais ou, ainda, se esses são de responsabilidade da empresa ou dos indivíduos (MEDEIROS; ALCADIPANI, 2013).

Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 35) conceituam a Contabilidade, afirmando que ela é a “fonte natural de dados para o usuário da informação, inclusive para o combate, a detecção e a mitigação dos efeitos de atos lesivos” ao patrimônio de uma entidade. Entretanto, a contabilidade, muitas vezes, também é utilizada para gerar informações que promovam a apropriação ou a ocultação de bens, direitos e valores (RIBEIRO *et al.*, 2016). Desse modo, a fraude contábil é um dos maiores problemas na atualidade, sendo um tema importante que ainda demanda muitos esclarecimentos, uma vez que os diversos casos de fraudes contábeis indicam a necessidade de abordagens de investigação que possam melhor prevenir e detectar potenciais fraudes nas demonstrações financeiras (CONDÉ; ALMEIDA; QUINTAL, 2015; HENRIQUE, 2016).

E, por fim, é importante destacar a importância do estudo sobre fraudes em geral em instituições financeiras bancárias, uma vez que os bancos fornecem uma quantidade significativa de financiamentos e cumprem um importante papel no desenvolvimento econômico de um país (BECK; LEVINE; LOAYZA, 2000). Assim, este estudo foca em um dos tipos de risco de fraudes em bancos: o risco de fraude contábil.

Silva *et al.* (2012) mencionam que o desvio de recursos em empresas não financeiras de capital fechado traz prejuízos, contudo é pouco provável que a sociedade intervenha nesses casos. O mesmo não acontece com as instituições financeiras, sejam elas de capital aberto ou fechado, pois as ações fraudulentas têm grande repercussão e, geralmente, prejudicam muitas pessoas (SILVA *et al.*, 2012).

No Brasil, por exemplo, cerca de 400 mil pessoas são empregadas pelos bancos, o que justifica o fato de o segmento bancário ser o maior dentro do setor financeiro, representando

mais de 50% do total de empresas desse setor (ADAMS, 1991; ASSAF NETO, 2015). Dessa forma, a liquidação de um banco pode gerar desequilíbrio no sistema financeiro como um todo, o que aumenta a importância de se terem efetivos controles internos no setor bancário (PELEIAS *et al.*, 2012). Importante ressaltar que a maior parte das fraudes contábeis tem sido cometida por esse tipo de instituição (MURCIA; BORBA, 2005), o que justifica a motivação para investigar tal segmento e entender suas particularidades.

Logo, este estudo adota um enfoque exploratório-descritivo e se justifica por permitir um maior conhecimento sobre o tema fraudes contábeis no cenário nacional e na pesquisa da área de Contabilidade, bem como auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a identificar e avaliar o risco de alguns relatórios financeiros serem fraudulentos. Além disso, esta pesquisa busca preencher uma lacuna na literatura sobre o risco de fraudes contábeis em um setor que apresenta muitas especificidades contábeis, que é o setor bancário.

1.4 Delimitações do Estudo

Esta pesquisa investigou apenas os relatórios financeiros de três instituições financeiras bancárias envolvidas em processos administrativos punitivos contábeis e/ou em intervenção do Banco Central. Ademais, a restrição da análise apenas ao segmento bancário está relacionada ao fato de esse segmento ser o mais representativo do setor financeiro. É importante ressaltar que não faz parte do escopo desta pesquisa tratar de discussões relacionadas às normas e padrões contábeis, bem como não serão tratadas questões associadas à ética e moral do contador e do auditor.

1.5 Estrutura da Pesquisa

Este trabalho está estruturado em cinco seções: a primeira seção compõe-se desta introdução, em que são apresentados o contexto da pesquisa, a problematização, os objetivos, a justificativa e as delimitações do estudo. Na seção 2, apresenta-se a literatura pesquisada a respeito de Fraude Corporativa, Fraude Contábil, Auditoria, Variáveis Relacionadas ao Risco de Fraude Contábil, e o Risco de Fraude e a Contabilidade Bancária. Na terceira seção, são descritos os aspectos metodológicos do estudo. A quarta seção apresenta os resultados da pesquisa em relação aos casos analisados e à investigação realizada com os especialistas, bem como as discussões à luz do referencial do teórico. Na quinta seção, as considerações finais do estudo, suas limitações e indicações para futuras pesquisas encerraram o trabalho.

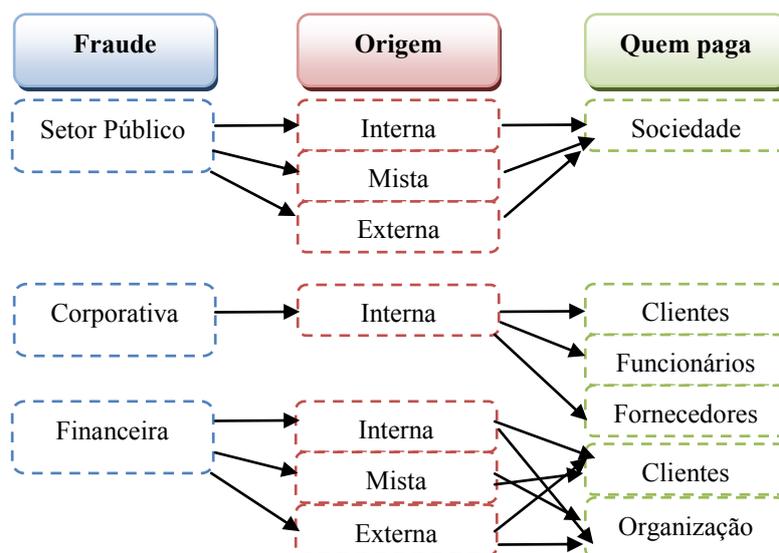
2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

Para a compreensão do tema desta pesquisa, esta seção apresenta uma discussão conceitual acerca da temática e, para tal, foi estruturada em cinco subseções: (a) A Fraude Corporativa; (b) A Fraude Contábil; (c) A Auditoria e a Fraude Contábil; (d) Estudos Anteriores sobre Variáveis Relacionadas ao Risco de Fraude Contábil; e (e) O Risco de Fraude e a Contabilidade Bancária.

2.1 A Fraude Corporativa

O ganho ilícito a custo do poder é uma das fraudes mais antigas de que se tem conhecimento, datando de há cerca de 2000 anos (SÁ; HOOG, 2005). Badawi (2005) aponta que as fraudes podem ser analisadas como produto da corrupção sistêmica do capitalismo, pelo fato de estarem difundidas pela economia, ocorrendo tanto em organizações públicas, quanto privadas, em organizações sociais, e até mesmo em instituições religiosas. Destarte, a Figura 1 apresenta algumas das principais fraudes, as origens e os principais prejudicados pela sua ocorrência.

Figura 1- Principais fraudes



Fonte: Adaptado de Oliveira (2012).

Mas, conceitualmente, o que vem a ser a fraude? Sá e Hoog (2005, p. 19) apontam que a origem do termo fraude vem do latim *fraus* e *fraudis*, e explicam que a fraude é “um ato

doloso cometido de forma premeditada, planejada, com a finalidade de obter proveito com o prejuízo de terceiros”. Desse modo, a fraude pode ser compreendida como qualquer meio utilizado com o intuito de obter vantagem injusta sobre alguém, seja por ação ou omissão.

Um dos pontos destacados na literatura é a diferenciação de fraude e erro. A fraude é caracterizada por um ato intencional com o intuito de se obter benefício próprio, diferentemente de um erro, que está relacionado a um ato não intencional. A fraude implica em um delito, ou seja, em um crime doloso, enquanto que o erro é um ato ilícito, mas não é doloso, sendo resultado de negligência e/ou desconhecimento das normas (SÁ; HOOG, 2005). Sendo assim, “a fraude, qualquer que seja a forma com que se configure, encerra sempre, como elemento ínsito, a frustração de uma normal legal” (CAHALI, 2002, p. 67).

O dolo, a fraude, a simulação e outros atos de má-fé podem ser comprovados por meio de vestígios e circunstâncias, conforme prescreve o Art. 252 do Código de Processo Civil (ARMANDO, 1967). Logo, a caracterização de fraude é feita conforme a Lei 11.101/05, em seu Artigo 168: “Praticar (...) ato fraudulento de que resulte ou possa resultar prejuízo aos credores, com o fim de obter ou assegurar vantagem indevida para si ou para outrem” (BRASIL, 2005).

Indivíduos que cometem fraude nas organizações são chamados de fraudadores e, geralmente, são conhecidos como criminosos do colarinho branco por serem sujeitos com um nível socioeconômico diferente do estereótipo de criminoso socialmente construído (ESTORILIO, 2007). O crime do colarinho branco foi citado pela primeira vez por Sutherland, em 1940. No Brasil, esse crime foi definido pela Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, e pela Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (BRASIL, 1986, 1998).

O Crime do Colarinho Branco é considerado como um ato criminoso cometido por uma pessoa que detém elevada respeitabilidade e posição socioeconômica. Contudo, esse é um tipo de crime difícil de ser descoberto, pelo fato de acontecer sem violência, em situações comerciais e com um ganho financeiro abundante (BARBOSA, 2008). Desse modo, as fraudes são praticadas, geralmente, por indivíduos que exercem autoridade na organização e, normalmente, sua prática ocorre sob a forma de conluio, o que dificulta ainda mais a sua identificação (SÁ; HOOG, 2005).

De modo geral, há dois tipos de fraudes corporativas: fraudes gerenciais e fraudes contábeis. A primeira envolve aqueles atos que são cometidos contra a organização, como coalizões (grupos com interesses comuns) entre funcionários; já as fraudes contábeis estão associadas àqueles atos que são cometidos em favor da organização. É importante ressaltar que as fraudes gerenciais podem estar associadas às fraudes contábeis (MURCIA; BORBA,

2007). Ademais, segundo relatório da Deloitte (2010), em 81% das fraudes contábeis, há o envolvimento de funcionários da organização.

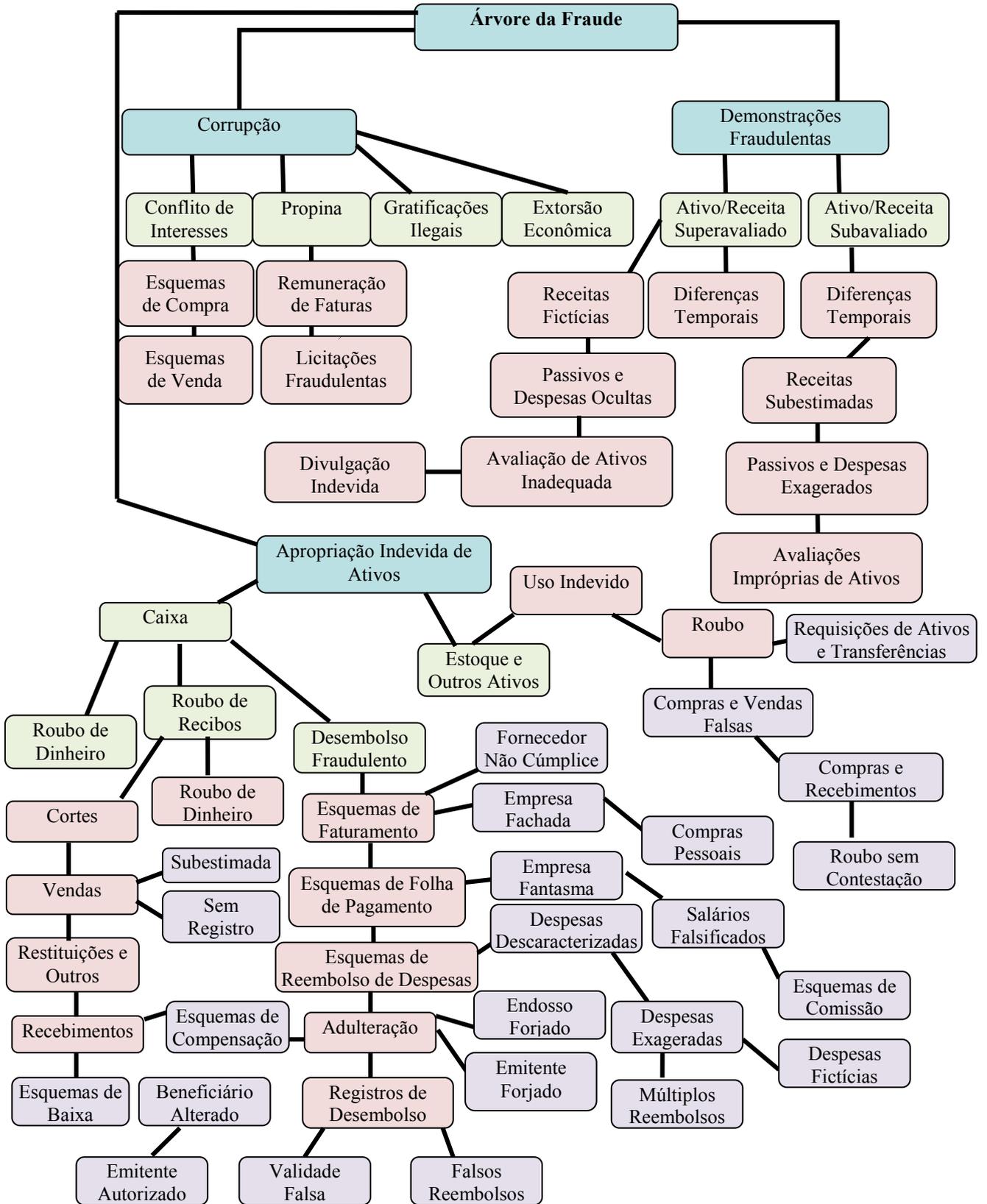
Com relação à tipificação das fraudes corporativas, a *Association of Certified Fraud Examiners* (ACFE) propôs a denominada “Árvore da Fraude”, que representa uma estrutura dividida em três grandes tipos de fraudes corporativas: corrupção, apropriação indevida de ativos e demonstrações financeiras fraudulentas, que se subdividem em 51 tipos de fraudes, cujos aspectos gerais estão demonstrados na Figura 2.

A corrupção é definida por Wells (2008) como sendo uma ação concretizada por uma pessoa que detém um cargo ou uma posição que lhe permite tirar alguma vantagem pessoal e que traz danos à organização que ela representa. Aceite ou pagamento de suborno, que, no contexto brasileiro, caracterizam a propina, e o uso particular do patrimônio público são exemplos de atos corruptos. O fato é que a corrupção representa 60% dos casos de fraudes corporativas no Brasil, conforme o relatório da Gestão de Riscos Consultoria e Serviços (ICTS, 2014).

Wells (2008) assevera que a utilização imprópria de recursos de uma organização ou o furto para benefício próprio é o que caracteriza a denominada apropriação indevida de ativos, a qual é dividida em duas categorias na Árvore da Fraude: fraudes que afetam diretamente o caixa da empresa e aquelas que não envolvem diretamente o caixa. No Brasil, 32% dos atos fraudulentos são decorrentes da apropriação indevida de ativos (ICTS, 2014).

A fraude das demonstrações financeiras (foco do estudo desta pesquisa) corresponde, normalmente, a 8% das fraudes corporativas brasileiras, estando relacionada às omissões de fatos ou distorções definidas com o objetivo de manipular os resultados financeiros e enganar os diversos usuários externos da informação contábil (ICTS, 2014). Receitas fictícias e ocultação de passivos e despesas são exemplos de fraudes nas demonstrações contábeis (WELLS, 2008).

Figura 2 - Árvore da fraude



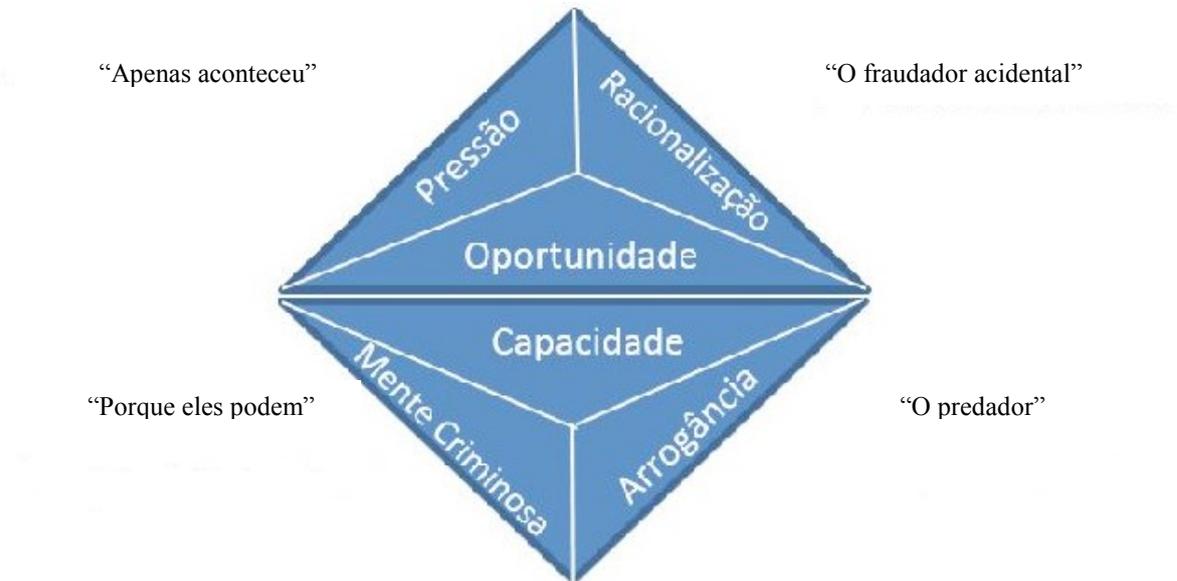
Fonte: Adaptado de ACFE (2010, p. 7).

Quanto aos mecanismos de controle da fraude corporativa, Sá (2002) afirma que controles internos inadequados ou inexistentes podem ser grandes facilitadores para a ocorrência de erros e fraudes. Para Parodi (2005), existem sinais de alerta que podem auxiliar na prevenção e identificação de fraudes nas organizações, como as transações de compras e vendas fictícias, por exemplo. Assim, a estrutura ou atuação inadequada da administração de uma entidade auditada, as pressões internas e externas, as transações que pareçam anormais, problemas internos no cumprimento dos trabalhos de auditoria e fatores específicos no ambiente de sistemas de informação computadorizados são aspectos que também podem evidenciar a predisposição à fraude (CREPALDI, 2009).

Relatório da Ernst & Young (2006) mostra que a fraude corporativa apresenta maior probabilidade de acontecer em mercados emergentes, pelo fato de haver um fraco controle interno nesse mercado, em comparação com mercados desenvolvidos. Nesse mesmo sentido, Duran (2007) menciona a influência de mercados regulamentados na prática de fraudes. A Lei Sarbanes Oxley, instituída em 2002, nos Estados Unidos, foi criada com o intuito de aumentar o controle sobre as práticas fraudulentas nas organizações e aplicar punições mais rigorosas às empresas e seus executivos. Contudo, há questionamentos sobre a sua eficácia em termos de controle da fraude corporativa, uma vez que ela se concentra mais na punição e responsabilidade, e não na prevenção da fraude corporativa (ANDERSEN, 2004).

Coffee Junior (2005) apresenta um ensaio teórico para evidenciar a razão de existirem diferentes tipos de escândalos corporativos nas economias de diferentes países e, por meio da proposição da Teoria dos Escândalos Corporativos, mostra que essas diferenças são esclarecidas pela estrutura de governança corporativa nas empresas, essencialmente, com relação ao nível de centralização do controle. Dessa forma, uma estrutura de governança que possui uma propriedade diversificada (como é o caso das empresas norte-americanas) apresenta maior inclinação à manipulação dos resultados, diferentemente do que acontece nas estruturas de governança com propriedade centralizada (como é o caso das empresas europeias) (COFFEE JUNIOR, 2005).

Ainda sobre teorias relacionadas à fraude corporativa, Cressey (1973) cita a existência de três elementos para explicar a ocorrência de uma fraude: pressão, oportunidade e racionalização, cujos fatores passaram a ser denominados de Triângulo da Fraude. Posteriormente, Wolfe e Hermanson (2004) acrescentaram o quarto elemento: a capacidade que, em conjunto com as características psicológicas do indivíduo (como mente criminoso e arrogância), formam o chamado Diamante da Fraude, que está representado na Figura 3.

Figura 3: Diamante da fraude

Fonte: Dorminey *et al.*, (2011, p. 18).

Segundo Dorminey *et al.*, (2011), a pressão envolve a vontade ou necessidade de cometer a fraude, podendo ser interna ou externa. A pressão interna é aquela que vem da própria empresa por meio de agressivas políticas de metas ou, ainda, da lacuna existente entre a remuneração recebida e as responsabilidades do indivíduo, por exemplo. Já a pressão externa está relacionada aos problemas financeiros. Para Baucus (1994), a pressão envolve o resultado do setor, o ambiente legal e regulatório e as características organizacionais.

Condé, Almeida e Quintal (2015) destacam que a pressão pode originar do próprio funcionário, que acaba sendo coagido a ter que apresentar um melhor resultado para os usuários das informações, com o intuito de trazer benefícios para a empresa ou para si mesmo. Baraldi (2012) acrescenta que metas não realistas, falta de liderança, foco excessivo na valorização da empresa para negociação imediata, falta de inovações, custos excessivos, concorrência predadora, fluxo de caixa ruim, presidente sem controle de um conselho, bônus atrelados a alto desempenho e exigência dos auditores estão relacionados a pressões que levam à ocorrência de fraudes nas demonstrações financeiras de uma empresa.

A racionalização é a certeza de que “vale a pena” cometer a fraude após a análise de todos os riscos envolvidos. Além do mais, o fraudador não vê a si mesmo como um criminoso pelo fato de usar de “desculpas” como justificativas para as suas ações. Já a oportunidade está relacionada à identificação de uma falha nos controles internos das organizações, o que permite a ocorrência do ato fraudulento (DORMINEY *et al.*, 2011). Assim, a oportunidade

pode vir do ambiente competitivo, do ambiente legal e regulatório, bem como das características organizacionais (BAUCUS, 1994).

Para Sá e Hoog (2005, p. 26), “as fraudes, em geral, são frutos de oportunidades, quer por excesso de comando, quer por lacunas de fiscalização”. Além disso, os autores argumentam que excessivas negações e/ou justificativas são possíveis indícios de erros e fraudes nas organizações. Baraldi (2012) complementa que a oportunidade para a ocorrência de contabilidade criativa, bem como de fraudes e desvios de ativos em uma empresa, está associada à presença de estruturas complexas, auditoria e controles internos fracos, informalidade, processos ineficazes e Conselhos e Comitê de Auditoria dependentes e incompetentes. O fato é que, no Brasil, a criação de um comitê de auditoria é obrigatório apenas para as instituições financeiras que possuem um patrimônio líquido maior do que R\$1 bilhão de reais ou que a soma de captação de depósitos com a administração do capital de terceiros seja maior do que R\$5 bilhões de reais (BACEN, 2004).

Estudos têm mostrado que o grau de capacidade dos fraudadores está positivamente correlacionado com o grau de escolaridade e com a sua posição hierárquica dentro das organizações (GIL, 1999). Logo, a pesquisa realizada pelo site Monitor das Fraudes, no Brasil, em 2009, apontou que 81,2% dos indivíduos que cometem fraudes têm segundo grau ou mais. Dorminey *et al.* (2011) apontam que, no Diamante da Fraude, ainda é destacado um quarto fator, que é a capacidade de o fraudador perceber que tem as habilidades e características que são importantes para a realização do ato fraudulento.

Baraldi (2012) apresenta outras possíveis causas para a ocorrência de contabilidade criativa e de fraude por parte dos indivíduos, quais sejam: necessidades psicológicas (cleptomaniaco, dependente de vícios, comportamento frio, esperto e fluente) e ganância e desafio (gosta de levar vantagem e gosta de adrenalina). O autor ainda aponta a possibilidade de as empresas cometerem fraudes em processos de fusões e aquisições, citando os casos da WorldCom e da Olympus como exemplos. Sá e Hoog (2005, p. 46) também apontam causas para a ocorrência de fraude por parte dos indivíduos e mostram que 90% dos fraudadores, normalmente, utilizam a fraude nas organizações pela “ambição de um patrimônio poderoso” e, geralmente, são pessoas que possuem vícios em jogos, são cleptomaníacos ou têm cobiça por bens materiais de valor superior às suas possibilidades de renda.

No contexto norte-americano, alguns modelos buscam medir a probabilidade de ocorrência de fraudes corporativas, envolvendo modelos estatísticos com a utilização de *probit* e *logit* (BEASLEY, 1996; ETTREDGE *et al.*, 2008) ou a utilização de lógica nebulosa e redes neurais (FANNING; COGGER, 1998; GAGANIS, 2009). Esses estudos utilizam

como *proxy* para a ocorrência de fraude corporativa a *Accounting and Auditing Enforcement Releases* (AAERs), que é um relatório emitido pela *Securities Exchange Commission* (SEC) que menciona ações de fraudes e sua natureza (SEC, 2017). Wuerges e Borba (2010) criticam esse relatório, argumentando que os testes de hipóteses desses modelos podem ser afetados por erros de classificação das fraudes, além da possível existência de fraudes ainda não descobertas no banco de dados da SEC, o que torna as conclusões dos estudos não muito confiáveis.

Um marco importante no desenvolvimento da literatura sobre a fraude corporativa foi o modelo de Baucus (1994), que identifica três grupos de fatores situacionais que precedem a fraude corporativa: pressão, oportunidade e predisposição para a fraude. No Brasil, Costa e Wood Júnior (2012) desenvolveram um modelo teórico para explicar a incidência das fraudes corporativas. Contudo, apesar de todas as teorias apresentadas, ainda não se tem modelos bem definidos que possibilitem detectar a ocorrência de fraudes nos relatórios financeiros para a realidade brasileira, do mesmo modo que existem os modelos para se identificar o gerenciamento de resultados.

A próxima seção apresenta um dos subtipos da fraude corporativa, que é a fraude contábil, cuja temática se refere ao propósito geral deste trabalho.

2.2 A Fraude Contábil

Desde o começo do Século XXI, a lista de empresas envolvidas em escândalos associados à fraude contábil é extensa, figurando nela nomes como a Enron, Xerox, Qwest, Metropolitan Mortgage & Securities, WorldCom, Global Crossing, Merck, Goldman Sachs, Lehman Brothers, Madoff, entre outros (SÁ, 2011).

Apesar disso, a prática de manipular os números contábeis com o intuito de promover uma boa imagem para a empresa não é um fenômeno recente. A escrituração contábil, há centenas de anos, era feita com a utilização de uma caneta feita com pena de ave e, quando havia certas inconsistências nos dados registrados, os livros contábeis eram rasurados de modo a não se conseguir ler nitidamente os números (SUSMUS; DEMIRHAN, 2013). Todavia, as primeiras pesquisas sobre fraude nas demonstrações financeiras vieram apenas nos anos de 1960, 1970 e início dos anos de 1980, quando se buscavam descrever as características financeiras e não financeiras das empresas que cometiam fraudes (MERCHANT, 1987).

A Resolução nº 1.207/2009 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) caracteriza as seguintes práticas como fraude contábil: falsificação de registros ou documentos que alterem os registros de ativos, passivos e resultados; omissão de transações nos registros contábeis; apropriação indevida de ativos; registros de transações sem comprovação; e aplicação de práticas contábeis impróprias (CFC, 2009). Sá (2011, p. 124) acrescenta que, “em decorrência de tantos recursos que a tecnologia contábil absorveu sobre a compreensão do fenômeno patrimonial informado em contas é que também cresceu o risco da manipulação de ativos e resultados”.

Na prática, há uma dificuldade em diferenciar a fraude contábil de um gerenciamento de resultados ou um erro (RODRIGUES, 2013). Esse último pode estar associado a: erro aritmético, ou seja, digitar um número errado, por exemplo; erro de execução nos registros e elementos contábeis, como erros em classificações de contas; desconhecimento das aplicações das normas contábeis (SÁ; HOOG, 2005).

Além da distinção entre a fraude contábil e o erro, é importante compreender a diferença entre fraude contábil e o gerenciamento de resultados, já que é tênue a barreira que separa os dois termos. Wuerges (2010) mostra que o gerenciamento de resultados não infringe a lei, ou seja, ocorre dentro da legalidade; enquanto que a fraude contábil ultrapassa os limites legais, sendo, assim, compreendida como crime. Contudo, deve-se considerar que o gerenciamento de resultados pode ser instrumentalizado por meio de uma fraude contábil, ou seja, nem todo gerenciamento de resultados é uma fraude contábil, mas toda fraude contábil é um gerenciamento de resultados (RODRIGUES, 2013).

O Quadro 1 apresenta as principais diferenças entre erro, fraude contábil e gerenciamento de resultados.

Aspecto	Erro	Fraude Contábil	Gerenciamento de Resultados
Conceito	Inexatidão	Má-fé, intencionalidade	Escolha contábil
Meios utilizados	Interpretações incorretas	Omissão, manipulação, falsificação	<i>Accruals</i> discricionários
Ação do Indivíduo	Involuntária, ato ilícito culposo	Voluntária, ato ilícito doloso	Voluntária, ato lícito doloso
Motivo	Desconhecimento, desatenção	Obtenção de vantagem própria	Aumento, diminuição ou suavização nas variações dos resultados

Quadro 1- Diferenças entre erro, fraude contábil e gerenciamento de resultados
Fonte: Adaptado de Gonçalves (1967), Sá e Hoog (2005) e Wuerges (2010).

Sá (2011) ressalta que as manipulações das informações contábeis de perdas e ocultações de situações têm sido muito utilizadas com o intuito de se obter poder, como o poder de compra e venda em especulações nas bolsas de valores, por exemplo. Nesse contexto, Gonçalves (1967) assevera que a fraude contábil pode estar em qualquer uma das seguintes fases contábeis: operação, documentação ou escrituração. Na fase de operação, a fraude contábil está na ocultação, em eventos fictícios e irregularidades. Na fase de documentação, a fraude contábil está em documentos falsos ou com irregularidades. E, por fim, na fase da escrituração, pode ocorrer uma escrituração parcialmente falsa ou completamente falsa.

Já para Sá e Hoog (2005), as falsificações contábeis podem proceder de: (1) falsa intitulação, pela utilização indevida de uma conta com o intuito de omitir fatos ou confundir as interpretações; (2) falsa classificação, por meio do lançamento incorreto de uma conta, propositalmente, para prejudicar terceiros; (3) falsa avaliação ou evidência, diante da atribuição de um valor que não condiz com a verdade; (4) falso histórico, que envolve descrever de forma falsa um fato registrado; (5) falsa apuração, pela obtenção de lucros ou perdas contábeis que foram apurados de forma errada, propositalmente; (6) falso transporte ou cálculo, pela transcrição de um valor de forma errada, intencionalmente, ou erros propositalmente cometidos em operações aritméticas; (7) falsa comprovação, pelo lastreamento do registro contábil com a utilização de documento adulterado; (8) duplo lançamento ou lançamento intempestivo, que compreende a repetição de um lançamento contábil ou registro fora da época com a intenção de prejudicar terceiros; (9) lançamento omissivo ou parcial, que abrange eliminar certos registros contábeis ou deixá-los incompletos de forma proposital; e (10) intromissões em computadores, pela presença de possíveis *hackers* nos registros da empresa.

Attie (1992) classifica as fraudes contábeis em três tipos: não encobertas, encobertas temporariamente e encobertas permanentemente. As fraudes não encobertas são aquelas em que o fraudador não vê necessidade de dissimular, uma vez que o controle interno é deficiente, como o caso de se retirar dinheiro do caixa e não realizar nenhuma contabilização. As fraudes encobertas temporariamente são aquelas que não afetam os registros contábeis, como o fato de se retirar um dinheiro derivado de cobranças, omitindo o registro dessas cobranças de forma que o montante possa ser acobertado com o registro de cobranças futuras, e assim por diante. E, por último, as fraudes encobertas permanentemente são aquelas em que o fraudador se preocupa em alterar a informação contida nos registros e, assim, ocultar uma irregularidade (ATTIE, 1992).

Attie (1992) destaca que as fraudes contábeis são as que trazem maior prejuízo financeiro em relação a todos os outros tipos de crimes contra o patrimônio. Gouvêa e Avanço (2006) acrescentam que a fraude contábil apresenta demonstrativos enganosos, que são utilizados com o intuito de elevar ou diminuir o preço das ações de uma empresa, bem como para ocultar certos problemas da empresa, ou seja, para enganar investidores e credores ou, até mesmo, o governo, com fins tributários e fiscais. Kamarudin, Ismail e Mustapha (2012) concordam que os gestores acabam optando por assumir as informações fraudulentas quando outros mecanismos para inflar os lucros não são possíveis.

Segundo Silva *et al.* (2012), no Brasil, a ocorrência de escândalos contábeis é mais comum em instituições financeiras, em comparação aos Estados Unidos, com percentuais, em 2012, de 47,4% e 12,1%, respectivamente. Todavia, nos Estados Unidos, as fraudes contábeis ocorrem em uma maior proporção nas empresas de capital aberto em comparação às empresas brasileiras, cujos percentuais foram de 100% e 42,1% dos casos, respectivamente (SILVA *et al.*, 2012).

De acordo com Sá (2011), no geral, escândalos financeiros e fraudes contábeis são maquiados nas demonstrações financeiras por meio da contabilidade criativa¹, sendo os estoques uma das contas mais fáceis de serem manipuladas na contabilidade. Assim, a fraude contábil normalmente está associada à superavaliação dos estoques, o que proporciona maior lucro para as empresas (SÁ, 2011). Beasley *et al.* (2000) destacam que, no setor financeiro, é mais comum a existência de fraudes contábeis relacionadas às contas do Ativo.

Ademais, pelo histórico de fraudes contábeis e dos maiores escândalos financeiros ocorridos, o mau uso de estimativas e julgamentos pode ser considerado como um importante motivo das altas distorções e erros que estão escondidos nas demonstrações contábeis. Logo, provisões podem ser manipuladas para baixo, ou até mesmo serem inexistentes na contabilidade; assim como receitas de serviços podem adotar metodologias complicadas somente com o intuito de fraudar (BARALDI, 2012).

Despesas também são contas fáceis de serem manipuladas, uma vez que os auditores focam, preferencialmente, nas contas do balanço patrimonial (BARALDI, 2012). Nesse sentido, Nelson, Elliott e Tarpley (2003) verificaram que as organizações fraudulentas classificavam as despesas como não recorrentes e qualificavam algumas despesas na categoria “Outros” para compensar o impacto de ganhos e perdas para fins de divulgação.

¹ A Contabilidade Criativa envolve a transformação dos números contábeis para apresentar algo desejado por aqueles que elaboram as demonstrações, aproveitando-se das brechas das normas contábeis ou pelo não cumprimento de tais normas (KAMAL NASER, 1993).

Estudos realizados pelo Centro Forense Deloitte (2010) revelaram que uma das categorias principais de fraudes nas demonstrações contábeis é a manipulação da conta de reservas, cujo excesso ou sub-reconhecimento acaba maquiando as contas de despesas (NELSON; ELLIOTT; TARPLEY, 2003). O relatório da Deloitte (2010) incluiu bancos na sua amostra. Para Gonçalves (1967), as contas a receber e receita de vendas são as contas mais manipuladas. O exagero das receitas, como manipulações típicas nas demonstrações contábeis, por meio da falsificação de transações e eventos inexistentes, também é apresentado nos estudos de Beasley *et al.* (2000), Rezaee (2005) e Dechow *et al.* (2011). Dechow *et al.* (2011) e Beasley *et al.* (2000) consideram o setor financeiro em suas amostras. Já Sá e Hoog (2005) mencionam a ocorrência de fraudes em contas do ativo não circulante, essencialmente, na conta de investimentos, com vistas à evasão de tributos.

O relatório global da Kroll (2008) evidencia as áreas onde a fraude contábil é mais cometida nas organizações e quais são os principais motivos, conforme os Quadros 2 e 3, respectivamente.

Áreas sensíveis	Incidência de sinistros em %
Compras/fornecedores	28,0%
Estoques	20,5%
Movimento em caixa e bancos	17,9%
Contas a receber e a pagar	14,5%
Folhas de pagamento	7,1%
Vendas/estoques de produtos acabados	6,8%
Despesas de viagens	5,2%
Total de sinistros	100,0%

Quadro 2- Fraudes, desvios e corrupção nas áreas sensíveis

Fonte: Kroll (2008).

Motivos	%
Falta de sistemas de controles internos	62,0%
Poderosos executivos	27,0%
Aspecto cultural	11,0%

Quadro 3- Prováveis motivos para ocorrência

Fonte: Kroll (2008).

Cascarino (2013) destaca que os ativos fora do balanço, ou também denominados de "*Off-Balance Sheet*", podem esconder sinais de fraude contábil. Esses itens são ativos ou passivos que existem, mas não é exigido pelas normas contábeis que sejam incluídos nas demonstrações financeiras, como arrendamentos operacionais, *joint ventures* e parcerias, avais e fianças e cartas de fianças.

No Banco UBS, por exemplo, US\$60,31 bilhões de linhas de crédito não estavam evidenciadas no balanço em 2008. Já o Citibank possuía US\$960 bilhões em ativos fora do

balanço em 2010 (CASCARINO, 2013). Desse modo, estima-se que os bancos tenham cerca de cinco trilhões de dólares de ativos e passivos fora do balanço (SIKKA, 2009). Em relação aos bancos brasileiros, o Banco Votorantim possuía, em 2012, R\$12,95 milhões em ativos fora do seu balanço consolidado. E, em 2015, o Banco Bradesco apresentou R\$264,32 milhões de itens não registrados no balanço patrimonial associados ao risco de crédito de instrumentos financeiros (BANCO VOTORANTIM, 2012; BANCO BRADESCO, 2015).

Em suma, a fraude contábil é um tipo de fraude que está em ascensão e traz conturbações aos negócios (PWC, 2014). Todavia, a compreensão sobre fraudes contábeis se esbarra em limitações, como a dificuldade de delimitação do próprio conceito de fraude contábil, o elevado número de casos de fraudes contábeis não identificados ou não divulgados e a dificuldade de se obterem informações oficiais sobre os casos (SMITH, 2003; LOKANAN, 2015).

Neste estudo, entende-se por risco de fraude contábil as manipulações de contas patrimoniais e de resultados nas organizações e que são realizadas com a finalidade de obtenção de ganhos às organizações envolvidas.

2.3 A Auditoria e a Fraude Contábil

A fraude contábil pode ser minimizada não só pela adoção de controles internos, mas, também, pelas práticas de auditoria (BARALDI, 2012). Sá (2002, p. 25) aponta que “a auditoria é uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando a apresentar opiniões e orientações sobre os fenômenos”. Para Santos, Schmidt e Gomes (2006), a auditoria pode ser compreendida como uma particularidade da contabilidade, que é voltada para verificar a eficiência e a eficácia do controle patrimonial e expressar uma opinião sobre uma informação específica, distinguindo-se dois tipos de auditoria: a auditoria interna e a auditoria externa.

A auditoria externa ou independente tem como objetivo garantir que as informações divulgadas estejam em conformidade com as práticas e normas contábeis, posto que ela é obrigatória para as empresas do tipo Sociedade Anônima (S/A), de modo a certificar as demonstrações contábeis para aqueles usuários que não possuem o mesmo acesso à informação que os usuários internos da organização (BEAVER, 1998). Já a auditoria interna é facultativa e serve como auxílio à gestão do controle interno para verificar se os procedimentos internos estão sendo adotados (SANTOS; SCHMIDT; GOMES, 2006). Para

Baraldi (2012, p. 344), a “auditoria externa é um dos maiores detectores de criatividade contábil e fraude”.

Cosenza e Grateron (2003) asseveram que a auditoria é responsável por avaliar os procedimentos contábeis e verificar a sua autenticidade com o intuito de confirmar a sua adequação e eficácia em demonstrar a realidade patrimonial e financeira das organizações e, ainda, que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorções, independentemente se foram causadas por erro ou fraude. Nesse sentido, espera-se que números “maquiados” não passem despercebidos no parecer dos auditores, pois a não identificação de fraude nas demonstrações contábeis acaba, de algum modo, prejudicando a credibilidade do auditor (CHUI; PIKE, 2011). Assim, Sá e Hoog (2005, p. 24) ressaltam que o profissional de auditoria deve conhecer como as fraudes são praticadas, pois, “como um médico deve conhecer as doenças, o auditor deve conhecer os males da fraude”.

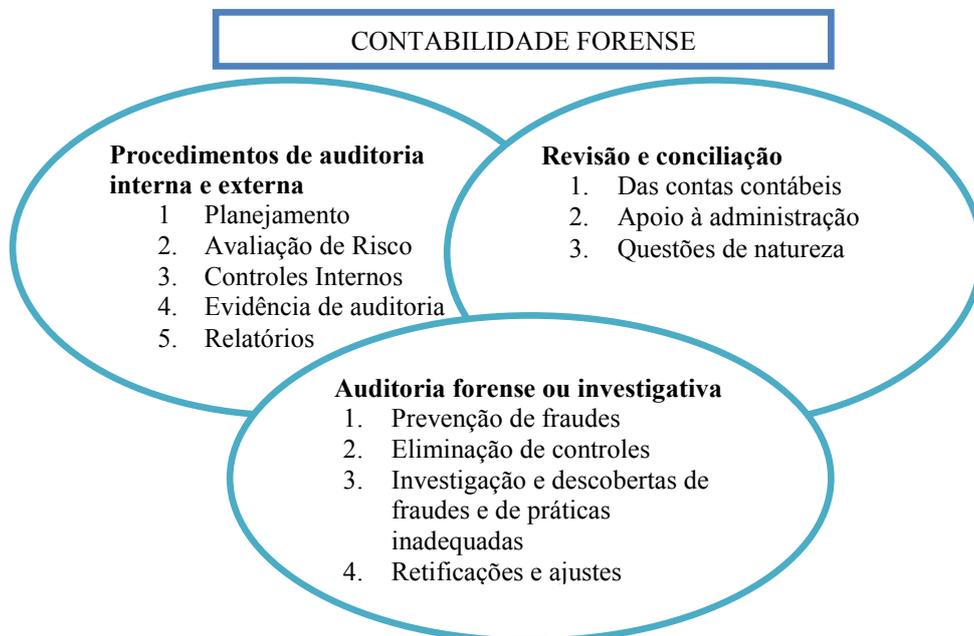
Entretanto, é muito difícil para os auditores, internos e externos, conseguirem detectar determinados tipos de fraudes, uma vez que os processos da auditoria são concentrados em testes amostrais que avaliam, essencialmente, as transações e saldos e os procedimentos de revisão analítica por meio de indicadores (CFC, 2009). Baraldi (2012, p. 2) afirma que “uma das vítimas da contabilidade criativa e da fraude é o auditor externo e interno”. Contudo, é importante destacar que a responsabilidade principal na prevenção e identificação de fraudes é da administração da empresa, e não dos auditores, sendo então, de extrema importância, a existência de um adequado sistema contábil e controle interno (BARALDI, 2012).

A respeito do papel do auditor quanto à fraude, o CFC (1999) destaca que o auditor não é responsável pela prevenção de fraudes ou erros nas demonstrações contábeis, entretanto é seu papel avaliar o risco de sua ocorrência de modo a conseguir detectar possíveis fraudes que tragam efeitos relevantes nas demonstrações contábeis. Do mesmo modo, Sá e Hoog (2005, p. 24) afirmam que, “embora a função do auditor não seja a de um policial, nem a de um pesquisador de fraudes, não se pode excluir a necessidade que ele tem em denunciá-las”.

A frequência da ocorrência de um possível erro é um aspecto que irá interferir na avaliação do auditor para qualificar como sendo esse erro uma fraude contábil ou não. A partir da identificação de uma possível fraude ou erro, o auditor tem como função a comunicação da fraude e o erro identificado para a administração da organização, devendo ainda apontar as possíveis medidas corretivas. Caso chegue à conclusão de que a fraude ou o erro têm efeito relevante sobre as demonstrações contábeis e que não foram adequadamente corrigidos, o auditor deve emitir um parecer com ressalva ou com opinião adversa (CFC, 2009).

Silva (2012) destaca que os diversos escândalos financeiros ocorridos no início deste século, relacionados às grandes empresas norte-americanas, fizeram com que houvesse uma diminuição da confiança das informações contábeis evidenciadas, bem como intensificaram as críticas associadas ao papel dos auditores, colocando em dúvida a qualidade das auditorias responsáveis por aquelas empresas fraudadas. Com isso, ocorreu o aparecimento de uma área intitulada Contabilidade Forense, também conhecida como Auditoria Investigativa. Na Figura 4, são apresentadas as áreas relacionadas à Contabilidade Forense: Prevenção, Detecção e Apuração e Descoberta.

Figura 4: Áreas de atuação da auditoria investigativa



Fonte: Silva (2012, p. 38).

De acordo com Rezaee (1992), a Contabilidade Forense é a prática de coletar dados e realizar análises rigorosas nas áreas de consultoria e investigação de fraude. Ela é vista como uma ciência, cujo objetivo é analisar as demonstrações financeiras, pesquisar fraudes, expor fatos, desvios, manipulações, e, sobretudo, apresentar evidências diante do tribunal. Entretanto, no Brasil, ainda são raros os estudos associados à Contabilidade Forense (KASS-SHRAIBMAN; SAMPATH, 2011; GONÇALVES, 2015).

Gray (2008) aponta a diferença entre o papel de um auditor e o papel do contador forense. O auditor atua na área de identificação e prevenção de erros, enquanto que o contador forense tem como função a identificação da fraude, sendo, por isso, conhecido como “auditor

de fraudes” (CRUMBLEY, 2011). Destarte, Kass-Shraibman e Sampath (2011) alegam que a profissão de contador forense vem crescendo nos últimos vinte anos.

Além da Contabilidade Forense, muitas organizações estão tentando novas e diferentes formas de combater a fraude, pois a prevenção da fraude é uma estratégia mais viável, uma vez que é difícil recuperar as perdas de fraude depois de detectadas (KPMG, 2003; PWC, 2003; WELLS, 2004).

De acordo com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no Brasil, desde 2004, foi instituída a prática do rodízio de empresas de auditorias nas organizações auditadas e, a cada cinco anos, a empresa de auditoria é trocada com a finalidade de obter independência, melhorar a qualidade técnica dos serviços prestados e minimizar a ocorrência de fraudes nas demonstrações financeiras, evitando, assim, um contato próximo entre os auditores e quem está sendo auditado para que não surja nenhuma parceria com vistas à manipulação de informações (CVM, 2011).

Contudo, o estudo de Oliveira e Santos (2007) mostrou que a adoção da prática do rodízio de empresas de auditoria não foi eficaz para se mitigar, de fato, o risco da fraude contábil nas organizações brasileiras. Nessa mesma linha, Carcello e Nagy (2004) verificaram, em estudo nas empresas norte-americanas, que é mais provável que ocorra fraude nos relatórios financeiros nos três primeiros anos do relacionamento com a empresa de auditoria e que a rotação obrigatória de empresas de auditoria pode ter efeitos avessos na qualidade da auditoria pelo fato de se substituir uma empresa que está começando a se familiarizar com os processos e os negócios da organização auditada e seus valores intrínsecos. Destaca-se que Carcello e Nagy (2004) e Oliveira e Santos (2007) incluíram instituições financeiras bancárias na sua amostra.

É importante ressaltar que, desde 2005, o rodízio de empresas de auditorias não é mais uma obrigatoriedade para as instituições financeiras, sendo apenas necessário que, a cada cinco anos, apenas se mude a equipe de auditores responsáveis pelo trabalho da auditoria (IBRACON, 2011). Nesse sentido, há pouco tempo, o Banco Mundial fez uma recomendação ao Brasil para que houvesse a criação de um órgão público com o intuito de fiscalizar a ação dos auditores independentes, assim como é feito nos Estados Unidos pelo *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB) (WORLD BANK, 2013). Entretanto, Homero Junior (2014) evidencia que existem lacunas ainda sobre a regulação da atividade de auditoria independente no Brasil.

Enfim, Santi (1988) apresenta alguns indícios a serem identificados por um auditor e que podem estar associados à ocorrência de erros ou fraudes, sendo eles: (1) incongruências

nos registros contábeis; (2) quantidade de respostas aos pedidos de confirmação direta inferior ao esperado; (3) diferenças encontradas por confirmações recebidas de terceiros; (4) transações não suportadas por documentação adequada; (5) transações não contabilizadas conforme as instruções gerais ou específicas da administração; e (6) transações excepcionais no fim ou próximo do término do exercício.

Logo, esses possíveis indicadores podem ser considerados os “*red flags*” da fraude contábil (WELLS, 2004). Murcia (2007) conceitua os *red flags* como sinais de perigo que apontam aos auditores independentes possíveis alertas para a ocorrência de uma fraude. Nesse sentido, Reina, Nascimento e Reina (2008) afirmam que o ambiente organizacional está cada vez mais suscetível à ocorrência de fraudes no âmbito financeiro, e uma das formas de se ter maior transparência e confiança nos demonstrativos contábeis é por meio da utilização desses sinais de alertas denominados, como já dito, de *red flags*.

Por outro lado, Krambia-Kapardis (2002) alega que a abordagem das bandeiras vermelhas ou *red flags* não é considerada eficaz, uma vez que não indica a presença de fraude, mas apenas condições associadas à fraude. Além disso, Baraldi (2012) menciona que, para se detectar uma fraude contábil, não basta analisar apenas o saldo de uma conta, mas, sim, a sua movimentação. Logo, as técnicas mais comuns para analisar essas relações são a análise horizontal (AH), que tem o intuito de verificar as oscilações entre os períodos, e a análise vertical (AV), com o fim de observar a importância das contas patrimoniais e de resultados (SKALAK *et al.*, 2011).

2.4 Estudos Anteriores sobre Variáveis Relacionadas ao Risco de Fraude Contábil

É importante mencionar, primeiramente, que as variáveis relacionadas à fraude se esbarram nas seguintes teorias: Teoria de Agência e Teoria Geral da Administração (AMARA; BEN AMAR; JARBOUI, 2013). Para Yu, Zhen e Zhang (2010), a fraude contábil está relacionada à Teoria de Agência pelo fato de o agente (no caso, o fraudador) agir em prol de atingir os seus interesses particulares, tendo em vista o fácil acesso a certas informações não disponíveis para os membros externos da organização e da oportunidade de atuar em um ambiente com poucos controles internos e uma fraca governança corporativa². Do mesmo modo, Perera, Freitas e Imoniana (2014) defendem a existência da assimetria informacional

² A fraca governança corporativa envolve a falta de controles internos e práticas de gerenciamento de riscos, a não existência de membros externos no Conselho de Administração e a dificuldade de alinhamento de interesses de todos os *stakeholders* (YU; ZHEN; ZHANG, 2010).

como o principal aspecto responsável pelo surgimento da oportunidade para o indivíduo cometer um ato em benefício próprio e trazer danos a terceiros.

Já a relação da fraude contábil com a Teoria Geral da Administração está associada ao estudo das estruturas organizacionais internas e externas e as suas peculiaridades para a atuação do agente fraudador, tendo como pano de fundo as teorias dos Escândalos Corporativos e do Triângulo da Fraude (WOLFE; HERMANSON, 2004; COFFEE JUNIOR, 2005).

Albrecht *et al.* (2003) apontam que um dos motivos para as empresas cometerem fraude contábil está relacionado aos períodos de prejuízos ou lucros menores que o esperado, o que motiva os gestores a tentarem manipular as demonstrações contábeis e, assim, inflar os resultados. Do mesmo modo, Amara, Ben Amar e Jarboui (2013) concluíram que a cultura de desempenho da organização é um fator importante na detecção de fraude nas demonstrações financeiras.

Por sua vez, Cosenza e Grateron (2003) afirmam que a política contábil de uma empresa pode ser agressiva, conservadora ou maquiadora quanto à tentativa de ludibriar as informações contábeis. A política contábil agressiva implica em aumentar ou manter o valor patrimonial de uma empresa e apresentar bons indicadores de rentabilidade, liquidez, solvência e endividamento, ao passo que, se uma empresa adota uma política contábil mais conservadora, ela busca diminuir as receitas ou aumentar as despesas e custos com o intuito de reduzir os lucros e/ ou mostrar maus indicadores de rentabilidade, liquidez, solvência e endividamento. E, por último, uma política contábil maquiadora está relacionada à redução de picos de receitas ou lucros, no sentido de aumentar o nível de confiança, bem como evitar grandes oscilações que causem prejuízos à política ou imagem social da empresa.

Alam e Petruska (2012) asseveram que o estilo da contabilidade apresentado por Cosenza e Grateron (2003) pode estar associado à fraude. Assim, uma política contábil mais agressiva pode ser uma variável relacionada à fraude corporativa. Alam e Petruska (2012) incluíram na sua amostra empresas do setor financeiro. Já Kamarudin, Ismail e Mustapha (2012) confirmaram em seus estudos que as empresas com demonstrações financeiras fraudulentas adotaram relatórios financeiros agressivos durante os dois anos anteriores à ocorrência da fraude.

O estudo de Kamarudin, Ismail e Mustapha (2012) buscou relacionar o comportamento das demonstrações financeiras das empresas e o envolvimento em fraude corporativa. Assim, os autores procuraram evidenciar se as empresas que praticavam relatórios financeiros agressivos apresentavam maior predisposição para se envolverem em

fraude corporativa, chegando à conclusão que as empresas envolvidas em fraudes reconhecem as perdas que são significativamente menos oportunas e contabilizam ganhos inferiores, em comparação com as empresas que não estão envolvidas em fraude.

Relacionando as contas das demonstrações contábeis, Gaganis (2009) mostra que as empresas que aplicam mais recursos no caixa em relação ao total dos ativos têm menor probabilidade de estarem envolvidas em fraudes contábeis. Wuerges e Borba (2014) complementam com uma referência à alavancagem, que pode provocar uma pressão para que as organizações se envolvam em fraude. Desse modo, as organizações que têm maior retorno sobre ativos (ROA) e alavancagem apresentam maior probabilidade de se envolverem em fraude. Contudo, essa influência acontece apenas em mercados emergentes. Gaganis (2009) realizou o seu estudo, considerando as instituições financeiras bancárias, mas Wuerges e Borba (2014) excluíram bancos na sua amostra.

Feroz, Park e Pastena (1991) mostraram que a maior parte dos casos associados aos lucros inflacionados envolvia manipulação das contas de recebíveis devido ao reconhecimento antecipado de receitas, enquanto alguns outros casos envolviam alterações nos estoques como meios de fraudar as demonstrações contábeis. No que diz respeito à associação entre impostos e a atividade fraudulenta, Erickson, Hanlon e Maydew (2004) evidenciam que as empresas que pagam impostos sobre os lucros inflacionados acabam escondendo as evidências de fraude. Ettredge *et al.* (2008) complementam que a receita antes dos impostos, a despesa de imposto diferido e o *book-to-market*³ fornecem informações que permitem diferenciar as empresas que praticam fraude daquelas que não a praticam. Assim, os autores observaram, por exemplo, que as empresas que praticam fraude têm maiores despesas fiscais diferidas no ano anterior ao início da fraude do que aquelas que não a praticam.

Quanto à auditoria, Summers e Sweeney (1998) mostram que uma empresa que está envolvida em fraude acaba mudando de empresa de auditoria para poder diminuir a chance de ser descoberta. Kamarudin, Ismail e Mustapha (2012) acrescentam que o tamanho da empresa de auditoria também é um fator que influencia a fraude, uma vez que as grandes empresas de auditoria são mais predispostas a buscar influenciar a adoção de uma contabilidade com um padrão mais conservador quando uma organização apresenta um mau desempenho financeiro, diferentemente das empresas de auditoria pequenas.

A auditoria também foi uma variável apontada no estudo de Condé, Almeida e Quintal (2015). Esses autores, ao realizarem uma pesquisa na empresa Kmart, evidenciaram uma

³ Relação entre o valor de uma empresa no mercado e o seu valor contábil (CARCELLO; NAGY, 2004).

associação entre a fraude e quem realizava a auditoria, bem como se essa era interna ou externa. Os autores mostraram também que empresas envolvidas em fraude costumam praticá-la juntamente com outras empresas, mostrando os achados da pesquisa que o objetivo da fraude normalmente é ocultar a real situação da empresa. Dessa forma, empresas que apresentam resultados desfavoráveis em relação às receitas, lucro e/ou rentabilidade estão mais propensas ao cometimento de fraude (KAMINSKI; WETZEL; GUAN, 2004).

Por sua vez, Hasnan, Abdul Rahman e Mahenthiran (2013) realizaram uma pesquisa com 184 empresas na Malásia. Os resultados apontaram que as empresas que possuem poucas transações com partes relacionadas, maior número de infrações anteriores nas demonstrações e uma maior proporção de fundadores no Conselho de Administração apresentavam maior predisposição a estarem envolvidas em escândalos associados a relatórios financeiros fraudulentos, em comparação com outras empresas não envolvidas em fraudes. Esse estudo também revelou que o perfil do proprietário, bem como a situação financeira da empresa, são fatores que influenciam a ocorrência de fraude. Assim, para os autores, a propensão à fraude aumenta quando proprietários não familiares e não estrangeiros são proprietários da empresa, ou quando a empresa está passando por um período financeiro ruim ou, ainda, quando a empresa possui uma fraca governança corporativa.

A respeito de partes relacionadas, Palmrose e Scholz (2004) afirmam que as transações em combinações de negócios são normalmente complexas e, por conseguinte, são vulneráveis à ocorrência de fraude. Do mesmo modo, Sá e Hoog (2005, p. 125) mencionam que há um risco de fraude em transações entre organizações de um mesmo grupo empresarial, de tal modo que “as manobras entre sociedades filiadas podem deformar, sensivelmente, as posições dos balanços individuais, razão pela qual se exige, para certos casos, o Balanço Consolidado”. Destarte, as manobras geralmente utilizadas entre partes relacionadas envolvem: correções de métodos contábeis, agrupamento de juros a método de compra, retificações de estimativas de ágio, despesas com pesquisa e desenvolvimento em andamento e reservas para a aquisição (PALMROSE; SCHOLZ, 2004).

Quanto à governança corporativa, Farber (2005), com base na análise de 87 empresas acusadas de fraudes pela SEC (incluindo bancos), encontrou indícios de que as empresas fraudulentas apresentavam mecanismos de governança pobres em relação às empresas não fraudulentas. A relação da fraude com a fraca governança corporativa também foi constatada por Fich e Shivdasani (2007) e Yu, Zhen e Zhang (2010), que incluíram o setor financeiro nos seus estudos.

Altman (1968) já afirmava que as empresas que não conseguiam atingir as expectativas do mercado eram mais suscetíveis à fraude, pelo fato de os administradores serem pressionados a apresentarem um bom desempenho. Dessa forma, a segurança financeira (medida pela razão entre o total do passivo e o total do ativo) e os indicadores de desempenho podem ser utilizados para se revelar uma fraude. Nessa direção, o autor constrói um modelo denominado Z para medir o risco de dificuldades financeiras. A ideia do modelo é que as empresas com escore Z mais alto estão em uma posição financeira melhor e, assim, têm menor chance de cometer fraude. Perols e Lougee (2011) também colocam que as fraudes contábeis ocorrem com manipulação de resultados, o que ocorre quando as empresas aumentam a quantidade de lucros que é divulgado.

Baraldi (2012) assevera que há maior possibilidade de haver contabilidade criativa e fraude nos indicadores de desempenho, pois eles estão menos sujeitos às regras e limites de avaliação colocados pelas normas contábeis, bem como menos sujeitos a serem auditados. Sendo assim, o autor aponta quais indicadores são mais utilizados na avaliação do desempenho de uma empresa e quais aspectos devem ser analisados para se detectar possíveis fraudes, conforme demonstrado no Quadro 4.

Demonstrações Financeiras	Indicadores	Pontos para Análises
Balanco Patrimonial	Gestão de ativos, gestão de passivos, liquidez, endividamento, alavancagem, valor econômico agregado, valor de mercado e valor patrimonial	Indicadores da empresa, comparações com o setor, tendências, variações, projeções, cenários, análise de sensibilidade, expectativas do mercado e técnicas de cálculo (média, correlação e regressão)
Demonstração do Resultado	Receitas, margem líquida, eficiência, despesas com vendas e rentabilidade operacional	
Demonstração do Fluxo de Caixa	Caixa gerado e aplicado em operações, investimentos e financiamentos, fluxo de caixa livre, fluxo de caixa descontado, valor de mercado e Ebtida	

Quadro 4- Avaliação do desempenho da empresa
Fonte: Baraldi (2012, p. 179).

Na literatura sobre o tema, ainda não se tem um consenso se a remuneração variável pode ter alguma influência na fraude contábil. Erickson, Hanlon e Maydew (2004) trazem que as fraudes contábeis costumam ser cometidas por pessoas que estão no alto escalão de uma empresa e, portanto, a presença de incentivos para essas pessoas pode acabar influenciando a probabilidade de que se tenha fraude. Destarte, os autores concluíram que a oferta de opções de compra de ações e bônus para remunerar os executivos faz com que esses fiquem pressionados por metas de desempenho e tenham maior propensão a querer manipular as

informações contábeis. Por outro lado, Gerety e Lehn (1997) e Gillett e Uddin (2005) não encontraram nenhuma relação entre a fraude contábil e a remuneração variável dos gestores.

Inconsistências na literatura também são encontradas em relação ao pagamento de dividendos. Nessa direção, Borokhovich *et al.* (2005) analisaram a relação dos dividendos e os mecanismos de monitoramento de uma empresa e concluíram que há uma relação negativa entre o pagamento de dividendos e a ocorrência de fraude contábil. Por outro lado, para Kasanen, Kinnunen e Niskanen (1996), as manipulações contábeis têm maior chance de ocorrer em empresas com um alto pagamento de dividendos. O fato é que tanto Borokhovich *et al.* (2005), bem como Kasanen, Kinnunen e Niskanen (1996), incluíram bancos na sua amostra.

Beasley (1996) analisou a relação da composição do Conselho de direção das empresas com a propensão à fraude, chegando à conclusão que, quanto maior for a proporção de diretores externos, menor será a probabilidade de se cometerem fraude. Além disso, o autor mostrou que o tempo de serviço e a quantidade de ações que eles detêm estão associados negativamente com a ocorrência de fraude na organização, enquanto que o número de diretorias que os diretores externos assumem está positivamente relacionado com a ocorrência da fraude.

Miller (2006) constatou que a visibilidade da empresa no mercado apresenta uma relação positiva com a probabilidade de se identificar uma fraude, sendo adotadas as seguintes *proxies* para a visibilidade: o valor de mercado da empresa; e o interesse por parte da mídia e dos analistas. O autor faz uma crítica, apontando que a imprensa esconde muitos casos de fraudes e privilegia apenas aqueles casos que atraem maior número de leitores. Todavia, vários estudos têm utilizado as acusações na mídia e os processos sancionadores dos órgãos reguladores como *proxy* para se avaliarem os riscos de fraudes, como os trabalhos de Feroz, Park e Pastena (1991); Dechow, Sloan e Sweeney (1996); Bonner, Palmrose e Young (1998); Carcello e Nagy (2004) e Erickson, Hanlon e Maydew (2006).

Gillett e Uddin (2005) concluíram que, quanto maior a organização, maior a probabilidade de ocorrer uma fraude contábil. Ao contrário, Beasley, Carcello e Hermanson (1999) apontam que a fraude contábil é mais frequente nas empresas menores. Para Crutchley, Jensen e Marshall (2007), as fraudes contábeis, geralmente, ocorrem em um ambiente que apresenta as seguintes características: rápido crescimento, relevante gerenciamento de resultados, poucos membros externos no Comitê de Auditoria e diretores externos que trabalham em diversos outros comitês. Para Beasley (1996), a presença de um Comitê de Auditoria não afeta significativamente a probabilidade de ocorrência da fraude contábil.

No Quadro 5, resumem-se as variáveis apresentadas na literatura que apresentam relações com o risco de fraude corporativa, essencialmente, a fraude contábil.

Variável	Risco de fraude	Autores
Situação Financeira ruim	Períodos de prejuízos ou lucros menores que o esperado	Albrecht <i>et al.</i> (2003); Kaminski, Wetzel e Guan (2004)
Política Contábil	Política contábil agressiva: incrementar ou estabilizar o valor patrimonial; apresentar bons indicadores de rentabilidade, liquidez, solvência e endividamento	Cosenza e Grateron (2003); Alam e Petruska (2012); Kamarudin, Ismail e Mustapha (2012)
Reconhecimento das operações contábeis	Reconhecimento de perdas menos oportunas e ganhos inferiores; antecipação de receitas; aumento da quantidade de lucros divulgados	Feroz, Park e Pastena (1991); Perols e Lougee (2011); Kamarudin, Ismail e Mustapha (2012)
Contas patrimoniais	A relação entre o caixa e o total dos ativos é negativamente relacionada com a fraude; pagamento de impostos sobre os lucros inflacionados; maior despesa com impostos diferidos; alterações de estoques	Feroz, Park e Pastena (1991); Erickson, Hanlon e Maydew (2004); Ettredge <i>et al.</i> (2008); Gaganis (2009)
Alavancagem	Associação positiva com a ocorrência de fraude	Wuerges e Borba (2014)
Auditoria	Mudança constante de auditoria; tamanho da auditoria e quem realiza a auditoria	Summers e Sweeney (1998); Kamarudin, Ismail e Mustapha (2012); Condé, Almeida e Quintal (2015)
Partes relacionadas	Poucas transações com partes relacionadas; correções de métodos contábeis; agrupamento de juros a método de compra; retificações de estimativas de ágio; despesas de pesquisa e desenvolvimento em andamento e reservas para a aquisição	Palmrose e Scholz (2004); Hasnan, Abdul Rahman e Mahenthiran (2013)
Conselho	Maior proporção de fundadores no conselho; menor proporção de diretores externos	Beasley (1996); Hasnan, Abdul Rahman e Mahenthiran (2013)
Perfil do Proprietário	Proprietários não familiares e não estrangeiros	Hasnan, Abdul Rahman e Mahenthiran (2013)
Governança Corporativa	Fraca governança corporativa	Farber (2005); Fich e Shivdasani (2007); Yu, Zhen e Zhang (2010); Hasnan, Abdul Rahman e Mahenthiran (2013)
Mercado	Não atingir expectativas do mercado; visibilidade no mercado	Altman (1968); Miller (2006)
Ambiente	Rápido crescimento; tamanho da empresa	Bell <i>et al.</i> (1991); Gillett e Uddin (2005); Crutchley, Jensen e Marshall (2007)
Remuneração Variável	Oferta de opções de compra de ações e bônus	Erickson, Hanlon e Maydew (2004)

Variável	Risco de fraude	Autores
Dividendos	Relação negativa com o pagamento de dividendos	Brunarski, Harman e Kehr (2005)
Infrações	Maior número de violações anteriores	Feroz, Park e Pastena (1991); Dechow, Sloan e Sweeney (1996); Bonner, Palmrose e Young (1998); Carcello e Nagy (2004); Erickson, Hanlon e Maydew (2006); Hasnan, Abdul Rahman e Mahenthiran (2013)
Gerenciamento de Resultados	Se extremamente utilizado pode levar a indícios de fraude	Crutchley, Jensen e Marshall (2007)

Quadro 5- Variáveis relacionadas ao risco de fraude contábil

Fonte: Elaboração Própria (2017).

Em suma, o estudo da fraude contábil deve envolver tanto o contexto no qual a operação fraudulenta ocorre, bem como os modos pelos quais os indivíduos fraudadores desenvolvem os esquemas (AMR, 2008). Nesse sentido, Beasley *et al.* (2000) destacam a importância de se considerar o setor para a análise de fraude em demonstrações financeiras. Posto isso, para a compreensão das fraudes contábeis em instituições financeiras bancárias, é fundamental conhecer a característica do setor bancário brasileiro, bem como as suas peculiaridades contábeis.

2.5 O Risco de Fraude e a Contabilidade Bancária

2.5.1 Caracterização das Instituições Financeiras Bancárias

O setor financeiro é composto por empresas com diversas atividades econômicas. De acordo com a classificação da BM&F Bovespa, o setor financeiro é formado por sete subsetores, divididos em 12 segmentos, sendo eles: exploração de imóveis; intermediação imobiliária; instituições financeiras; sociedade de arrendamento mercantil; sociedade de crédito e financiamento; corretoras de seguros; seguradoras; *holdings* diversificadas; securitização de recebíveis; gestão de recursos e investimentos; serviços financeiros diversos; e outros.

Por conseguinte, as instituições financeiras são divididas em bancárias e não bancárias. As instituições financeiras bancárias são aquelas que permitem a criação de moeda por meio dos depósitos à vista e envolvem, principalmente, os bancos comerciais e bancos múltiplos. Os bancos comerciais realizam operações de crédito de curto prazo. Já os bancos múltiplos abrangem quatro tipos de instituições: bancos comerciais; bancos de investimento e

desenvolvimento; sociedade de crédito, financiamento e investimento; e sociedade de crédito imobiliário, devendo serem compostos por, pelo menos, duas dessas carteiras, sendo uma delas comercial ou de investimentos, obrigatoriamente (ASSAF NETO, 2010).

No Brasil, estão em funcionamento 20 bancos comerciais, 132 bancos múltiplos, três bancos de câmbio e a Caixa Econômica Federal (CEF) (BACEN, 2017). Entretanto, os bancos comerciais representam o grupo mais expressivo das instituições financeiras bancárias em relação ao tamanho (SAUNDERS, 2007).

Já as instituições financeiras não bancárias, como as corretoras, sociedades de arrendamento mercantil e bancos de investimentos, não recebem depósitos à vista e trabalham com ativos não monetários, como ações e outros títulos mobiliários (ASSAF NETO, 2010). Contudo, o foco deste estudo se centra nas instituições financeiras bancárias.

As instituições financeiras bancárias apresentam como principal atividade a intermediação financeira, captando recursos por meio de depósitos à vista e a prazo e aplicando esses recursos em empréstimos, títulos ou valores mobiliários. É a partir dessa intermediação que os bancos obtêm o seu lucro bruto, o chamado *spread* bancário, que representa a diferença entre as receitas de intermediação e as despesas de intermediação (MARTINS; DINIZ; MIRANDA, 2012). Desse modo, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) tem como função tornar viável a relação existente entre o agente tomador de recursos e o agente poupador de recursos, também denominados de agentes deficitários e agentes superavitários, respectivamente (ASSAF NETO, 2010).

Os bancos realizam três funções básicas: captam recursos, emprestam recursos e prestam serviços de cobranças, seguros, corretagens, serviços de câmbio, entre outros. Logo, as instituições financeiras bancárias não apresentam as mesmas características de uma organização tradicional, como estoque de matérias-primas e fabricação de produtos, por exemplo. Dessa forma, em um banco, as obrigações dos tomadores de recursos são os seus ativos, enquanto que os recursos dos aplicadores são o seu passivo (ASSAF NETO, 2015).

Historicamente, o setor bancário brasileiro passou por grandes transformações na década de 1990, destacando-se as consolidações ocorridas após a introdução do Plano Real, em 1994, o acesso de bancos estrangeiros ao país desde 1997 e a diminuição da presença dos bancos públicos (SILVA; OREIRO; PAULA, 2007).

Contudo, o surgimento de operações financeiras cada vez mais complexas, a globalização da economia e a crise financeira mundial em 2008 são aspectos importantes atrelados ao cenário do setor bancário (MOURAD; PARASKEVOPOULOS, 2010). Especialmente, sobre a crise de 2008, Bresser-Pereira (2009, p. 133) aponta que ela teve

origem no mercado imobiliário e na desregulamentação dos mercados financeiros norte-americanos decorrente de vários empréstimos realizados a devedores que não tinham capacidade de quitá-los (os clientes denominados *subprime*) e que, “(...) ao levar os agentes econômicos a preferirem a liquidez e assim liquidar seus créditos (...)”, fez com que os bancos e outras empresas fossem à falência, mesmo sendo instituições solventes.

Desde então, apesar da economia se encontrar em recessão, os grandes bancos têm apresentado bom desempenho em razão das altas taxas de juros (MOURAD; PARASKEVOPOULOS, 2010). Dessa forma, é importante destacar que o setor financeiro passou por grandes reestruturações desde o início da crise econômica, com fusões entre grandes bancos e movimentações societárias nos controles acionários de instituições financeiras bancárias (PAULA; OREIRO; BASILIO, 2013), o que aumentou a complexidade de sua gestão e, portanto, passaram a ser uma porta aberta para a ocorrência de fraudes corporativas (SÁ; HOOG, 2005; CORADI, 2016).

Coradi (2016) apontou que o Brasil já teve cerca de 600 instituições financeiras bancárias, no entanto, conforme o autor sinalizou, não chegariam a 100 até o final de 2016, uma vez que boa parte delas faliram ou acabaram se fundindo com outras de modo a evitar a sua falência. Sendo assim, no período de 1946 a 2016, 233 bancos foram liquidados ou sofreram algum tipo de intervenção extrajudicial do Banco Central em virtude de má administração ou prejuízos. O fato é que as fraudes internas nas instituições, a corrupção e a especulação no mercado financeiro são algumas causas para essas falências, juntamente com a baixa fiscalização e a falta de punições adequadas aos responsáveis (CORADI, 2016).

2.5.2 Peculiaridades das Demonstrações Contábeis dos Bancos

As demonstrações financeiras dos bancos apresentam peculiaridades. Assaf Neto (2015) traz que as operações concentradas no curto prazo, os altos índices de endividamentos, a baixa liquidez e uma pequena participação de recursos próprios são características intrínsecas às demonstrações contábeis dos bancos, conseqüentemente, maior é a dependência dos bancos com capital de terceiros. Além do mais, os ativos do banco têm menor liquidez e maior risco do que os seus passivos. Logo, diferentemente dos ativos, os passivos não têm data preestabelecida de exigibilidade.

O passivo é o elemento operacional de um banco e representa a principal fonte de recursos, que é captada, principalmente, por meio de depósitos à vista e títulos. (SAUNDERS, 2007). Martins (2002) destaca que o maior ativo de um banco é o seu passivo. Desse modo, o

alto nível de endividamento é uma das características particulares dos bancos, bem como o atributo que difere esse tipo de instituição de outras empresas que prestam serviços financeiros (ASSAF NETO, 2010). Martins, Diniz e Miranda (2012, p. 114) complementam que os bancos “vivem” da alavancagem pela maior utilização de recursos de terceiros com o intuito de elevar a rentabilidade.

Na análise do segmento bancário, o tamanho é um aspecto importante. Assim, os bancos são segmentados em médio e grande porte, conforme o total do ativo. Os bancos de grande porte possuem um ativo que representa mais de 2% do ativo total do setor. Já os bancos de médio porte têm um ativo que corresponde a entre 0,2% e 2% do ativo total do setor. O fato é que a maior parte dos bancos é classificada como de médio porte, constituindo o Bradesco, o Santander, o Itaú Unibanco e o Banco do Brasil os bancos de grande porte no país (INSTITUTO ASSAF, 2015).

O ativo circulante é a principal conta no balanço patrimonial dos bancos, representando, em média, 63% do total do ativo do balanço setorial dos bancos de médio e grande porte (INSTITUTO ASSAF, 2015). Carvalho (2007) ressalta que as principais contas representativas do ativo dos bancos são as disponibilidades e as aplicações financeiras, sendo essas últimas, principalmente, em títulos públicos.

Na parte de exigibilidades, o passivo circulante é a principal conta, correspondendo, em média, a 61% do total do passivo do balanço setorial dos bancos de médio e grande porte (INSTITUTO ASSAF, 2015). E, por fim, em relação ao intangível, Moura, Mecking e Scarpin (2013) mostram que o setor financeiro é um dos setores que possuem os mais baixos valores de intangíveis, variando entre 2 a 4% do ativo total.

As principais receitas dos bancos comerciais vêm de empréstimos para pessoas jurídicas, empréstimos hipotecários, títulos e crédito pessoal. Além disso, a composição de ativos e passivos é muito diversificada nesse tipo de banco (ASSAF NETO, 2010). Outro aspecto importante é que as instituições financeiras bancárias tendem a ter pequena proporção de seus ativos sob a forma de bens reais, ou seja, o ativo imobilizado é baixo (BACEN, 1996; ASSAF NETO, 2010). Assim, elas trabalham com os denominados ativos financeiros monetários. O fato é que os fluxos de caixa dos bancos sofrem muitas oscilações, o que exige um alto controle diante de descasamentos que podem ocorrer entre prazos, moedas e disponibilidades (SAUNDERS, 2007).

Quanto ao Balanço Social, os bancos destinam, geralmente, maior parte da sua receita para investimentos sociais externos e muito pouco para investimentos sociais internos e ambientais (MACHADO; MACHADO; SANTOS, 2010). Nesse sentido, na Demonstração do

Valor Adicionado (DVA), as empresas do setor financeiro, normalmente, destinam maior parte do valor agregado para a remuneração do capital dos sócios (FOLLMANN; PAIVA; SOARES, 2011).

Quanto aos indicadores, os bancos de médio porte tendem a apresentar maior margem, maior retorno das operações de crédito e maior lucratividade dos ativos, em comparação aos bancos de maior porte (INSTITUTO ASSAF, 2011). Por outro lado, a respeito do custo médio de captação, os bancos médios chegam a pagar 4,22% a mais nas suas captações do que os bancos de maior porte (INSTITUTO ASSAF, 2011). É importante ressaltar também que o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) e o retorno sobre os ativos (ROA) dos bancos de maior porte têm sido superiores ao ROE e ROA dos bancos menores (SAUNDERS, 2007). Contudo, de modo geral, os bancos apresentam um baixo retorno sobre o investimento (ASSAF NETO, 2015).

Para a análise das demonstrações contábeis de bancos, Assaf Neto (2015) propõe cinco indicadores para se medir a liquidez dos bancos, quais sejam: encaixe voluntário, liquidez imediata, índice empréstimos/depósitos, participação dos empréstimos e capital de giro próprio. Quanto ao capital e risco, ainda seguindo Assaf Neto (2015), os indicadores apresentados são: independência financeira; *leverage*; relação capital/depositantes; e imobilização do capital próprio. E, por fim, os índices de rentabilidade expostos são: taxa de reinvestimento do lucro; retorno sobre o patrimônio líquido; retorno sobre o investimento total; margem líquida; margem financeira dos ativos; custo médio de captação; retorno médio das operações de crédito; lucratividade dos ativos; juros passivos; índice de eficiência operacional; e giro do patrimônio líquido. A sensibilidade dos juros também é um indicador evidenciado pelo autor.

Martins, Miranda e Diniz (2014) mencionam o índice de liquidez imediata como um importante indicador para a análise dos bancos comerciais, pelo fato de proporcionar comparações das disponibilidades e aplicações a curtíssimo prazo com a quantidade de depósitos à vista. Hajj (2005) também evidenciou a importância dos indicadores de liquidez para os bancos e, com base na análise fatorial, buscou identificar se havia diferenças entre as variáveis que faziam parte dos indicadores contábeis dos bancos privados nacionais e dos bancos estrangeiros no país, no período de 1994 a 2002. Como resultado, o autor encontrou que os indicadores dos bancos privados nacionais e dos bancos estrangeiros são diferentes e que o indicador de liquidez geral tinha importância para ambos os tipos de bancos.

O Quadro 6 apresenta os principais indicadores utilizados para se analisarem as demonstrações contábeis de instituições financeiras bancárias, bem como suas respectivas fórmulas e descrições.

Tipo	Indicador	Fórmula	Descrição
LIQUIDEZ	Encaixe Voluntário	Disponibilidades / Depósitos à vista	Mostra a capacidade financeira imediata para cobrir saques contra depósitos à vista
	Liquidez Imediata	(Disponibilidades + Aplicações Interfinanceiras de Liquidez) / Depósitos a vista	Indica se o banco possui recursos disponíveis para cobrir os depósitos à vista e parte dos depósitos a prazo
	Índice Empréstimos/Depósitos	Operações de Crédito / Depósitos	Evidencia o quanto foi emprestado para cada R\$1,00 de recursos captados
	Participação dos Empréstimos	Operações de Crédito / Ativo Total	Quanto menor indica baixo nível de liquidez
	Capital de Giro Próprio	Patrimônio Líquido – Ativo não Circulante	Revela os recursos próprios que estão financiando as operações
ESTRUTURA DE CAPITAL E RISCO	Independência Financeira	Patrimônio Líquido / Ativo Total	Mostra o comprometimento do capital próprio em relação ao ativo total
	<i>Leverage</i>	Ativo Total / Patrimônio Líquido	Evidencia o poder de alavancagem das instituições financeiras
	Relação Capital/Depositantes	Patrimônio Líquido / Depósitos	Mostra para cada R\$1,00 de captação dos bancos sob a forma de depósitos, o quanto foi aplicado de recursos próprios
	Imobilização do Capital Próprio	Ativo Permanente / Patrimônio Líquido	Mostra o quanto do capital próprio está sendo imobilizado
RENTABILIDADE	Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	Mostra a taxa de retorno do capital próprio
	Retorno sobre o Investimento Total	Lucro Líquido / Ativo Total	Mostra a taxa de retorno do capital total investido
	Margem Financeira dos Ativos	Resultado Bruto da Intermediação Financeira / Ativo Total	Evidencia, para cada R\$1,00 de ativo, o quanto a instituição apurou na intermediação financeira

	Indicador	Fórmula	Descrição
RENTABILIDADE	Custo Médio de Captação	Despesas Financeiras de Captações de Mercado / Depósitos a Prazo	Revela o custo financeiro do capital investido na instituição por agentes poupadores
	Retorno Médio das Operações de Crédito	Receitas Financeiras de Operações de Crédito / Operações de Crédito	Mostra a taxa de retorno das aplicações em créditos
	Lucratividade dos Ativos	Receitas de Intermediação Financeira / Ativo Total	Indica o percentual do total investido que se transformou em receitas financeiras
	Juros Passivos	Despesa de Intermediação Financeira / Passivo Total	Mostra o custo das fontes de financiamento do banco
	Índice de Eficiência Operacional	Despesas Operacionais / Receitas de Intermediação Financeira	Quanto menor indica que maior é a produtividade do banco
	Giro do Capital Próprio	Receita de Intermediação Financeira/ Patrimônio Líquido	Indica o percentual dos recursos próprios que se transformou em receitas financeiras

Quadro 6- Indicadores para análise das demonstrações financeiras bancárias
 Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2015).

Na literatura sobre o tema, encontram-se estudos que analisaram os indicadores das demonstrações contábeis de instituições financeiras bancárias. Fraga (2009) estudou a influência das expectativas nos indicadores financeiros e econômicos de bancos e concluiu que as instituições financeiras bancárias procuram trocar a rentabilidade por liquidez nos períodos em que há boas expectativas, e o oposto, quando há expectativas ruins. Já Borges (2014) realizou comparações dos indicadores econômico-financeiros das demonstrações financeiras dos maiores bancos brasileiros, no período de 2013, para verificar se haveria diferenças entre os padrões BRGAAP (Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Brasil) e as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), não tendo encontrado diferenças significativas em relação aos indicadores de rentabilidade. Entretanto, diferenças foram encontradas para os indicadores de capital e risco e de solvência e liquidez, essencialmente, no índice de *Leverage* e no índice Empréstimos/Depósitos, respectivamente.

Quanto ao risco, o Banco Central colocou em prática, em 2002, um novo modelo do Sistema de Pagamentos, com vistas a reduzir o risco sistêmico de modo que as oscilações em um ativo não afetassem um grande número de ativos e gerasse um desequilíbrio no Sistema Financeiro Nacional como um todo (PELEIAS *et al.*, 2012). Mesmo assim, os bancos sofrem riscos associados, principalmente, à volatilidade do mercado de capitais, pelo fato de o

mercado brasileiro ser menor, com baixa liquidez e maior concentração em comparação com outros mercados de capitais e, portanto, alguns dos seus produtos e operações ficam submetidos a essas oscilações do mercado de capitais (KPMG, 2014).

Além da volatilidade do mercado de capitais, os bancos também são muito influenciados pelas oscilações econômicas (ASSAF NETO, 2015). Como prova disso, Santos, Teixeira e Dalmacio (2008) mostraram que o setor financeiro é o que apresenta a maior quantidade de indicadores econômico-financeiros correlacionados com o ciclo econômico, ajustando o seu nível de Capital de Giro, por exemplo, de acordo com as oscilações da economia. Além disso, o estudo mostrou que as próprias empresas do setor financeiro, principalmente, os bancos, acabam influenciando diretamente o PIB (Produto Interno Bruto) do país pelo seu poder de crédito. Beck, Levine e Loyaza (2000) também chegaram a essa mesma conclusão.

Ademais, as instituições financeiras têm apresentado riscos muito similares, dentre eles, podem ser citados os seguintes: (a) risco de inadimplência, o que é também denominado risco de crédito, que acontece quando os clientes não honram com seus compromissos; (b) risco das oscilações das taxas de juros, causado pelo descompasso existente nos prazos de captação de recursos e empréstimos; (c) risco de liquidez, em decorrência da dependência do crédito a longo prazo e de um financiamento a curto prazo e da possibilidade de retiradas excessivas de clientes a qualquer momento; (d) risco de mercado, que está relacionado com o preço que o mercado coloca para ativos e passivos negociados pelos intermediários financeiros; (e) risco operacional, que se refere a possíveis perdas provenientes de falhas nos sistemas de informação, erros humanos e fraudes; e (f) risco legal, pela falta de uma legislação mais eficiente (SAUNDERS, 2007).

Contudo, ressalta-se que é com os riscos mencionados acima que os bancos fazem a sua alavancagem (VIEIRA; ARRUDA; TAVARES, 2016). Para Saunders (2007), o risco de liquidez aumenta quanto menos diversificada for a instituição financeira em termos de ativos e passivos. Já o risco tecnológico aumenta o risco de crimes e fraudes, pois a substituição de cheques e papel-moeda pelo meio online, cada vez mais frequente, tem trazido problemas como roubos, espionagens e falsificação. Logo, esses aspectos também têm favorecido os criminosos de colarinho branco em virtude do conhecimento especializado de identificações pessoais e outros códigos de entrada.

Ainda em se tratando de riscos, a Resolução 2.682 de 1999 do Conselho Monetário Nacional (CMN) estabeleceu o marco regulatório para as contas de provisão para créditos de liquidação duvidosa. As despesas associadas a essa conta são baseadas no nível de risco da

carteira de crédito que é estabelecido por critérios específicos em relação ao devedor e às garantias relacionadas (BACEN, 1999). Contudo, o regulamento apenas sugere as diretrizes, mas não define critérios objetivos que determinam as classificações de risco. Nesse sentido, o Banco Central incumbe as instituições financeiras para definirem os seus modelos de crédito conforme seu próprio critério, resultando em possíveis inconsistências associadas às contas de provisão para perdas de crédito (BORTOLUZZO; SHENG; GOMES, 2016).

O valor justo dos instrumentos financeiros tem sido apontado como um aspecto crítico para a elaboração das demonstrações financeiras dos bancos, tanto na aplicação de julgamentos, bem como na determinação de estimativas de perdas por recuperabilidade (SAUNDERS, 2007). Sendo assim, conforme relatório de uma pesquisa realizada pela KPMG (2015), 93% das empresas do setor financeiro apresentaram os instrumentos financeiros como a principal dificuldade em relação às práticas contábeis. Contudo, isso não quer dizer que o valor justo esteja associado ao risco de fraude.

E, por fim, as tendências de inovações tecnológicas e a regulamentação das autoridades monetárias têm sido alguns dos principais fatores externos influentes na Contabilidade Bancária (ASSAF NETO, 2015).

2.5.3 Regulamentação Contábil das Instituições Financeiras Bancárias

Saunders (2007) aponta que os bancos são altamente regulamentados. Ademais, essas instituições apresentam uma regulamentação especial em comparação com os outros tipos de empresas. A principal justificativa para essas regulamentações é o fato de as instituições financeiras exercerem atividades que podem trazer sérios efeitos para a economia de um país, pois falências de bancos levam à destruição de poupança de indivíduos e, também, à limitação de acesso ao crédito para empresas.

Posto isso, no Brasil, as principais autoridades que regulam os bancos são: (1) Conselho Monetário Nacional (CMN), que é o órgão normativo máximo do SFN, sendo responsável por elaborar as políticas de moeda e crédito; (2) Banco Central do Brasil (BACEN), que é o órgão executor das políticas traçadas pelo CMN, além de ser o órgão fiscalizador do SFN; (3) Comissão de Valores Mobiliários (CVM), responsável por normatizar e controlar o mercado de valores mobiliários; (4) Banco do Brasil (BB), que é o principal agente financeiro do Governo Federal na execução de suas políticas creditícias e financeiras; (5) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que atua na política de financiamento de médio e longo prazo do Governo Federal; e (6) Caixa

Econômica Federal (CEF), que é o principal agente do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) (ASSAF NETO, 2010).

A Lei 4.595/64 e a Lei 6.385/76 dispõem que compete ao CMN emitir normas e resoluções gerais de Contabilidade para as instituições financeiras, inclusive, o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), cabendo ao BACEN disciplinar as práticas contábeis a serem seguidas pelas instituições financeiras (BRASIL, 1964, 1976). Logo, as instituições financeiras bancárias elaboram as suas demonstrações contábeis conforme o COSIF, que foi criado com o intuito de consolidar as informações pelas instituições financeiras (MOURAD; PARASKEVOPOULOS, 2010; FARIAS *et al.*, 2014).

Outra lei brasileira que regulamenta o setor é a Lei nº 12.683/12 (antiga Lei nº 9.613/98), que se refere à Lei de Lavagem de Dinheiro, a qual busca aumentar o rigor no combate e prevenção de atividades financeiras consideradas ilícitas no país, como criação de empresa fictícia, superfaturamento, operações fraudulentas e contrabando de moedas. Por meio dessa lei, todos os profissionais de Auditoria, Contabilidade, entre outros, devem, obrigatoriamente, avisar o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) quando houver a sinalização da existência de alguma operação financeira duvidosa (BRASIL, 1998).

O Quadro 7 traz um resumo das principais resoluções quanto à regulamentação contábil das instituições financeiras bancárias brasileiras.

Resolução	Descrição
Resolução nº 2.099	Exigência do capital próprio mínimo
Resolução nº 2.283	Estabelece o limite de aplicação de recursos no Ativo Permanente
Resolução nº 2.554	Finalidade da auditoria e controles internos nas instituições financeiras bancárias
Resolução nº 2.682	Estabelece critérios para classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa
Resolução nº 3.464	Dispõe sobre a implementação da estrutura de gerenciamento do risco de mercado
Resolução nº 3.490	Define o Patrimônio Líquido de Referência (PRE)
Resolução nº 3.786	Adoção dos padrões internacionais IFRS para as demonstrações financeiras consolidadas
Circular nº 3.360	Define a Parcela de Exposição Ponderada pelo Risco (PEPR)
Circulares nº 3.361 a 3.364, nº 3.366, nº 3.368 e nº 3.389	Definem a exposição às Parcelas de Juros (PJUR-1 a PJUR-4), Ações (PACS), Commodities (PCOM) e Câmbio (PCAM)
Circular nº 3.383	Define a Parcela de Risco Operacional

Resolução	Descrição
Lei nº 4.595 e Lei nº 6.385	Competências do CMN e BACEN quanto às práticas contábeis e o COSIF
Lei nº 12.683	Combate e prevenção de atividades financeiras ilícitas

Quadro 7 – Principais normas relacionadas à regulamentação contábil das instituições financeiras bancárias
 Fonte: Adaptado de BACEN (1994, 1996, 1998, 1999, 2007, 2008, 2009); BRASIL (1964, 1976, 1998).

Quanto à regulamentação contábil para instituições financeiras no contexto internacional, foi instituído, em 1988, o Acordo de Basiléia, com o intuito de estabelecer controles sobre o mercado financeiro e minimizar o risco da insolvência dos bancos. Assim, a partir desse acordo, os bancos passaram a ter um capital próprio mínimo, conforme a Resolução nº 2.099 do SFN (ASSAF NETO, 2010). Desde então, os bancos estão sujeitos a diretrizes e regulamentações de adequação de capital, determinadas pelo Banco Central, que são similares às diretrizes do Acordo de Basiléia. De acordo com as regras do Banco Central, o Índice de Basiléia mínimo exigido é de 11%, o que representa a relação entre o capital total e os ativos ponderados pelo risco. Quanto menor for, esse índice implica em uma situação ruim para o banco, uma vez que as operações de crédito não são liquidadas por falta de caixa. Portanto, os maiores bancos possuem, normalmente, um índice de Basiléia superior a 16% (CORADI, 2016).

Posteriormente, em 2001, foi instituído o Acordo de Basiléia II, passando-se a exigir que os bancos desenvolvessem técnicas de avaliações ou modelagem de modo a mensurar o risco de crédito de suas operações e classificando-se os riscos do crédito dos seus ativos em quatro categorias, com pesos de 20%, 50%, 100% e 150%. É importante destacar que, antes do Acordo de Basiléia II, os derivativos e os instrumentos financeiros eram considerados itens fora do balanço (*off-balanced sheet items*), sendo seu valor de mercado divulgado apenas em notas de rodapé. A partir desse acordo, esses itens passaram a ser evidenciados no balanço das instituições financeiras bancárias, ficando apenas o risco de crédito destacado nas notas explicativas (MOURAD; PARASKEVOPOULOS, 2010).

A Resolução nº 3.721 de 2009 dispõe sobre a implementação da estrutura de gerenciamento do risco de crédito (BACEN, 2009). Conforme a resolução, os bancos têm a obrigação de realizar uma avaliação de risco em relação ao cliente que toma dinheiro emprestado, devendo serem considerados o histórico de calote, atrasos nos pagamentos, renda, entre outros aspectos. Destarte, a classificação do risco vai de A a H, sendo A a melhor *rating* e H, a inadimplência. É com base nessa classificação que os bancos destinam recursos para cobrir eventuais perdas (ASSAF NETO, 2010).

A partir do Acordo de Basiléia III, firmado em 2013, o capital das instituições financeiras passou também a ser avaliado como de nível 1 ou de nível 2. O nível 1 envolve a soma do capital principal (formado por ações mais reservas de capital e lucros acumulados) e o capital complementar (composto pelos instrumentos de dívidas subordinadas), enquanto que o nível 2 envolve aqueles instrumentos não presentes no nível 1, bem como as provisões para perdas (BACEN, 2013).

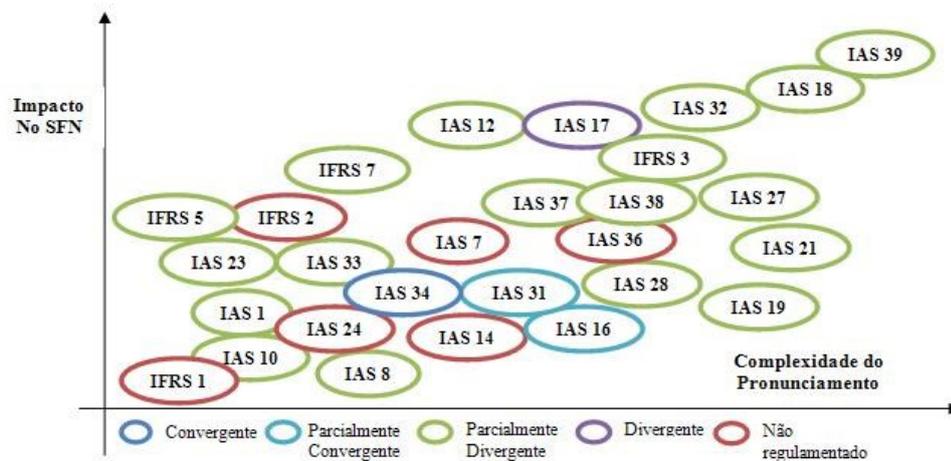
A adoção das IFRS pelos europeus, em 2005, também trouxe impactos para as instituições financeiras bancárias, principalmente, com os IAS 32 e 39 e IFRS 7, que tratam do reconhecimento, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. No Brasil, o BACEN publicou, em 2009, a Resolução nº 3.786, que declara a adoção de IFRS pelas instituições financeiras abertas ou com comitês de auditoria, solicitando que as demonstrações financeiras consolidadas dessas instituições fossem elaboradas conforme os padrões internacionais, continuando as demonstrações financeiras individuais conforme os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Brasil (BR GAAP) (BACEN, 2009). Portanto, algumas classificações não utilizadas pelas normas internacionais ainda são observadas nas demonstrações contábeis dos bancos, como é o caso do Ativo Diferido e a classificação de Ativo Permanente (MOURAD; PARASKEVOPOULOS, 2010; FARIAS *et al.*, 2014).

Desde 2006, o Comunicado 14.259 do BACEN apresenta a adoção parcial de alguns padrões internacionais nas demonstrações individuais dos bancos por meio do COSIF, sendo eles: IAS 1 (Apresentação das demonstrações contábeis); IAS 2 (Demonstração dos fluxos de caixa); IAS 8 (Políticas contábeis, alterações nas estimativas contábeis e erros); IAS 10 (Eventos subsequentes); IAS 12 (Créditos tributários); IAS 14 (Demonstrações por segmento); IAS 16 (Ativo permanente imobilizado); IAS 17 (Arrendamento mercantil); IAS 18 (Receitas); IAS 19 (Benefícios aos empregados); IAS 21 (Conversão das demonstrações contábeis); IAS 23 (Custos de empréstimos); IAS 24 (Partes relacionadas); IAS 27 (Demonstrações contábeis consolidadas); IAS 28 (Coligadas); IAS 31 (Empreendimentos conjuntos (*Joint Ventures*)); IAS 32 (Apresentação de instrumentos financeiros); IAS 33 (Lucro por ação); IAS 34 (Demonstrações contábeis intermediárias); IAS 36 (Perdas por imparidade de ativos (*Impairment*)); IAS 37 (Provisões, contingências passivas e contingências ativas); IAS 38 (Ativos intangíveis); IAS 39 (escopo e definições de instrumentos financeiros, nos Parágrafos 1 a 14 e 38 a 70); IAS 39 (Instrumentos financeiros, nos Parágrafos 15 a 37); IAS 39 (registro de operações de *hedge* e Parágrafos 71 a 102); IFRS 1 (Primeira adoção dos IFRS); IFRS 2 (Pagamentos baseados em ações); IFRS 3

(Combinações de empresas); IFRS 5 (Ativos não correntes mantidos para venda e operações em descontinuidade); e IFRS 7 (Evidenciação de instrumentos financeiros) (BACEN, 2017).

A Figura 5 apresenta como se encontra o cenário de convergência das instituições financeiras em relação às normas internacionais de Contabilidade.

Figura 5: Cenário da convergência das instituições financeiras às normas internacionais de Contabilidade



Fonte: Adaptado de Marques, André e Zendersky (2009).

2.5.4 Risco de Fraudes Contábeis Bancárias, os Processos Administrativos Punitivos e as Intervenções do Banco Central

Historicamente, Coradi (2016) faz um levantamento de fraudes corporativas que culminaram na liquidação de bancos, corretoras e outras instituições financeiras. De acordo com o autor, as irregularidades envolvendo bancos no Brasil acontecem desde a própria concepção do sistema bancário brasileiro, em 1809, na época da família real, quando foi inaugurado o Banco do Brasil. Assim, ao invés de movimentar a economia no país, esse banco servia como pano de fundo para financiar gastos da nobreza e realizar, sem controle, a emissão de moedas. Posteriormente, em 1829, diante das inúmeras falcatruas descobertas, o Banco do Brasil foi fechado, sendo novamente fundado em 1905 (CORADI, 2016).

Não são raros os casos de riscos de ocorrência de fraudes contábeis em instituições bancárias. No contexto internacional, o banco de investimento Lehman Brothers foi acusado de fraudar as suas demonstrações contábeis para esconder as dívidas em um escândalo que veio à tona em março de 2010, fato que não foi mencionado pela auditoria da Ernest & Young (SÁ, 2011). No mesmo ano, o banco norte-americano Goldman Sachs foi acusado de realizar

manobras em contas públicas na Grécia (SÁ, 2011). Já em 2011, na Suíça, o Banco UBS AG foi acusado de fraude contábil praticada por funcionário (SÁ, 2011) e, na China, vários bancos estavam envolvidos em fraudes nas demonstrações financeiras, haja vista a divulgação de receitas fictícias nesse mesmo período (BLODGET, 2011).

Segundo Baraldi (2012), um dos casos mais noticiados no Brasil é o do Banco Panamericano, que foi acusado de criar várias empresas fantasmas que atuavam como *holding* de instituições não financeiras, correspondendo o resultado da fraude a um rombo de R\$4,3 bilhões. A ação, que vinha ocorrendo desde 2006, acabou sendo descoberta pelo BACEN em 2010, quando essa autarquia detectou que o referido banco realizava a venda de ativos em muitas carteiras, porém não registrava suas baixas no balanço (BARALDI, 2012).

O caso do Banco Nacional, um dos maiores bancos privados do país, veio à tona em 1990, quando essa instituição foi envolvida em fraudes contábeis por forjar empréstimos fictícios e abrir cerca de 600 contas falsas para cobrir R\$600 milhões de dívidas durante o período de sete anos (CUPERTINO, 2006). Como consequência, ocorreu a liquidação do banco em 1995, que tinha um prejuízo equivalente a 581% do valor contábil do seu patrimônio líquido (BARBOSA, 2008). Por fim, uma das suas partes acabou sendo vendida para o Banco Unibanco (BARBOSA, 2008).

Em 1995, o Banco Econômico foi envolvido em fraude contábil, trazendo um prejuízo de US\$1 bilhão, com a dívida da instituição chegando a ser 16% superior ao seu patrimônio líquido (BARALDI, 2012). Outro caso notório foi o do Banco Santos que, em 2004, foi acusado de realizar operações de lavagem de dinheiro por meio da concessão de empréstimos para empresas brasileiras em dificuldades financeiras, ganhando em troca a compra de papéis e investimentos de empresas em paraísos fiscais (BARALDI, 2012). Em 1998, o Banco Noroeste também foi envolvido em casos de paraísos fiscais devido às movimentações irregulares no patrimônio líquido (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, 2013).

Posteriormente, em 2012, o Banco Cruzeiro do Sul foi levado à liquidação, sendo acusado de fraudes contábeis associadas a contratos fictícios de empréstimo consignado no período de 2007 a 2011, gerando um rombo de R\$1,25 bilhão nas suas contas (OLIVEIRA, 2016). Mais recentemente, em 2014, o Banco BVA foi envolvido em escândalos contábeis e também com corrupção, o que colocou a sua auditoria independente como alvo de discussões (CARVALHO, 2016).

Conforme Baraldi (2012), os casos relacionados aos bancos brasileiros haviam passado pela auditoria de alguma das empresas *big four*⁴ no período do fato contábil, podendo-se citar: o Banco Panamericano era auditado pela Deloitte; o banco Nacional, o banco Cruzeiro do Sul e o banco BVA eram auditados pela KPMG; o banco Econômico e o banco Santos eram auditados pela Ernst & Young e o Banco Noroeste contava com a auditoria da Price.

O Quadro 8 apresenta um resumo de alguns indícios de fraudes corporativas e contábeis no setor bancário brasileiro, conforme exposto por Costa (2011) e Carvalho (2016).

Banco	Ano do escândalo	Duração dos indícios de fraude	Perdas
Banco Nacional	1990	10 anos	R\$9,2 bilhões
Banco Econômico	1995	5 anos	US\$1 bilhão
Banco Noroeste	1998	2 anos	US\$242 milhões
Banco Santos	2004	9 anos	R\$2,5 bilhões
Banco Panamericano	2010	4 anos	R\$4,3 bilhões
Banco Cruzeiro do Sul	2012	4 anos	R\$1,25 bilhão
Banco BVA	2014	5 anos	R\$1,6 bilhão

Quadro 8 – Indícios de fraudes corporativas e contábeis no setor bancário brasileiro

Fonte: Adaptado de Costa (2011) e Carvalho (2016).

Diante de possíveis irregularidades nos demonstrativos contábeis, instauram-se os denominados processos administrativos punitivos, cuja responsabilidade em fiscalizar e julgar tais processos é do Banco Central, conforme a Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999 (BRASIL, 1999). Esses processos envolvem infrações às normas por parte de instituições financeiras e/ou empresas de auditorias e auditores independentes. Conseqüentemente, as pessoas físicas e jurídicas envolvidas nesses processos podem ser penalizadas com advertências, multas, suspensões, inabilitações e proibições temporárias (BACEN, 2017).

O Departamento de Controle e Análise de Processos Administrativos Punitivos (DECAP) é a área responsável pelos processos administrativos sancionadores do Banco Central, os quais envolvem as seguintes etapas: instauração, defesa, exame do processo, decisão de primeira instância, recurso e decisão de segunda instância. Sendo assim, o DECAP também tem como papel conduzir ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) ou ao Ministério Público (dependendo da competência) os recursos dos processos administrativos. Já o Banco Central é responsável pelos julgamentos dos processos administrativos punitivos em primeira instância, enquanto que o CRSFN tem a responsabilidade pelo julgamento de processos em segunda instância (BACEN, 2017).

⁴ A denominação *big four* é atribuída às empresas PricewaterhouseCoopers, Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG e Ernst & Young (BARALDI, 2012).

E, por fim, como asseverado por Coradi (2016), alguns bancos podem passar por processos de intervenção do Banco Central. Esse processo ocorre quando se verifica alguma irregularidade nas instituições financeiras de modo a trazer riscos de prejuízos para credores em virtude de uma má administração e/ou infrações à legislação bancária (BRASIL, 1974).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem por objetivo especificar as hipóteses e o método de pesquisa adotado na realização deste trabalho. Logo, nesta seção, são apresentados a abordagem de investigação, os critérios adotados para a escolha dos casos e os métodos utilizados para a coleta e análise das informações.

3.1 Caráter Teórico-Metodológico

3.1.1 Hipóteses da Pesquisa

Com base na literatura estudada sobre fraude contábil, conforme exposto no capítulo anterior, são levantadas algumas hipóteses sobre fatores que podem estar relacionados ao risco de fraude contábil em instituições financeiras bancárias.

Quanto à influência da Contabilidade, percebeu-se que as contas do Ativo Circulante, Receitas, Despesas, Reservas e Ativo não Circulante (especialmente, Investimentos) são as contas geralmente manipuladas em uma possível fraude contábil (NELSON; ELLIOTT; TARPLEY, 2003; SÁ; HOOG, 2005; SÁ, 2011; BARALDI, 2012). Assim, lança-se mão da primeira hipótese de pesquisa:

H₁: Há risco de fraude contábil nas instituições financeiras bancárias analisadas devido à natureza da conta contábil.

Quanto aos indicadores econômicos e financeiros, foi possível perceber que a situação financeira ruim, a alta alavancagem e os altos indicadores de rentabilidade apresentam associação positiva com o risco de fraude (ALBRECHT *et al.*, 2003). Desse modo, formula-se a segunda hipótese:

H₂: Há risco de fraude contábil nas instituições financeiras bancárias analisadas devido à situação econômico-financeira do banco quanto à liquidez, estrutura de capital e rentabilidade.

Beasley *et al.* (2000) destacam a importância de se considerar o setor para a análise do risco de fraudes contábeis. Sendo assim, este estudo também identifica a existência de

diferenças entre os indicadores econômico-financeiros de três instituições financeiras envolvidas em processos administrativos punitivos contábeis e em processos de intervenção do Banco Central e os indicadores econômico-financeiros do setor bancário. Logo, tem-se a seguinte hipótese:

H₃: Existe diferença entre os indicadores econômico-financeiros das instituições financeiras bancárias analisadas e os indicadores econômico-financeiros do setor bancário.

Quanto à auditoria, Kamarudin, Ismail e Mustapha (2012) e Condé, Almeida e Quintal (2015) abordam a relação do risco de fraude contábil com o tamanho da empresa de auditoria, ou seja, se ela é uma *big four* ou não. Já Summers e Sweeney (1998) e Carcello e Nagy (2004) mostram a relação do risco de fraude contábil com a mudança da empresa de auditoria e a inexistência de um comitê de auditoria.

Hasnan, Abdul Rahman e Mahenthiran (2013) mostram a relação do risco de fraude contábil com a existência de infrações contábeis. Conforme Sá e Hoog (2005), Palmrose e Scholz (2004) e Hasnan, Abdul Rahman e Mahenthiran (2013), a existência de poucas transações com partes relacionadas aumentam o risco de ocorrerem fraudes.

Kasanen, Kinnunen e Niskanen (1996) apontam a relação de ocorrência de fraude contábil com o pagamento de altos dividendos aos acionistas. Já de acordo com Fich e Shivdasani (2007) e Yu, Zhen e Zhang (2010), a existência de poucos mecanismos de controle da fraude e uma fraca governança corporativa aumentam os riscos de ocorrência de uma fraude contábil.

De acordo com Erickson, Hanlon e Maydew (2004), o pagamento de remuneração variável aos gestores tem relação com o risco de ocorrência de uma fraude contábil. Para Beasley (1996) e Hasnan, Abdul Rahman e Mahenthiran (2013), a existência de uma baixa proporção de diretores externos no Conselho de Administração tem relação com um maior risco de ocorrência de fraudes contábeis. Dessa forma, desenvolvem-se a seguinte hipótese com indicadores não contábeis:

H₄: Na opinião de especialistas e nos casos analisados, há risco de fraude contábil em instituições financeiras bancárias devido à existência de indicadores não contábeis.

3.1.2 Desenho da Pesquisa

Este estudo centrou-se em todas as instituições financeiras bancárias brasileiras, públicas e privadas, de capital aberto e fechado, envolvidas em processos administrativos punitivos contábeis e em processos de intervenção do Banco Central. Os casos foram selecionados, considerando-se o período de 2000 a 2016 a partir da consulta dos acórdãos⁵ emitidos pelo Banco Central e o CRSFN. Na fase de coleta de dados, buscaram-se todos os bancos que sofreram algum tipo de intervenção e processo sancionador pelo Banco Central, seja por liquidação ou irregularidades.

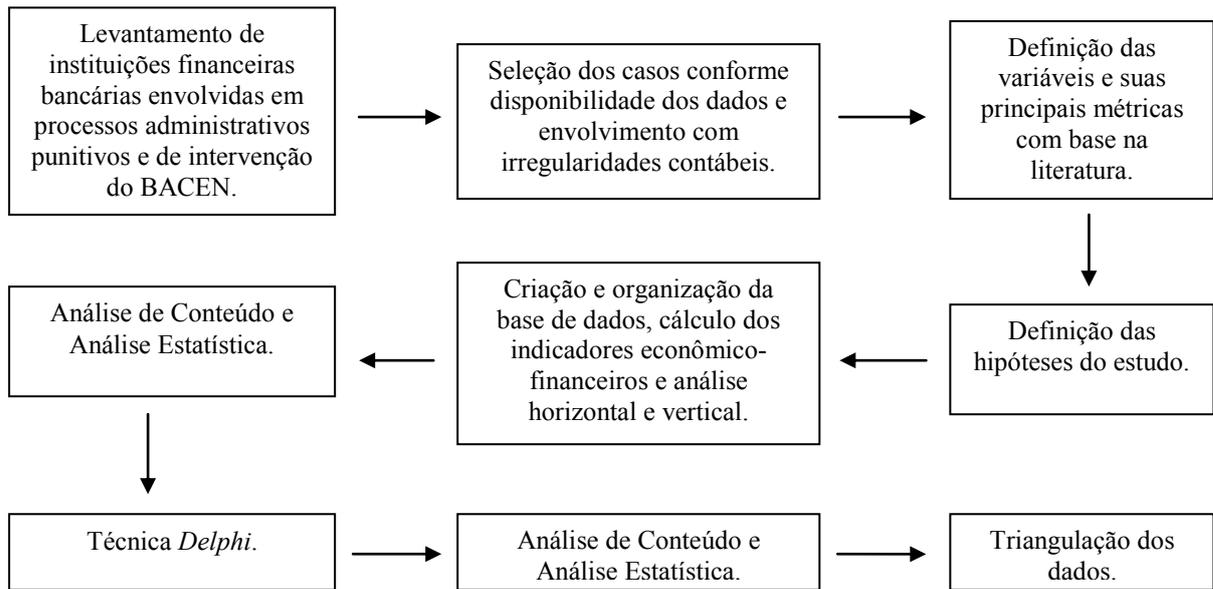
Após serem os casos selecionados, foram levantadas as demonstrações financeiras de todas as instituições financeiras bancárias encontradas, bem como outros documentos relacionados a irregularidades, como os processos sancionadores administrativos na CVM⁶. Todos os processos e demonstrações financeiras foram analisados por meio dos procedimentos contidos no protocolo referente ao estudo de caso, conforme propõe Yin (2005). A análise de conteúdo foi empregada para a análise das demonstrações e processos com base nas categorias das variáveis relacionadas ao risco de fraude contábil apresentadas no item 2.4. Posteriormente, foram utilizados testes estatísticos para o teste das hipóteses H_1 , H_2 e H_3 , que estão dispostas no item 3.1.1, sem o intuito de fazer generalizações dos resultados.

A última etapa da pesquisa envolveu a aplicação da técnica *Delphi*, por meio de questionários com auditores, professores e analistas financeiros para o levantamento de suas respectivas opiniões quanto às variáveis relacionadas ao risco de fraude contábil em instituições financeiras bancárias. As respostas e as análises obtidas foram trianguladas com as observações encontradas nas demonstrações financeiras dos bancos analisados, bem como com os achados da literatura, buscando confirmar as hipóteses H_1 a H_4 da pesquisa.

A Figura 6 apresenta o desenho da pesquisa.

⁵ O acórdão envolve um resumo sobre a decisão do órgão colegiado.

⁶ A Lei nº 6.385 concede à CVM a autonomia de apurar, julgar e punir as irregularidades que são cometidas no mercado por meio dos chamados processos sancionadores administrativos (BRASIL, 1976).

Figura 6: Fluxograma das etapas de desenvolvimento da pesquisa

Fonte: Elaboração Própria (2017).

3.1.3 Construtos e Definições Operacionais das Variáveis

A pesquisa analisou 16 variáveis (conforme Quadro 5). Essas variáveis, a partir das quais se buscou delinear as possíveis características dos riscos de fraudes contábeis em instituições financeiras bancárias, são de natureza quantitativa e qualitativa. As variáveis quantitativas abrangem a situação econômico-financeira dos bancos e as suas operações contábeis. Já as variáveis qualitativas estão relacionadas ao ambiente externo e ao ambiente interno.

O Quadro 9 apresenta a métrica utilizada para as variáveis da pesquisa, as quais foram reagrupadas em 3. A definição teórica dessas variáveis e seus respectivos autores foram apresentados no Quadro 5, na seção 2.4.

Variável	Métrica
Natureza da conta contábil	Análise Horizontal e Vertical e testes estatísticos das contas patrimoniais e de resultado.
Situação econômico-financeira	Indicadores econômico-financeiros de liquidez, estrutura de capital e rentabilidade (Quadro 6); comparações entre períodos e com indicadores setoriais.
Indicadores não contábeis	(1) Ambiente interno: existência ou não de um Comitê de Auditoria, estrutura e nível de Governança pela Bovespa; presença de planos de ações para gestores, proporção de diretores externos no Conselho de Administração (número de conselheiros independentes divididos pelo tamanho do conselho, conforme Anderson, Mansi e Reeb (2004));

Indicadores não contábeis	(2) Ambiente externo: empresa auditada ou não por <i>Big Four</i> ; mudança ou não da empresa de auditoria, valor de mercado e crescimento (calculado pelo <i>book to market</i> , conforme Carcello e Nagy (2004)), pagamento de dividendos e existência ou não de pedidos de refazimento das demonstrações contábeis pela CVM e processos sancionadores administrativos, envolvendo os seguintes aspectos, conforme Kamarudim, Ismail e Mustapha (2012): anúncio não imediato sobre fatos relevantes em tempo hábil, não apresentação de relatório anual / apresentação tardia de relatórios anuais/trimestrais, falha ao levar em conta os ajustes contábeis, quantidade inconsistente de lucro/perda reportada com valor auditado, envio de declaração falsa à CVM, manipulação de mercado/ <i>insider trading</i> e exercícios corporativos questionáveis.
---------------------------	---

Quadro 9 - Métrica das variáveis analisadas

Fonte: Elaboração Própria (2017).

3.2 Classificação da Pesquisa

Quanto à abordagem do problema, a presente pesquisa tem características qualitativa e quantitativa. A pesquisa tem caráter qualitativo por buscar conhecer as características dos bancos brasileiros com risco de fraudes contábeis. Já a pesquisa é também caracterizada por quantitativa pelo fato de utilizar técnicas estatísticas tanto na análise das contas dos demonstrativos contábeis, bem como nos indicadores econômico-financeiros.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. A pesquisa é exploratória pelo fato de serem poucos os estudos realizados sobre essa temática e por pretender buscar esclarecer e conhecer mais profundamente o assunto. Este estudo também buscou classificar as características nas demonstrações contábeis dos casos selecionados a partir de significâncias estatísticas observadas e opiniões de especialistas, o que está associado ao objetivo de uma pesquisa descritiva.

Quanto à estratégia de pesquisa, as tipologias utilizadas foram o estudo de caso e a pesquisa documental. A presente pesquisa é documental ao buscar extrair as informações brutas contidas nos relatórios financeiros das instituições financeiras bancárias e em processos administrativos punitivos e de intervenção, procurando tratá-las e interpretá-las. Em relação ao estudo de caso, esta pesquisa envolve o estudo de caso do tipo múltiplo, uma vez que foram analisados dois ou mais estudos de casos independentes entre si.

Ademais, este estudo buscou seguir o protocolo do estudo de caso de Yin (2005) como forma de garantir a confiabilidade da pesquisa e ter uma orientação para a coleta de dados. Segundo o autor, um ponto forte para a condução de estudos de caso é a utilização de duas ou mais fontes, o que permite a triangulação de dados, possibilitando uma análise mais robusta. Nesta pesquisa, a primeira fonte utilizada foram as demonstrações contábeis e os processos

sancionadores e de intervenção do Banco Central e da CVM que dizem respeito aos bancos analisados. A outra fonte consultada se refere à opinião de especialistas sobre as variáveis relacionadas ao risco de fraude contábil em instituições financeiras bancárias.

3.3 Técnicas de Coleta dos Dados

Em razão da ausência de uma base de dados estruturada, que contenha informações sobre casos de fraudes contábeis existentes no Brasil, realizou-se um levantamento dos processos administrativos punitivos e de intervenção do Banco Central para identificar os casos envolvendo riscos de fraude contábil em instituições financeiras bancárias. Assim, na primeira etapa da pesquisa, a coleta de dados ocorreu pela utilização de fontes secundárias.

A escolha pela análise de processos do Banco Central para a relação com o risco de fraude contábil advém da confiabilidade da fonte de informação. Entretanto, os documentos disponíveis ao público envolvem apenas notícias e resumos de decisões processuais, uma vez que o acesso às informações completas de processos administrativos punitivos é restrito às partes envolvidas nos autos, pelo fato de as pessoas serem protegidas pelo sigilo bancário, como consta no Art. 2º da Lei Complementar 105, de 2001 (BRASIL, 2001). Portanto, os materiais consultados envolvem somente os acórdãos disponíveis no site do Banco Central e as publicações no Diário Oficial da União.

Além de pesquisas nos processos administrativos e de intervenção do Banco Central, o intuito da coleta foi realizar uma análise em conjunto com dados obtidos por meio de outros processos, de modo a obter informações que complementassem as análises. Para tanto, também foram coletados processos sancionadores administrativos na CVM. Quanto a esses, ressalta-se que a CVM não explicita a ocorrência ou não de fraude, apenas sugere indícios de ocorrência de erros e/ou fraudes.

Diante disso, foi utilizada, neste estudo, a análise documental de fontes oficiais para verificar as características e antecedentes do risco de fraudes contábeis em bancos. O Quadro 10 apresenta a quantidade de documentos selecionados para a análise dos casos, considerando cada tipo de fonte consultada.

Fonte	Quantidade
Processos administrativos punitivos e processos de intervenção do Banco Central	5
Processos sancionadores na CVM	7
Demonstrações Contábeis dos bancos analisados	19

Quadro 10 – Fontes de coleta dos dados

Fonte: Elaboração Própria (2017).

Conforme o Quadro 10, a base documental analisada foi composta por cinco processos administrativos punitivos e de intervenção do Banco Central, sete processos sancionadores administrativos da CVM e 19 demonstrações contábeis⁷. É importante ressaltar que foram coletadas as demonstrações contábeis anuais consolidadas das instituições financeiras bancárias, sendo todas em padrão BR GAAP. Optou-se pela coleta das informações nos sites das próprias instituições, uma vez que o Banco Central disponibiliza apenas as informações trimestrais e individuais dos bancos. Ademais, outras bases de dados, como a CVM e a Bovespa, não detinham dados de todas as instituições da amostra. Além disso, as demonstrações nessas bases encontram-se em padrão IFRS.

Nesta pesquisa, concentrou-se em observar as demonstrações financeiras dos casos selecionados, considerando o espaço temporal de dois anos anteriores e dois anos posteriores aos fatos que levaram ao envolvimento das instituições em processos administrativos punitivos contábeis e em processos de intervenção do Banco Central, bem como o período da ocorrência do fato desses processos, ou seja, um corte temporal de cinco anos. A justificativa para esse corte é baseada nos resultados dos estudos apontados por Kamarudin, Ismail e Mustapha (2012) e ACFE (2014). Assim, a pesquisa tem um caráter temporal transversal ou também denominada de corte transversal, consoante Greenland (1977).

Ressalta-se que o período de análise desta pesquisa é de 2000 a 2016, visto que os estudos apontaram maior ocorrência de riscos de fraudes contábeis a partir desse período (ALBRECHT *et al.*, 2003; SCHIEHLL; BORBA; MURCIA, 2007). Ademais, como a pesquisa analisou as demonstrações financeiras anuais, o período de análise teve como limite final o ano de 2016.

Na última etapa da pesquisa, realizou-se a coleta de dados com a utilização de dados primários obtidos por meio de questionários com especialistas que trabalham na área de identificação de fraudes em bancos e/ou estudam essa temática. Para tanto, foi aplicada a técnica *Delphi* devido à necessidade de capturar a visão de diferentes especialistas acerca do tema, uma vez que pouco se sabe sobre as variáveis relacionadas ao risco de fraudes contábeis em bancos. Giovinazzo (2001) afirma que a técnica *Delphi* é uma ferramenta de pesquisa qualitativa cujo objetivo é obter um consenso entre opiniões de um grupo de especialistas a respeito de uma dada temática.

A técnica *Delphi* foi desenvolvida em três rodadas consecutivas que se processaram entre junho e agosto de 2017, tendo sido utilizadas como base as possíveis variáveis

⁷ As demonstrações financeiras analisadas foram o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), bem como notas explicativas e relatórios de administração.

relacionadas ao risco de fraude contábil apontadas pela literatura e que apresentaram significância estatística nos três casos analisados, a partir das hipóteses H_1 , H_2 e H_3 . Logo, o processo de aplicação da técnica *Delphi* ocorreu da seguinte forma:

- **Rodada 1:** Entrega do questionário ao especialista contendo 40 variáveis no total. A ideia era que esse especialista avaliasse se concordava ou não concordava com cada uma das variáveis apresentadas.
- **Rodada 2:** Entrega dos resultados da primeira rodada e reaplicação do questionário contendo 46 variáveis no total, as quais envolvem as sugestões apresentadas pelos especialistas na etapa anterior e somente aquelas variáveis que, na primeira rodada, obtiveram, pelo menos, 50% de aceitação do grupo quanto à sua relação com o risco de fraude contábil. De acordo com Wright e Giovinazzo (2000), todos os resultados da primeira rodada são devolvidos aos participantes da pesquisa, de forma consolidada, na segunda rodada e, baseando-se nos resultados anteriores, os participantes devem reavaliar suas respostas em um espaço próprio para as justificativas.
- **Rodada 3:** *Feedback* com os resultados da segunda rodada e entrega do questionário com aquelas variáveis que apresentaram alta dispersão nas respostas da rodada anterior, ou seja, com o propósito de encontrar um consenso entre elas. Para Estes e Kuespert (1976), o *feedback* disponibilizado nas rodadas possibilita a troca de informações entre os diversos participantes, com o intuito de se obter um maior consenso no grupo.

Os instrumentos utilizados na técnica *Delphi* (Apêndices A, B e C), na forma de questionário, foram elaborados especificamente para esta pesquisa, visto não ter sido encontrado na literatura um instrumento de natureza similar já validado. Para sua validação, realizou-se um pré-teste com dois especialistas. Após as sugestões apresentadas, chegou-se à versão final do instrumento, tendo sido os questionários disponibilizados na plataforma Google Docs.

Destaca-se que o instrumento de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com vistas à análise, avaliação e autorização. Após o parecer do CEP, deu-se início à realização do pré-teste. Posteriormente, iniciou-se a abordagem e recrutamento dos participantes. A escolha da comissão de especialistas da pesquisa foi feita através de uma busca de trabalhos em relação à temática que trata de fraudes contábeis e bancos no Currículo Lattes e LinkedIn, bem como foram feitos contatos pessoais com auditores, professores e analistas financeiros. É importante destacar

que a primeira parte do questionário da primeira rodada apresentou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual o participante declara a sua concordância ou discordância em relação à sua participação. Ao concordar, o participante foi direcionado às perguntas da pesquisa.

3.4 População e Amostragem

Primeiramente, é importante mencionar a dificuldade de se pesquisarem fraudes, tanto por ser um assunto complexo, que envolve diversos motivos de ocorrência e tipificações, bem como pelo fato de sua divulgação ser tratada de forma sigilosa, como apontado por Levitt e Dubner (2005) e Condé, Almeida e Quintal (2015). Desse modo, conseguir acesso às informações sobre fraudes contábeis de um número considerável de bancos é um desafio. Considerando esses aspectos, obteve-se para análise uma pequena amostra de bancos brasileiros.

Para identificar o risco de fraudes contábeis em instituições financeiras bancárias, utilizou-se como base os bancos envolvidos em processos administrativos punitivos do Banco Central e do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN). Além disso, buscou-se também por processos associados à intervenção do Banco Central. É importante ressaltar que não se pode afirmar que todos os bancos envolvidos em processos administrativos punitivos ou processos de intervenção são vítimas de fraudes. No entanto, pode-se inferir que os indícios de irregularidades contábeis presentes nesses processos podem culminar em riscos de fraudes, conforme visto em Feroz, Park e Pastena (1991); Dechow, Sloan e Sweeney (1996); Bonner, Palmrose e Young (1998); Carcello e Nagy (2004) e Erickson, Hanlon e Maydew (2006).

Assim, foram identificadas 121 instituições financeiras bancárias envolvidas em processos administrativos punitivos e/ou processos de intervenção do Banco Central, no período de 2000 a 2016, considerando os processos finalizados e não finalizados. Esse número corresponde a 58,17% de todos os bancos brasileiros ativos e inativos. Destaca-se que 39 dos processos encontrados se referem a processos de intervenção por liquidação extrajudicial.

É importante ressaltar que não houve a intenção de acompanhar o julgamento dos processos analisados, pois alguns bancos podem ter sido inocentados, outros podem ter sido condenados pela Justiça Brasileira, pelo Banco Central ou pela CVM, e outros ainda podem

estar em processo de julgamento. Portanto, optou-se por ocultar os nomes dos bancos analisados.

Após o levantamento realizado, os casos objetos desta pesquisa foram selecionados, considerando-se a quantidade de informações e um grande número de documentos relacionados aos casos disponíveis para análise, bem como o envolvimento dos bancos com fatos atrelados a aspectos contábeis. Portanto, para a seleção da amostra, utilizou-se uma amostragem não probabilística por critério de conveniência, conforme Vergara (2004).

Nesse sentido, para o estudo de caso desta pesquisa, foi utilizada uma amostra de três instituições financeiras bancárias, conforme representado no Quadro 11, pelo fato de atenderem aos requisitos de seleção da amostra quanto ao acesso aos dados a serem pesquisados e ao envolvimento com fatos contábeis. É importante destacar que, para cada um dos casos, foi considerada a análise de cinco anos, o que corresponde ao total de 15 observações analisadas.

Caso	Ano do fato do processo	Porte
Banco A	2006	Médio
Banco B	2010	Médio
Banco C	2014	Médio

Quadro 11 – Amostra para o estudo de caso da pesquisa
Fonte: Elaboração Própria (2017).

O porte dos três bancos da amostra da pesquisa foi obtido por meio do Instituto Assaf Neto (2011). O fato de eles terem o mesmo tamanho (porte) possibilita uma maior comparabilidade, pois os bancos com perfis de atividades semelhantes e, portanto, riscos semelhantes, geralmente, devem ter resultados semelhantes (BEASLEY, 1996; BORTOLUZZO; SHENG; GOMES, 2016).

E, por fim, esta pesquisa buscou fazer a triangulação dos fatos encontrados nas demonstrações financeiras dos três bancos da amostra com a opinião de especialistas pesquisados. Desse modo, a população desta pesquisa também foi constituída por auditores, professores e analistas financeiros brasileiros que atuam na área de identificação de fraudes em bancos e/ou estudam a referida temática.

A escolha dos especialistas para a aplicação da técnica *Delphi* considerou uma busca de trabalhos que abordavam a temática de fraudes contábeis e bancos no Currículo Lattes e LinkedIn. Foram enviados convites a 60 pessoas para participarem da comissão de especialistas, solicitando-lhes que respondessem se aceitavam ou não participar da pesquisa. Desse total, 10 profissionais recusaram participar da pesquisa, 19 profissionais não

responderam ao convite enviado e 10 pessoas que aceitaram participar da pesquisa não responderam o questionário da primeira rodada. Dessa forma, a comissão de especialistas desta pesquisa foi formada por 21 pessoas, sendo: 10 professores, seis auditores e cinco analistas financeiros.

Estimava-se uma amostra média de 15 respondentes para os questionários, tendo em vista o pressuposto da técnica *Delphi* de que o ideal é que se tenha em torno de 12 especialistas pesquisados para que se obtenha um maior consenso nas opiniões, quando se trata de estudos sobre temáticas na área de Contabilidade no Brasil (CUNHA, 2007), o que justifica o tamanho reduzido da amostra pesquisada para a realização dessa técnica e a obtenção do consenso nas respostas.

3.5 Tratamento Estatístico e Análise dos Dados

Cada etapa de desenvolvimento da pesquisa recebeu um tratamento estatístico diferenciado. Na primeira etapa, que envolveu a análise dos casos e dos seus respectivos relatórios financeiros, foi utilizada, fundamentalmente, a análise de conteúdo e a análise horizontal e vertical. A análise de conteúdo é um método de análise de dados em pesquisa utilizada para caracterizar e comparar documentos, sendo muito empregada na pesquisa qualitativa. Já a análise horizontal, analisada por meio de percentuais, apresenta as oscilações entre períodos, enquanto que a análise vertical mostra a representatividade de uma conta em relação à outra (SKALAK *et al.*, 2011).

No segundo momento, os resultados desta pesquisa foram analisados com o uso de métodos quantitativos para descobrir e classificar a relação entre as variáveis. As hipóteses H_1 , H_2 e H_3 das relações das variáveis com o risco de ocorrência da fraude contábil foram testadas com base em inferência estatística, aplicando-se os seguintes testes: Teste t de Student, para amostras independentes via *Bootstrap*, e o Teste de Kruskal Wallis.

O Teste t de Student para duas amostras independentes foi utilizado para comparações entre os indicadores econômico-financeiros do setor bancário e os indicadores econômico-financeiros dos bancos analisados, bem como para comparações da situação econômico-financeira dos bancos no período anterior e posterior aos fatos constantes nos processos analisados, que correspondem às hipóteses H_3 e H_2 , respectivamente. Destaca-se que, em virtude de a amostra ser pequena, foi utilizado o método *Bootstrap*, de modo a aumentar o poder dos testes realizados por meio do processo de 3000 reamostragens. Davison e Hinkley (1997) mencionam que o método de reamostragem *Bootstrap* é visto como um método

computacionalmente intensivo e adequado para a realização de inferências, sendo uma das suas vantagens o fato de não haver necessidade de testes de normalidade das variáveis.

Já para o teste da hipótese H_1 , foi utilizado o Teste de Kruskal Wallis. Esse teste não paramétrico tem um poder maior quando é aplicado para amostras pequenas, conforme colocado por Fávero *et al.* (2009), o que se enquadra no escopo desta pesquisa.

E, por fim, na última etapa da pesquisa, que envolveu a aplicação da técnica *Delphi*, utilizou-se a estatística descritiva para a análise das respostas obtidas no questionário. Conforme Wright e Giovinazzo (2000), os questionários das rodadas da técnica *Delphi* contêm respostas quantitativas e informações qualitativas. As respostas quantitativas são tabuladas e recebem um tratamento estatístico simples, enquanto que as justificativas e as opiniões qualitativas devem ser associadas com os principais argumentos.

Ainda, utilizou-se o coeficiente de variação com o intuito de medir a variação das respostas e, portanto, definir o fim das rodadas, conforme leciona Cunha (2007). Segundo Martins e Theóphilo (2007): há baixa dispersão dos dados quando o coeficiente de variação for inferior a 15%; há média dispersão quando o quociente entre o desvio-padrão e a média (coeficiente de variação) estiver no intervalo de 15% a 30%; e há alta dispersão quando esse quociente estiver acima de 30%, sendo esse o pressuposto para o nível de consenso da técnica (VIANNA, 1989).

Em suma, é importante destacar que todas as análises foram realizadas, considerando-se dois anos anteriores aos fatos contidos nos processos analisados, bem como dois anos posteriores, além de considerar o ano do fato para cada um dos casos analisados. Além da análise por casos, foram realizadas análises de toda a amostra combinada. Cabe ainda ressaltar que, neste trabalho, não se buscou desenvolver uma teoria sobre risco de fraude contábil em bancos, já que generalizações a partir de poucos casos não podem ser feitas. No entanto, pretendeu-se apresentar ideias a serem testadas de forma mais sistemática em estudos futuros.

4 RESULTADOS

Este capítulo tem por objetivo apresentar os resultados e suas discussões à luz do referencial teórico. Primeiramente, são apresentados os resultados a respeito das análises das demonstrações contábeis e dos indicadores econômico-financeiros no período anterior e posterior aos fatos contidos nos processos administrativos punitivos e nos processos de intervenção dos casos analisados, bem como no período do fato. Em seguida, foi realizada a análise das variáveis qualitativas e, por último, são apresentados os resultados da aplicação da técnica *Delphi* e a triangulação dos dados.

4.1 Análise das Demonstrações Contábeis dos Bancos Analisados

Martins, Diniz e Miranda (2012) afirmam que o relatório de auditoria deve ser o primeiro passo para a análise das demonstrações contábeis. Dessa forma, no período de 2008 a 2012, as demonstrações contábeis do Banco B foram auditadas pela empresa de auditoria Deloitte e, posteriormente, pela PricewaterhouseCoopers, cujos pareceres apontaram que as demonstrações financeiras desse banco representavam adequadamente a sua posição patrimonial e financeira, ou seja, não houve nenhuma ressalva no parecer dos auditores de 2008 a 2012. Do mesmo modo, o Comitê de Auditoria e o Conselho Fiscal do Banco B também atestaram a integridade e a qualidade das informações contábeis recebidas no período mencionado.

Da mesma forma, o parecer de auditoria do Banco A no período de 2004 a 2008, cuja elaboração foi feita pelas empresas de auditoria Boucinhas & Campos e BDO Trevisan, também atestou que as demonstrações financeiras daquele banco representavam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada. E, por fim, no parecer de auditoria do Banco C, o qual foi auditado pela KPMG, não houve nenhuma ressalva nos anos de 2012 a 2016. O Comitê de Auditoria e o Conselho Fiscal do referido banco também atestaram que não foram apontadas falhas no cumprimento da regulamentação e das normas internas e contábeis naquele período.

Para a análise das demonstrações contábeis, foram consideradas as demonstrações financeiras anuais consolidadas, que envolvem dados relacionados dos bancos e de suas controladas. A administração do Banco B consolidou as demonstrações financeiras dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), em que o banco possuía cotas subordinadas ou era responsável pela coobrigação dos créditos cedidos. Assim, as notas

explicativas das demonstrações financeiras do Banco B destacam que a estratégia dos FIDCs proporcionava reconhecimento imediato das receitas nas demonstrações contábeis individuais do banco no grupo de receitas de intermediação financeira, cujos efeitos eram eliminados nas operações de FIDCs das demonstrações consolidadas do Grupo. Ademais, quanto ao período de 2010, esta pesquisa também considerou as análises do balanço de abertura em 30 de novembro do Banco B.

Destaca-se que as análises das demonstrações contábeis foram realizadas, considerando-se dois anos no período anterior, durante e dois anos no período posterior aos fatos dos processos administrativos punitivos e da intervenção dos três bancos da amostra, conforme é evidenciado no Quadro 12. As escolhas dos períodos de análise foram justificadas no item 3.3, na seção Aspectos Metodológicos.

Período	Banco A	Banco B	Banco C
Período pré-fato	2004 - 2005	2008 - 2009	2012 - 2013
Durante o fato contábil	2006	2010	2014
Período pós-fato	2007 - 2008	2011 - 2012	2015 - 2016

Quadro 12 – Descrição dos períodos da pesquisa

Fonte: Elaboração Própria (2017).

Com base na Análise Vertical do Balanço Patrimonial dos três bancos, identificou-se que as Operações de Crédito⁸ eram as contas mais expressivas dentro do Ativo Circulante (representando, em média, 49,18% de todo o Ativo Circulante) em todos os períodos do estudo, exceto, para o Banco A, que possui a conta de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez⁹ como mais representativa (constituindo, em média, 47,65% das aplicações no Ativo Circulante). O fato é que a representatividade das contas de Operações de Crédito para os Bancos B e C se contrapõe à afirmação de Carvalho (2007) de que as principais contas representativas do ativo dos bancos, normalmente, são as Disponibilidades e Aplicações Interfinanceiras. No caso dos Bancos A e B, as Aplicações Interfinanceiras de Liquidez no mercado aberto são compostas por Letras Financeiras do Tesouro, Letras do Tesouro Nacional e Notas do Tesouro Nacional, o que corrobora o estudo de Carvalho (2007) quanto às aplicações financeiras dos bancos, geralmente, serem em títulos públicos. Já no caso do Banco C, os títulos públicos compõem somente suas aplicações em Títulos e Valores Mobiliários.

⁸ As Operações de Crédito envolvem empréstimos e financiamentos ao setor privado.

⁹ As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez envolvem aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros.

É importante ressaltar que, do Ativo Total dos três bancos, estavam aplicados no Ativo Permanente, em média, apenas 2,04%, 0,62% e 1,20% nos Bancos A, B e C, respectivamente. Esse aspecto está relacionado com uma das peculiaridades das instituições financeiras bancárias, pelo fato de essas apresentarem um baixo ativo imobilizado, como visto em BACEN (1996) e em Assaf Neto (2010).

Assaf Neto (2015) menciona que uma pequena participação de recursos próprios é uma característica intrínseca às demonstrações contábeis dos bancos, o que também foi notado nos casos analisados, uma vez que a maior parte dos recursos dos bancos é proveniente de fontes de capital de terceiros que representam mais de 85% de todas as fontes de financiamento. No caso do Banco A, pelo menos, 90% do seu Passivo¹⁰ consistem em capital de terceiros.

Contudo, notou-se um padrão no perfil da dívida entre os bancos. O Banco B apresentou mudanças no perfil da dívida em relação ao período pré-fato, quando possuía mais dívidas de longo prazo, e, no período do fato contábil e posterior ao mesmo, passou a ter mais dívidas no curto prazo. O Banco A apresentou maior parcela das suas dívidas concentradas no curto prazo em todos os períodos; enquanto que o Banco C mostrou um perfil equilibrado da dívida de curto e longo prazo no período pré-fato, entretanto, durante o fato contábil e no período pós-fato, essa dívida passou a ser mais de curto prazo (correspondendo, em média, 71,88% de todas as fontes de recursos). Nesse sentido, apenas os Bancos A e C possuíam um Passivo Circulante com uma representatividade acima de 61% do Total do Passivo, o que aponta para a média setorial das dívidas de curto prazo no setor bancário, conforme o Instituto Assaf (2015).

Na Análise Horizontal do Balanço Patrimonial do Banco B, observou-se que, no período pré-fato, as contas do Ativo Circulante apresentaram expressivas oscilações. As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez de Curto Prazo, por exemplo, apresentaram uma queda de 72,87% no período de 2007 e 2008, enquanto que, no ano de 2009, essa conta cresceu 260,15% em relação ao período anterior. Essa tendência de comportamento também foi percebida nas contas de Relações Interfinanceiras¹¹. Após o fato do processo contábil analisado, percebeu-se que essas oscilações continuaram acontecendo, apresentando crescimento dessas contas em um período e queda no outro. Na próxima seção, será analisado se essas diferenças são ou não significativas.

¹⁰ O Passivo representa a somatória do Capital de Terceiros e Patrimônio Líquido.

¹¹ As Relações Interfinanceiras referem a recebimentos antecipados de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos.

Além disso, notou-se que o Ativo Total do Banco B aumentou 106,42% de 31/12/2008 a 31/12/2012. Esse aumento foi proporcionado, principalmente, pelas contas do Ativo Circulante, que cresceram 63,25% no período. Contudo, a maior parte (em média, 56,28%) dos Ativos do referido banco, nesse período, estavam investidos no Ativo Realizável a Longo Prazo, especialmente, em Operações de Crédito. Em relação às contas do Passivo, percebeu-se um maior crescimento nas contas do Passivo Circulante, principalmente, devido aos Depósitos a Prazo, que aumentaram 16,57% no período. Enquanto que o Patrimônio Líquido, apesar de ter tido um aumento de 109,61% ao longo dos cinco anos analisados, representava 12,28% do total dos recursos no período pré-fato, passou a representar menos de 5% no período pós-fato. Já no momento pós-fato do Banco B, as maiores diferenças notadas estavam associadas às contas de Recursos de Aceite e Emissão de Títulos¹² e à conta de Outros Créditos, especialmente, a conta Diversos¹³.

Ressalta-se que as únicas diferenças encontradas entre o Balanço Patrimonial de abertura de novembro de 2010 do Banco B e o seu Balanço Patrimonial anual de 2010 em relação à Análise Horizontal e Vertical das demonstrações contábeis estiveram associadas às contas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez de Curto Prazo, Captações no Mercado Aberto de Curto e Longo Prazo, Operações de Arrendamento Mercantil, Diversos e Reservas de Lucros.

Na Análise Horizontal do Balanço Patrimonial do Banco A, no período pré-fato, notou-se que as contas do Ativo Circulante seguem uma mesma tendência em relação aos períodos anteriores, com exceção das Disponibilidades¹⁴, que passaram de um crescimento de 83,24%, no período de 2003 a 2004, para uma redução de 44,81%, em 2005, tomando como base o ano de 2004. Já no momento pós-fato, as maiores oscilações notadas foram a diminuição de 89,84% nas aplicações em Instrumentos Derivativos¹⁵ e um aumento médio de 49,41% e 121,26% nas contas de Arrendamento Mercantil¹⁶ e Operações de Crédito, respectivamente. Destacam-se também oscilações observadas nas contas de Recursos de Aceite e Emissão de Títulos, especialmente, em recursos de letras imobiliárias e hipotecárias e na conta de Relações Interfinanceiras.

¹² Os Recursos de Aceite e Emissão de Títulos envolvem debêntures emitidas por uma das controladas do banco.

¹³ A conta Diversos envolve cartões de crédito, depósitos judiciais e fiscais e valores a receber de bens leiloados.

¹⁴ As Disponibilidades envolvem caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias.

¹⁵ Os Instrumentos Derivativos envolvem contratos de *swaps*.

¹⁶ As contas de Arrendamento Mercantil envolvem contratos de *leasing*.

Ademais, foi possível notar que o Ativo Total do Banco A aumentou 206,83% de 31/12/2004 a 31/12/2008. Esse aumento foi motivado, principalmente, pelas contas do Ativo Circulante, que aumentaram 244,45% no período. O fato é que o Ativo Circulante representa a maior parte (média de 66,29%) dos ativos investidos pelo Banco A, especialmente, em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, o que vai ao encontro das análises do Instituto Assaf (2015), de que essa é a principal conta no balanço patrimonial dos bancos. Já em relação às contas do Passivo, percebeu-se um crescimento de 109,61% nas contas do Patrimônio Líquido ao longo do período analisado, sobretudo, devido ao aumento de 158,74% do Capital Social do banco, cujo crescimento foi maior no período pós-fato. Contudo, o Patrimônio Líquido representa, em média, 5,70% de todos os recursos do Banco A.

Na Análise Horizontal do Balanço Patrimonial do Banco C, ficou evidenciado que, em todos os períodos analisados, Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez no Ativo Circulante (especialmente, as aplicações em moedas estrangeiras) foram as contas que apresentaram maiores oscilações. Logo, no período de 2011 a 2012, essas contas apresentaram um crescimento de 145,66%, enquanto que, em 2013, houve uma queda de 70,05% em comparação ao ano anterior.

Ademais, notou-se que o Ativo Total do Banco C, no período de 31/12/2012 a 31/12/2016, apresentava crescimento em um período e queda no outro. Essas oscilações foram proporcionadas, principalmente, pela conta do Ativo Realizável a longo prazo, que diminuiu no período do fato contábil e voltou a crescer, principalmente, devido às oscilações nas contas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa¹⁷, Provisões para Operações de Crédito e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez. Contudo, a maior parte (média de 62,54%) dos Ativos investidos está aplicada no Ativo Circulante, sobretudo, em Operações de Crédito. No Ativo Circulante, a conta de Disponibilidades apresentou oscilações nos períodos analisados. E, por fim, no Ativo Permanente, a conta Investimentos¹⁸ demonstrou esse mesmo padrão de comportamento de aumentos e diminuições em períodos alternados. Sá e Hoog (2005) mencionam que a conta de Investimentos tem sido associada ao risco de ocorrência de fraudes com vistas à evasão de tributos.

¹⁷ A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é uma estimativa de possíveis perdas que podem ocorrer pelo não recebimento de créditos provenientes de transações com terceiros. Atualmente, essa conta é denominada de Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa, uma vez que não há provisões no Ativo.

¹⁸ A conta de Investimentos envolve participações em controladas e coligadas.

Já em relação às contas do Passivo, houve oscilações nas contas do Passivo Circulante, especialmente, em razão das Captações no Mercado Aberto¹⁹. No período pré-fato e durante o fato contábil, houve oscilações na conta de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, principalmente, devido às obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior. O Patrimônio Líquido representava, em média, 11,64% do total dos recursos do Banco C no período pré-fato, passando a representar 5,74% no período pós-fato. Todavia, a utilização de recurso próprio diminuiu no período da ocorrência do fato contábil, entretanto, no período pós-fato, notou-se um aumento de 84,96% na utilização desse recurso.

Por meio da Análise Horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício dos três bancos analisados, identificou-se que houve um crescimento de 31,34% e 156,16% nas Receitas de Intermediação Financeira²⁰ dos Bancos A e B, respectivamente, no período analisado. Já o Banco C apresentou um decréscimo médio de 35,47% no período. O fato é que, considerando as perdas geradas pelos indícios de fraudes corporativas e contábeis (Quadro 8), em média, 15% das receitas dos bancos analisados foram perdidas em decorrência dos fatos envolvidos nos processos administrativos punitivos e processos de intervenção, cujo percentual ficou acima das perdas apontadas pela ACFE (2014).

As Despesas de Intermediação Financeira²¹ equivalem a mais de 50% da Receita de Intermediação Financeira dos três casos analisados. É importante destacar que os bancos analisados aumentaram as suas Receitas e Despesas Operacionais²², que consomem, em média, 27,11% das receitas de intermediação. Logo, os Bancos B e A mostraram um aumento de 41,80% e 38,23%, na conta de Outras Receitas e Despesas Operacionais, respectivamente, enquanto que o Banco C apresentou uma diminuição de 18,27% nessa conta, principalmente, em razão das Rendas de Tarifas Bancárias e Outras Despesas Administrativas²³, que diminuíram 79,07% e 12,72%, respectivamente, nos períodos analisados.

Em relação à Análise Horizontal e Vertical da Demonstração do Resultado do Exercício do Banco B, observou-se que, no período pré-fato e pós-fato, as Despesas de

¹⁹ As Captações no Mercado Aberto envolvem compromissos de recompra de títulos e Letras de Crédito de Agronegócio e Letras Financeiras.

²⁰ As Receitas de Intermediação Financeira estão relacionadas às receitas de operações de crédito, receitas de operações de arrendamento mercantil, receitas com operações de empréstimos e repasses, receitas com operações de câmbio e receitas com operações de venda ou transferências de ativos financeiros.

²¹ As Despesas de Intermediação Financeira estão associadas às operações de captação no mercado, operações de empréstimos e repasses, operações de arrendamento mercantil, resultados de câmbio e instrumentos financeiros derivativos e provisão para créditos de liquidação duvidosa.

²² As Receitas e Despesas Operacionais envolvem receitas de prestação de serviços, rendas de tarifas bancárias, despesas de comercialização de seguros, despesas de pessoal, despesas tributárias, entre outras.

²³ Outras Despesas Administrativas envolvem comissões pagas aos lojistas e promotores, propaganda e publicidade, serviços de cobrança, serviços técnicos especializados, acordos judiciais, aluguéis, despesas de viagens, entre outras.

Intermediação Financeira aumentaram 94,14% em decorrência da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Instrumentos Financeiros Derivativos. Consequentemente, o Resultado Bruto apresentou um decréscimo de 45,60% no período, representando, em média, 27,98% das Receitas de Intermediação. Com efeito, essa diminuição foi mais expressiva durante o fato contábil, cujo percentual reduzido foi de 99,27% em relação ao período pré-fato. Ainda nesse período, o Banco B teve um aumento de 82,08% no Lucro Líquido. Já durante o fato contábil, as Receitas de Intermediação e o Resultado Líquido diminuíram 93% e 22%, respectivamente, e voltaram a crescer somente no período pós-fato.

Quanto às oscilações das contas de resultados do Banco B, notou-se que as receitas provenientes de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, Operação de Câmbio e Outras Despesas Administrativas apresentaram maiores oscilações nos períodos pré-fato e pós-fato. No período pré-fato e durante o fato contábil, maiores oscilações foram observadas nas Operações de Captação no Mercado. E, por fim, no período pós-fato, as receitas com Operações de Arrendamento Mercantil e receitas de Prestação de Serviços apresentaram aumentos e diminuições alternados nos períodos analisados.

A respeito da Análise Horizontal e Vertical da Demonstração do Resultado do Exercício do Banco A, observou-se que as Despesas de Intermediação Financeira aumentaram 200,78%. Todavia, o Resultado Bruto apresentou um crescimento de 97,39% no período, representando, em média, 37,60% das Receitas de Intermediação. Nesse sentido, o Lucro Líquido teve um crescimento de 289,39% no período, apresentando maior crescimento no período pré-fato e durante o fato contábil.

Quanto às oscilações das contas de resultados do Banco A, foi possível concluir que os resultados das Aplicações Compulsórias²⁴ apresentaram maior oscilação no período pré-fato. Já no período pós-fato, maiores oscilações foram evidenciadas na conta de Prestação de Serviços. De modo geral, as Operações de Empréstimos e Repasses, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, as receitas com Operações de Câmbio, Instrumentos Financeiros Derivativos e Arrendamento Mercantil apresentaram maiores oscilações nos períodos pré-fato e pós-fato.

Na Análise Horizontal e Vertical da Demonstração do Resultado do Exercício do Banco C, observou-se que as Despesas de Intermediação Financeira diminuíram 17,15% no período de 2012 a 2016. Contudo, o Resultado Bruto apresentou uma diminuição de 88,88%, representando, em média, 18,97% das Receitas de Intermediação. Do mesmo modo, o Lucro

²⁴ As Aplicações Compulsórias se referem às aplicações obrigatórias sobre os depósitos a vista, que são exigidas pelo BACEN.

Líquido, que representava menos de 15% das receitas de intermediação, apresentou uma queda de 44,58% no período pré-fato e 37,84% no período pós-fato.

Quanto às oscilações das contas de resultados do Banco C, percebeu-se que as contas de Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa apresentaram maiores oscilações no período pré-fato e pós-fato. No período durante o fato contábil e no período pós-fato, observaram-se maiores oscilações nas contas de Resultado das Aplicações Compulsórias, Operações de Câmbio, Operações de Captação no Mercado, Operações de Empréstimos e Repasses, Operações de Vendas ou Transferências de Ativos Financeiros e Outras Receitas Operacionais²⁵. Analisando-se as notas explicativas do Banco C, as diferenças encontradas se devem às Operações de Captação no Mercado, as quais têm relação com o empréstimo feito por esse banco junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 2012, cuja parcela foi descontada somente em 2014.

O Quadro 13 apresenta uma síntese da análise das demonstrações contábeis dos bancos analisados. Observa-se que os Bancos A e C apresentaram maiores oscilações nas suas contas patrimoniais e de resultados no período pós-fato, enquanto que, no Banco B, essas oscilações ocorreram mais fortemente no período pré-fato e do fato contábil.

Também quanto ao Quadro 13, diferenças entre os bancos também podem ser notadas em relação à representatividade das contas, visto que, por exemplo, o Banco B possui mais aplicações no Ativo Realizável a Longo Prazo, enquanto que os Bancos A e C possuem maior representatividade nas contas do Ativo Circulante, o que corrobora Assaf Neto (2015). Ainda sobre o Ativo, percebeu-se que o Ativo Permanente, em todos os casos, é uma conta pouco representativa. Assim, do mesmo modo que entendem Moura, Mecking e Scarpin (2013), percebeu-se uma baixa aplicação na conta de Intangíveis²⁶, que representa menos de 1% dos recursos aplicados nos três bancos.

Ademais, o capital de terceiros representa a principal fonte de recursos dos três bancos, que é uma das especificidades da Contabilidade Bancária, de acordo com Saunders (2007). Todavia, diferentemente do que afirma Saunders (2007), os bancos analisados captam recursos, principalmente, por meio de Depósitos a Prazo e não Depósitos à Vista. Sobre as fontes de recursos, observou-se que os Bancos B e C passaram a utilizar menos recursos próprios no período pré-fato, diferentemente do que é observado no Banco A. Talvez essas

²⁵ Outras Receitas Operacionais envolvem a reversão de provisões, recuperação de encargos e despesas, juros e multas sobre recebimentos em atrasos, entre outras.

²⁶ A conta de Intangíveis está relacionada, essencialmente, com a utilização de *softwares* e ágios apurados em aquisições.

diferenças possam estar relacionadas à natureza do capital social dos bancos, uma vez que o Banco A é de economia mista.

Aspectos	Banco A	Banco B	Banco C
<i>Contas mais Representativas</i>	Ativo Circulante; Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Ativo Realizável a Longo Prazo; Operações de Crédito	Ativo Circulante; Operações de Crédito
<i>Contas menos Representativas</i>	Ativo Permanente	Ativo Permanente	Ativo Permanente
<i>Fonte de Recursos</i>	Capital de Terceiros de Curto Prazo	Capital de Terceiros de Curto Prazo	Capital de Terceiros de Curto e Longo Prazo
<i>Período Pré-fato</i>	Mudança no perfil da dívida e oscilações na conta de Disponibilidades; maior crescimento do Lucro Líquido; maiores oscilações em Operações Compulsórias	Oscilações nas contas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez de Curto Prazo e Relações Interfinanceiras; crescimento do Lucro Líquido acima das receitas de intermediação	Oscilações nas contas de Títulos e Valores Mobiliários; Instrumentos Financeiros Derivativos; Operações de Captação no Mercado e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
<i>Durante o fato contábil</i>	Nenhuma movimentação específica observada	Diferenças entre o balanço de abertura e o balanço anual de 2010	Oscilações nas contas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisões para Operações de Crédito e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
<i>Período pós-fato</i>	Oscilações em Depósitos Interfinanceiros; Instrumentos Financeiros Derivativos; Arrendamento Mercantil; Operações de Crédito e receitas com Prestação de Serviços; aumento na utilização de recursos próprios	Diminuição na utilização de recursos próprios; oscilações na conta de Operações com Arrendamento Mercantil e Receitas com Operações de Serviços	Mudança no perfil da dívida; oscilações com resultado de Aplicações Compulsórias, Operações de Câmbio; Operações de Captação no Mercado; Operações de Empréstimos e Repasses; Operações de Venda ou Transferências de Ativos Financeiros e Outras Receitas Operacionais

Quadro 13 – Síntese das Análises Horizontal e Vertical das demonstrações contábeis dos bancos analisados
Fonte: Elaboração Própria (2017).

Diferenças também foram encontradas quanto às contas de resultados. Nesse sentido, notou-se que o Banco C apresenta um comportamento diferente dos outros dois bancos, principalmente, em relação às contas de resultados. Em termos de receitas, as principais receitas dos Bancos B e C vêm de empréstimos para pessoas físicas e jurídicas, enquanto que o Banco A possui receitas oriundas, principalmente, de operações com Títulos e Valores Mobiliários.

Em suma, as diferenças observadas nas Análises Horizontal e Vertical das demonstrações de cada um dos casos analisados são importantes para o entendimento de que empresas dentro de um mesmo setor podem apresentar comportamentos diferentes. Entretanto, a questão é compreender quais dessas especificidades estão associadas ao risco de fraude contábil em cada um dos casos. Nesse sentido, os próximos tópicos apresentam outras técnicas de análises que foram utilizadas para essa finalidade.

4.2 Análise Estatística das Contas Patrimoniais e de Resultados

A hipótese H_1 desta pesquisa foi testada por meio de análises realizadas para cada grupo de contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados, considerando análises individuais dos bancos da amostra, bem como análises de todos os bancos em conjunto. Para isso, diferenças foram calculadas entre cada um dos períodos analisados. Assim, dois testes foram realizados. Primeiramente, aplicou-se o teste de Kruskal Wallis para avaliar as diferenças das contas em relação aos períodos, com o propósito de observar quais períodos apresentavam maiores oscilações significativas. Em seguida, o mesmo teste foi reaplicado, contudo, considerando somente os períodos que mostraram diferenças significativas de modo a verificar quais seriam as respectivas contas que apresentavam as oscilações mais significativas. Logo, para esse último teste, avaliou-se cada conta individualmente e, em casos que os períodos significativos estavam associados à comparação de dois períodos, utilizou-se o teste t de Student para amostras independentes via *Bootstrap*.

A primeira análise foi realizada para as contas do Ativo Circulante. No caso do Banco B, as diferenças dessas contas foram calculadas entre os anos de 2008 e 2011, 2008 e 2012, 2009 e 2011, e 2009 e 2012, com o intuito de verificar se as oscilações encontradas nessas contas apresentavam ou não relação com o risco de fraude. Assim, de acordo com o teste de Kruskal Wallis, não houve diferenças significativas ao nível de significância de 5% para nenhuma das contas do Ativo Circulante desse banco. Do mesmo modo que no Banco B, não foram encontradas diferenças relevantes nas contas do Ativo Circulante dos Bancos A e C, entre os anos de 2004 a 2008 e 2012 a 2016, respectivamente, ao nível de significância de 5%, conforme exposto na Tabela 1.

Tabela 1- Resultado dos Testes Estatísticos para as Contas do Ativo Circulante

Banco	Períodos significativos	Contas com oscilações significativas	Valor-P
Banco B	2008-2012/ 2009-2011	Relações de Interdependência Prêmios de Seguro a Receber Despesas Antecipadas Outros Valores e Bens	0,0847* 0,0830* 0,0813*
Banco A	2004-2008/ 2005-2007	Aplicações Interfinanceiras Títulos e Valores Mobiliários Vinculados à Prestação de Garantias Relações Interfinanceiras Relações de Interdependência Operações de Crédito Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Operações de Arrendamento Mercantil Negociação e Intermediação de Valores Prêmios de Seguro a Receber Outros Créditos Diversos	0,0760* 0,0763* 0,0900* 0,0883* 0,0893* 0,0860* 0,0830* 0,0830* 0,0820* 0,0943*
Banco C	2012-2015/ 2013-2016	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros Títulos e Valores Mobiliários Relações Interfinanceiras Operações de Crédito Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Operações de Arrendamento Mercantil Outros Créditos Diversos	0,0820* 0,0773* 0,0720* 0,0840* 0,0920* 0,0803* 0,0997*

Fonte: Dados da pesquisa. *Significante ao nível α de 10%.

Na análise das contas do Ativo não Circulante²⁷, notou-se que, nos Bancos A e B, ao nível de confiança de 95%, não foi observada nenhuma diferença relevante entre os períodos analisados. Já o Banco C apresentou oscilações estatisticamente significativas, ao nível de significância de 5% e 1%, em 11 contas do Ativo não Circulante, em todos os anos anteriores e posteriores ao fato. Para a conta de Imóveis de Uso no Banco C, as oscilações encontradas podem ter ocorrido em virtude da redução de agências e outros cortes ocorridos em 2013, conforme notas explicativas das demonstrações contábeis do referido banco. Salienta-se que, para as outras 10 contas, não foram encontrados, nas notas explicativas, fatos que pudessem justificar essas oscilações. A Tabela 2 mostra o resultado dos testes estatísticos realizados na análise individual de cada um dos bancos.

Tabela 2- Resultado dos Testes Estatísticos para as Contas do Ativo não Circulante

Banco	Períodos significativos	Contas com oscilações significativas	Valor-P
Banco B	2008-2011/ 2009-2012	Títulos e Valores Mobiliários Operações de Arrendamento Mercantil Outros Créditos Diversos e Específicos Outros Investimentos ²⁸ Imóveis de Uso	0,0770* 0,0773* 0,0837* 0,0807* 0,0870*

²⁷ O Ativo não Circulante envolve as contas de Ativo Realizável a Longo Prazo e o Ativo Permanente.

²⁸ Outros Investimentos envolvem incentivos fiscais, títulos patrimoniais, ações e cotas.

Banco	Períodos significativos	Contas com oscilações significativas	Valor-P
Banco A	2004-2008/ 2005-2007	Títulos e Valores Mobiliários Vinculados a prestação de garantias	0,0857*
		Operações de Arrendamento Mercantil	0,0763*
		Provisão para Créditos e Operações de Arrendamento Mercantil de liquidação duvidosa	0,0730*
		Provisão para Outros Créditos	0,0923*
		Outros Créditos Diversos	0,0830*
		Outros Valores e Bens	0,0760*
		Participações em Coligadas e Controladas	0,0930*
		Outras Imobilizações de Uso	0,0753*
		Intangível	0,0937*
		Imobilizado de Arrendamento	0,0920*
		Diferido	0,0980*
Banco C	2012-2016/ 2013-2015/ 2012-2015/ 2013-2016	Aplicações Interfinanceiras	0,0187**
		Provisão para Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	0,0180**
		Operações de Arrendamento Mercantil	0,0180**
		Créditos Tributários	0,0194**
		Provisão para Outros Créditos	0,0180**
		Outros Créditos Diversos	0,0180**
		Outros Valores e Bens	0,0180**
		Participações em Coligadas e Controladas	0,0194**
		Provisão para Perdas	0,0082***
		Imóveis de Uso	0,0180**
		Depreciações Acumuladas	0,0180**

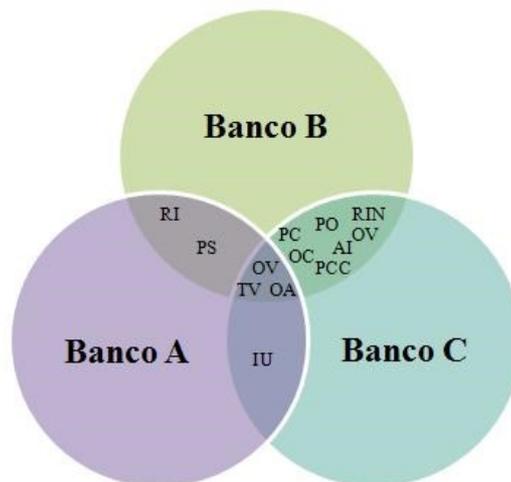
Fonte: Dados da pesquisa. *Significante ao nível α de 10%. **Significante ao nível α de 5%. *** Significante ao nível α de 1%.

De modo geral, quanto às contas do Ativo Circulante e não Circulante, os resultados dos testes estatísticos apresentaram semelhanças em comparação às oscilações encontradas quando aplicadas as técnicas da Análise Horizontal e Vertical, com exceção das contas do Banco B, como, por exemplo, na conta de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, que mostrou oscilações nas análises Horizontal e Vertical, mas essas não foram estatisticamente significativas nas análises estatísticas efetuadas. Ademais, observou-se que o Banco A foi aquele que apresentou maior quantidade de oscilações nas contas do Ativo. Entretanto, essas não foram estatisticamente significativas ao nível de significância de 5%. Já as oscilações encontradas para o Banco C se mostraram as mais relevantes em termos estatísticos.

Das 48 contas que apresentaram alguma oscilação no Ativo Circulante e não Circulante dos três bancos, 19,05% das frequências observadas se referem às contas que envolvem contratos com terceiros. Já 14,58% estão associadas à conta de provisão (que são contas, geralmente, associadas ao risco de fraude contábil, conforme Baraldi (2012)) e 14,58% das contas estão relacionadas à atividade-fim dos bancos (concessão de créditos e financiamentos).

Algumas semelhanças em relação às oscilações nas contas do Ativo foram notadas entre os bancos, como: as contas de Relações de Interdependência (RI) e Prêmios de Seguro a Receber (PS) (semelhantes entre os Bancos A e B); Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (AI), Relações Interfinanceiras (RIN), Operações de Crédito (OC), Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PC), Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (PO), Outros Valores e Bens (OV) e Participações em Coligadas e Controladas (PCC) (semelhantes entre os Bancos A e C); Imóveis de Uso (IU) (semelhante entre os Bancos B e C); e Títulos e Valores Mobiliários (TV), Operações de Arrendamento Mercantil (OA) e Outros Créditos Diversos (OD) (comum a todos os bancos). É importante destacar que, apesar das semelhanças encontradas, as contas de AI, PC, PO, OV, PCC, IU, TV e OD foram estatisticamente significativas ao nível de 5% somente para o Banco C. A Figura 7 apresenta as relações encontradas.

Figura 7: Oscilações das contas do Ativo comuns aos casos analisados



Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação às contas do Passivo Circulante, percebeu-se que os Bancos A, B e C não apresentaram oscilações estatísticas relevantes nos períodos analisados ao nível de confiança de 95%. A Tabela 3 evidencia esses aspectos.

Tabela 3- Resultado dos Testes Estatísticos para as Contas do Passivo Circulante

Banco	Períodos significativos	Contas com oscilações significativas	Valor-P
Banco B	2008-2012/ 2009-2011	Depósitos a Prazo	0,0853*
		Recursos de Debêntures em Moeda Nacional	0,0910*
		Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	0,0773*
		Instrumentos Financeiros Derivativos	0,0900*
		Obrigações Fiscais e Previdenciárias	0,0940*

Banco	Períodos significativos	Contas com oscilações significativas	Valor-P
Banco A	2008-2012/ 2009-2011	Depósitos Interfinanceiros	0,0733*
		Depósitos a Prazo	0,0757*
		Captações no Mercado Aberto	0,0727*
		Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	0,0867*
Banco C	2012-2016/ 2013-2015	Depósitos à Vista	0,0777*
		Depósitos a Prazo	0,0917*
		Relações Interfinanceiras	0,0947*
		Obrigações por Repasse do Exterior	0,0993*
		Instrumentos Financeiros Derivativos	0,0893*
		Outras Obrigações Diversas	0,0867*

Fonte: Dados da pesquisa. *Significante ao nível α de 10%.

Tabela 4- Resultado dos Testes Estatísticos para as Contas do Passivo não Circulante

Banco	Períodos significativos	Contas com oscilações significativas	Valor-P
Banco B	2008-2011/ 2009-2012	Relações Interfinanceiras	0,0923*
		Obrigações Fiscais e Previdenciárias	0,0840*
		Dívidas Subordinadas	0,0733*
		Outras Obrigações Diversas	0,0760*
Banco A	2004-2008/ 2005-2007	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	0,0790*
		Obrigações Fiscais e Previdenciárias	0,0710*
		Outras Obrigações Diversas	0,0730*
		Capital Social	0,0760*
		Reservas de Lucros	0,0770*
Banco C	2012-2015/ 2013-2016	Depósitos a Prazo	0,0740*
		Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	0,0800*
		Obrigações Fiscais e Previdenciárias	0,0780*
		Dívidas Subordinadas	0,0810*
		Resultados de Exercícios Futuros ²⁹	0,0777*
		Capital Social	0,0940*

Fonte: Dados da pesquisa. *Significante ao nível α de 10%.

Do mesmo modo que ocorreu com o Passivo Circulante, na análise das contas do Passivo não Circulante³⁰, não foram encontradas oscilações estatísticas relevantes ao nível de significância de 5%, nos períodos analisados, para os Bancos A, B e C. A Tabela 4 evidencia esses aspectos.

De modo geral, quanto às contas do Passivo, os resultados dos testes estatísticos apresentaram semelhanças em comparação às oscilações encontradas com a aplicação das técnicas da Análise Horizontal e Vertical. Além do mais, notou-se que o Banco C foi o que apresentou a maior quantidade de oscilações nas contas do Passivo. Contudo, essas não se mostraram relevantes ao nível de significância de 5%.

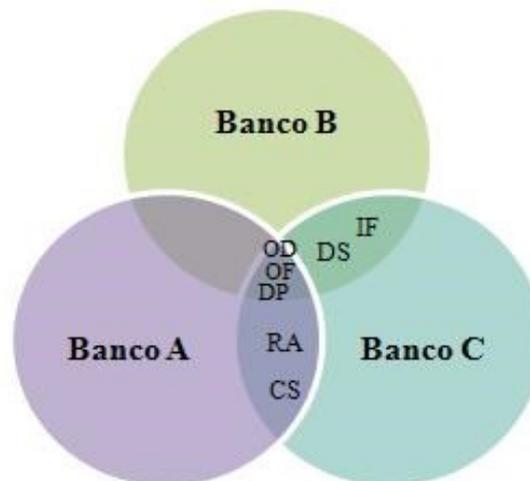
²⁹ Os Resultados de Exercícios Futuros referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

³⁰ O Passivo não Circulante envolve as contas de Exigível a Longo Prazo e Patrimônio Líquido.

Ademais, 20% das frequências observadas nas 30 contas que apresentaram alguma oscilação nas contas do Passivo Circulante e não Circulante, entre os períodos analisados dos três bancos, estão relacionadas à conta de Depósitos, e 16,67% se referem a obrigações relativas ao pagamento de tributos. Apesar de Nelson, Elliott e Tarpley (2003) e Centro Forense Deloitte (2010) apontarem que uma das categorias principais de risco de fraudes nas demonstrações contábeis é a manipulação da conta de reservas, para os casos analisados, somente o Banco A apresentou oscilações nessa conta nos períodos analisados, porém essas não se mostraram estatisticamente significativas ao nível de significância de 5%.

O fato é que algumas semelhanças em relação às oscilações nas contas do Passivo foram observadas entre os bancos, mas sem significância estatística ao nível de 5%, como: a conta de Instrumentos Financeiros Derivativos (IF) e Dívidas Subordinadas³¹ (DS) (semelhantes entre os Bancos B e C); Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (RA) e Capital Social (CS) (semelhantes entre os Bancos A e C); e Depósitos a Prazo (DP), Outras Obrigações Diversas (OD) e Obrigações Fiscais e Previdenciárias (OF) (comuns a todos os três bancos). A Figura 8 apresenta as relações encontradas.

Figura 8: Oscilações das contas do Passivo comuns aos casos analisados



Fonte: Dados da pesquisa.

E, por fim, é importante ressaltar que nenhuma diferença relevante (ao nível de significância de 5%) foi encontrada para as contas do Balanço Patrimonial de Abertura do Banco B, em 2010, e o seu Balanço Patrimonial Anual de 2010, conforme é mostrado na Tabela 5.

³¹ As Dívidas Subordinadas estão relacionadas àquelas dívidas que, em caso de liquidação, somente são reembolsadas após o pagamento das outras dívidas.

Tabela 5- Resultado dos Testes Estatísticos para as Contas do Balanço de Abertura e Balanço Patrimonial do Banco B em 2010

Contas	Valor-P
Ativo Circulante	0,0643*
Ativo não Circulante	0,2923
Passivo Circulante	0,1457
Passivo não Circulante	0,1640

Fonte: Dados da pesquisa. *Significante ao nível α de 10%.

Em relação às contas da Demonstração do Resultado do Exercício referentes às Receitas, observou-se que nenhum dos bancos analisados apresentou oscilações estatisticamente significativas ao nível de confiança de 95%. Esses aspectos estão evidenciados na Tabela 6.

Tabela 6- Resultado dos Testes Estatísticos para as Contas de Receitas

Banco	Períodos significativos	Contas com oscilações significativas	Valor-P
Banco B	2008-2012/ 2009-2011	Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil	0,0937*
		Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	0,0870*
		Receitas de Prestação de Serviços	0,0713*
		Outras Receitas Operacionais	0,0810*
		Receitas de Operações de Crédito	0,0930*
Banco A	2004-2008/ 2005-2007	Receitas de Prestação de Serviços	0,0800*
		Rendas de Tarifas Bancárias	0,0813*
		Outras Receitas Operacionais	0,0897*
		Receitas de Operações de Crédito	0,0690*
Banco C	2012-2015/ 2013-2016	Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil	0,0780*
		Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	0,0873*
		Resultado das Aplicações Compulsórias	0,0743*
		Rendas de Tarifas Bancárias	0,0817*
		Receitas de Operações de Crédito	0,0690*

Fonte: Dados da pesquisa. *Significante ao nível α de 10%.

De maneira análoga às contas de Receitas, por meio da análise das contas de Despesas e Resultados dos três bancos analisados, não foram encontradas oscilações relevantes para as contas dessa natureza. Esses aspectos são mostrados nas Tabelas 7 e 8.

Tabela 7- Resultado dos Testes Estatísticos para as Contas de Despesas

Banco	Períodos significativos	Contas com oscilações significativas	Valor-P
Banco B	2008-2011/ 2009-2012	Operações de Captação no Mercado	0,0827*
		Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0,0773*
		Despesas Tributárias	0,0830*
		Outras Despesas Operacionais	0,0840*
		Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	0,0690*

Banco	Períodos significativos	Contas com oscilações significativas	Valor-P
Banco A	2004-2008/ 2005-2007	Despesas de Comercialização de Seguros	0,0897*
		Despesas de Sinistros Retidos	
		Despesas de Pessoal	0,0900*
		Outras Despesas Administrativas	0,0947*
		Despesas Tributárias	0,0737*
		Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	0,0750* 0,0943*
Banco C	2012-2016/ 2013-2015	Outras Despesas Administrativas	0,0800*
		Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0,0737*
		Despesas Tributárias	
		Outras Despesas Operacionais	0,0737* 0,0820*

Fonte: Dados da pesquisa. *Significante ao nível α de 10%.

Tabela 8- Resultado dos Testes Estatísticos para as Contas de Resultados

Banco	Períodos significativos	Contas com oscilações significativas	Valor-P
Banco B	2008-2012/ 2009-2011	Resultado Bruto da Intermediação Financeira	0,0677*
		Resultado Operacional	0,0810*
		Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	0,0737*
Banco A	2004-2008/ 2005-2007	Resultado não Operacional	0,0983*
		Lucro Líquido	0,0820*
Banco C	2012-2016/ 2013-2015	Resultado Bruto da Intermediação Financeira	0,0973*

Fonte: Dados da pesquisa. *Significante ao nível α de 10%.

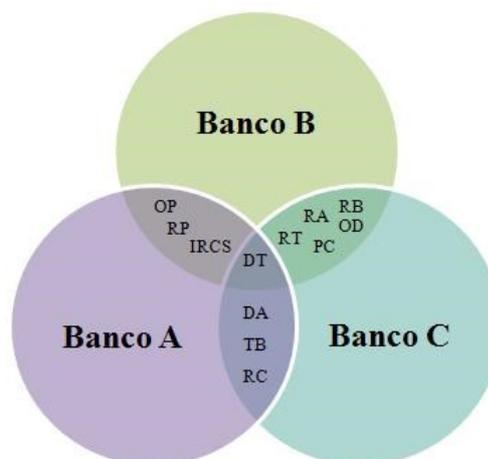
Em geral, quanto às oscilações nas contas de Receitas, Despesas e Resultados, observou-se que os resultados dos testes estatísticos apresentaram semelhanças em comparação às oscilações encontradas por meio da utilização das técnicas da Análise Horizontal e Vertical, com exceção das contas de Despesas dos Bancos A e C, em que, por exemplo, a conta de Outras Despesas Operacionais no Banco A apresentou oscilações nas análises Horizontal e Vertical, mas não está presente nas oscilações estatísticas analisadas. Todavia, não foram observadas oscilações estatisticamente relevantes, de fato, para as contas de Receitas, Despesas e Resultados ao nível de significância de 5%.

Gonçalves (1967), Feroz, Park e Pastena (1991), Beasley *et al.* (2000), Rezaee (2005) e Dechow *et al.* (2011) consideram que as contas de Receitas são, normalmente, as mais relacionadas ao risco de fraude contábil. Neste estudo, somente 13 contas de Receitas apresentaram alguma oscilação entre os períodos. No entanto, essas não foram oscilações estatisticamente relevantes. O fato é que 15,38% das frequências observadas nas contas de Receitas dos três bancos estão relacionadas à prestação de serviços bancários, cuja conta é destacada por Baraldi (2012) como risco de fraude contábil. Os outros 84,62% estão relacionados com receitas de operações de Títulos e Valores Mobiliários.

Nesta pesquisa, 26,67% das frequências observadas nas contas de Despesas dos três bancos estão relacionadas às Provisões, o que corrobora os achados de Baraldi (2012) para a relação das contas de Provisões com o risco de fraude contábil. Ademais, 14,71% das frequências das contas de Receitas, Despesas e Resultados que apresentaram oscilações estão relacionadas à classificação de “Outros”, conforme foi descrito nos estudos de Nelson, Elliott e Tarpley (2003) quanto à natureza dessas contas com risco de fraude contábil.

Destarte, semelhanças foram encontradas quanto às oscilações nas contas da Demonstração do Resultado do Exercício entre os bancos, mas sem significância estatística ao nível de 5%, como: a conta de Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil (RA), Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (RT), Outras Despesas Operacionais (OD), Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PC) e Resultado Bruto da Intermediação Financeira (RB) (semelhantes entre os Bancos B e C); Receitas de Prestação de Serviços (RP), Outras Receitas Operacionais (OP) e Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social (IRCS) (semelhantes entre os Bancos A e B); Receitas de Operações de Crédito (RC), Rendas de Tarifas Bancárias (TB) e Outras Despesas Administrativas (DA) (semelhantes entre os Bancos A e C); e Despesas Tributárias (DT) (comuns a todos os três bancos). Ressalta-se que poucas semelhanças foram encontradas entre os bancos para as contas de Resultados. A Figura 9 apresenta as relações encontradas.

Figura 9: Oscilações das contas de Receitas, Despesas e Resultados comuns aos casos analisados



Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio da análise dos três bancos em conjunto, notou-se que apenas as contas de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos Vinculados a

Compromisso de Recompra e Captações no Mercado Aberto apresentaram oscilações estatisticamente relevantes ao nível de significância de 5%, como se observa na Tabela 9. É importante destacar que, na análise individual, nenhuma conta do Passivo Circulante e Receita foram estatisticamente relevantes. Além disso, na análise individual do Banco C, 11 contas do Ativo não Circulante foram estatisticamente significantes, mas nenhuma delas se referia a Títulos e Valores Mobiliários e/ou Instrumentos Financeiros Derivativos.

Tabela 9- Resultado dos Testes Estatísticos na Análise dos Bancos em Conjunto

Natureza da conta	Contas com oscilações significativas	Valor-P
ATIVO NÃO CIRCULANTE	Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos Vinculados a Compromisso de Recompra	0,0499**
	Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos Vinculados à Prestação de Garantias	0,0907*
PASSIVO CIRCULANTE	Captações no Mercado Aberto	0,0479**
RECEITA	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	0,0987*

Fonte: Dados da pesquisa. *Significante ao nível α de 10%. **Significante ao nível α de 5%.

Logo, oscilações importantes são observadas nos casos analisados por meio da utilização das negociações com títulos e captações no mercado financeiro, o que requer uma maior investigação em estudos futuros. Essas variáveis são ressaltadas nos estudos de Sá e Hoog (2005) para os riscos associados à fraude contábil. No próximo tópico, apresenta-se uma análise, levando em consideração os indicadores econômico-financeiros de Assaf Neto (2015) de modo a relacionar com as observações já encontradas.

4.3 Análise dos Indicadores Econômico-Financeiros

4.3.1 Antes do fato contábil: o período pré-fato

Quanto aos indicadores de liquidez (Quadro 6), no geral, foi possível notar que os bancos analisados mantêm bons indicadores no período pré-fato, visto que o Banco A possui índices de liquidez inferiores aos dos Bancos B e C. Por meio do Encaixe Voluntário (EV), observou-se que os Bancos A, B e C não apresentavam capacidade financeira para cobrir imediatamente os saques contra Depósitos à Vista, o que corrobora as observações apresentadas por Assaf Neto (2015) de que os bancos, normalmente, apresentam uma baixa liquidez, portanto o fato não pode ser considerado indício de risco de fraude.

Logo, no período pré-fato, o EV dos bancos analisados ficou abaixo da média do setor, conforme é exposto na Tabela 10, ou seja, o setor, em geral, possui maior capacidade

financeira para cobrir imediatamente os saques contra Depósitos à Vista do que os bancos analisados. Todavia, o Banco C, no ano de 2013, apresenta um Encaixe Voluntário superior à média geral dos bancos de médio porte. Talvez isso seja explicado pelos aumentos encontrados na conta de Depósitos à Vista e também pelas reduções encontradas na conta de Disponibilidades que ocorreram no período, conforme visto pelas Análises Horizontal e Vertical no referido banco.

Tabela 10 – Indicadores de Liquidez dos Bancos A, B e C e do Setor Bancário no Período Pré-fato

Indicador	Encaixe Voluntário	Liquidez Imediata	Empréstimos/ Depósitos	Capital de Giro Próprio**	Participação dos Empréstimos
<i>Banco A 2004</i>	0,23	1,14	32,31%	-R\$1.065.950	14,10%
<i>Setor 2004*</i>	0,26	3,68	149,72%	-R\$1.301.748	20,45%
<i>Banco A 2005</i>	0,09	2,86	34,77%	-R\$1.111.496	14,35%
<i>Setor 2005*</i>	0,20	4,47	140,04%	-R\$1.458.225	14,34%
<i>Banco B 2008</i>	0,44	25,34	279,95%	-R\$3.397.296	61,87%
<i>Setor 2008*</i>	0,60	11,22	183,92%	-R\$1.095.192	52,73%
<i>Banco B 2009</i>	0,18	35,36	152,08%	-R\$4.532.498	65,94%
<i>Setor 2009*</i>	0,58	9,79	130,51%	-R\$1.071.074	56,27%
<i>Banco C 2012</i>	0,56	4,82	133,51%	-R\$2.959.576	44,92%
<i>Setor 2012*</i>	1,09	14,50	130,97%	-R\$1.267.810	49,66%
<i>Banco C 2013</i>	0,89	3,74	130,51%	-R\$3.801.058	43,62%
<i>Setor 2013</i>	0,32	5,40	134,92%	-R\$11.148.525	54,87%

Fonte: Dados da pesquisa. *Média. **Em milhares de reais.

Assim como em todo o setor bancário, o indicador de Liquidez Imediata (LI) dos três bancos da amostra se encontra acima de 1, o que significa que eles possuíam Disponibilidades e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez de Curto Prazo suficientes para saldar suas dívidas de curto prazo no período pré-fato. Esse é um indicador importante a ser considerado na liquidez de bancos, conforme evidenciado por Martins, Miranda e Diniz (2014). Contudo, apesar de estar acima de 1, a LI média dos bancos analisados se mostra destoante da LI média do setor bancário de médio porte.

Sendo assim, ao estabelecer comparações desse indicador com o índice do setor bancário de médio porte, nota-se que a Liquidez Imediata do Banco B ficou, em média, 193,5% acima do setor, ocorrendo o contrário com os outros dois bancos. Esses aspectos podem ter relação com as oscilações encontradas, principalmente, para a conta de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, tanto nos testes estatísticos (apesar de não ter apresentado significância estatística), bem como nas Análises Horizontal e Vertical.

Ademais, observa-se que a Liquidez Imediata dos Bancos A e B apresentaram aumentos de 150,88% e 39,54%, respectivamente, no período pré-fato, enquanto que, no Banco C, houve redução de 22,41% da LI no período, uma vez que esse banco vem

trabalhando com um nível mais baixo de caixa, além de utilizar o excedente para financiar as operações de crédito, conforme destacado nas notas explicativas do referido banco em 2013.

A análise do índice de Empréstimos/Depósitos (ED) indica que os Bancos B e C emprestaram muito mais recursos do que a quantidade de recursos captados no período pré-fato, emprestando, em média, R\$174,12 para cada R\$100,00 de depósitos captados. Por outro lado, o Banco A emprestou, em média, R\$33,54 para cada R\$100,00 de depósitos captados, ou seja, emprestou muito menos recursos do que a quantidade de recursos captados. Na comparação setorial, o Banco A apresentou um ED, em média, 23,2% abaixo do setor; enquanto que o Banco B possui um ED, em média, 34,37% acima do ED do setor bancário de médio porte. Ainda, o Banco C mostrou maior proximidade com o setor para esse indicador. Ressalta-se que, conforme visto no item 4.2, a conta de Depósitos a Prazo apresentou oscilações em todos os bancos (mesmo não sendo estatisticamente significativa). Contudo, a conta de Operações de Crédito apresentou oscilações apenas no Banco C, o que pode ter relação com as observações encontradas para o índice ED. Entretanto, essas oscilações não se mostraram estatisticamente relevantes.

Já na análise do índice do Capital de Giro Próprio (CGP), evidenciou-se que os bancos analisados diminuíram, em média, 22,04% da parcela de recursos próprios para financiamento das suas operações bancárias. No geral, os Bancos A e C (especialmente, em 2013) possuem um maior CGP do que a média do setor, uma vez que a diferença absoluta entre o Patrimônio Líquido e os Recursos não Correntes foi superior (em média, 35,93%) ao indicador médio do setor. Por outro lado, no período pré-fato, os Bancos B e C (no ano de 2012) apresentaram um CGP, em média, 223,60% inferior ao setor. Com base nos testes realizados anteriormente, apenas os Bancos A e C apresentaram oscilações associadas ao Patrimônio Líquido, especialmente, na conta de Capital Social, embora essas não sejam estatisticamente significativas.

Os bancos analisados apresentam diferenças quanto ao indicador de Participações dos Empréstimos (PE) no período pré-fato. Nesse caso, o Banco A tem apresentado uma baixa relação entre suas Operações de Crédito e o Ativo Total, ou seja, em média, o banco possui apenas 14,22% de aplicações em financiamentos e empréstimos, o que evidencia um baixo nível de liquidez. Por outro lado, os Bancos B e C apresentam maiores níveis desse indicador, sendo, em média, de 63,91% e 44,27%, respectivamente. O primeiro mantém indicadores acima da média do setor bancário, enquanto o segundo apresenta um indicador abaixo do indicador médio dos bancos de médio porte. Por meio da Análise Horizontal, percebeu-se

que, no caso do Banco B, houve um aumento das Operações de Crédito (essencialmente, de longo prazo) e do Ativo Total no período pré-fato.

De acordo com a Tabela 11, quanto aos indicadores de estrutura de capital (Quadro 6), de modo geral, foi possível notar que o Banco A apresentou, em média, indicadores de estrutura de capital abaixo do setor no período pré-fato, o que corrobora os resultados também evidenciados em relação às contas de Passivo nos tópicos anteriores. O índice de Independência Financeira (IF) mostrou que, de toda a amostra, o Banco A é aquele que tem o menor comprometimento do seu capital próprio em relação ao Ativo Total, cujo IF médio foi de 4,71%, enquanto que, nos Bancos B e C, os índices de IF estiveram acima de 10% no período pré-fato.

Tabela 11 – Indicadores de Estrutura de Capital dos Bancos A, B e C e do Setor Bancário no Período Pré-fato

Indicador	Independência Financeira	Leverage	Relação Capital/Depositantes	Imobilização do PL**
<i>Banco A 2004</i>	4,34%	23,04	8,10%	65,05%
Setor 2004*	2,97%	46,17	30,35%	44,81%
<i>Banco A 2005</i>	5,08%	19,68	11,22%	55,42%
Setor 2005*	3,44%	38,57	38,88%	42,84%
<i>Banco B 2008</i>	13,23%	7,56	59,86%	3,85%
Setor 2008*	15,61%	7,67	57,68%	7,03%
<i>Banco B 2009</i>	11,33%	8,82	26,14%	3,44%
Setor 2009*	14,67%	7,93	35,45%	6,23%
<i>Banco C 2012</i>	10,70%	9,35	37,81%	11,66%
Setor 2012*	12,14%	9,35	31,94%	19,22%
<i>Banco C 2013</i>	12,59%	7,94	53,81%	10,17%
Setor 2013*	12,95%	7,82	32,02%	12,52%

Fonte: Dados da pesquisa. *Média. **Patrimônio Líquido.

Ademais, observa-se que os bancos B e C eram mais dependentes dos recursos de terceiros do que a média dos bancos de médio porte no período pré-fato, apresentando um IF médio de 12,28% e 11,65%, respectivamente, em comparação ao IF médio de 13,85% do setor. Esse aspecto ficou evidente nas Análises Horizontal e Vertical, que mostrou que ambos os bancos reduziram o Patrimônio Líquido e apresentaram aumentos no Ativo Total no período. Assim, em geral, os bancos apresentam altos índices de endividamentos, conforme pode ser verificado em Assaf Neto (2015).

Segundo Martins, Diniz e Miranda (2012, p. 114), os bancos “vivem” da alavancagem, entretanto, neste estudo, percebeu-se, por meio do *Leverage*, que o Banco A é mais alavancado do que os outros dois bancos da amostra, uma vez que possui um *Leverage* médio de 21,36, enquanto os Bancos B e C possuem, em média, R\$8,42 do Ativo Total para cada

R\$1,00 de Patrimônio Líquido. Além do mais, o comportamento dos Bancos B e C é semelhante à estrutura de alavancagem adotada pelo setor bancário de médio porte.

Com base na observação do indicador que mede a relação Capital/Depositantes (CD), percebe-se que, para cada R\$1,00 de captação dos bancos sob a forma de Depósitos, em média, R\$0,10, R\$0,43 e R\$0,46 foram aplicados de recursos próprios pelos Bancos A, B e C, respectivamente. Ademais, estabelecendo-se uma comparação, o Banco A possui um CD abaixo da média do setor, uma vez que a média setorial é de R\$0,35 de aplicação de recursos próprios para cada R\$1,00 de captação. No caso do Banco A, os testes estatísticos e as Análises Horizontal e Vertical mostraram que, apesar de o banco ter tido um aumento do Patrimônio Líquido no período pré-fato, houve oscilações nas contas de Depósitos, especialmente, as de curto prazo.

E, por fim, quanto à Imobilização do Patrimônio Líquido (IMOB), observou-se que os bancos da amostra imobilizaram menos capital próprio do que a média do setor bancário de médio porte, com exceção do Banco A, que apresentou um IMOB, em média, 37,27% maior o que o do setor bancário no período pré-fato. Além disso, os menores índices de Imobilização do Patrimônio Líquido foram encontrados no Banco B, cuja imobilização, em 2009, era de 3,44%, enquanto que a média do setor era 6,23%. Nesse sentido, os testes estatísticos das contas evidenciaram que duas contas do Ativo Permanente do Banco B tiveram aumentos no período pré-fato, o que pode ter relação com essa baixa imobilização.

Conforme as Tabelas 12 e 13, quanto aos indicadores de rentabilidade (Quadro 6), de modo geral, os Bancos B e C apresentaram a maior parte (62,50%) dos seus indicadores de rentabilidade abaixo da média setorial no período pré-fato. Em 2009, o Banco B teve um Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) de 13,25%. Isso significa que, para cada R\$100,00 do Capital Próprio investido, o banco obteve um retorno de R\$13,25 para os seus acionistas, porém abaixo da média do setor bancário, que apresentava, em média, um retorno de 14,53% para os seus acionistas.

Já o Banco A (que é um banco estatal) apresentou uma rentabilidade maior para os seus acionistas, em torno de 37,60%, em 2005, algo considerado bem satisfatório, se comparado com as taxas de rendimento do mercado, que eram, em média, de 14,82% nesse período. Entretanto, no Banco C, em 2013, o Retorno sobre o Patrimônio Líquido foi de 3,14%, não chegando a um terço da rentabilidade média do setor, que era de 11,56%. No caso do Banco A, vale ressaltar que os testes estatísticos e as Análises Horizontal e Vertical mostraram que a conta de Lucro Líquido apresentou acréscimos nos períodos analisados, o

que pode ter relação com a sua maior rentabilidade em comparação com os Bancos B e C e a média do setor bancário de médio porte.

Tabela 12 – Indicadores de Rentabilidade dos Bancos A, B e C e do Setor Bancário no Período Pré-fato

Indicador	Retorno sobre o PL**	Retorno sobre o Investimento Total	Margem Líquida	Margem Financeira dos Ativos	Custo Médio de Captação
<i>Banco A 2004</i>	34,35%	1,49%	9,36%	6,88%	25,46%
Setor 2004*	15,40%	1,52%	13,13%	3,65%	11,96%
<i>Banco A 2005</i>	37,60%	1,91%	10,73%	6,32%	32,26%
Setor 2005*	14,82%	2,49%	11,77%	4,75%	18,42%
<i>Banco B 2008</i>	8,05%	1,06%	3,48%	13,76%	65,88%
Setor 2008*	16,72%	2,43%	9,54%	8,96%	30,00%
<i>Banco B 2009</i>	13,25%	1,50%	5,45%	13,00%	16,50%
Setor 2009*	14,53%	2,27%	14,56%	7,99%	12,31%
<i>Banco C 2012</i>	5,66%	0,61%	4,17%	3,71%	16,28%
Setor 2012*	6,97%	0,78%	6,22%	4,99%	13,42%
<i>Banco C 2013</i>	3,14%	0,40%	2,69%	3,33%	17,25%
Setor 2013*	11,56%	1,58%	8,59%	6,88%	15,15%

Fonte: Dados da pesquisa. *Média. **Patrimônio Líquido.

Ainda sobre os indicadores de rentabilidade, observou-se que os bancos da amostra apresentaram um menor retorno do capital total investido (em média de 1,16%), se comparado com a média do Retorno sobre o Investimento Total (ROA) do setor bancário de médio porte, que era de 1,85% no período pré-fato. Contudo, o baixo ROA é uma das características do setor bancário, conforme ressaltado por Assaf Neto (2015). Ademais, por mais que os casos analisados tenham tido relação com um possível risco de fraude contábil, a existência de um baixo ROA se contrapõe à afirmação de Wuerges e Borba (2014) quanto à associação dessa variável com o risco de fraude.

Da mesma forma, a Margem Líquida (ML) dos bancos analisados ficou abaixo do setor. Assim, em média, a parcela das Receitas de Vendas que restou aos proprietários, após serem cobertos todos os custos e despesas, no período pré-fato, foi de 10,04% no Banco A, 4,46% no Banco B e 3,43% no Banco C. É importante ressaltar que, do mesmo modo que a explicação para o ROE, o Banco A apresentou aumentos na conta de Lucro Líquido no período pré-fato, o que pode ter relação com a sua maior Margem Líquida em comparação aos Bancos B e C.

Quanto à análise da Margem Financeira (MF) dos Ativos, percebeu-se que o Banco B tem apurado, em média, 10,88% de rentabilidade na sua intermediação financeira para cada R\$1,00 do seu Ativo, em comparação com os outros dois bancos da amostra, bem como apresenta uma MF acima da média setorial. Coincidentemente, o Resultado Bruto (que

compõe o índice MF) do Banco B apresentou aumentos no período pré-fato, conforme mencionado nos tópicos anteriores.

Ainda, o Banco B tem uma queda no indicador do Custo Médio de Captação (CMC), que caiu de 65,88%, em 2008, para 16,50%, em 2009. Os testes estatísticos realizados e as Análises Horizontal e Vertical mostraram que as Despesas com Operações de Captação no Mercado oscilaram nesse banco, ou seja, apresentaram acréscimos em 2008 e diminuições em 2009. Nos outros bancos, o custo financeiro médio do capital investido na instituição por agentes poupadores é de 28,86% no Banco A e 16,76% no Banco C. O fato é que o Custo Médio de Captação dos bancos analisados esteve acima da média do setor bancário, que era de 15,13% no período de 2004-2005, de 21,16% no período de 2008-2009, e de 14,29% no período de 2012-2013.

Com base no Retorno Médio das Operações de Crédito (RMOC) apresentado na Tabela 13, foi possível observar que os Bancos A e B apresentam taxas de retornos de aplicações em créditos, em média, de 32,73% e 38,14%, respectivamente, enquanto que essa rentabilidade é menor para o Banco C no período pré-fato, cujo valor médio era de 16,51%. Esse último apresenta também uma rentabilidade inferior à média do setor dos bancos de médio porte, cujo RMOC é de 24,98% no período pré-fato. É importante destacar que as Receitas de Operações de Crédito apresentaram oscilações para os Bancos A e C, o que pode ter relação com esse índice, não sendo essas oscilações, entretanto, estatisticamente significativas.

Tabela 13 – Indicadores de Rentabilidade dos Bancos A, B e C e do Setor Bancário no Período Pré-fato

Indicador	Retorno Médio das OC**	Lucratividade dos Ativos	Juros Passivos	Índice de Eficiência Operacional	Giro do PL***
<i>Banco A 2004</i>	34,82%	15,93%	9,06%	74,74%	3,67
Setor 2004*	13,00%	23,76%	3,65%	28,45%	1,53
<i>Banco A 2005</i>	30,64%	17,81%	11,49%	54,35%	3,50
Setor 2005*	23,06%	24,39%	4,04%	25,36%	1,53
<i>Banco B 2008</i>	39,37%	30,61%	16,85%	47,09%	2,31
Setor 2008*	38,81%	26,35%	17,39%	31,59%	1,85
<i>Banco B 2009</i>	36,90%	27,52%	14,52%	41,58%	2,43
Setor 2009*	29,73%	17,09%	9,10%	38,31%	1,33
<i>Banco C 2012</i>	15,21%	14,52%	10,81%	24,71%	1,49
Setor 2012*	22,71%	15,98%	10,99%	32,13%	1,39
<i>Banco C 2013</i>	17,81%	14,68%	11,35%	28,19%	1,36
Setor 2013*	27,25%	18,28%	11,39%	37,13%	1,37

Fonte: Dados da pesquisa. *Média. **Operações de Crédito. ***Patrimônio Líquido.

Já em relação à Lucratividade dos Ativos (LA), o Banco B tem apresentado maior percentual do total investido transformado em receitas financeiras (em média 29,07%), em

comparação à média do setor e à LA dos bancos A e C (percentuais médios de 16,87% e 14,60%, respectivamente). O fato é que esses últimos apresentam uma Lucratividade dos Ativos abaixo da média setorial, cujo valor médio é de 20,98%.

Ao analisar os Juros Passivos (JP), percebeu-se que o custo das fontes de financiamento do Banco C (média de 11,08%) estivesse próximo ao custo da média setorial (média de 11,19%) no período pré-fato. Todavia, por mais que a Análise Horizontal tenha mostrado que as Despesas de Intermediação aumentaram ao longo dos períodos analisados, o menor custo médio foi evidenciado no Banco A, cujo valor médio foi de 10,27%.

Ademais, o Banco C apresenta um indicador de Eficiência Operacional (EO) médio de 26,45%. Logo, o banco possui maior produtividade na geração de receitas de intermediação com um menor gasto com despesas operacionais, diferentemente do que ocorre com o Banco A (EO médio de 64,54%). Com base nos testes estatísticos, percebeu-se que o Banco A apresentou mais oscilações nas contas de Despesas Operacionais do que o Banco C, o que pode justificar essas observações encontradas. E, por fim, o maior Giro do Patrimônio Líquido (GP) no período pré-fato foi evidenciado no Banco A, cujo valor médio foi de 3,59, o que significa que o banco possui mais receitas destinadas ao pagamento dos recursos próprios, em acordo com o que apontaram os estudos de Assaf Neto (2015). Entretanto, todos os bancos apresentaram esse indicador de rentabilidade acima ou próximo da média setorial, cujo GP médio é de 1,5.

Posteriormente, aplicou-se o teste da hipótese H_3 apresentada na seção de aspectos metodológicos desta pesquisa (item 3.1.1). Para o teste de hipótese, adotou-se um nível de significância (α) de 5% e aplicou-se o Teste t de Student para amostras independentes via *Bootstrap*.

Conforme a Tabela 14, o nível de significância observado do teste é maior do que 0,05 para quase todos os indicadores analisados, com exceção do indicador de Margem Líquida. Conclui-se, portanto, que existe diferença entre a Margem Líquida das instituições financeiras bancárias analisadas e a Margem Líquida do setor bancário no período pré-fato. É importante destacar que os três bancos da amostra apresentaram uma Margem Líquida abaixo da média do setor no período pré-fato, como visto anteriormente.

Tabela 14 – Testes dos Indicadores Econômico-Financeiros no Período Pré-fato

Indicador	Valor-P
<i>Encaixe Voluntário</i>	0,362
<i>Liquidez Imediata</i>	0,537
<i>Empréstimos/Depósitos</i>	0,650
<i>Capital de Giro Próprio</i>	0,965

Indicador	Valor-P
<i>Participação dos Empréstimos</i>	0,962
<i>Independência Financeira</i>	0,793
<i>Leverage</i>	0,355
<i>Relação Capital/Depositantes</i>	0,626
<i>Imobilização do PL*</i>	0,837
<i>Retorno sobre o PL*</i>	0,583
<i>Retorno sobre o Investimento Total</i>	0,177
<i>Margem Líquida</i>	0,030***
<i>Margem Financeira dos Ativos</i>	0,441
<i>Custo Médio de Captação</i>	0,178
<i>Retorno Médio das OC**</i>	0,544
<i>Lucratividade dos Ativos</i>	0,819
<i>Juros Passivos</i>	0,251
<i>Índice de Eficiência Operacional</i>	0,148
<i>Giro do Patrimônio Líquido</i>	0,087

Fonte: Dados da pesquisa. *Patrimônio Líquido. **Operações de Crédito. *** Significante ao nível α de 5%.

4.3.2 Durante o fato contábil

Quanto aos indicadores de liquidez, no geral, foi possível observar que o comportamento dos indicadores no período durante o fato contábil é semelhante ao do período pré-fato. Com base no indicador Encaixe Voluntário (EV), observou-se que os Bancos A, B e C não apresentam capacidade financeira para cobrir imediatamente os saques contra Depósitos à Vista. Além do mais, nota-se que os bancos mantiveram o mesmo comportamento do período pré-fato para esse indicador. Logo, no período durante o fato contábil, o EV dos bancos analisados ficou abaixo da média setorial, com exceção do Banco A, que apresentou um EV de 0,10, enquanto a média setorial em 2006 era de 0,08, conforme exposto na Tabela 15.

Tabela 15 – Indicadores de Liquidez dos Bancos A, B e C e do Setor Bancário no Período do Fato Contábil

Indicador	Encaixe Voluntário	Liquidez Imediata	Empréstimos/Depósitos	Capital de Giro Próprio**	Participação dos Empréstimos
<i>Banco A 2006</i>	0,10	3,77	34,47%	-R\$1.284.227	14,08%
<i>Setor 2006*</i>	0,08	2,59	106,55%	-R\$3.431.276	10,87%
<i>Banco B nov/2010</i>	0,21	38,11	144,47%	-R\$6.855.460	59,89%
<i>Banco B dez/2010</i>	0,21	14,93	149,80%	-R\$7.658.116	63,51%
<i>Setor 2010*</i>	0,25	4,67	147,01%	-R\$9.367.857	55,64%
<i>Banco C 2014</i>	0,80	1,61	120,88%	-R\$4.397.849	35,65%
<i>Setor 2014*</i>	1,38	10,77	146,75%	-R\$1.322.876	14,15%

Fonte: Dados da pesquisa. *Média. **Em milhares de reais.

O indicador de Liquidez Imediata (LI) dos três bancos da amostra se encontra acima de 1, o que significa que esses possuíam Disponibilidades e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez de Curto Prazo suficientes para saldar suas dívidas de curto prazo no período do fato

contábil. Observa-se, contudo, que a Liquidez Imediata dos Bancos B e C apresentou queda de 49,19% e 37,62%, respectivamente, no período durante o fato contábil, em relação à média do período pré-fato, diferentemente do que ocorre com o Banco A, cuja LI aumentou 88,5% durante o fato contábil em relação à média do período pré-fato. Observando esse índice no setor bancário de médio porte, nota-se que a Liquidez Imediata do Banco B ficou 219,7% acima do setor, ocorrendo o contrário com o Banco C, que apresentou uma LI 85% abaixo da média setorial em 2014.

Por meio da análise do índice Empréstimos/Depósitos (ED), pode-se concluir que os Bancos B e C emprestaram mais recursos em relação à quantidade de recursos captados no período do fato contábil, ou seja, para cada R\$100,00 de recursos captados, esses bancos emprestaram R\$149,80 e R\$120,88, respectivamente. Já o Banco A emprestou R\$34,47 para cada R\$100,00 de depósitos captados. Na comparação setorial, os Bancos A e C apresentaram um índice abaixo da média do setor. Esse aspecto pode ser justificado pelos aumentos encontrados nas contas de Depósitos a Prazo nos Bancos A e C e pelas diminuições nas Operações de Crédito no Banco C, com base nos tópicos anteriores.

Já na análise do índice do Capital de Giro Próprio (CGP), evidenciou-se que, durante o fato contábil, os bancos analisados diminuíram (em torno de 60%) a parcela de recursos próprios para financiamento das suas operações bancárias. Cabe ressaltar que a utilização desse recurso foi superior ao indicador médio do setor apenas para o Banco C, que apresentou um CGP de -R\$4.397.849, o que pode ser explicado pelo processo de mudança societária no período, conforme as notas explicativas do referido banco. Ressalta-se ainda que todos os bancos apresentaram oscilações do Patrimônio Líquido nesse período (aumentos evidenciados para o Banco A e diminuições para os Bancos B e C), sendo esses aspectos observados nas Análises Horizontal e Vertical.

Os três bancos analisados apresentam diferenças quanto ao indicador de Participações dos Empréstimos (PE), no período durante o fato contábil. Assim, o Banco A tem apresentado 14,08% de Operações de Crédito em relação ao Ativo Total, o que evidencia um baixo nível de liquidez, em acordo com análise contida nos estudos de Assaf Neto (2015), diferentemente do que acontece com os Bancos B e C, que possuem um PE de 63,51% e 35,65%, respectivamente. Contudo, todos eles apresentam esse indicador acima do PE médio do setor dos bancos de médio porte no período do fato contábil, cujos valores foram de 10,87%, 55,64% e 14,15% nos períodos de 2006, 2010 e 2014, respectivamente.

Em relação aos indicadores de estrutura de capital (Tabela 16), observou-se que os bancos analisados apresentam, em geral, uma estrutura de capital com 50% dos indicadores de

endividamento e imobilização do Patrimônio Líquido (PL) acima do setor, o que, segundo Assaf Neto (2015), demonstra muita dependência de recursos de terceiros. Destarte, os indicadores de estrutura de capital (especialmente, a Independência Financeira, a Relação Capital/Depositantes e a Imobilização do PL) do Banco B ficaram abaixo da média setorial no período durante o fato contábil.

Tabela 16 – Indicadores de Estrutura de Capital dos Bancos A, B e C e do Setor Bancário no Período do Fato Contábil

Indicador	Independência Financeira	Leverage	Relação Capital/Depositantes	Imobilização do PL**
<i>Banco A 2006</i>	6,19%	16,14	14,11%	49,08%
Setor 2006*	3,19%	40,63	29,62%	27,88%
<i>Banco B nov/2010</i>	1,17%	85,64	2,82%	29,85%
<i>Banco B dez/2010</i>	0,15%	687,97	0,34%	241,63%
Setor 2010*	13,13%	7,93	34,81%	7,68%
<i>Banco C 2014</i>	7,84%	12,75	24,62%	15,17%
Setor 2014*	10,62%	10,82	34,13%	7,05%

Fonte: Dados da pesquisa. *Média. **Patrimônio Líquido.

Assim sendo, o índice de Independência Financeira (IF) mostrou que, de toda a amostra, o Banco B, dentre os três bancos pesquisados, tem o menor comprometimento do seu capital próprio em relação ao Ativo Total, cuja IF foi de 0,15% no ano de 2010. Além disso, observa-se que o Banco A era mais independente dos recursos de terceiros do que a média dos outros bancos de médio porte no período do fato contábil, visto que 6,19% do seu Ativo Total estava sendo financiado pelo capital próprio. Assaf Neto (2015) destaca a importância de os bancos não serem totalmente dependentes de terceiros para financiamento das suas operações. Já em relação à análise da alavancagem dos bancos, percebe-se, com base no *Leverage*, que o Banco C, em comparação com os Bancos A e B, têm a menor alavancagem, entretanto, é semelhante àquela adotada pelo setor bancário de médio porte que era, em média, de 10,82 no ano de 2014.

Por meio da análise do índice que mede a relação Capital/Depositantes (CD), percebeu-se que, para cada R\$1,00 de captação dos bancos sob a forma de depósitos, em média, R\$0,14, R\$0,003 e R\$0,25 foram aplicações de recursos próprios dos Bancos A, B e C, respectivamente, no período do fato contábil. Além disso, em comparação ao setor, os referidos bancos apresentam um CD abaixo da média setorial, que era de 32,85%. Percebe-se uma queda de 98,7% do índice CD do Banco B, em 2010, em relação ao período pré-fato, o que pode ser explicado pela queda da utilização dos recursos próprios nesse período, como observado nas Análises Horizontal e Vertical.

E, por fim, quanto à Imobilização do Patrimônio Líquido, observou-se que os bancos da amostra imobilizaram maior quantidade de capital próprio do que o setor bancário de médio porte, cujo índice era de 27,88%, em 2006, e, em média, 7,36 em 2010 e 2014. Além disso, os maiores índices de Imobilização do Patrimônio Líquido da amostra no período do fato contábil foram encontrados no Banco B, cuja imobilização, em 2010, era de 241,63%, enquanto, nos Bancos A e C, esse índice foi de 49,08% e 15,17%, respectivamente. Esse fato pode ter relação com a queda de 6.863% do Patrimônio Líquido do banco nesse período, de acordo com as Análises Horizontal e Vertical feita nas demonstrações contábeis do Banco B. Conseqüentemente, em 2010, o Índice de Basiléia³² do referido banco foi de -4,74%, sendo inferior ao mínimo de 11% que é exigido pelo Banco Central.

A respeito dos indicadores de rentabilidade (Tabelas 17 e 18), de modo geral, o Banco A demonstrou uma maior rentabilidade do que os outros bancos analisados no período durante o fato contábil, apresentando todos os índices de rentabilidade acima da média dos índices setoriais dos bancos de médio porte. Os Bancos B e C têm um Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) negativo, pelo fato de terem apresentado prejuízos no período do fato contábil, cuja situação se mostrou abaixo da média do setor. Já o Banco A apresentou uma maior rentabilidade para os seus acionistas, que foi de 41,39%, em 2006, algo considerado satisfatório se comparado com as taxas de rendimento do mercado que, em média, nos outros bancos, era de 13,62%. No caso do Banco A, as Análises Horizontal e Vertical mostrou que houve aumento do seu Lucro Líquido no período pré-fato e durante o fato contábil, o que pode ter relação com essa situação satisfatória.

Tabela 17 – Indicadores de Rentabilidade dos Bancos A, B e C e do Setor Bancário no Período do Fato Contábil

Indicador	Retorno sobre o PL**	Retorno sobre o Investimento Total	Margem Líquida	Margem Financeira dos Ativos	Custo Médio de Captação
<i>Banco A 2006</i>	41,39%	2,56%	17,46%	5,65%	28,55%
Setor 2006*	13,62%	0,36%	14,06%	2,61%	9,70%
<i>Banco B 2010</i>	-697,74%	-1,01%	-61,16%	0,08%	-0,79%
Setor 2010*	17,45%	2,43%	12,75%	8,29%	17,11%
<i>Banco C 2014</i>	-60,29%	-4,73%	-33,83%	-3,91%	20,51%
Setor 2014*	-2,11%	0,01%	0,80%	2,69%	14,28%

Fonte: Dados da pesquisa. *Média. **Patrimônio Líquido.

Ainda sobre os indicadores de rentabilidade, nota-se que os bancos da amostra apresentaram um retorno do capital total investido abaixo da média se comparado ao Retorno

³² O Índice de Basiléia é um indicador que mostra o quanto um banco pode emprestar em relação a seu capital. Portanto, esse índice mede a capacidade de alavancagem dos bancos (BACEN, 2013).

sobre o Investimento Total (ROA) do setor bancário de médio porte, com exceção do Banco A, que exibe um ROA de 41,39% (203,89% acima da média do setor no período). Novamente, a posição do Banco A pode ser justificada pelo aumento do seu Lucro Líquido no período durante o fato contábil, diferentemente do que acontece com os outros dois bancos. Nesse sentido, a Margem Líquida (ML) dos Bancos B e C foi negativa no período do fato contábil. No caso do Banco C, o aumento das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa pode ter comprometido os seus resultados e, conseqüentemente, afetado seus indicadores de rentabilidade, cujos aspectos foram demonstrados nas análises realizadas anteriormente.

Quanto à análise da Margem Financeira (MF) dos Ativos, o Banco A tem apurado, para cada R\$1,00 do seu ativo, R\$0,06 de Resultado Bruto nas intermediações financeiras. Já os Bancos B e C não conseguem R\$0,01 de Resultado Bruto. No caso do Banco C, a MF é negativa no período do fato contábil. Ademais, o Banco A apresenta uma MF acima da média setorial, que, em 2006, foi de 2,61%.

Da mesma forma que ocorreu no período pré-fato, o Banco B chama a atenção pela oscilação do Custo Médio de Captação (CMC), que é negativo em 2010 (ou seja, as Despesas Financeiras se sobrepõem aos valores dos Depósitos à vista e a prazo), enquanto que, nos outros bancos da amostra, esse índice é positivo. O CMC do Banco B é inferior à média do setor bancário, cujo custo financeiro médio do capital investido por agentes poupadores foi de 13,70%.

Por meio do Retorno Médio das Operações de Crédito (RMOC) (Tabela 18), percebe-se que os Bancos B e C apresentaram taxas de retornos de aplicações em créditos no período do fato contábil abaixo da média do setor. Assim, somente o Banco A apresentou um RMOC de 28,91%, sendo esse retorno acima da média setorial naquele período, que foi de 11,91%. Da mesma maneira, quanto à Lucratividade dos Ativos (LA), o Banco B apresentou, em 2010, 1,66% do total investido transformado em receitas financeiras, sendo esse percentual inferior em comparação aos Bancos A e C, que têm um LA de 14,69% e 13,97%, respectivamente. O fato é que a diminuição das Receitas de Intermediação no Banco B durante o fato contábil (conforme análises anteriores) pode ser uma das justificativas para o seu baixo LA. Além disso, o Banco A é o único que apresenta uma LA acima da média setorial que, em 2006, foi de 12,56%.

Ao analisar os Juros Passivos (JP), percebeu-se que o custo das fontes de financiamento dos Bancos A e C é superior ao custo da média setorial no período do fato

contábil, que foi de 2,29%, em 2006, e 12,23%, em 2014. No entanto, o menor custo médio foi evidenciado no Banco B, cujo valor é de 1,58%.

Tabela 18 – Indicadores de Rentabilidade dos Bancos A, B e C e do Setor Bancário no Período do Fato Contábil

Indicador	Retorno Médio das OC**	Lucratividade dos Ativos	Juros Passivos	Índice de Eficiência Operacional	Giro do PL***
<i>Banco A 2006</i>	28,91%	14,69%	9,04%	59,12%	2,37
Setor 2006*	11,91%	12,56%	2,29%	51,31%	1,13
<i>Banco B 2010</i>	2,18%	1,66%	1,58%	88,15%	11,41
Setor 2010*	31,30%	19,87%	11,57%	36,16%	1,40
<i>Banco C 2014</i>	18,47%	13,97%	17,89%	33,26%	1,78
Setor 2014*	20,72%	14,91%	12,23%	27,56%	1,53

Fonte: Dados da pesquisa. *Média. **Operações de Crédito. ***Patrimônio Líquido.

Quanto aos indicadores de Eficiência Operacional (EO) e do Giro do Patrimônio Líquido (GP) durante o período do fato contábil de cada banco, todos os bancos analisados apresentaram esses indicadores acima da média dos bancos de médio porte.

Após essa etapa de análise, realizou-se o teste da hipótese H_3 apresentada na seção de aspectos metodológicos desta pesquisa (item 3.1.1). Para o teste da hipótese, adotou-se um nível de significância (α) de 5% e aplicou-se o Teste t de Student para amostras independentes via *Bootstrap*.

Tabela 19 – Teste dos Indicadores Econômico-Financeiros no Período do Fato Contábil

Indicador	Valor-P
<i>Encaixe Voluntário</i>	0,688
<i>Liquidez Imediata</i>	0,882
<i>Empréstimos/Depósitos</i>	0,441
<i>Capital de Giro Próprio</i>	0,936
<i>Participação dos Empréstimos</i>	0,621
<i>Independência Financeira</i>	0,325
<i>Leverage</i>	0,432
<i>Relação Capital/Depositantes</i>	0,051
<i>Imobilização do PL*</i>	0,339
<i>Retorno sobre o PL*</i>	0,395
<i>Retorno sobre o Investimento Total</i>	0,423
<i>Margem Líquida</i>	0,209
<i>Margem Financeira dos Ativos</i>	0,307
<i>Custo Médio de Captação</i>	0,780
<i>Retorno Médio das OC**</i>	0,644
<i>Lucratividade dos Ativos</i>	0,298
<i>Juros Passivos</i>	0,594
<i>Índice de Eficiência Operacional</i>	0,276
<i>Giro do Patrimônio Líquido</i>	0,344

Fonte: Dados da pesquisa. *Patrimônio Líquido. **Operações de Crédito.

Conforme mostra a Tabela 19, o nível de significância observado após a realização do teste é maior do que 0,05, o que leva à não rejeição da hipótese H_3 , concluindo-se que não

existe diferença entre os indicadores econômico-financeiros das instituições financeiras bancárias analisadas e os indicadores econômico-financeiros do setor bancário no período do fato contábil.

Do mesmo modo, foi realizado o teste para o período durante o fato contábil em relação à comparação dos indicadores do Banco B no balanço de abertura, em novembro de 2010, e o balanço anual de 2010.

De acordo com a Tabela 20, o nível de significância observado após o teste é maior do que 0,05, o que permite concluir que não existe diferença entre os indicadores econômico-financeiros do Banco B no seu balanço de abertura em 2010 e o balanço anual durante o fato contábil. Assim, do mesmo modo que ocorreu após a aplicação dos testes estatísticos realizados nas contas patrimoniais entre o balanço de abertura em novembro de 2010 e o balanço anual de 2010, não foram encontradas diferenças significativas, nada podendo ser afirmado também para os indicadores econômico-financeiros nesse período.

Tabela 20 – Resultado do Teste t de Student para o Banco B

Teste	Indicadores
Teste de Levene para igualdade de variações	0,861
Valor-p para o teste de amostras independentes considerando variações iguais assumidas	0,944

Fonte: Dados da pesquisa.

4.3.3 Após o fato contábil: o período pós-fato

Quanto aos indicadores de liquidez, no Encaixe Voluntário (EV), observa-se que os Bancos A e B não apresentam capacidade financeira para cobrir imediatamente os saques contra Depósitos à Vista, apresentando, em média, um EV de 0,15 e 0,32, respectivamente, no período pós-fato, enquanto que o Banco C apresenta um EV acima de 1 nesse mesmo período. Além disso, observa-se que os bancos apresentaram um aumento desse indicador em relação ao período durante o fato contábil, o qual foi, em média, em torno de 24% para os Bancos A e B, e 331%, para o Banco C. Contudo, apenas os Bancos A e C têm um EV acima da média setorial, que foi de 0,60 e 1,10, respectivamente, no último ano do período pós-fato, conforme exposto na Tabela 21.

O indicador de Liquidez Imediata (LI) continua acima de 1, como aconteceu nos períodos já analisados. Contudo, percebe-se que, no período pós-fato, há uma variação negativa desse indicador nos Bancos A e B, de 41,45% e 42,79%, respectivamente. Sendo assim, ao observar o LI no setor bancário de médio porte, notou-se que a média da Liquidez

Imediata dos Bancos A e B ficou abaixo da média do setor. No caso do Banco C, é importante destacar que esse banco vem adotando uma estratégia de privilegiar a liquidez desde 2014, conforme apontado nas suas notas explicativas de 2014.

Tabela 21 – Indicadores de Liquidez dos Bancos A, B e C e do Setor Bancário no Período Pós-Fato

Indicador	Encaixe Voluntário	Liquidez Imediata	Empréstimos/Depósitos	Capital de Giro Próprio**	Participação dos Empréstimos
<i>Banco A 2007</i>	0,12	5,09	34,14%	-R\$1.458.745	12,88%
Setor 2007*	0,08	2,57	119,46%	-R\$9.700.315	12,63%
<i>Banco A 2008</i>	0,17	2,98	53,34%	-R\$2.466.495	15,50%
Setor 2008*	0,60	11,22	183,92%	-R\$1.095.182	52,73%
<i>Banco B 2011</i>	0,27	8,39	137,61%	-R\$7.187.416	23,31%
Setor 2011*	0,26	4,91	138,87%	-R\$9.763.756	55,06%
<i>Banco B 2012</i>	0,36	4,80	164,95%	-R\$8.869.845	26,64%
Setor 2012*	1,09	14,50	130,97%	-R\$1.267.810	49,66%
<i>Banco C 2015</i>	3,45	6,52	138,90%	-R\$4.747.794	20,88%
Setor 2015*	1,34	17,56	134,68%	-R\$1.327.909	41,37%
<i>Banco C 2016</i>	1,38	47,80	286,54%	-R\$9.112.023	14,09%
Setor 2016*	1,10	32,28	140,93%	-R\$1.498.902	38,86%

Fonte: Dados da pesquisa. *Média. **Em milhares de reais.

Com base na análise do índice Empréstimos/Depósitos (ED), pode-se concluir que os Bancos B e C emprestaram mais recursos do que captaram no período, apresentando o mesmo comportamento observado no período pré-fato, ficando acima da média do setor. Já o Banco A emprestou, em média, R\$43,74 para cada R\$100,00 de depósitos captados, o que é abaixo da média do setor, que foi de 119,46% em 2007. Já na análise do índice do Capital de Giro Próprio (CGP), evidenciou-se que, no período pós-fato, os Bancos A e C passaram a ter menos recursos próprios para financiamento das suas operações bancárias, uma vez que o seu CGP ficou, em média, 11% mais negativo.

Quanto ao indicador de Participações dos Empréstimos (PE), foi possível verificar que todos os bancos analisados apresentaram uma queda nesse indicador em comparação aos períodos anteriores, sendo essa queda de 91,48% no Banco A, 36,70% no Banco B e 58,57% no Banco C, evidenciando uma redução no nível de liquidez desses bancos. Do mesmo modo, em comparação com o setor bancário, notou-se que a média do PE dos bancos se mostrou abaixo do PE médio do setor bancário no período pós-fato.

Quanto aos indicadores de Estrutura de capital (Tabela 22), no geral, observa-se que os bancos da amostra diminuíram o seu nível de endividamento e imobilização do Patrimônio Líquido no período pós-fato. Contudo, do mesmo modo que no período durante o fato contábil, o Banco B se mostrou mais dependente financeiramente de recursos de terceiros do que os outros dois bancos da amostra. Entretanto, o índice de Independência Financeira (IF)

mostrou que, de toda a amostra, o Banco B tem o maior comprometimento do seu capital próprio em relação ao Ativo Total, com IF média de 11,34%, enquanto que, nos Bancos A e C, essa média era de 5,74% e 6,45%, respectivamente, no período pós-fato. Contudo, a IF média de 11,34% no período de 2011 e 2012, por exemplo, indica que o setor apresenta maior dependência dos recursos de terceiros do que os Bancos A, B e C.

Tabela 22 – Indicadores de Estrutura de Capital dos Bancos A, B e C e do Setor Bancário no Período Pós-Fato

Indicador	Independência Financeira	Leverage	Relação Capital/Depositantes	Imobilização do PL**
<i>Banco A 2007</i>	6,23%	16,05	14,38%	12,23%
Setor 2007*	4,57%	27,84	43,01%	39,75%
<i>Banco A 2008</i>	6,66%	15,02	17,18%	11,28%
Setor 2008*	15,61%	7,67	57,68%	7,03%
<i>Banco B 2011</i>	9,25%	10,81	32,97%	2,14%
Setor 2011*	13,06%	7,89	33,00%	10,78%
<i>Banco B 2012</i>	13,43%	7,44	48,25%	12,39%
Setor 2012*	12,14%	9,35	31,94%	19,22%
<i>Banco C 2015</i>	5,24%	19,07	27,65%	24,74%
Setor 2015*	10,03%	11,73	32,78%	9,10%
<i>Banco C 2016</i>	6,23%	16,05	68,66%	15,36%
Setor 2016*	10,33%	11,23	37,27%	7,46%

Fonte: Dados da pesquisa. *Média. **Patrimônio Líquido.

Já em relação à análise da alavancagem dos bancos, nota-se, por meio do *Leverage*, que o Banco B é menos alavancado do que os outros dois bancos da amostra, com um índice médio de 9,12, enquanto que o *Leverage* dos Bancos A e C eram de 15,53 e 17,56, respectivamente. Ressalta-se que, no último ano do período pós-fato, todos os bancos analisados apresentaram uma estrutura de alavancagem abaixo do *Leverage* médio setorial, que era de 17,76, no período de 2007-2008, 8,62, no período de 2011-2012, e 17,56, no período de 2015-2016.

Com base na análise do índice que mede a relação Capital/Depositantes (CD), nota-se que, para cada R\$1,00 de captação dos bancos sob a forma de depósitos, em média, R\$0,16, R\$0,41 e R\$0,48 foram aplicados de recursos próprios pelos Bancos A, B e C, respectivamente, no período pós-fato. Além do mais, em comparação com o setor, esses bancos apresentam um CD abaixo da média setorial no começo do período pós-fato, que era de 43,01%, 33% e 32,78%, em 2007, 2011 e 2015, respectivamente. E, por último, quanto à Imobilização do Patrimônio Líquido, observou-se que esse indicador nos bancos da amostra ficou abaixo da média no setor bancário de médio porte, com exceção do Banco C, que apresentou um indicador médio de imobilização do PL de 20,05%.

Quanto aos indicadores de rentabilidade (Tabela 23), no geral, observou-se que o Banco A apresenta uma maior rentabilidade do que os Bancos B e C no período pós-fato, sendo todos os índices de rentabilidade positivos, enquanto que esses últimos possuem um Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE), Retorno sobre o Investimento Total (ROA) e Margem Líquida negativos. Sendo assim, do mesmo modo que nos períodos anteriores, o Banco A apresenta um ROE positivo e acima da média do setor, ao passo que os demais bancos da amostra mantêm um ROE negativo e abaixo da média do ROE setorial no período pós-fato. Quanto ao Retorno sobre o Investimento Total (ROA) e a Margem Líquida (ML), observou-se o mesmo comportamento em relação aos períodos pré-fato e do fato contábil.

Tabela 23 – Indicadores de Rentabilidade dos Bancos A, B e C e do Setor Bancário no Período Pós-Fato

Indicador	Retorno sobre o PL**	Retorno sobre o Investimento Total	Margem Líquida	Margem Financeira dos Ativos	Custo Médio de Captação
<i>Banco A 2007</i>	36,09%	2,25%	19,52%	4,34%	23,88%
Setor 2007*	11,38%	0,04%	10,32%	3,72%	27,23%
<i>Banco A 2008</i>	28,43%	1,89%	14,22%	4,42%	27,99%
Setor 2008*	16,72%	2,43%	9,54%	8,96%	30,00%
<i>Banco B 2011</i>	5,46%	0,51%	2,06%	5,92%	50,75%
Setor 2011*	16,21%	1,90%	11,74%	7,76%	16,79%
<i>Banco B 2012</i>	-19,92%	-2,68%	-13,74%	3,63%	57,67%
Setor 2012*	6,97%	0,78%	6,22%	4,99%	13,42%
<i>Banco C 2015</i>	-66,93%	-3,51%	-14,14%	-3,53%	70,58%
Setor 2015*	3,32%	0,64%	4,85%	2,85%	20,71%
<i>Banco C 2016</i>	-22,49%	-1,40%	-17,86%	0,35%	34,79%
Setor 2016*	5,62%	0,84%	5,68%	4,20%	13,58%

Fonte: Dados da pesquisa. *Média. **Patrimônio Líquido.

Quanto à análise da Margem Financeira (MF) dos Ativos, percebeu-se que os Bancos A e B têm apurado, para cada R\$100,00 do seu ativo, em média, R\$4,38 e R\$4,78 de rentabilidade, respectivamente. Já a MF do Banco C foi, em média, de -1,59% no período pós-fato. Entretanto, todos os bancos da amostra apresentam uma MF abaixo da média setorial, que foi de 6,34%; 6,38% e 3,53%, nos períodos de 2007-2008, 2011-2012 e 2015-2016, respectivamente.

Em relação aos períodos anteriores, notou-se que os Bancos B e C apresentam aumentos no Custo Médio de Captação (CMC), que eram de -0,79% e 20,51% no período do fato contábil e passaram a ser de 50,75%, em 2011, e 70,58%, em 2015, respectivamente. Além disso, o CMC desses bancos está acima do CMC médio do setor dos bancos de médio porte, que, em 2011 e 2015, eram, respectivamente, de 16,79% e 20,71%. Para o Banco C, o aumento de 344,12% do CMC pode ser decorrente das despesas com captações de mercado, que dobraram no ano de 2015 em relação ao ano anterior, conforme as suas notas explicativas

de 2015. Do mesmo modo, as Análises Horizontal e Vertical deste estudo também apontaram aumentos para essa conta no período pós-fato.

Com base no Retorno Médio das Operações de Crédito (RMOC) (Tabela 24), observou-se que o Banco B passa a ter um RMOC médio de 31,5% no período pós-fato, significando uma melhora em termos absolutos do seu RMOC do período do fato contábil, que era de 2,18%. Ademais, somente o Banco A apresentou um RMOC acima da média setorial nesse período, que foi, em média, de 25,36%, em 2007 e 2008.

Tabela 24 – Indicadores de Rentabilidade dos Bancos A, B e C e do Setor Bancário no Período Pós-Fato

Indicador	Retorno Médio das OC**	Lucratividade dos Ativos	Juros Passivos	Índice de Eficiência Operacional	Giro do PL***
<i>Banco A 2007</i>	26,20%	11,53%	7,14%	61,11%	1,85
Setor 2007*	11,91%	13,68%	3,35%	51,00%	1,04
<i>Banco A 2008</i>	18,84%	13,30%	8,88%	44,16%	2,00
Setor 2008*	38,81%	26,35%	17,39%	31,59%	1,85
<i>Banco B 2011</i>	37,05%	24,58%	18,65%	61,91%	2,66
Setor 2011*	30,12%	19,67%	11,90%	36,05%	1,44
<i>Banco B 2012</i>	25,87%	19,48%	15,85%	48,81%	1,45
Setor 2012*	22,71%	15,98%	10,99%	32,13%	1,39
<i>Banco C 2015</i>	24,46%	24,83%	28,35%	20,57%	4,73
Setor 2015*	22,43%	18,61%	15,76%	21,80%	2,22
<i>Banco C 2016</i>	15,30%	7,85%	7,50%	40,08%	1,26
Setor 2016*	23,64%	14,77%	10,73%	15,30%	1,72

Fonte: Dados da pesquisa. *Média. **Operações de Crédito. ***Patrimônio Líquido.

Quanto à Lucratividade dos Ativos (LA), observou-se que somente o Banco B apresenta uma LA acima da LA média dos bancos de médio porte que, no período pós-fato, foi de 17,83%. Esse aspecto pode ter relação com os acréscimos encontrados, com base nas Análises Horizontal e Vertical, para as contas de Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil e Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários do Banco B.

Ao analisar os Juros Passivos (JP), percebeu-se que o custo das fontes de financiamento dos Bancos B e C (em média, de 17,25% e 17,93%, respectivamente) é superior ao custo da média setorial no período pós-fato, que era, respectivamente, de 11,45% e 13,25% no período de 2011-2012 e 2015-2016. Contudo, o Banco C apresenta queda do JP no período pós-fato, de 28,35%, em 2015, para 7,50% em 2016, o que pode ser devido à queda das Despesas de Intermediação Financeira nesse período, consoante as Análises Horizontal e Vertical efetuadas. Quanto à Eficiência Operacional (EO), os três bancos da amostra estão acima da média da EO do setor.

Enfim, o maior Giro do Patrimônio Líquido (GP) no período pós-fato foi evidenciado no Banco C, cujo valor médio era 3, enquanto que, no setor, o GP médio nos períodos de

2015 e 2016 era de 1,97. Esse aspecto pode ser justificado pelo fato de o Banco C ter apresentado aumentos nas contas associadas às Receitas de Intermediação Financeira, diferentemente do que ocorreu com os outros bancos analisados. Mas, assim como nos períodos anteriores, todos os bancos apresentaram um GP acima da média setorial, com exceção do Banco C que, no ano de 2016, contava com R\$1,26 de Receitas para R\$1,00 de Capital Próprio, ao passo que, no setor, o GP médio era de 1,72.

Após a análise dos indicadores, realizou-se o teste da hipótese H_3 desta pesquisa (apresentada nos aspectos metodológicos, no item 3.1.1). Para o teste de hipótese, adotou-se um nível de significância (α) de 5% e aplicou-se o Teste t de Student para amostras independentes via *Bootstrap*.

Conforme a Tabela 25, o nível de significância observado, após o teste, é maior do que 0,05 para quase todos os indicadores analisados, com exceção dos índices de Participação dos Empréstimos e Custo Médio de Captação. Conclui-se, portanto, que existem diferenças ao nível de significância de 5% entre a média setorial e a média dos indicadores dos três bancos analisados para os índices de Participação dos Empréstimos e Custo Médio de Captação no período pós-fato.

Tabela 25 – Teste para os Indicadores Econômico-Financeiros no Período Pós-Fato

Indicador	Valor-P
<i>Encaixe Voluntário</i>	0,347
<i>Liquidez Imediata</i>	0,133
<i>Empréstimos/Depósitos</i>	0,141
<i>Capital de Giro Próprio</i>	0,470
<i>Participação dos Empréstimos</i>	0,013**
<i>Independência Financeira</i>	0,119
<i>Leverage</i>	0,335
<i>Relação Capital/Depositantes</i>	0,377
<i>Imobilização do Patrimônio Líquido</i>	0,348
<i>Retorno sobre o Patrimônio Líquido</i>	0,245
<i>Retorno sobre o Investimento Total</i>	0,143
<i>Margem Líquida</i>	0,139
<i>Margem Financeira dos Ativos</i>	0,121
<i>Custo Médio de Captação</i>	0,018**
<i>Retorno Médio das OC*</i>	0,055
<i>Lucratividade dos Ativos</i>	0,320
<i>Juros Passivos</i>	0,466
<i>Índice de Eficiência Operacional</i>	0,065
<i>Giro do Patrimônio Líquido</i>	0,161

Fonte: Dados da pesquisa. *Operações de Crédito. ** Significante ao nível α de 5%.

4.3.4 Comparação Período Anterior x Período Posterior ao Fato Contábil

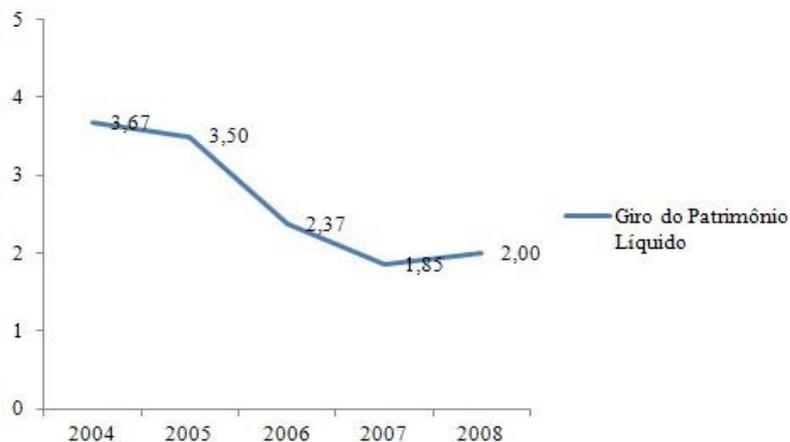
O próximo passo da pesquisa foi estabelecer comparações dos indicadores econômico-financeiros antes do fato contábil e depois do fato contábil para cada um dos bancos analisados, buscando responder à hipótese H_2 da pesquisa (apresentada na seção de aspectos metodológicos, no item 3.1.1). Para isso, também foi aplicado o Teste t de Student para amostras independentes via *Bootstrap*, com um nível de significância (α) de 5%.

Tabela 26 – Teste para os Indicadores Econômico-Financeiros dos Bancos A, B e C

Indicador	Valor-P Banco A	Valor-P Banco B	Valor-P Banco C
<i>Encaixe Voluntário</i>	0,868	0,976	0,345
<i>Liquidez Imediata</i>	0,278	0,102	0,467
<i>Empréstimos/Depósitos</i>	0,479	0,492	0,472
<i>Capital de Giro Próprio</i>	0,332	0,071	0,343
<i>Participação dos Empréstimos</i>	0,983	0,040***	0,071
<i>Independência Financeira</i>	0,079	0,736	0,056
<i>Leverage</i>	0,571	0,679	0,066
<i>Relação Capital/Depositantes</i>	0,101	0,913	0,929
<i>Imobilização do PL*</i>	0,061	0,608	0,296
<i>Retorno sobre o PL*</i>	0,177	0,055	0,270
<i>Retorno sobre o Investimento Total</i>	0,315	0,330	0,215
<i>Margem Líquida</i>	0,219	0,414	0,035***
<i>Margem Financeira dos Ativos</i>	0,210	0,061	0,228
<i>Custo Médio de Captação</i>	0,552	0,691	0,294
<i>Retorno Médio das OC**</i>	0,194	0,426	0,594
<i>Lucratividade dos Ativos</i>	0,075	0,169	0,871
<i>Juros Passivos</i>	0,273	0,483	0,630
<i>Índice de Eficiência Operacional</i>	0,467	0,316	0,760
<i>Giro do Patrimônio Líquido</i>	0,045***	0,694	0,501

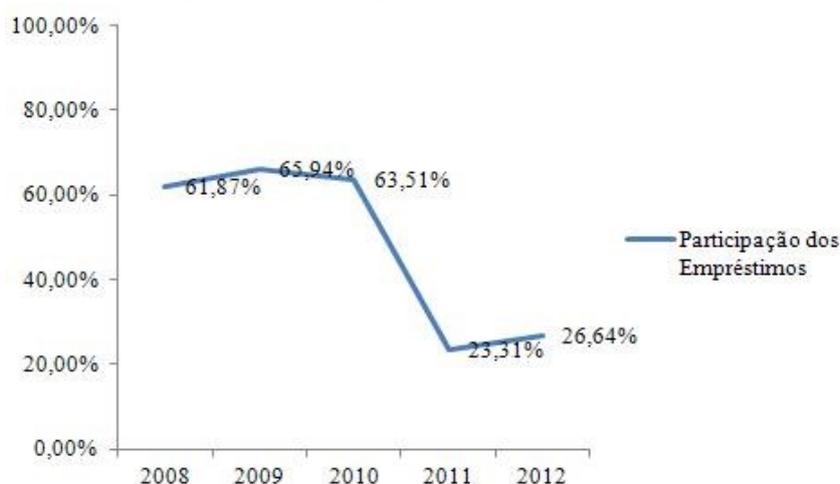
Fonte: Dados da pesquisa. *Patrimônio Líquido. **Operações de Crédito. *** Significante ao nível α de 5%.

No caso do Banco A, o Giro do Patrimônio Líquido apresentou um nível de significância menor do que 0,05, o que leva à rejeição da hipótese H_2 , podendo-se concluir que existe diferença entre o Giro do Patrimônio Líquido do Banco A no período anterior ao fato contábil e no período posterior ao fato contábil, conforme é observado na Tabela 26. O fato é que o Banco A veio diminuindo esse índice no período de 2004 a 2008 (como é apresentado na Figura 10), possivelmente, devido ao aumento do Patrimônio Líquido, como visto nas Análises Horizontal e Vertical e nos testes estatísticos anteriores.

Figura 10- Giro do Patrimônio Líquido do Banco A no período 2004-2008

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 26, para o Banco B, o índice de Participação dos Empréstimos apresentou um nível de significância menor do que 0,05, o que leva à rejeição da hipótese H_2 , permitindo concluir que existe diferença entre o indicador de Participação dos Empréstimos do referido banco antes do fato contábil e no período posterior ao fato contábil. Nesse sentido, o Banco B possuía, em média, 63,91% de Participação dos Empréstimos no período pré-fato, caindo o indicador de endividamento mais de 60% no período pós-fato (como se observa na Figura 11). Esse aspecto pode ter relação com as contas de Operações de Crédito e do Ativo Total, que mostraram oscilações nas Análises Horizontal e Vertical.

Figura 11- Participação dos Empréstimos do Banco B no período 2008-2012

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 26 evidencia que, no Banco C, a Margem Líquida apresentou um nível de significância menor do que 0,05, o que leva à rejeição da hipótese H_2 , concluindo-se que

existe diferença entre a Margem Líquida desse banco no período anterior ao fato contábil, bem como no período posterior ao fato contábil. É importante ressaltar que o Banco C apresentou a menor Margem Líquida em comparação com os outros dois bancos no período pré-fato. Além disso, essa Margem era positiva no período pré-fato, mas, no período do fato contábil e pós-fato, ela se torna negativa, como pode ser observado na Figura 12.

Figura 12- Margem Líquida do Banco C no período 2012-2016



Fonte: Dados da pesquisa.

Diante do exposto, é possível inferir que os indicadores do Giro do Patrimônio Líquido, da Participação dos Empréstimos e da Margem Líquida são estatisticamente diferentes nos períodos pré-fato e pós-fato dos Bancos A, B e C, respectivamente.

4.4 Análise das Variáveis Qualitativas Associadas ao Risco de Fraude Contábil

Os Quadros 14, 15 e 16 apresentam uma síntese sobre as variáveis qualitativas associadas ao risco de fraude contábil, com base na literatura (conforme Quadro 5), para cada um dos bancos analisados.

Variável	Subvariável	2004	2005	2006	2007	2008
<i>Auditoria</i>	Empresa de auditoria é <i>big four</i>	Não	Não	Não	Não	Não
	Mudança de auditoria	Não	Não	Sim	Não	Não
	Existência de comitê de auditoria	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Infrações Contábeis</i>	Existência de infrações contábeis	Não	Não	Não	Não	Sim
<i>Situação Financeira</i>	Baixa relação caixa/total do ativo	Não	Não	Sim	Sim	Não
	Prejuízos ou lucros menores que o esperado	Não	Não	Não	Não	Não
	Muitos indicadores abaixo do setor	Não	Não	Não	Sim	Sim
	Alta rentabilidade	Sim	Sim	Sim	Não	Não
	Baixa liquidez	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Alto endividamento/ Alavancagem	Sim	Sim	Sim	Não	Não
<i>Ambiente Externo</i>	Existência de crescimento/aumento valor de mercado	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Pagamento de dividendos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Poucas transações com partes relacionadas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
<i>Ambiente Interno</i>	Fraca governança corporativa	Não	Não	Não	Não	Não
	Existência de mecanismos de controle da fraude	Não	Não	Não	Sim	Sim
	Existência de plano de ações/remuneração variável/bonificações para gestores	Não	Não	Não	Não	Sim
<i>Ambiente Interno</i>	Baixa proporção de diretores externos no conselho	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Quadro 14- Análise das variáveis associadas ao risco de fraude contábil no Banco A
Fonte: Dados da pesquisa.

Variável	Subvariável	2008	2009	2010	2011	2012
<i>Auditoria</i>	Empresa de auditoria é <i>big four</i>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Mudança de auditoria	Não	Não	Não	Sim	Não
	Existência de comitê de auditoria	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
<i>Infrações Contábeis</i>	Existência de infrações contábeis	Não	Sim	Sim	Não	Não
<i>Situação Financeira</i>	Baixa relação caixa/total do ativo	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
	Prejuízos ou lucros menores que o esperado	Não	Não	Sim	Não	Sim
	Muitos indicadores abaixo do setor	Não	Não	Sim	Não	Sim
	Alta rentabilidade	Não	Não	Não	Não	Não
	Baixa liquidez	Não	Não	Não	Não	Não
	Alto endividamento/ Alavancagem	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Ambiente Externo</i>	Existência de crescimento/aumento valor de mercado	Não	Sim	Não	Sim	Sim
	Pagamento de dividendos	Sim	Sim	Não	Sim	Não
	Poucas transações com partes relacionadas	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Ambiente Interno</i>	Fraca governança corporativa	Não	Não	Não	Não	Não
	Existência de mecanismos de controle da fraude	Não	Não	Não	Sim	Sim
<i>Ambiente Interno</i>	Existência de plano de ações/remuneração variável/bonificações para gestores	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Baixa proporção de diretores externos no conselho	Não	Não	Não	Não	Não

Quadro 15- Análise das variáveis associadas ao risco de fraude contábil no Banco B

Fonte: Dados da pesquisa.

Variável	Subvariável	2012	2013	2014	2015	2016
<i>Auditoria</i>	Empresa de auditoria é <i>big four</i>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Mudança de auditoria	Não	Não	Não	Não	Não
	Existência de comitê de auditoria	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
<i>Infrações Contábeis</i>	Existência de infrações contábeis	Não	Não	Sim	Não	Sim
<i>Situação Financeira</i>	Baixa relação caixa/total do ativo	Não	Não	Não	Não	Sim
	Prejuízos ou lucros menores que o esperado	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
	Muitos indicadores abaixo do setor	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
	Alta rentabilidade	Não	Não	Não	Não	Não
	Baixa liquidez	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Alto endividamento/ Alavancagem	Não	Não	Sim	Sim	Sim
	Existência de crescimento/aumento valor de mercado	Sim	Sim	Sim	-	-
<i>Ambiente Externo</i>	Pagamento de dividendos	Sim	Sim	Não	Não	Não
	Poucas transações com partes relacionadas	Não	Não	Não	Não	Não
	Fraca Governança Corporativa	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Ambiente Interno</i>	Existência de mecanismos de controle da fraude	Não	Não	Sim	Sim	Sim
	Existência de plano de ações/remuneração variável/bonificações para gestores	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Baixa proporção de diretores externos no conselho	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Quadro 16- Análise das variáveis associadas ao risco de fraude contábil no Banco C

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à variável auditoria, percebeu-se que os Bancos B e C eram auditados por empresas de auditoria *big four* e, além disso, possuíam comitê de auditoria. No Banco B, as

demonstrações contábeis foram auditadas pela Deloitte, no período de 2008 a 2010. Após o fato contábil, a partir de 2011, as demonstrações passaram a ser auditadas pela PricewaterhouseCoopers. No caso do Banco C, no período de 2012 a 2016, todas as demonstrações foram auditadas pela KPMG. Já o Banco A não passou por nenhuma auditoria *big four* e também não possuía um comitê de auditoria, assim sendo, no período de 2004 e 2005, as demonstrações do banco foram auditadas pela empresa Boucinhas & Campos e, de 2006 a 2008, o referido banco optou por outra empresa de auditoria, que passou a ser a BDO Trevisan.

Nesse sentido, a partir dos casos analisados, nada pode ser afirmado quanto à associação de quem realiza a auditoria (*big four* ou não), mudança ou não de empresa de auditoria e presença ou não de comitê de auditoria com o risco de ocorrência de fraudes contábeis em instituições financeiras bancárias. Esses aspectos contrariam os achados dos estudos de Summers e Sweeney (1998), Carcello e Nagy (2004), Kamarudin, Ismail e Mustapha (2012), Silva *et al.* (2012) e Condé, Almeida e Quintal (2015).

Quanto ao comitê de auditoria, como já citado, somente os Bancos B e C possuem um comitê de auditoria, uma vez que ambos apresentam um Patrimônio Líquido maior que R\$1 bilhão, sendo, então, obrigatória a instauração do mesmo, conforme previsto na Resolução nº 3.198 de 27 de maio de 2004 (BACEN, 2004). Já o Banco A, pelo fato de seu Patrimônio Líquido ser inferior a R\$1 bilhão, não havia a obrigatoriedade de um comitê de auditoria no período de 2004 a 2008, além de que esse banco também não tinha captação de depósitos acima de R\$5 bilhões.

Do mesmo modo que apontou Beasley (1996), com base nos casos analisados, observou-se que a presença de um comitê de auditoria, não afeta significativamente o risco de ocorrência da fraude contábil. É importante destacar que, conforme a legislação, as reuniões de um comitê de auditoria devem ser realizadas, no mínimo, mensalmente. No caso do Banco B, elas aconteciam semanalmente e, mesmo assim, houve indícios de risco de fraudes. Além disso, discute-se sobre a presença de membros externos no comitê de auditoria. No caso do Banco B, no período de análise, havia dois membros externos, enquanto que, no Banco C, havia três membros independentes no comitê de auditoria, sendo que dois membros do comitê faziam parte também do Conselho de Administração.

Em relação às infrações contábeis, o Banco B possui processos sancionadores administrativos no período anterior e posterior ao fato contábil, diferentemente do que ocorre com os Bancos A e C, cujas evidências de infrações na CVM aparecem somente durante e após o fato contábil. Os processos sancionadores administrativos contra o Banco B referem ao

período de 2009 e 2010 e tratam sobre a não divulgação de fato relevante para o mercado e acesso à informação privilegiada. Já os processos sancionadores administrativos contra o Banco C, no ano de 2014, envolvem irregularidades na administração de fundos de investimento e abuso do poder de controle, além de descumprimento do prazo de entrega de documentos contábeis, em 2016. E, por fim, o Banco A foi envolvido, no ano de 2008, em suposto descumprimento dos deveres de diligência e de lealdade diante do abuso dos poderes de voto e de controle (CVM, 2009, 2011, 2013, 2015).

Importante ressaltar que a maior parte dos processos sancionadores administrativos analisados estão relacionados com a Teoria de Agência, principalmente, com a assimetria informacional, o que possibilita a existência de atos que irão beneficiar a minoria, conforme discutido por Yu, Zhen e Zhang (2010) e Perera, Freitas e Imoniana (2014), seja pelo acesso a informações privilegiadas ou pelo abuso do poder de controle. Entretanto, nesta pesquisa, por meio dos casos analisados, não foi possível verificar se a existência dos processos sancionadores administrativos na CVM tem alguma relação com o risco de fraude contábil, o que está conforme apontado nos estudos de Feroz, Park e Pastena (1991), Dechow, Sloan e Sweeney (1996), Bonner, Palmrose e Young (1998), Carcello e Nagy (2004) e Erickson, Hanlon e Maydew (2006).

Ainda sobre infrações contábeis, no período analisado, somente foi encontrado pedido de refazimento das demonstrações pela CVM para o Banco C, que teve que reapresentar as suas demonstrações contábeis de 2011, pois havia contabilizado inadequadamente as suas operações de derivativos no mercado de *swaps*³³, o que alterou o lucro líquido inicialmente divulgado de R\$232,4 milhões para R\$184,3 milhões. Coincidentemente, a conta de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos apresentaram oscilações significativas no período pré-fato, conforme visto por meio dos testes estatísticos e pelas Análises Horizontal e Vertical.

Quanto à situação financeira, o Banco A, em comparação com os outros dois bancos da amostra, apresentou uma maior relação do Caixa com o Total do Ativo, sendo essa, em média, de 1,66%. Assim, ao analisar essa relação com o setor bancário de médio porte, percebeu-se que esse índice ficou acima do setor, cujo valor médio era de 1,28%, o que se contrapõe aos achados de Gaganis (2009) quanto à associação do risco de fraude contábil com

³³ As operações de *swaps* do banco envolvem a troca de resultado de fluxos financeiros futuros, com o intuito de proteger o passivo em dólar de emissões no exterior. Esses contratos, que eram marcados pelo valor contratual, passaram a ser contabilizados pelo valor de mercado em 2012.

esse indicador. Somente nos anos de 2006 e 2007, o banco apresentou essa relação abaixo da média setorial.

Dentre os bancos analisados, o Banco B apresentou as mais baixas relações Caixa/Ativo Total, cujo valor médio era de 0,10%, enquanto que, no setor, essa relação era, em média, de 0,18% no período de 2008 a 2012. Do mesmo modo, no Banco C, a relação do Caixa/Ativo Total nos períodos analisados era, em média, de 1,52%, ao passo que, no setor, esse indicador era superior, apresentando o valor de 3,82%. Desse modo, somente os bancos B e C apresentaram, de modo geral, uma baixa relação Caixa/Ativo Total, indo de acordo com a associação apresentada por Gaganis (2009). Contudo, com base nos casos analisados, não foram encontradas associações que pudessem constatar se, de fato, esse indicador aponta haver ou não uma relação com o risco de fraude contábil.

A variável de lucros ou prejuízos menores do que o esperado foi analisada a partir do relatório da administração de cada um dos bancos. Assim, notou-se que, no Banco A, nenhum dos resultados ficou abaixo do que se esperava no período de 2004 a 2008, diferentemente do que ocorre com os Bancos B e C. Para o Banco B, os anos de 2010 e 2012 apresentaram um resultado líquido aquém do esperado, enquanto que, no Banco C, essa situação ocorreu nos anos de 2012, 2014, 2015 e 2016.

No caso do Banco B, o processo administrativo punitivo estava atrelado ao aumento dos lucros para elevar os pagamentos de bônus dos executivos e obter uma melhoria da aparência das demonstrações contábeis. Entretanto, com base na análise desses bancos, não foi possível constatar se a existência de prejuízos ou lucros menores que o esperado representa um dos motivos para o risco de ocorrência da fraude contábil, conforme apontado por Albrecht *et al.* (2003) e Kaminski, Wetzel e Guan (2004).

A análise da existência de muitos indicadores abaixo da média do setor foi realizada por meio de uma observação das frequências absolutas para cada um dos indicadores dos bancos. Assim, chegou-se à conclusão de que o Banco A apresenta mais de 50% dos seus indicadores abaixo da média do setor, em 2007 e 2008 (que representam o seu período pós-fato). Da mesma forma, mais de 50% dos indicadores econômico-financeiros do Banco B estiveram abaixo da média do setor, especificamente, no período de 2010 (durante o fato contábil) e nos anos de 2011 e 2012 (períodos pós-fato). E, por último, o Banco C apresentou quase todos os seus indicadores abaixo da média do setor no período de 2012 a 2016.

As variáveis de alta rentabilidade, baixa liquidez e alto endividamento/alavancagem também foram analisadas por meio da observação de frequências absolutas para cada um dos indicadores dos bancos, realizando-se comparações com os setores e os outros bancos da

amostra. Desse modo, chegou-se à conclusão que somente o Banco A apresenta a maior parte dos seus indicadores de rentabilidade acima da média do setor e dos Bancos B e C, no período pré-fato e durante o fato contábil, que compreende os anos de 2004 a 2006, enquanto que, no período pós-fato, nenhum dos indicadores esteve acima da média do setor e dos outros dois bancos analisados.

Já em relação à baixa liquidez, os Bancos A e C apresentaram a maior parte dos seus indicadores abaixo da média do setor, indicando a existência de uma baixa liquidez em todos os períodos analisados, diferentemente do que foi observado para o Banco B que, no período pré-fato e no período do fato contábil, apresentou a maior parte dos indicadores de liquidez acima da média setorial. E, por último, a respeito da alta alavancagem e endividamento, observou-se que o Banco A apresentou um endividamento acima da média do setor no período pré-fato e durante o fato contábil, especialmente, nos índices de *Leverage* e Imobilização do Patrimônio Líquido (conforme item 4.3.1 e 4.3.2). Já o Banco C obteve um endividamento acima da média setorial nos períodos do fato contábil e pós-fato. Sendo assim, nenhuma relação pode ser feita para as variáveis de alta rentabilidade, baixa liquidez e alto endividamento para o risco de fraudes contábeis nos bancos analisados. Esses achados não corroboram os resultados de Wuerges e Borba (2014).

Ao analisar o ambiente externo, conforme descrito no relatório de administração dos três bancos estudados, notou-se que todos eles apresentavam indícios de pressões para a ocorrência de riscos de fraudes: os Bancos B e C citam influências de cenários instáveis contextualizados pelas crises mundiais e problemas econômicos nos seus indicadores, ao passo que o Banco A menciona a necessidade de maior desempenho para aumentar a sua competitividade frente ao mercado. Essas influências do ambiente externo são apontadas por Baucus (1994) e Costa e Wood Júnior (2012) como riscos para a ocorrência de fraudes corporativas.

O Banco B destaca em seu relatório de administração, por exemplo, o contexto da crise de 2008 (período pré-fato), além de uma tentativa de recuperação e incentivos³⁴ do governo por mais consumo e crédito no ano de 2009. O cenário de reestruturações e fusões no setor financeiro em tais períodos também é destacado nas demonstrações do Banco B, aspectos também mencionados por Mourad e Paraskevopoulos (2010). Logo, o banco buscou se unir a outro banco no período e, diante das expectativas de crescimento, conseguiu manter

³⁴ Em 2009, o governo implementou a desoneração fiscal de alguns produtos financeiros, criou o DPGE (Depósito a Prazo com Garantia Especial), que é uma modalidade de depósito a prazo com características próprias e com garantia limitada a R\$20 milhões por CPF/CNPJ, e reduziu os depósitos compulsórios dos bancos, conforme relatório da administração do Banco B em 2009.

sua situação econômico-financeira mais estável nesses períodos. Assim, o crescimento da carteira de crédito e a manutenção de um elevado nível de liquidez era um dos objetivos da administração do banco nesse período. Esses aspectos podem justificar, pelo menos, em parte, o fato de o Banco B apresentar maior parte dos seus indicadores de liquidez acima da média do setor.

Diferentemente do Banco B, o contexto macroeconômico para o Banco A era mais estável e positivo no período de 2004 e 2005, o qual foi marcado por crescimento do PIB, controle da inflação e redução da taxa de juros básica da economia (a Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). Nesse sentido, as expectativas da administração do banco era de crescimento no lucro em, aproximadamente, 56%, e, conseqüentemente, o aumento do seu Patrimônio Líquido, conforme o relatório de administração de 2005 do referido banco. Por conseguinte, o Banco A manteve a maior parte de seus indicadores no período pré-fato, qual seja, acima da média do setor dos bancos de médio porte. Contudo, foi possível notar que o Banco A teve um aumento de 17,46% do seu lucro, em 2006, em relação ao ano de 2005, e, nos demais anos, esse aumento foi, em média, de 11,97%.

Do mesmo modo que ocorreu com o Banco B, o Banco C, em 2012 e 2013, estava inserido em um contexto internacional conturbado, marcado pela ruptura da Zona do Euro, abismo fiscal dos Estados Unidos e redução do crescimento da China, o que causou volatilidades no mercado financeiro internacional, conforme destacado no relatório de administração do Banco C. Além do mais, em 2012, o PIB brasileiro foi de US\$2,465 trilhões. Frente a esse cenário, o governo reduziu a taxa Selic de 12,5% para 7,5%, com o objetivo de estimular o crédito, assim como reduziu o *spread* bancário e os incentivos fiscais, o que trouxe prejuízos para o setor financeiro no geral. Entretanto, a administração do Banco C manteve o seu propósito de crescimento da instituição de forma mais sustentável, ou seja, endividando-se menos, conforme relatórios de administração do Banco C de 2012 e 2013. Esses aspectos podem justificar os seus índices de endividamento em tais períodos, especialmente, em relação à Independência Financeira e à Imobilização do Patrimônio Líquido que se encontravam abaixo da média do setor.

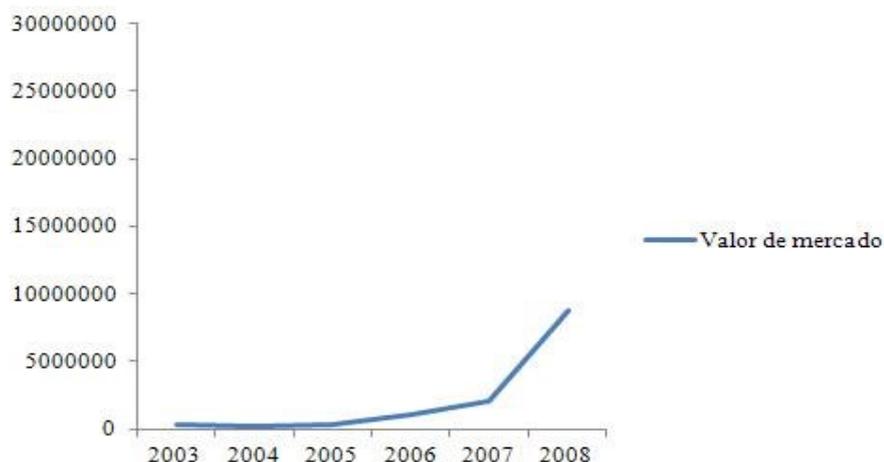
Com base na análise do ambiente externo, observa-se a influência das oscilações econômicas nos indicadores econômico-financeiros dos bancos, conforme foi discutido por Beck, Levine e Loyaza (2000) e Santos, Teixeira e Dalmacio (2008). Todavia, os achados da pesquisa não corroboram o que assevera Fraga (2009) quanto às instituições financeiras bancárias procurarem trocar a rentabilidade por liquidez nos períodos em que há boas expectativas, bem como o oposto, quando há expectativas ruins, uma vez que o Banco B

buscou liquidez quando estava em um cenário de poucas expectativas, e o Banco A buscou rentabilidade em um cenário com expectativas favoráveis.

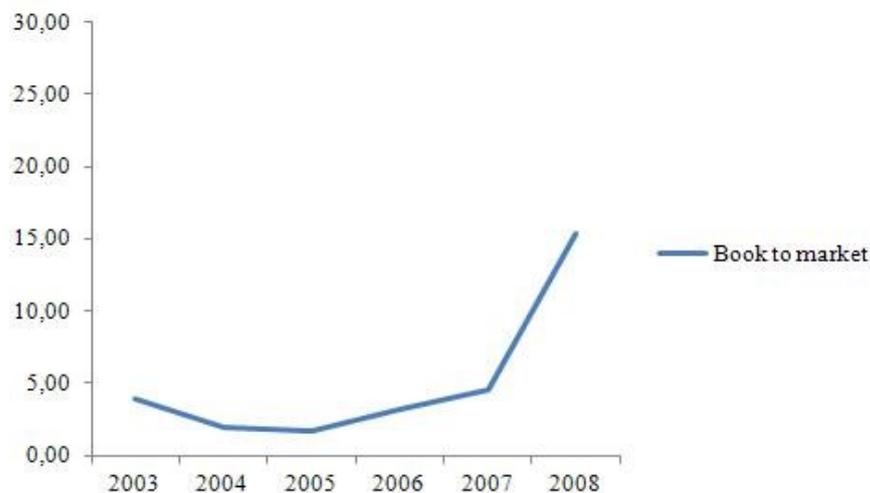
Ainda na análise do ambiente externo, foi averiguado o crescimento e o valor de mercado dos bancos, cujas variáveis foram ressaltadas por Bell *et al.* (1991), Crutchley, Jensen e Marshall (2007) e Miller (2006). O primeiro foi analisado por meio do cálculo do *book to market*, conforme evidenciado no Quadro 9, enquanto que o segundo foi analisado com base na cotação das ações dos bancos na Bovespa (considerando a cotação média das ações ordinárias e preferenciais na data de fechamento do mês de dezembro) multiplicada pelo número total de ações. Os dados para o cálculo do valor de mercado foram obtidos no site da BM&F Bovespa.

No caso do Banco A, até 2005, encontraram-se apenas ações ordinárias sendo negociadas no mercado, conseqüentemente, a partir desse período, após a emissão de ações preferenciais, houve um crescimento do referido banco em 2006, 2007 e 2008. Nos anos de 2007 e 2008, observou-se um aumento de 329,10% do valor de mercado, ou seja, as observações estão relacionadas com o período durante e após o fato contábil, conforme evidenciado nas Figuras 13 e 14.

**Figura 13- Valor de mercado do Banco A no período de 2003-2008
(em milhares de R\$)**

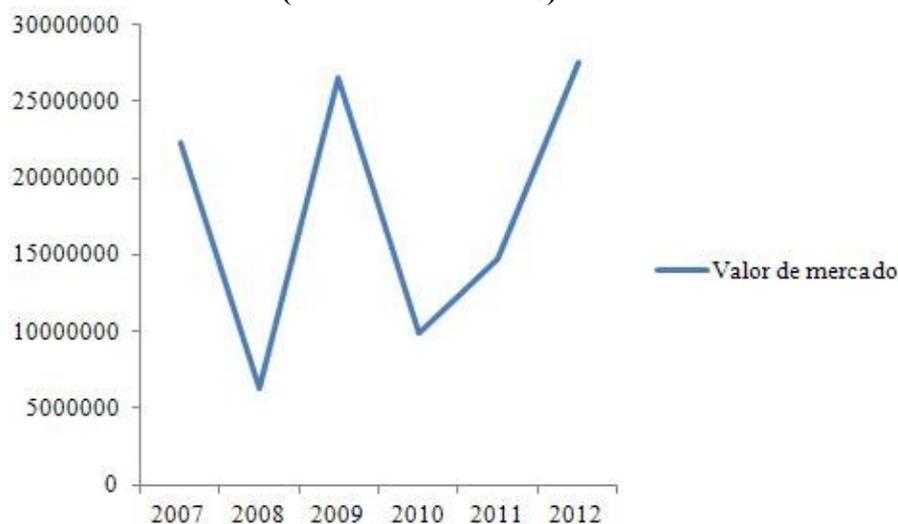


Fonte: Dados da pesquisa.

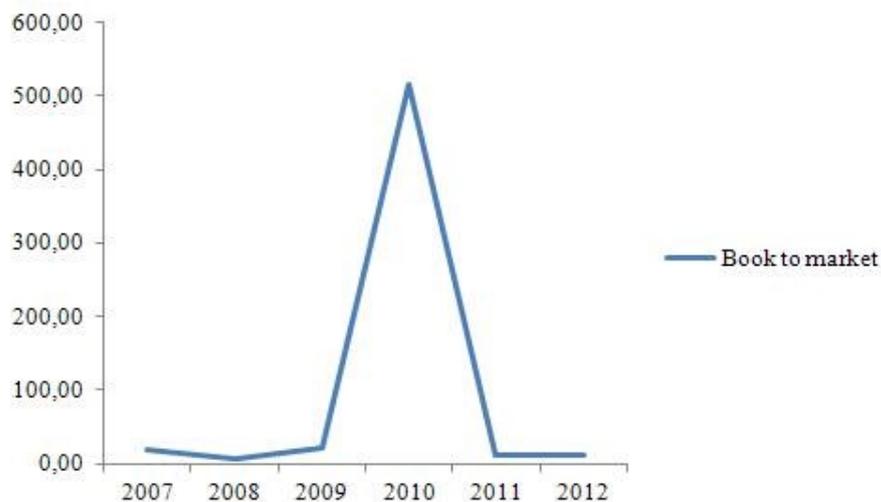
Figura 14- Book to market do Banco A no período de 2003-2008

Fonte: Dados da pesquisa.

Já o Banco B apresentou crescimento e/ou aumento do seu valor de mercado em quase todos os períodos analisados, com exceção do ano de 2008, possivelmente, em virtude do cenário da crise financeira, conforme ressaltado no seu relatório de administração de 2008. O maior crescimento ocorreu no ano de 2010 (durante o fato contábil) e após o fato contábil. Ademais, observou-se um aumento do valor de mercado do banco, considerando-se tanto as ações ordinárias, bem como as preferenciais. Esse aspecto pode ser justificado pelo fato de o banco ter vendido quase R\$1 milhão de ações nos períodos de setembro e outubro de 2010, conforme suas notas explicativas de 2012. Esses aspectos estão dispostos nas Figuras 15 e 16.

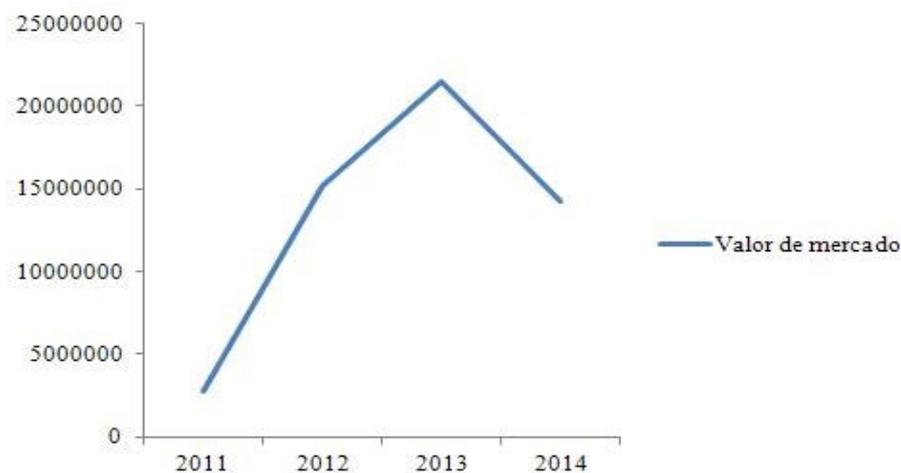
Figura 15- Valor de mercado do Banco B no período de 2007-2012 (em milhares de R\$)

Fonte: Dados da pesquisa.

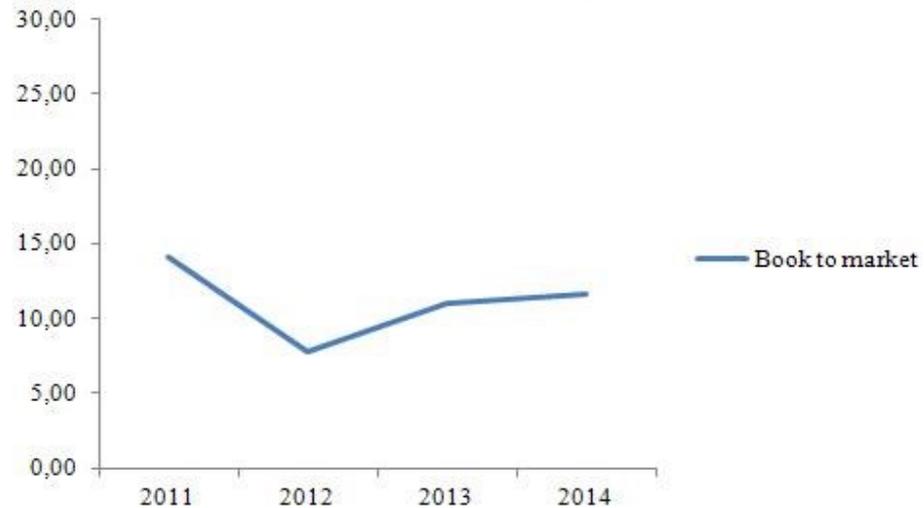
Figura 16- Book to market do Banco B no período de 2007-2012

Fonte: Dados da pesquisa.

Do mesmo modo que o Banco B, o Banco C começou a negociar suas ações a partir de 2007, apresentando um crescimento nos anos de 2013 e 2014 (período pré-fato e durante o fato contábil). Além disso, houve um aumento de 42% no valor de mercado em 2013 (em relação a 2012) e uma queda do seu valor de mercado, em 2014, de 34,04% (Figuras 17 e 18). Ressalta-se que não foi possível calcular o crescimento e o valor de mercado do Banco C a partir de 2015, já que o banco fechou o seu capital, conforme suas notas explicativas de 2015. Pinheiro e Marques (2016) afirmam que a alta desvalorização dos papéis (que, muitas vezes, acabam sendo negociados a uma fração do valor patrimonial do banco) e a baixa perspectiva de captação de novos recursos no mercado de capitais são as possíveis justificativas para que os bancos de médio porte decidam fechar o seu capital.

Figura 17- Valor de mercado do Banco C no período de 2011-2014 (em milhares de R\$)

Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 18- Book to market do Banco C no período de 2011-2014

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao pagamento de dividendos, observou-se que apenas o Banco A realizou pagamento de dividendos em todos os períodos analisados, enquanto que o Banco B não realizou o pagamento de dividendos no período de 2010 e 2012 (períodos durante e posterior ao fato contábil), uma vez que tiveram prejuízos nesses períodos. Já o Banco C somente pagou dividendos em 2012 e 2013 (períodos pré-fato), períodos em que obteve um lucro líquido. Importante destacar que não foi possível encontrar uma relação negativa entre o pagamento de dividendos e o risco de fraude contábil, conforme visto em Borokhovich *et al.* (2005).

Ademais, apenas o Banco A apresentou menor quantidade de transações com partes relacionadas, em comparação aos Bancos B e C, ocorrendo essas transações apenas com as suas cinco subsidiárias que, em média, contribuíam com 0,55% das suas operações de Depósitos à Vista e a Prazo. Por outro lado, 34,78% das operações do Banco C envolvem transações com partes relacionadas, que são mais expressivas nos anos de 2013 e 2015. Já o Banco B mantém maior quantidade de transações com partes relacionadas, não envolvendo a maior parte delas (67,65%) as suas subsidiárias, mas, sim, empresas externas ou empresas do próprio grupo empresarial do qual faz parte. Nesse sentido, os achados da pesquisa não corroboram os resultados de Palmrose e Scholz (2004) e Hasnan, Abdul Rahman e Mahenthiran (2013) para a quantidade de transações com partes relacionadas e o risco de fraude contábil.

Quanto à estrutura interna, em se tratando da governança corporativa, notou-se que os três bancos são Nível 1 na Bovespa, o que implica que esses bancos: divulgam suas políticas de negociação de valores mobiliários e código de conduta, bem como informações a respeito

de negociações com diretores, executivos e acionistas controladores e acerca de operações que envolvem partes relacionadas; contam com, no mínimo, três membros na composição do Conselho de Administração; e têm, no mínimo, 25% de ações em circulação, podendo essas serem ordinárias ou preferenciais, conforme apresentado na BM&F Bovespa (2016). Diante desses aspectos e dos mecanismos de controles internos que os bancos possuem, não se pode dizer que eles tinham uma fraca governança corporativa.

Todavia, apesar de os bancos terem sistemas de controles internos, não significa que eles possuam barreiras de proteção contra o risco de fraudes. O caso do Banco B, conforme descrito nos processos administrativos punitivos, é um exemplo disso, uma vez que os sistemas de controle interno do banco foram corrompidos de modo a se obterem dados paralelos. Todavia, apesar de todos os controles internos, o Banco B não tinha controle para identificar quem manuseava os dados, conforme descrito no relatório de administração do banco de 2011. Logo, uma das medidas adotadas pela nova diretoria, que assumiu o banco após o fato contábil, foi adotar sistemas de senhas, controles de acessos e rastreamentos dos usuários (ainda segundo relatório de administração do Banco B de 2011).

Quanto aos mecanismos de controle específicos para prevenção de fraude contábil, notou-se que o Banco B, por exemplo, após o seu fato contábil, passou a dar maior ênfase à Governança Corporativa, criando comitês para que as decisões não fossem mais individualizadas e tivessem maior independência no comitê de auditoria, conforme destacado nas suas notas explicativas de 2012. Entretanto, uma pesquisa feita pela consultoria KPMG, em 2016, mostrou que a maior parte das empresas no Brasil e no mundo (incluindo instituições financeiras) possui comitês de auditoria que ainda não estão preparados para gerenciar o risco de fraudes contábeis (SELM, 2017).

Notou-se ainda que a existência de planos de ações, a remuneração variável ou as bonificações para os gestores eram práticas adotadas pelos Bancos B e C, tanto anteriormente, quanto posteriormente ao fato contábil, de acordo com as notas explicativas dos referidos bancos. O Banco A, por sua vez, é o único dos casos que demonstra ter esse tipo de remuneração somente no ano de 2008, o que envolve o seu momento posterior ao fato contábil. Portanto, os resultados da pesquisa não puderam evidenciar os achados de Erickson, Hanlon e Maydew (2004) para a relação dos incentivos aos gestores e o risco de fraude contábil.

E, por último, quanto à proporção de diretores externos no Conselho de Administração, foi possível perceber, por meio do relatório da administração e de assembleias realizadas pelos bancos, que o Conselho de Administração do Banco C era composto, em

média, por cinco membros, sendo que somente um deles era membro externo. Já o Conselho de Administração do Banco A apenas passou a ter membros externos em 2008. Por outro lado, o Banco B possuía 83% dos seus membros do Conselho de Administração como conselheiros independentes, considerando-se, em média, um total de 12 membros no Conselho de Administração do banco.

Diante do exposto, nada pode ser afirmado sobre a relação da proporção de diretores externos no Conselho de Administração e o risco de ocorrência de fraudes contábeis em bancos, que é uma variável relacionada ao risco de fraude contábil, de acordo com Beasley (1996). Cabe ressaltar que, desde 2016, o Banco A, por ser um banco estatal, tem regras específicas para a nomeação de diretores e conselheiros, sendo as nomeações embasadas pela nova lei das estatais, ou seja, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 (BRASIL, 2016).

4.5 Análise da Técnica *Delphi*

A técnica *Delphi* foi realizada em três rodadas não presenciais, com o intuito de encontrar quais seriam as variáveis associadas ao risco de fraude contábil em instituições financeiras bancárias, tendo como base a avaliação de uma comissão formada por 21 especialistas. A comissão formada por professores, auditores e analistas financeiros foi escolhida, adotando-se como critério a experiência dos envolvidos com a temática que trata da fraude, seja por trabalharem com pesquisas associadas ao tema (como fraudes corporativas, fraudes contábeis, contabilidade forense) e/ou por atuarem, na prática, na análise das demonstrações contábeis de bancos.

O Quadro 17 descreve a comissão de especialistas participantes desta pesquisa sem o propósito de divulgar nomes. Importante destacar que a comissão foi heterogênea, formada por especialistas de diferentes áreas de atuação, sendo: 47,62% da comissão formada por professores e pesquisadores; 28,57% composta por auditores; e 23,81% formada por analistas financeiros. O tempo para a realização da pesquisa foi de quatro semanas.

Especialista	Área de atuação
A	Professor (a) e pesquisador (a) da temática de fraudes
B	Professor (a) e pesquisador (a) de contabilidade em bancos
C	Auditor (a) forense
D	Auditor (a) forense/já auditou bancos
E	Auditor (a) forense/já auditou bancos
F	Auditor (a) de instituições financeiras
G	Analista financeiro de instituições financeiras
H	Professor (a) e pesquisador (a) da temática de fraudes contábeis
I	Professor (a) e pesquisador (a) da temática de fraudes contábeis

Especialista	Área de atuação
J	Analista financeiro de instituições financeiras
K	Professor (a) e pesquisador (a) da temática de contabilidade forense
L	Professor (a) e pesquisador (a) da temática de contabilidade forense
M	Professor (a) / experiência como CEO em bancos
N	Analista financeiro de instituições financeiras
O	Auditor (a) de instituições financeiras
P	Professor (a) / experiência em instituições financeiras
Q	Professor (a) e pesquisador (a) da temática de fraudes
R	Auditor (a) forense/já auditou bancos
S	Analista financeiro de bancos/professor (a)
T	Analista financeiro de instituições financeiras
U	Professor (a) /experiência em auditoria externa

Quadro 17 – Comissão de especialistas da pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa.

4.5.1 Primeira Rodada da Técnica *Delphi*

A primeira rodada da técnica Delphi teve como objetivo identificar, na opinião dos especialistas, quais variáveis, com base na literatura e nos casos pesquisados, estariam, possivelmente, relacionadas com o risco de fraude contábil em bancos, ou seja, a rodada tinha em vista um esboço inicial das escolhas e suas justificativas contendo as primeiras impressões dos especialistas. Assim, utilizando-se de um questionário eletrônico (Apêndice A), os especialistas apontavam Sim ou Não para a relação de uma lista com 40 variáveis, possivelmente, associadas ao risco de fraude contábil em bancos, sendo essas variáveis divididas em três blocos (situação econômico-financeira; ambiente interno e externo; e natureza da conta contábil). O Quadro 18 apresenta essa lista.

Atributo	Variável
<i>Situação econômico-financeira da instituição financeira bancária</i>	Alta rentabilidade Baixa liquidez Alto endividamento Baixa relação caixa/total do ativo Prejuízos ou lucros menores que o esperado Alta margem líquida (<i>relação lucro líquido/receita de intermediação financeira</i>) Alta participação dos empréstimos (<i>relação de empréstimos/ativo total</i>) Alto giro do patrimônio líquido (<i>relação receitas/patrimônio líquido</i>)
<i>Ambiente interno e externo dos bancos</i>	Quem realiza a auditoria (<i>big four</i> ou não) Mudança de auditoria Não existência de um comitê de auditoria Muitas transações entre organizações de um mesmo grupo empresarial Fracá Governança Corporativa Existência de poucos mecanismos de controle da fraude Existência de plano de ações e bonificações para os gestores Baixa proporção de diretores externos no Conselho de Administração Alto pagamento de dividendos Existência de infrações contábeis na CVM Muitos indicadores econômico-financeiros abaixo do setor financeiro Existência de crescimento e/ou aumento no valor de mercado

Atributo	Variável
<i>Natureza da conta contábil bancária</i>	Aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros Aplicações em títulos e valores mobiliários Recebimentos antecipados de parcelas de contratos cedidos Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis e repasses financeiros Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Contas classificadas como “Diversos” ou “Outros” Participações em Coligadas e Controladas Depósitos a Prazo Depósitos à Vista Obrigações Fiscais e Previdenciárias Instrumentos Financeiros Derivativos Reservas de Lucros Resultados de Exercícios Futuros Receitas de Prestação de Serviços Rendas de Tarifas Bancárias Contas associadas a Seguros Despesas Tributárias Despesas de Pessoal Resultado Operacional Resultado não Operacional

Quadro 18 – Lista das variáveis apresentada à comissão de especialistas

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme o Quadro 18, as oito variáveis relacionadas à situação econômico-financeira da instituição financeira bancária estão relacionadas com os indicadores de liquidez, estrutura de capital e rentabilidade. Já as 12 variáveis acerca do ambiente interno e externo dos bancos se referem aos mecanismos de controle interno, auditoria e desempenho em comparação com outras instituições financeiras e processos contábeis na CVM. E, por último, as 20 variáveis relativas à natureza da conta contábil bancária estão relacionadas às contas de Ativo Circulante, Ativo não Circulante, Passivo Circulante, Passivo não Circulante, Receitas, Despesas e Resultados.

O percentual de aceitação das variáveis pelo grupo é apresentado na Tabela 27. É possível observar, na referida tabela, que todos os especialistas concordam que a existência de poucos mecanismos de controle da fraude tem relação com o risco de ocorrência de fraude contábil. Essa realidade foi evidenciada, especialmente, no Banco B, onde não existiam tais mecanismos de controle antes da ocorrência do fato contábil, mas, após o envolvimento nos processos administrativos punitivos, notam-se evidências de busca por controles de fraudes.

Tabela 27 – Resultados da primeira rodada da técnica *Delphi*

Atributo	Variável	% de Sim para relação com a ocorrência de fraude contábil
<i>Situação econômico-financeira da instituição financeira bancária</i>	Alta rentabilidade	57,14%
	Baixa liquidez	66,67%
	Alto endividamento	52,38%
	Baixa relação caixa/total do ativo	47,62%
	Prejuízos ou lucros menores que o esperado	61,90%
	Alta margem líquida	52,38%
	Alta participação de empréstimos	61,90%
	Alto giro do patrimônio líquido	38,10%
<i>Ambiente interno e externo dos bancos</i>	Quem realiza auditoria (<i>big four</i> ou não)	57,14%
	Mudança de auditoria	61,90%
	Não existência de um comitê de auditoria	80,95%
	Muitas transações entre organizações de um mesmo grupo empresarial	90,48%
	Fraca governança corporativa	90,48%
	Existência de poucos mecanismos de controle da fraude	100,00%
	Existência de plano de ações e bonificações para gestores	76,19%
	Baixa proporção de diretores externos no Conselho de Administração	76,19%
	Alto pagamento de dividendos	42,86%
	Existência de infrações contábeis na CVM (processos sancionadores administrativos e/ou pedidos de refazimento das demonstrações contábeis)	80,95%
	Muitos indicadores econômico-financeiros abaixo do setor financeiro	47,62%
	Existência de crescimento e/ou aumento no valor de mercado	42,86%
	<i>Natureza da conta contábil bancária</i>	Aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros
Aplicações em títulos e valores mobiliários		47,62%
Recebimentos antecipados de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos		80,95%
Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis e Repasses Financeiros		38,10%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		85,71%
Contas classificadas como “Diversos” ou “Outros”		90,48%
Participações em Coligadas e Controladas		95,24%
Depósitos a Prazo		42,86%
Depósitos à Vista		19,05%
Obrigações Fiscais e Previdenciárias		61,90%
Instrumentos Financeiros Derivativos		76,19%
Reservas de Lucros		38,10%
Resultados de Exercícios Futuros		76,19%
Receitas de Prestação de Serviços		61,90%
Rendas de Tarifas Bancárias		38,10%
Contas Associadas a Seguros		52,38%
Despesas Tributárias		42,86%
Despesas de Pessoal		33,33%
Resultado Operacional		52,38%
Resultado não Operacional		80,95%

Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria dos especialistas (95,24%) concorda que a conta de participações em Coligadas e Controladas está relacionada com o risco de ocorrência da fraude contábil, assim como as contas classificadas como “Diversos” ou “Outros”, que também apresentaram mais de 90% de concordância. Esses aspectos vão ao encontro dos achados dos casos analisados, uma vez que contas como Participações em Coligadas e Controladas e Outros Créditos Diversos e Outros Valores e Bens apresentaram diferenças no período anterior e posterior ao fato contábil, apesar de elas terem sido estatisticamente significativas apenas para o Banco C, ao nível de significância de 5%.

Mais de 60% dos membros da comissão dos especialistas concordam que a existência de prejuízos ou lucros menores que o esperado, baixa liquidez e o indicador de alta participação dos empréstimos têm relação com o risco de fraude contábil em instituições financeiras bancárias. Em relação ao indicador de Participação dos Empréstimos, a partir dos casos analisados, identificou-se uma possível associação desse indicador com o risco de ocorrência da fraude contábil em um dos bancos analisados, tendo em vista a diferença estatisticamente significativa desse indicador no período anterior e posterior ao fato contábil.

Observa-se, ainda, que há associação da existência de prejuízos ou lucros menores que o esperado e a baixa liquidez com o risco de ocorrência da fraude contábil, tanto na opinião dos especialistas, bem como para a literatura acerca do tema, como visto em Albrecht *et al.* (2003), Kaminski, Wetzel e Guan (2004) e Baraldi (2012). Entretanto, não foi possível constatar uma possível relação dessas variáveis a partir dos casos analisados.

Além disso, menos de 50% dos especialistas concordam que os indicadores de baixa relação caixa/total do ativo e alto Giro do Patrimônio Líquido têm relação com o risco de ocorrência de fraudes contábeis em bancos. Nas variáveis do ambiente interno e externo, pouca relação é percebida pelos analistas com o alto pagamento de dividendos, a existência de muitos indicadores econômico-financeiros abaixo do setor financeiro e a existência de crescimento e/ou aumento no valor de mercado.

A opinião dos especialistas sobre os indicadores da relação Caixa/Total do Ativo e Giro do Patrimônio Líquido e as comparações setoriais contradizem os achados de Gaganis (2009) e as diferenças significativas encontradas nesta pesquisa que adotou com base os casos analisados. Ademais, esta pesquisa, com base nos casos analisados, também não encontrou evidências da associação do pagamento de dividendos e crescimento e/ou aumento no valor de mercado com o risco de ocorrência da fraude contábil, o que corrobora a opinião da comissão pesquisada, mas vai de encontro aos estudos de Kasanen, Kinnunen e Niskanen (1996), Borokhovich *et al.* (2005) e Miller (2006).

Apesar de apresentarem oscilações nos Bancos A, B e C, 45% das variáveis relacionadas à natureza da conta contábil bancária, segundo opinião da maior parte dos pesquisados, não têm relação com o risco de ocorrência da fraude contábil em bancos, sendo elas: Aplicações no Mercado Aberto e Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários, Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis e repasses financeiros, Depósitos a Prazo, Depósitos à Vista, Reservas de Lucros, Rendas de Tarifas Bancárias, Despesas Tributárias e Despesas de Pessoal.

O questionário da primeira rodada também permitia aos especialistas apresentarem sugestões de outras variáveis para cada um dos grupos de variáveis analisadas. Assim, os especialistas apresentaram sugestões que foram submetidas à avaliação na rodada seguinte. Quanto à situação econômico-financeira da instituição financeira bancária, foi sugerido o *asset liability management* em stress, que envolve o descasamento entre ativos e passivos; a existência de um Índice de Basileia abaixo dos limites; existência de indicadores ruins de riscos de crédito e riscos de tesouraria e alto grau de imobilização do capital.

Ainda sobre as sugestões para a situação econômico-financeira da instituição financeira bancária, apresentaram-se os seguintes comentários:

(...) “qualquer indicador de rentabilidade, margem e alavancagem, além dos citados, que estejam muito elevados”.

“Eu sugiro rever a sentença ‘Prejuízos ou lucros menores que o esperado’, pois prejuízo menor é diferente de lucro menor”.

Diante dos comentários citados acima, foram incluídos, para a segunda rodada, mais quatro indicadores que mostraram significância estatística nos casos analisados (ao nível de significância de 10%) e que têm relação com os comentários apresentados pelos pesquisados, sendo eles: Retorno sobre o Patrimônio Líquido, Lucratividade dos Ativos, Margem Financeira e Independência Financeira. Ademais, a variável prejuízos ou lucros menores que o esperado foi subdividida em duas: lucros menores que o esperado e prejuízos menores que o esperado.

Quanto ao ambiente interno dos bancos, foi sugerida a relação dos comentários dos auditores independentes sobre a eficácia dos controles internos, a manutenção da carteira de clientes (baixo giro da carteira de crédito) e o excesso de procedimentos de controle e gerenciamento de riscos. Já quanto ao ambiente externo dos bancos, podem ser destacadas sugestões sobre a existência de um ambiente altamente competitivo, pressão do ambiente regulatório, influência do ambiente econômico e reputação dos gestores no mercado de

crédito. Amara, Ben Amar e Jarboui (2013) e Baucus (1994) mostraram a relação dessas variáveis ligadas ao ambiente externo com o risco de fraudes nas organizações.

E, por fim, quanto à natureza da conta contábil, foram sugeridas as contas de Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil, Intangíveis e Ativo Diferido.

4.5.2 Segunda Rodada da Técnica *Delphi*

Para a segunda rodada, foram consideradas as sugestões apresentadas na primeira, bem como aquelas variáveis que obtiveram pelo menos 50% de aceitação pelo grupo, conforme a faixa de aceite apontada por Scarparo *et al.* (2012). Desse modo, foram excluídas 14 variáveis para o questionário da segunda rodada, sendo elas: Baixa Relação Caixa/Total do Ativo, Alto Giro do Patrimônio Líquido, Alto Pagamento de Dividendos, Muitos Indicadores Econômico-financeiros Abaixo do Setor Financeiro, Existência de Crescimento e/ou Aumento no Valor de Mercado, Aplicações no Mercado Aberto e Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários, Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis e Repasses Financeiros, Depósitos a Prazo, Depósitos à Vista, Reservas de Lucros, Rendas de Tarifas Bancárias, Despesas Tributárias e Despesas de Pessoal.

Dessa forma, uma nova lista com 46 variáveis foi submetida à comissão de especialistas (conforme se observa no Apêndice B), sendo 26 variáveis relacionadas àquelas remanescentes da primeira rodada e 20 novas variáveis sugeridas pelos participantes da pesquisa. Assim, na segunda rodada, os especialistas foram solicitados a avaliar o grau de importância de cada uma dessas variáveis em relação ao risco de ocorrência de fraudes contábeis em instituições financeiras bancárias, atribuindo uma nota de 0 a 10, sendo 10 para a de maior importância e 0, para aquela sem importância.

Destaca-se que, para a segunda rodada, foram entregues para os especialistas os resultados da primeira rodada em busca de uma convergência dos resultados, uma vez que os *feedbacks* oferecem oportunidades para que os pesquisados possam mudar as suas opiniões em relação à rodada anterior, conforme destacado por Estes e Kuespert (1976).

Os resultados da segunda rodada com o escore, média e coeficiente de variação para cada uma das variáveis são apresentados na Tabela 28.

Tabela 28 – Resultados da segunda rodada da técnica *Delphi*

Variável	Escore	Média	Coefficiente de Variação (%)
Alta rentabilidade	139	6,0	45,31%
Baixa liquidez	151	6,6	45,89%
Alto endividamento	157	6,8	44,31%
Prejuízos menores que o esperado	122	5,3	51,92%
Lucros menores que o esperado	164	7,1	39,51%
Alta margem líquida	126	5,5	46,98%
Alto retorno sobre o patrimônio líquido	137	6,0	41,89%
Alta lucratividade dos ativos	133	5,8	45,14%
Alta participação dos empréstimos	151	6,6	37,26%
Alta margem financeira	141	6,1	44,89%
Alto grau de imobilização	124	5,4	63,21%
Alta independência financeira	106	4,6	68,85%
Descasamento entre ativos e passivos	160	7,0	37,90%
Índice de Basileia abaixo dos limites	121	5,3	59,62%
Indicadores ruins de risco de crédito e riscos de tesouraria	163	7,1	40,79%
Quem realiza a auditoria	151	6,6	36,98%
Mudança de auditoria	154	6,7	36,15%
Comentários dos auditores independentes	148	6,4	33,73%
Não existência de um comitê de auditoria	187	8,1	26,56%
Ambiente de alta competição	197	8,6	15,27%
Pressão do ambiente regulatório	143	6,2	49,44%
Influência do ambiente econômico	147	6,4	32,25%
Manutenção da carteira de clientes	126	5,5	46,98%
Muitas transações entre organizações de um mesmo grupo	186	8,1	16,64%
Fraca governança corporativa	199	8,7	21,37%
Existência de poucos mecanismos de controle da fraude	215	9,3	10,00%
Excesso de procedimentos de controle	105	4,6	59,01%
Existência de planos de ações e bonificações para gestores	153	6,7	31,60%
Baixa proporção de diretores externos no Conselho de Administração	169	7,3	22,33%
Reputação dos gestores no mercado de crédito	140	6,1	32,45%
Existência de infrações contábeis na CVM	167	7,3	31,41%
Recebimentos antecipados de parcelas de contratos cedidos	152	6,6	35,26%
Operações de crédito	133	5,8	37,94%
Operações de arrendamento mercantil	107	4,7	59,97%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	154	6,7	35,58%
Contas classificadas como diversos ou outros	184	8,0	25,56%
Participações em coligadas e controladas	149	6,5	41,85%
Intangíveis	126	5,5	46,98%
Ativo diferido	106	4,6	54,63%
Obrigações fiscais e previdenciárias	112	4,9	47,68%
Instrumentos financeiros derivativos	150	6,5	40,53%
Resultados de exercícios futuros	117	5,1	56,82%
Receitas de prestação de serviços	123	5,3	41,28%
Contas associadas a seguros	110	4,8	45,44%
Resultado operacional	124	5,4	43,94%
Resultado não operacional	132	5,7	44,65%

Fonte: Dados da pesquisa. **Notas:** Escore = soma das notas atribuídas; Média = média das notas atribuídas; Coeficiente de Variação (CV) = medida de dispersão dos dados, onde CV menor que 15%, há baixa dispersão; CV entre 15% e 30%, há média dispersão; e CV maior que 30%, há alta dispersão, conforme Vianna (1989) e Martins e Theóphilo (2007).

Nota-se, conforme a Tabela 28, que os maiores graus de importância em relação ao risco de ocorrência de fraudes contábeis em instituições financeiras bancárias estão

relacionados à existência de poucos mecanismos de controle da fraude (escore de 215 pontos), fraca governança corporativa (escore de 199 pontos), ambiente de alta competição/pressão por desempenho (escore de 197 pontos), não existência de um comitê de auditoria (escore de 187 pontos), muitas transações entre organizações de um mesmo grupo empresarial (escore de 186 pontos) e contas classificadas como diversos ou outros (escore de 184 pontos). Conseqüentemente, essas variáveis receberam as maiores notas, cujas medianas foram de, pelo menos, 8.

Diante desses resultados, observou-se que somente sete variáveis apresentaram um maior nível de consenso entre os especialistas, ou seja, apresentaram um coeficiente de variação entre 15% e 30% ou abaixo de 15%, sendo elas: não existência de um comitê de auditoria, ambiente de alta competição, muitas transações entre organizações de um mesmo grupo empresarial, fraca governança corporativa, baixa proporção de diretores externos no Conselho de Administração, existência de poucos mecanismos de controle da fraude e contas classificadas como Diversos ou Outros.

Dessa forma, todas as variáveis que obtiveram consenso dos especialistas se referem ao grupo das variáveis relacionadas ao ambiente interno e externo dos bancos, com exceção das contas classificadas como Diversos ou Outros. Além disso, todas elas (exceto a existência de poucos mecanismos de controle da fraude) envolvem uma média dispersão das respostas, ou seja, um CV entre 15% e 30%. Cabe ressaltar que as variáveis que apresentaram menores coeficientes de variação obtiveram as maiores médias das notas atribuídas pelos especialistas, ou seja, essas variáveis têm maior importância em relação ao risco de fraude contábil.

Ademais, 39 variáveis obtiveram altos coeficientes de variação, ou seja, acima de 30%, o que indica um baixo consenso entre os especialistas, sendo elas: alta rentabilidade, baixa liquidez, alto endividamento, prejuízos menores que o esperado, lucros menores que o esperado, alta margem líquida, alto retorno sobre o patrimônio líquido, alta lucratividade, alta participação dos empréstimos, alta margem financeira, alto grau de imobilização, alta independência financeira, descasamentos entre ativos e passivos, índice de Basiléia abaixo dos limites, indicadores ruins de risco de crédito e riscos de tesouraria, quem realiza a auditoria, mudança de auditoria, comentários dos auditores independentes sobre a eficácia dos controles internos, pressão do ambiente regulatório, influência do ambiente econômico, manutenção da carteira de clientes, excesso de procedimentos de controle, existência de planos de ações e bonificações para gestores, reputação dos gestores no mercado de crédito, existência de infrações contábeis na CVM, recebimentos antecipados de parcelas de contratos cedidos, Operações de Crédito, Operações de Arrendamento Mercantil, Provisão para

Créditos de Liquidação Duvidosa, Participações em Coligadas e Controladas, Intangíveis, Ativo Diferido, Obrigações Fiscais e Previdenciárias, Instrumentos Financeiros Derivativos, Resultados de Exercícios Futuros, Receitas de Prestação de Serviços, Contas associadas a Seguros, e Resultado Operacional e Resultado não Operacional.

A maior parte dos especialistas atribuiu como importante para o risco de fraude contábil a não existência de um comitê de auditoria, o que se contrapõe aos achados de Beasley (1996). Já o ambiente de alta competição e a pressão por desempenho são variáveis clássicas na literatura sobre fraude corporativa, como visto em Baucus (1994), Wolfe e Hermanson (2004) e Costa e Wood Júnior (2012), correspondendo a 15,27% das opiniões dos especialistas para o risco de ocorrência de fraudes contábeis em bancos.

A existência de muitas transações entre organizações de um mesmo grupo empresarial também é uma variável de importância para o risco de fraude contábil em bancos, conforme visão dos especialistas, o que vai ao encontro dos achados de Palmrose e Scholz (2004) e Sá e Hoog (2005).

A comissão dos especialistas considera a fraca governança corporativa um risco para a fraude contábil em bancos, o que corrobora os estudos de Farber (2005), Fich e Shivdasani (2007) e Yu, Zhen e Zhang (2010).

Da mesma forma que Beasley (1996), a comissão de especialistas da pesquisa apontou ainda a baixa proporção de diretores externos no Conselho de Administração um risco para a ocorrência de fraudes contábeis em instituições financeiras bancárias.

Com base nos casos analisados neste trabalho, foi possível perceber que o Banco B tinha mecanismos de controle, porém passou a dirigir uma atenção especial a esses mecanismos de controle de fraudes após o envolvimento com processos administrativos punitivos. Assim, essa é uma variável relacionada ao risco de ocorrência de fraudes contábeis em bancos, tendo em vista o consenso verificado nas percepções dos especialistas.

Do mesmo modo, a partir dos casos analisados, encontrou-se que uma das contas que apresentou diferenças no período anterior e posterior ao fato contábil foi a de Outros Créditos Diversos e Outros Valores e Bens. Logo, os especialistas têm um consenso de que as contas que têm essa característica podem ter relação com o risco de fraude contábil em bancos. Contudo, nenhuma justificativa foi apresentada para esse aspecto.

Em suma, o Quadro 19 expõe os comentários apresentados pelos especialistas na segunda rodada da aplicação da técnica *Delphi*.

Variável	Consenso	Comentários
Existência de muitas transações entre organizações de um mesmo grupo empresarial	Sim	“Muito comum, inclusive, entre empresas do grupo que estão fora do organograma e de difícil rastreamento”.
Fraca governança corporativa	Sim	“Governança não pega tudo, mas a fraca governança, mesmo que disfarçada de forte, é um sinal vermelho”.
Baixa proporção dos diretores externos no Conselho de Administração	Sim	“A independência assim definida pode não ser suficiente já que os conselheiros são executivos de outras empresas e participam de um clube restrito, podendo se proteger entre Conselhos”.
Alta rentabilidade	Não	<p>“Em geral, há uma alta rentabilidade declarada, mas não verdadeira necessária para sustentar a fraude maior: continuar a vender e pedalar a bicicleta e não cessar a fonte de financiamento”.</p> <p>“Independente do indicador, o que deve ser observado é o quanto esse valor se distancia dos pares da instituição analisada. Indicadores fora do padrão ou que não fazem sentido em relação ao conjunto das demonstrações financeiras e ao momento econômico são indícios de fraude”.</p> <p>“Não parece ser um bom indício”.</p>
Baixa liquidez	Não	<p>“As fraudes contábeis procuram mascarar essa baixa liquidez, mas é mais difícil esconder problemas no caixa do que na rentabilidade. Todos os casos que estudei foram deflagrados por conta do problema da liquidez”.</p> <p>“Provavelmente, para melhorar o resultado e escapar de desequilíbrio no Balanço III”.</p>
Alto endividamento	Não	<p>“Há casos com alto endividamento e com zero ou baixo endividamento como o Madoff. O endividamento de curto prazo costuma ser escondido no longo. Esse movimento me parece mais indicativo de problema do que o tamanho do endividamento sozinho”.</p> <p>“Possivelmente para melhorar a relação dívida líquida/EBITDA”.</p>
Prejuízos menores que o esperado	Não	“Acho que vale como bandeira vermelha para ser analisado na cesta de indicadores”.
Alta Margem Líquida e o Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Não	“Acho que esses índices podem variar bastante em função do tipo de problema enfrentado. Devem ser analisados juntamente com outros indicadores”.
Alta Participação dos Empréstimos, alta Margem Financeira e alto Grau de Imobilização do Patrimônio Líquido	Não	“Dada às restrições de imobilização por regulamentação, acredito que esses índices possam indicar algum problema, caso o valor seja muito superior aos demais”.
Comentários dos auditores independentes	Não	“Se forem negativos são importantes, mas se forem positivos, não garantem a eficácia. Podem estar comprometidos com a fraude”.

Variável	Consenso	Comentários
Ambiente regulatório	Não	“Convém comentar que as fraudes se aceleram conforme a regulamentação avança”.
Ambiente econômico	Não	“Incentivo clássico na literatura. Costuma fazer parte do atrativo da fraude”.
Manutenção da carteira de clientes	Não	“Pode ser um sinal ruim do negócio. Se a operação dá sinais ruins e a rentabilidade é boa, tem algo estranho”.
Excesso de procedimentos de controle e gestão de riscos	Não	“Alguns casos, como o Banco Santos, tinham inúmeros controles de fraudes internas. A grande fraude é que era espalhada pela organização, mas os funcionários comuns tinham a impressão de controle”.
Existência de planos de ações e bonificações para os gestores	Não	“Isolada, essa variável não é indicativo de fraude. Ela pode acrescentar informação ao conjunto”.
Reputação dos gestores no mercado de crédito	Não	“O Banco Santos contratou gestores com boa reputação, mas em pouco tempo havia rumores sobre os gestores. Em todas as fraudes, as empresas trazem pessoas com boa reputação”.
Existência de infrações contábeis na CVM	Não	“Sinal ruim”.
Conta de Intangíveis	Não	“Depende da movimentação da conta e da variação do montante”.

Quadro 19 – Comentários dos especialistas na segunda rodada da técnica Delphi

Fonte: Dados da pesquisa.

4.5.3 Terceira Rodada da Técnica Delphi

Para a terceira rodada, foram excluídas as variáveis que apresentaram baixa ou média dispersão na segunda rodada, ou seja, que apresentaram um maior consenso entre os especialistas (CV menor que 15% ou entre 15% e 30%). Dessa forma, o terceiro questionário não foi composto pelas seguintes variáveis: existência de poucos mecanismos de controle da fraude (CV= 10,00%), ambiente de alta competição (CV= 15,27%), muitas transações entre organizações de um mesmo grupo empresarial (CV= 16,64%), fraca governança corporativa (CV= 21,37%), baixa proporção de diretores externos no Conselho de Administração (CV= 22,33%), contas classificadas como Diversos ou Outros (CV= 25,56%) e não existência de um comitê de auditoria (CV= 26,56%).

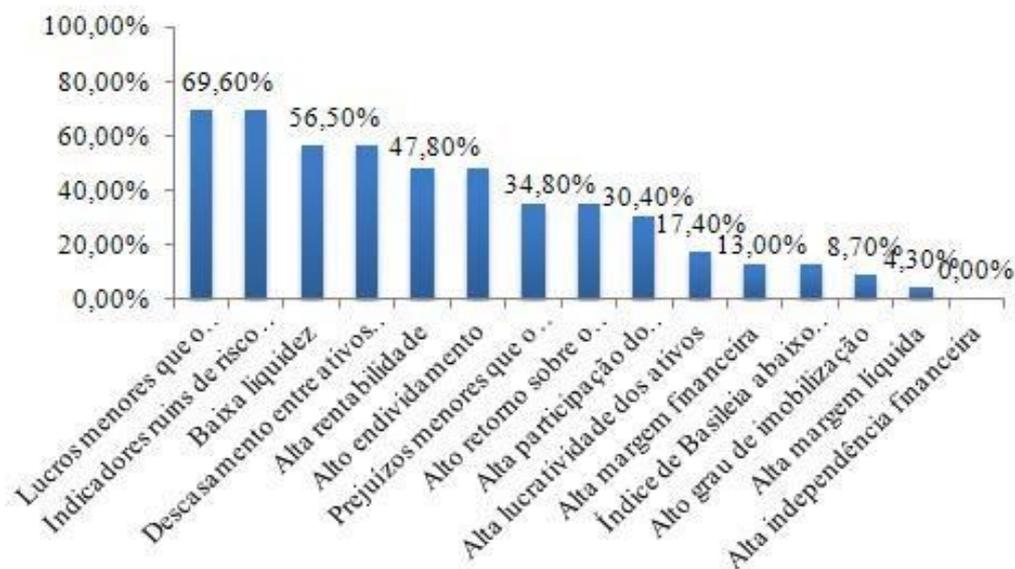
Como pode ser observado no Apêndice C, o terceiro questionário desta pesquisa buscou avaliar quais variáveis os especialistas mais relacionam com o risco de fraude contábil em bancos, e quais, na visão deles, estão menos relacionadas a esse risco a partir da escolha de cinco ou três variáveis para cada um dos três grupos de análises e, também, considerando a informação da média das notas atribuídas pela comissão dos especialistas na rodada anterior.

Ressalta-se que, para a terceira rodada, foram entregues para os especialistas os resultados da segunda rodada em busca de uma convergência das opiniões.

Após o término da terceira rodada, foram compiladas as percepções dos especialistas acerca do objetivo estabelecido e das questões de pesquisa, sendo-lhes entregues os resultados finais. Os resultados obtidos na terceira rodada da técnica *Delphi* são apresentados nas Figuras 19 a 24.

De acordo com a Figura 19, observa-se que a maior parte dos especialistas concorda que a existência de lucros menores que o esperado, indicadores insatisfatórios de risco de crédito e tesouraria, baixa liquidez e descasamento entre ativos e passivos apresentam maior relação com o risco de ocorrência da fraude contábil em bancos. Por outro lado, os indicadores associados ao grau de imobilização e à margem líquida foram os menos citados quanto à importância, não havendo nenhum especialista que apontasse a alta independência como relacionada ao risco de ocorrência da fraude contábil em instituições financeiras bancárias. É importante destacar que as maiores importâncias atribuídas foram para aquelas variáveis que apresentaram maiores médias na rodada anterior.

Figura 19 – Resultados da terceira rodada da técnica *Delphi* quanto à maior relação para a situação econômico-financeira

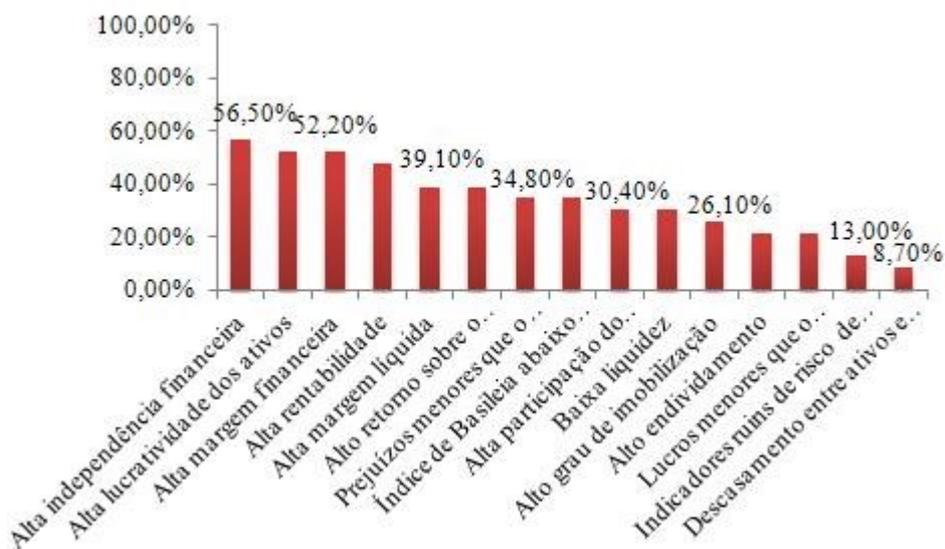


Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a Figura 20, observou-se que a maior parte dos especialistas concorda que a alta independência financeira, alta lucratividade dos ativos e a alta margem financeira possuem uma menor relação com o risco de fraude contábil em bancos. Contudo, as respostas para essa questão não seguiram a média das notas atribuídas pela rodada anterior. Além disso,

é importante ressaltar que algumas variáveis continuaram indefinidas para a relação ou não com o risco de fraude contábil em bancos, sendo elas: alta rentabilidade, alta participação dos empréstimos, prejuízos menores que o esperado e alto retorno sobre o patrimônio líquido.

Figura 20 – Resultados da terceira rodada da técnica *Delphi* quanto à menor relação para a situação econômico-financeira

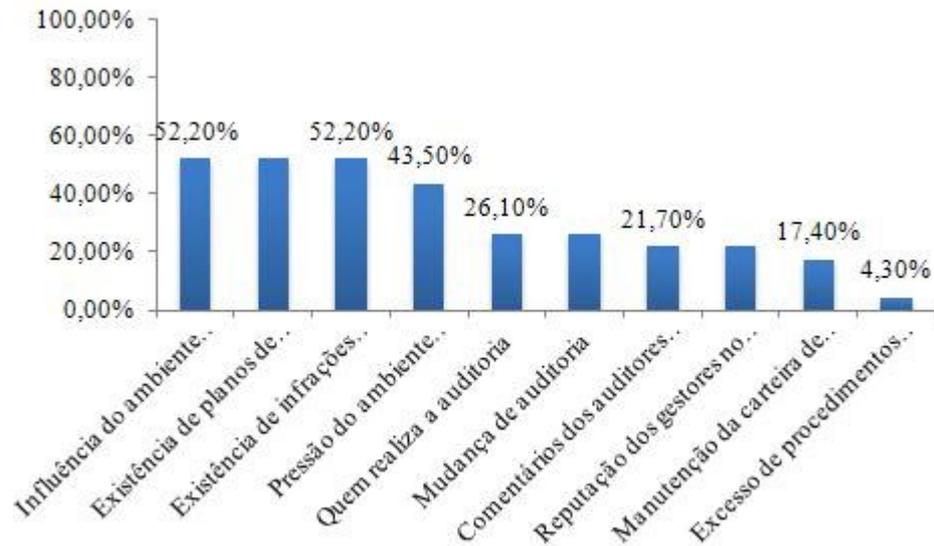


Fonte: Dados da pesquisa.

O fato é que a alta margem líquida, o alto grau de imobilização e o índice de Basileia abaixo dos limites estão mais próximos de uma não relação com o risco de ocorrência de fraude contábil, enquanto que o alto endividamento está mais próximo de uma relação com o risco de ocorrência da fraude contábil na percepção dos especialistas.

Analisando a Figura 21, observa-se que a maior parte da comissão de especialistas concorda que a influência do ambiente econômico, a existência de planos de ações e bonificações para os gestores e a existência de infrações contábeis na CVM têm maior relação com o risco de ocorrência da fraude contábil em bancos. Assim, como na primeira questão, os especialistas opinaram pelas variáveis que apresentaram maiores médias na rodada anterior. Ademais, apesar de não haver um consenso para a variável pressão do ambiente regulatório, 43,50% dos especialistas relacionam-na com o risco de ocorrência da fraude contábil em bancos.

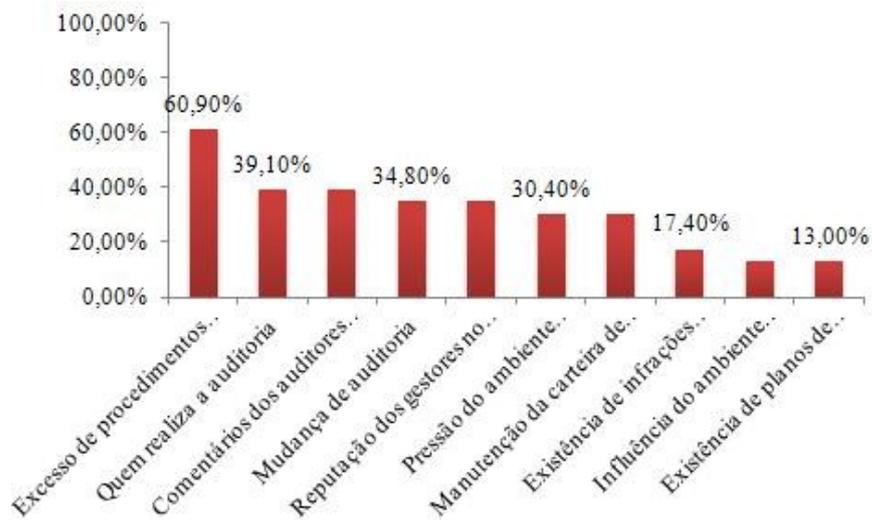
Figura 21 – Resultados da terceira rodada da técnica *Delphi* quanto à maior relação para o ambiente externo e interno



Fonte: Dados da pesquisa.

Já com base na Figura 22, concluiu-se que a maior parte da comissão de especialistas concorda que o excesso de procedimentos de controle é um aspecto que tem menor relação com o risco de fraude contábil em bancos. Coincidentemente, essa variável recebeu a menor nota na rodada anterior da técnica *Delphi*. Ademais, quem realiza a auditoria, a mudança de auditoria, os comentários dos auditores independentes sobre a eficácia dos controles internos, a reputação dos gestores no mercado de crédito e a manutenção da carteira de clientes também estão mais próximos de uma não relação com o risco de fraude contábil em bancos.

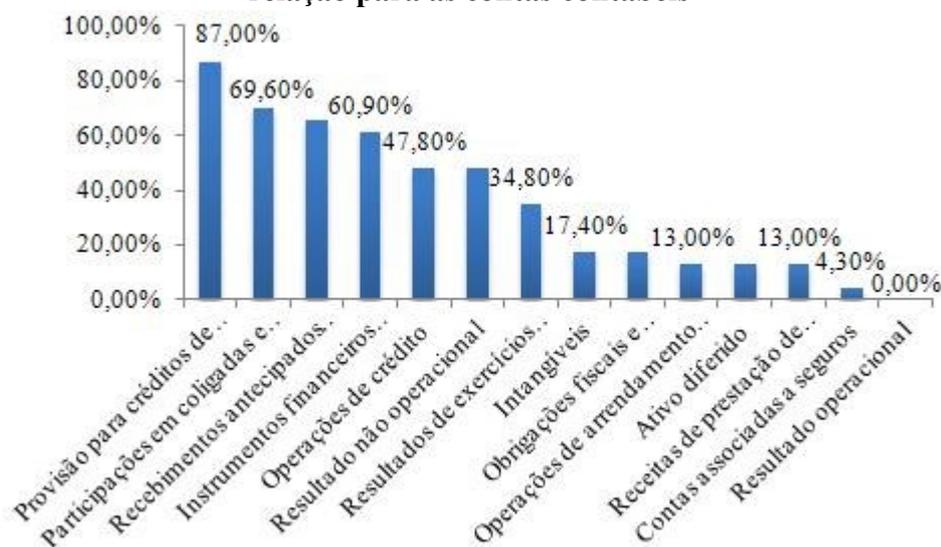
Figura 22 – Resultados da terceira rodada da técnica *Delphi* quanto à menor relação para o ambiente externo e interno



Fonte: Dados da pesquisa.

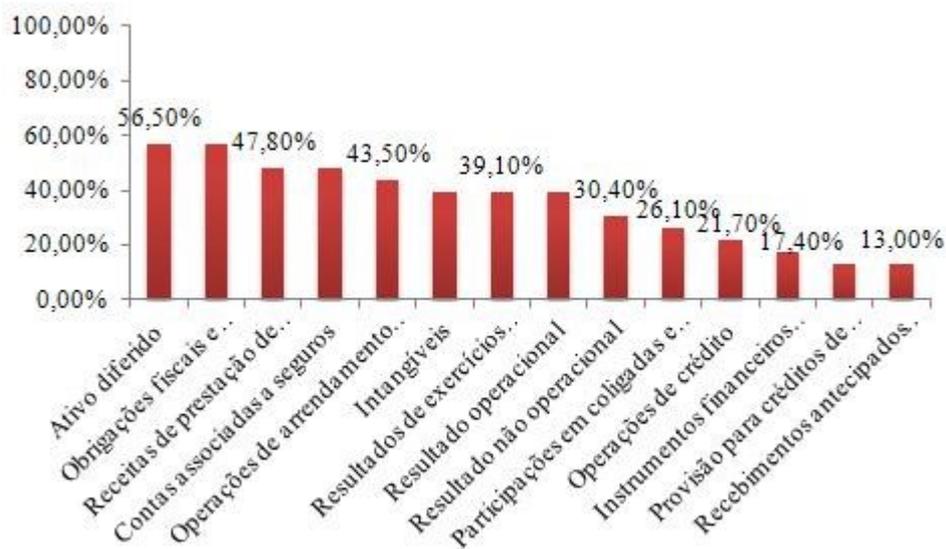
A Figura 23 evidencia que a maior parte dos pesquisados concorda que as contas Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Participações em Coligadas e Controladas, Relações Interfinanceiras (Recebimentos Antecipados de Contratos Cedidos) e Instrumentos Financeiros Derivativos têm maior relação com o risco de ocorrência da fraude contábil em bancos. Da mesma forma que os anteriores, a percepção dos especialistas tem relação com as variáveis que receberam as maiores notas na rodada anterior da técnica *Delphi*.

Figura 23 – Resultados da terceira rodada da técnica *Delphi* quanto à maior relação para as contas contábeis



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 24 – Resultados da terceira rodada da técnica *Delphi* quanto à menor relação para as contas contábeis



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme apresentado na Figura 24, a maior parte dos analistas financeiros, auditores e professores pesquisados concorda que as contas de Ativo Diferido e Obrigações Fiscais têm menor relação com o risco de ocorrência da fraude contábil em bancos. Dessa maneira, essas variáveis apresentaram as menores notas na rodada anterior à aplicação da técnica *Delphi*.

Apesar de não haver um consenso entre os especialistas, mas com base nas suas opiniões, observa-se, na Figura 24, que as contas Operações de Crédito e Resultado não Operacional estão mais próximas de uma relação com o risco de ocorrência da fraude contábil, enquanto a conta Resultados de Exercícios Futuros parece ainda dividir as opiniões. Já as contas Receitas de Prestação de Serviços, Contas Associadas a Seguros, Intangíveis, Resultado Operacional e Operações de Arrendamento Mercantil estão menos relacionadas com o risco de ocorrência da fraude contábil em instituições financeiras bancárias.

4.5.4 Discussões sobre os Resultados da Técnica *Delphi*

As Tabelas 29 e 30 apresentam as variáveis mais associadas ao risco de fraude contábil em instituições financeiras bancárias na visão dos especialistas. Ressalta-se, que na terceira rodada, foram consideradas como passíveis de relação com o risco de fraude contábil em bancos apenas aquelas variáveis que tiveram pelos menos 50% de escolha pela comissão de especialistas.

Com base na Tabela 29, observou-se que a maior parte (50%) das variáveis consideradas pelos especialistas como relacionadas ao risco de ocorrência de fraude contábil em bancos estão associadas ao aspecto do ambiente interno e externo. Além disso, cinco variáveis estão relacionadas à natureza da conta contábil e quatro variáveis têm relação com a situação econômico-financeira do banco.

Tabela 29 – Resultados finais da técnica *Delphi* a partir dos escores na segunda rodada

Rodada	Classificação	Variável	Escore
Segunda Rodada	1 ^a	Existência de poucos mecanismos de controle da fraude	215
	2 ^a	Fraca governança corporativa	199
	3 ^a	Ambiente de alta competição, pressão por desempenho	197
	4 ^a	Não existência de um comitê de auditoria	187
	5 ^a	Muitas transações entre organizações de um mesmo grupo empresarial	186
	6 ^a	Contas classificadas como diversos ou outros	184
	7 ^a	Baixa proporção de diretores externos no Conselho de Administração	169

Fonte: Dados da pesquisa. **Notas:** Escore = soma das notas atribuídas

Tabela 30 – Resultados finais da técnica *Delphi* a partir do % de escolha na terceira rodada

Rodada	Classificação	Variável	% de Escolha
Terceira Rodada	1 ^a	Provisão para créditos de liquidação Duvidosa	87,00%
	2 ^a	Existência de lucros menores que o esperado	69,60%
	2 ^a	Indicadores ruins de risco de crédito e tesouraria	69,60%
	2 ^a	Participações em coligadas e controladas	69,60%
	3 ^a	Recebimentos antecipados de contratos cedidos	65,20%
	4 ^a	Instrumentos financeiros derivativos	60,90%
	5 ^a	Baixa liquidez	56,50%
	5 ^a	Descasamento entre ativos e passivos	56,50%
	6 ^a	Influência do ambiente econômico	52,20%
	6 ^a	Existência de planos de ações e bonificações para os gestores	52,20%
	6 ^a	Existência de infrações contábeis na CVM	52,20%

Fonte: Dados da pesquisa.

Na visão dos especialistas, a existência de lucros menores que o esperado, indicadores insatisfatórios de risco de crédito e tesouraria e baixa liquidez têm relação com o risco de fraudes contábeis nos bancos, o que vai ao encontro dos achados de Hasnan, Abdul Rahman e Mahenthiran (2013).

O ambiente de alta competição, a pressão por desempenho, a influência do ambiente econômico, a baixa liquidez, a existência de lucros menores que o esperado, indicadores ruins de risco de crédito e tesouraria e o descasamento entre ativos e passivos foram as variáveis relacionadas à pressão do desempenho para os bancos, segundo os especialistas pesquisados. Essas variáveis foram ressaltadas também nos estudos de Baucus (1994) e Costa e Wood Júnior (2012). Ademais, nota-se que a maior parte delas está associada a problemas financeiros, que são aspectos destacados por Albrecht *et al.* (2003), Kaminski, Wetzel e Guan (2004) e Dorminey *et al.*, (2011) como relacionados com o risco de ocorrência de fraudes contábeis.

Além da pressão, que é uma variável da teoria do Diamante da Fraude de Wolfe e Hermanson (2004), tem-se que as variáveis levantadas pelos especialistas também têm relação com a questão da oportunidade, como, por exemplo: a existência de poucos mecanismos de controle da fraude, a fraca governança corporativa, a não existência de um comitê de auditoria, a oferta de opções de compra de ações e bônus para remunerar os executivos e a baixa proporção de diretores externos no Conselho de Administração. Todos esses aspectos envolvem falhas em controles internos e conflitos de agência, o que, de acordo com Fich e Shivdasani (2007), Yu, Zhen e Zhang (2010), Dorminey *et al.* (2011) e Baraldi (2012), favorece para um ambiente propício ao risco de ocorrência de fraudes nas organizações.

Quanto à relação do risco de fraude contábil e a conta contábil, observou-se que os especialistas consideram como mais importantes as contas de Ativos, Passivos e Despesas.

Em relação aos instrumentos financeiros derivativos, os especialistas pesquisados também concordam que essa conta tem relação com o risco de ocorrência de fraudes contábeis em bancos, diante da sua complexidade, assim como aponta o relatório da KPMG (2015).

De acordo com a opinião da maior parte dos especialistas, a relação das transações com partes relacionadas e a existência de infrações contábeis também têm relação com o risco de fraudes contábeis em bancos. Esses aspectos corroboram os achados de Palmrose e Scholz (2004), Kamarudim, Ismail e Mustapha (2012) e Hasnan, Abdul Rahman e Mahenthiran (2013).

4.6 Triangulação dos Dados e Discussões Finais

Os resultados encontrados por meio da aplicação de todas as técnicas têm relações importantes a serem discutidas. Apesar de parte dos estudiosos, como Gonçalves (1967), Feroz, Park e Pastena (1991), Beasley *et al.* (2000), Rezaee (2005) e Dechow *et al.* (2011), mencionar que o risco de fraudes contábeis se relaciona, normalmente, com as contas de resultados, principalmente, as receitas, esta pesquisa encontrou as seguintes evidências para o risco de fraude contábil a partir dos casos analisados das instituições financeiras bancárias: 42,86% das contas patrimoniais e de resultados que apresentaram oscilações nos períodos analisados são contas do Ativo (sendo 56,25% contas do Ativo não Circulante); 26,79% são contas do Passivo; 13,39% se referem às contas de Despesas; 11,61% são contas de Receitas; e 5,35% são contas de Resultados.

Todavia, é importante ressaltar que as diferenças mais expressivas foram encontradas nas contas do Ativo não Circulante, com base nas análises estatísticas realizadas, tendo as contas de Aplicações Interfinanceiras, Provisão para Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil, Operações de Arrendamento Mercantil, Créditos Tributários, Provisão para Outros Créditos, Outros Créditos Diversos, Outros Valores e Bens, Participações em Coligadas e Controladas, Provisão para Perdas, Imóveis de Uso e Depreciações Acumuladas apresentando oscilações estatisticamente significativas ao nível de 5%.

Do mesmo modo, por meio dos resultados da pesquisa obtidos com a aplicação da técnica *Delphi*, percebeu-se que, na opinião dos especialistas, o risco de ocorrência de fraudes contábeis em bancos está relacionado com as contas do Ativo. Esses achados da pesquisa corroboram o relatório da KPMG (2009) e os resultados da pesquisa de Beasley *et al.* (2000). Logo, os riscos de fraude contábil dos casos analisados apresentam indícios de terem ocorrido em contas dessa natureza e, portanto, o Ativo Total dos três bancos apresentou oscilações ou

um crescimento elevado nos períodos pré-fato, aspectos que foram evidenciados tanto pelas Análises Horizontal e Vertical, bem como pelos testes estatísticos realizados, apesar de serem poucas as contas com significância estatística ao nível de 5%.

Ressalta-se que, no Banco C, as oscilações nas contas do Ativo foram mais relevantes que nos outros bancos. Mas a análise conjunta dos bancos mostrou também relações estatisticamente significantes, principalmente, nas contas de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos Vinculados a Compromisso de Recompra.

O Quadro 20 apresenta quais seriam as áreas sensíveis ao risco de fraudes contábeis nas instituições financeiras bancárias. Com base nos casos analisados, todas as variáveis do Quadro 20 apresentaram significância nos testes estatísticos realizados.

Áreas Sensíveis	Natureza da Conta	Incidência de Sinistros ³⁵
Captações no Mercado Aberto	Passivo Circulante	Todos
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	Ativo não Circulante	Todos
Outros Créditos Diversos	Ativo não Circulante	Todos
Títulos e Valores Mobiliários	Ativo não Circulante	Todos
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Ativo não Circulante	Bancos A e C
Participações em Coligadas e Controladas	Ativo não Circulante	Bancos A e C
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	Ativo não Circulante	Bancos A e C
Instrumentos Financeiros Derivativos	Passivo Circulante	Bancos B e C

Quadro 20- Áreas sensíveis ao risco de fraudes contábeis nas instituições financeiras bancárias analisadas
Fonte: Elaboração Própria (2017).

Na opinião dos especialistas pesquisados, quatro das contas apresentadas no Quadro 20 foram consideradas importantes para a relação com o risco de fraude contábil em instituições financeiras bancárias, sendo elas: Outros Créditos Diversos, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Participações em Coligadas e Controladas e Instrumentos Financeiros Derivativos. Além disso, dois especialistas apresentaram os seguintes comentários a respeito da natureza da conta contábil:

“Qualquer conta é sujeita a fraude. A conta é objeto. A fraude no caso reside no sujeito. E o sujeito faz o que quer e o que quiser com base nas causas das fraudes”.

“Na minha opinião, todas as contas são suscetíveis à fraude, conseqüentemente, afetando todos os índices. Entretanto, não podemos pressupor que as variações/variáveis estão atreladas à fraude”.

É importante ressaltar que a literatura sobre risco de fraude contábil foca demasiadamente nas contas de Ativo e de Resultados (Receitas e Despesas). Logo, não é

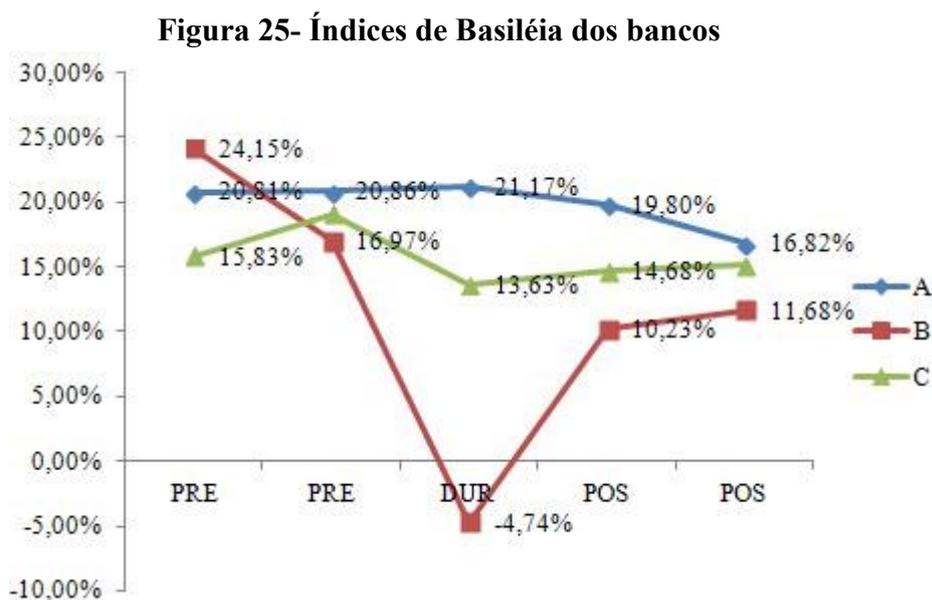
³⁵ Incidência de sinistros representam as frequências observadas por grupos de contas.

destacada na literatura nenhuma relação entre as contas do Passivo e o risco de fraude contábil. No entanto, por meio dos testes realizados neste estudo, foram encontradas relações para essas contas com base nos casos analisados e, também, na opinião dos especialistas, quais sejam, contas de Instrumentos Financeiros Derivativos e Captações no Mercado Aberto. Dessa forma, cabem estudos futuros que possam melhor compreender a relação de contas dessa natureza com o risco de fraude contábil em bancos.

Ainda, notou-se que, dos três bancos analisados, o Banco C apresentou maior quantidade de oscilações nas contas do Passivo. Todavia, para esse banco, as contas associadas às provisões mostram oscilações nas Análises Horizontal e Vertical e nos testes estatísticos realizados.

Na visão dos especialistas, a conta Intangíveis tem pouca relação com o risco de ocorrência de fraudes contábeis em bancos, o que difere do que aponta os estudos de Palmrose e Scholz (2004). Ademais, essa conta não apresentou oscilações estatisticamente significativas em nenhum dos bancos, ao nível de significância de 5%.

Uma das variáveis destacadas pelos especialistas na técnica *Delphi* é o índice de Basileia, apesar de não ter havido um consenso na comissão pesquisada para a sua relação com o risco de fraude contábil. A Figura 25 mostra esses índices dos bancos analisados em cada um dos períodos, podendo-se verificar que 87% dos índices de Basileia dos bancos analisados estão acima dos 11% exigidos pelo Banco Central.



Fonte: Elaboração Própria (2017). **Notas:** PRE = Pré-fato; DUR= Durante o fato contábil; POS= Pós-fato; A= Banco A; B= Banco B; C= Banco C.

De acordo com o Bacen (2013), quanto mais elevado o índice, maior é a capacidade de o banco expandir a sua carteira de crédito. Assim, com base nos dados, observa-se que o Banco A apresentou maiores índices de Basileia em comparação aos outros dois bancos analisados, enquanto que o Banco B chegou a obter um índice de Basileia negativo no período do seu fato contábil, o que evidencia um desenquadramento em relação ao patamar mínimo exigido pelo Banco Central. As notas explicativas das demonstrações contábeis do Banco B, em 2010, justificam esse indicador insatisfatório diante dos ajustes corretivos feitos pela nova administração, o que acabou sendo refletido na estrutura de capital do banco.

Quanto aos indicadores econômico-financeiros, percebeu-se que a Margem Líquida (indicador de rentabilidade) dos três bancos analisados foi diferente da média setorial no período pré-fato, ao nível de significância de 5%. Diferenças estatisticamente significativas no setor também foram encontradas para o Custo Médio de Captação no período pós-fato. Na análise individual dos bancos, o índice de Margem Líquida também foi significativo para o Banco C. Outro índice de rentabilidade que se mostrou relevante foi o Giro do Patrimônio Líquido, especialmente, para o Banco A. Entretanto, faltam mais estudos que apresentem discussões específicas da rentabilidade de bancos envolvidos em riscos de fraudes contábeis.

Na opinião dos especialistas, a Margem Líquida, o Custo Médio de Captação e o Giro do Patrimônio Líquido não foram relacionados com o risco de ocorrência de fraudes contábeis em bancos. Para a comissão pesquisada, os indicadores da situação econômico-financeira que têm relação com o risco de fraude contábil em instituições financeiras bancárias são: existência de lucros menores que o esperado, indicadores ruins de risco de crédito e tesouraria, baixa liquidez e descasamento entre ativos e passivos.

Nesse sentido, para a comissão de especialistas, a situação de baixa liquidez pode ter relação com o risco de ocorrência da fraude contábil em bancos. Logo, a partir da análise individual dos bancos da amostra, bem como pela análise setorial, foi possível encontrar relevância para o índice de liquidez de Participação dos Empréstimos, que foi estatisticamente significativo nas comparações estabelecidas nos períodos pré e pós-fato para o Banco B.

É importante ressaltar as diferenças observadas entre os casos analisados quanto à situação econômico-financeira. O Banco B chama a atenção pelos seus indicadores de estrutura de capital no período durante o fato contábil, que eram bem destoantes dos demais bancos analisados, inclusive, dos dados do próprio setor. Vale ressaltar também a relação inversa existente entre a liquidez e rentabilidade, que fica evidente no Banco A, pois, nos períodos analisados, esse banco apresentou uma baixa liquidez e alta rentabilidade em comparação aos outros dois bancos e ao setor.

Após análise dos casos e aplicação da técnica *Delphi*, não foi verificada associação com o risco de ocorrência de fraudes contábeis nas instituições financeiras bancárias a partir de quem realiza a auditoria (*big four* ou não) e em virtude de mudança da empresa de auditoria e nem com a inexistência de um comitê de auditoria, o que não corrobora as afirmações de Baraldi (2012) e Silva *et al.* (2012). No entanto, diferentemente dos casos analisados, houve um consenso na opinião dos especialistas de que a inexistência do comitê de auditoria tem uma relação com o risco de ocorrência da fraude contábil em bancos, o que contradiz os achados de Beasley (1996).

Quanto às influências do cenário externo, os bancos em análise passaram por processos de reestruturações e fusões durante o período analisado, o que, segundo Mourad e Paraskevopoulos (2010) e Paula, Oreiro e Basilio (2013), pode estar relacionado ao risco da fraude corporativa diante da maior complexidade da gestão. Assim, por exemplo, no período anterior ao fato contábil, o Banco B passou a ter relações importantes com outro banco, enquanto que o Banco C foi adquirido por um banco multinacional. É possível notar também que as reestruturações se tornam frequentes após o fato contábil dos processos analisados, uma vez que o rombo gerado pelas inconsistências contábeis pode trazer problemas financeiros às instituições. Posto isso, o Banco B acabou sendo incorporado por outro banco e, no caso do Banco A, devido às inconsistências, também quase foi vendido para outro banco.

Marques (2015) ressalta que os processos de fusão e aquisição no segmento bancário de médio porte se devem ao contexto macroeconômico e regulatório, que é marcado pelo avanço da inflação e da taxa básica de juros e, até mesmo, pelas maiores exigências do índice de Basiléia III.

O ambiente regulatório é uma variável relacionada à pressão do ambiente externo, de acordo com Baucus (1994). Essa foi uma das variáveis apontadas pelos especialistas como relacionada ao risco de ocorrência de fraudes contábeis em bancos, o que vai ao encontro dos aspectos discutidos por Schumann e Martin (1996) e Peleias *et al.* (2012). No entanto, não foi possível encontrar um consenso na opinião dos especialistas para essa variável, mas apenas no que diz respeito à influência do ambiente econômico.

Por meio dos casos analisados, notou-se que o risco de fraudes contábeis acontece em instituições financeiras que possuem uma boa governança corporativa, mas que passam a adotar controles internos que previnam o risco de fraudes dessa natureza após o envolvimento com um fato contábil em processos punitivos ou de intervenção. Todavia, para os especialistas, a existência de uma fraca governança corporativa tem relação com o risco de

ocorrência da fraude contábil em bancos, apoiando os estudos de Farber (2005), Fich e Shivdasani (2007) e Yu, Zhen e Zhang (2010).

Ainda quanto ao ambiente interno, a pesquisa com os especialistas mostrou que a baixa proporção de diretores externos no Conselho de Administração tem relação com o risco de fraudes contábeis em bancos. No entanto, com base nos casos analisados, nada pode ser afirmado sobre a relação dessa variável com a diminuição do risco de fraudes em instituições financeiras bancárias, uma vez que o Banco B contava com uma alta proporção de conselheiros independentes. Ademais, nenhuma observação pode ser notada para o pagamento de dividendos e a relação com o risco de fraude contábil, tanto com base nos casos analisados, bem como pela pesquisa com os especialistas.

Em síntese, por meio da pesquisa com os casos e com os especialistas, foram encontradas evidências de que o risco de fraude contábil nas instituições financeiras bancárias possui *red flags* (sinais de alerta) contábeis e não contábeis. Logo, com base nas relações encontradas na pesquisa, somente seis hipóteses foram aceitas, ou seja, seis variáveis apresentaram uma possível relação com o risco de fraude contábil em bancos, considerando o consenso percebido na opinião dos especialistas e as evidências encontradas nos casos analisados. Essas comprovações são apresentadas no Quadro 21.

Hipótese	Comprovação da Hipótese
H₁ : Há risco de fraude contábil nas instituições financeiras bancárias analisadas devido à natureza da conta contábil	Sim
H₂ : Há risco de fraude contábil nas instituições financeiras bancárias analisadas devido à situação econômico-financeira do banco quanto à liquidez, estrutura de capital de rentabilidade.	Sim
H₃ : Existe diferença entre os indicadores econômico-financeiros das instituições financeiras bancárias analisadas e os indicadores econômico-financeiros do setor bancário.	Sim
H₄ : Na opinião de especialistas e nos casos analisados, há risco de fraude contábil em instituições financeiras bancárias devido à existência de indicadores não contábeis	Parcial

Quadro 21- Resultados das hipóteses da pesquisa

Fonte: Elaboração Própria (2017).

Em relação à H₁ da pesquisa, tem-se que o Ativo não Circulante é um possível *red flag* para o risco de fraude contábil dos bancos analisados, especialmente, nas contas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil, Participações em Coligadas e Controladas e Outros Créditos Diversos. Entretanto, duas contas

do Passivo Circulante também se mostraram relevantes, sendo elas: Instrumentos Financeiros Derivativos e Captações no Mercado Aberto.

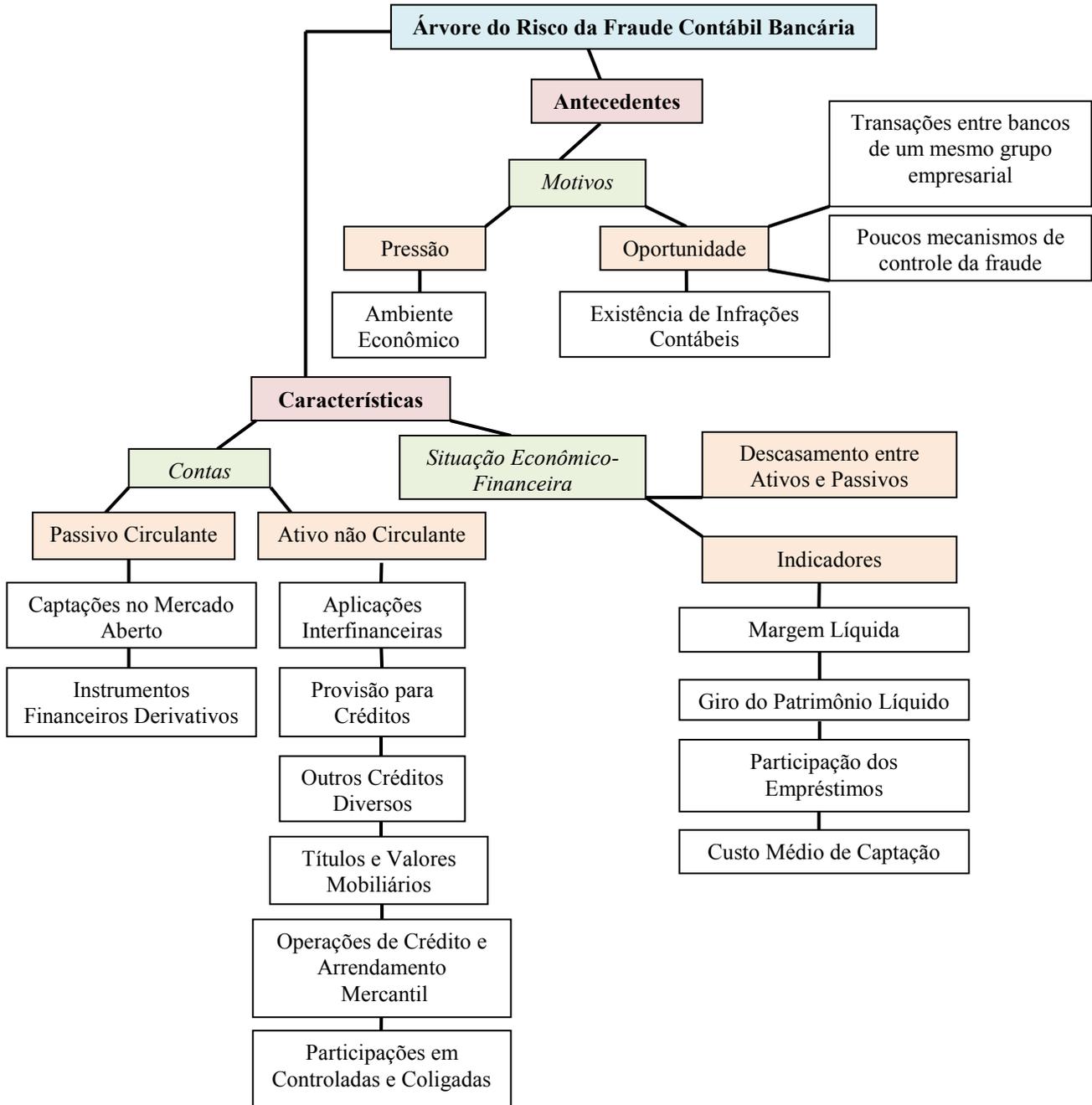
No que diz respeito às hipóteses H_2 e H_3 , pode-se verificar que os indicadores de liquidez e rentabilidade podem ter alguma relação com o risco de fraude contábil nos três bancos analisados, essencialmente, os indicadores de Margem Líquida, Custo Médio de Captação, Giro de Patrimônio Líquido e Participação dos Empréstimos.

Além das características contábeis, por meio da técnica *Delphi*, também foram levantadas possíveis associações com o risco de fraude contábil, como o descasamento entre ativos e passivos, o que não foi analisado nos bancos estudados.

Já a hipótese H_4 está relacionada com os antecedentes não contábeis do risco de fraude contábil em bancos, os quais envolvem: a existência de infrações contábeis, transações com partes relacionadas e poucos mecanismos de controle da fraude. Todos esses aspectos envolvem o ambiente de oportunidade. Mas os antecedentes também são formados pela pressão que, na visão dos especialistas, têm relação, principalmente, com o ambiente econômico.

Nesse sentido, a partir dos achados da pesquisa, apesar de não ser possível generalizar os resultados, propõe-se uma árvore da fraude específica para o risco de ocorrência de fraudes contábeis em bancos, como é mostrado na Figura 26. Essa figura foi baseada na árvore da fraude da ACFE (Figura 2).

Figura 26 - Árvore do risco da fraude contábil bancária



Fonte: Elaboração Própria (2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como propósito investigar as possíveis variáveis relacionadas ao risco de fraude contábil em três bancos brasileiros. Em geral, por meio da análise dos casos e também por meio da pesquisa realizada com especialistas, chegou-se à conclusão que os antecedentes e características das instituições financeiras bancárias analisadas com riscos de fraudes contábeis podem ser divididas em três macro variáveis, sendo elas: motivos, contas e situação econômico-financeira, conforme evidenciado na Figura 26 desta pesquisa. Portanto, essas variáveis, que se subdividem em seis, são as possíveis variáveis relacionadas ao risco de fraude contábil em instituições financeiras bancárias brasileiras, ou seja, são os seus *red flags*.

Ao verificar as variáveis relacionadas ao risco de fraude contábil tratadas na literatura, bem como as alterações significativas observadas nas demonstrações contábeis das instituições financeiras analisadas, nos dois anos anteriores e posteriores ao fato contábil dos processos administrativos punitivos ou de intervenção do Banco Central e no período do próprio fato ocorrido, evidenciou-se que as possíveis áreas sensíveis ao risco de fraudes contábeis nas instituições financeiras bancárias analisadas estão relacionadas a oito contas patrimoniais (sendo seis contas do Ativo não Circulante e duas contas do Passivo Circulante).

Ao realizar uma comparação entre as principais alterações encontradas nas demonstrações contábeis dos três bancos analisados no período anterior e posterior ao fato contábil, percebeu-se que as principais oscilações encontradas estão associadas à conta do Ativo, especialmente, o Ativo não Circulante. Contudo, somente um dos bancos apresentou diferenças estatisticamente relevantes em 11 contas dessa natureza.

Ao comparar os indicadores econômico-financeiros dos bancos analisados envolvidos em processos administrativos punitivos ou de intervenção do Banco Central com os indicadores econômico-financeiros do setor bancário, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas para a Margem Líquida (no período pré-fato) e para o Custo Médio de Captação e índice de Participação dos Empréstimos (no período pós-fato) ao nível de significância de 5%. Contudo, cada um dos casos analisados apresenta especificidades para os indicadores analisados, tendo dois bancos apresentado oscilações relevantes em indicadores de rentabilidade (Margem Líquida e Giro do Patrimônio Líquido) e, em um dos casos, houve oscilação do índice de liquidez de Participação dos Empréstimos.

Ao investigar a opinião de especialistas sobre quais variáveis podem estar associadas ao risco de fraudes contábeis em instituições financeiras bancárias, houve um consenso para as seguintes variáveis: (1) ambiente interno: existência de poucos mecanismos de controle da

fraude, fraca governança corporativa, não existência de um comitê de auditoria, muitas transações entre organizações de um mesmo grupo empresarial, baixa proporção de diretores externos no Conselho de Administração e existência de planos de ações e bonificações para os gestores; (2) ambiente externo: ambiente de alta competição/pressão por desempenho, influência do ambiente econômico e existência de infrações contábeis na CVM; (3) natureza da conta contábil: contas classificadas como diversos ou outros, provisão para créditos de liquidação duvidosa, participações em coligadas e controladas, recebimentos antecipados de contratos cedidos e instrumentos financeiros derivativos; e (4) situação econômico-financeira: existência de lucros menores que o esperado, indicadores ruins de risco de crédito e tesouraria, baixa liquidez e descasamento entre ativos e passivos.

Dessa forma, pode-se inferir que, na visão dos especialistas, as variáveis do ambiente interno e externo têm poder de influência sobre o risco de ocorrência de fraudes contábeis em instituições financeiras bancárias, ou seja, um antecedente não contábil parece ter maior relação com o risco de fraudes contábeis nessas instituições do que a própria situação econômico-financeira ou a natureza da conta contábil.

Ao estabelecer comparações entre as variáveis encontradas nas demonstrações financeiras dos bancos analisados e as variáveis levantadas pelos especialistas pesquisados, pode-se concluir que existem indícios de risco de fraudes em bancos em contas associadas à Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, contas classificadas como Diversos ou Outros, Instrumentos Financeiros Derivativos e Participações em Coligadas e Controladas, em aspectos não contábeis ligados à existência de poucos mecanismos de controle da fraude, muitas transações entre organizações de um mesmo grupo empresarial, pressão do ambiente econômico e existência de infrações contábeis na CVM, e nos indicadores de Margem Líquida, Giro do Patrimônio Líquido, Custo Médio de Captação e Participação dos Empréstimos.

Diante do exposto, este estudo oferece contribuições empíricas e teóricas. A contribuição teórica envolve a complementação da literatura sobre risco de fraude contábil em instituições financeiras bancárias pelo fato de a maior parte dos escândalos contábeis de fraudes contábeis no Brasil estar associada às instituições financeiras bancárias, conforme destacam Murcia e Borba (2005) e Silva *et al.* (2012). A literatura nacional ainda é incipiente quanto à discussão sobre os *red flags* das contas contábeis e também para uma discussão de variáveis não contábeis relacionadas ao risco de fraudes contábeis nesse tipo de instituição. Além disso, nesta pesquisa, identificaram-se variáveis que merecem mais pesquisas para os *red flags* associados ao risco de fraude contábil em bancos e que não foram tratados na

literatura. Nesse sentido, cabem maiores discussões para a relação entre as contas do Passivo Circulante e o risco de fraudes contábeis que foram levantadas neste estudo, haja vista que pouco se tem discutido na literatura acerca do tema, bem como acerca da relação dos indicadores de rentabilidade dos bancos envolvidos em processos administrativos punitivos e/ou de intervenção do Banco Central, que foi um ponto encontrado nos casos analisados, contudo, não foi confirmado na pesquisa com os especialistas.

A contribuição prática está relacionada ao fato de os resultados da pesquisa poderem auxiliar os usuários das demonstrações contábeis no desenvolvimento de uma avaliação crítica quanto ao risco de relatórios financeiros de bancos, em conjunto com as próprias particularidades da contabilidade bancária. Em suma, os *red flags* levantados nesta pesquisa podem auxiliar os profissionais na auditoria investigativa nas demonstrações contábeis de bancos.

Várias foram as limitações encontradas na coleta de dados deste estudo, essencialmente, no que tange ao acesso a casos de bancos envolvidos em riscos de fraudes contábeis diante da ausência de uma base de dados estruturada no Brasil sobre fraudes dessa natureza. Conseqüentemente, os limites principais deste estudo estão relacionados ao fato de não se ter uma ampla amostra estudada para o desenvolvimento de uma análise estatística mais robusta. Logo, os resultados desta pesquisa não podem ser generalizados para as demais instituições financeiras envolvidas em processos administrativos punitivos ou de intervenção do Banco Central. Além disso, para a análise dos casos, o estudo abordou somente informações disponíveis em relatórios, restringindo-se, portanto, apenas aos dados secundários das demonstrações contábeis, processos sancionadores administrativos da CVM e processos administrativos punitivos e/ou de intervenção do Banco Central.

Ressalta-se que esta pesquisa, de cunho exploratório e descritivo, buscou traçar um caminho inicial para servir de inspiração para estudos futuros que possam abranger as discussões orientadas para a temática acerca de fraudes. Ademais, este estudo evidenciou uma possível relação do ambiente econômico com o risco de fraudes contábeis bancárias. Contudo, para se comprovar, de fato, a causalidade entre essas variáveis, é imprescindível a utilização de regressões e modelos econométricos. Ainda, a técnica *Delphi* foi utilizada de modo a levantar as possíveis variáveis relacionadas ao risco de fraude contábil em bancos na visão de alguns especialistas. Dessa forma, para maiores evidenciações, é necessária a aplicação de pesquisas com maior quantidade de participantes, bem como utilizando outros métodos e técnicas de coleta de dados.

Por fim, uma agenda de pesquisa é endereçada: (1) analisar outros casos de bancos envolvidos em processos administrativos punitivos e/ou de intervenção do Banco Central, de modo a ampliar a amostra e realizar outros testes estatísticos, como a regressão logística e a criação de modelos, buscando comparar bancos que cometeram fraudes contábeis já comprovadas e definitivamente julgadas com bancos que não cometeram fraudes, ou, pelo menos, ainda não foram detectadas; (2) efetuar análises de riscos de fraudes contábeis em bancos utilizando um maior recorte temporal; (3) avaliar a opinião pública a respeito de fraudes contábeis em instituições financeiras bancárias por meio de pesquisa com discentes, investidores, clientes e a sociedade em geral quanto ao conhecimento e atitudes sobre os escândalos contábeis bancários; (4) realizar entrevistas com auditores forenses para compreender mais a fundo os riscos de fraudes contábeis em bancos e as técnicas e métodos utilizados para a identificação dos *red flags* nessas instituições, bem como as habilidades e competências necessárias aos profissionais que auditam bancos; (5) comparar as variáveis associadas com o risco de fraude contábil em organizações altamente regulamentadas (como os bancos) com organizações pouco regulamentadas; (6) realizar uma pesquisa comportamental com funcionários e gestores para compreender as variáveis motivacionais de racionalização e capacidade para as fraudes internas no setor bancário; (7) realizar uma análise *cross-country* de modo a comparar os casos de fraudes contábeis em bancos brasileiros com os casos de fraudes contábeis em bancos americanos ou chineses; (8) incluir outras possíveis variáveis relacionadas ao risco de fraude contábil, como a influência da cultura organizacional de desempenho nos *red flags* de fraudes contábeis em bancos; e (9) incluir análises de outros tipos de fraudes que acontecem em bancos, como a corrupção e a apropriação indevida de ativos.

REFERÊNCIAS

- ACFE - Association of Certified Fraud Examiners. **Fraud tree**. 2010. Disponível em: <<http://www.acfe.com/fraud-tree.aspx>>. Acesso em: 16 set. 2016.
- ACFE - Association of Certified Fraud Examiners. Report to the nations - on occupational fraud and abuse. **Global Fraud Study**, 2012. Disponível em: <<http://www.acfe.com/rtnn/docs/2012-report-to-nations.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- ACFE - Association of Certified Fraud Examiners. Report to the nations - on occupational fraud and abuse. **Global Fraud Study**, 2014. Disponível em: <<http://www.acfe.com/rtnn/docs/2014-report-to-nations.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2017.
- ADAMS, P. **Odious debts**: loose lending, corruption, and the Third World's environmental legacy. Reino Unido: Earthscan, 1991.
- ALAM, P.; PETRUSKA, K. A. Conservatism, SEC investigation, and fraud. **Journal of Accounting and Public Policy**, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2012.05.001>>. Acesso em: 20 set. 2016.
- ALBRECHT, C. O.; KRANACHER, M.; ALBRECHT, W. S. Asset misappropriation research white paper for the institute for fraud prevention. **Institute Fraud Prevention**, 2008. Disponível em: <www.theifp.org>. Acesso em: 15 set. 2016.
- ALBRECHT, W. S.; ALBRECHT, C. O.; ALBRECHT, C. C.; ZIMBELMAN, M. F. **Fraud examination**. 4. ed. Thompson: Ohio, 2003.
- ALLEYNE, P.; HOWARD, M. An exploratory study of auditor's responsibility for fraud detection in Barbados. **Managerial Auditing Journal**, v. 20, n. 3, p. 284-303, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/02686900510585618>>. Acesso em: 18 set. 2016.
- ALMOND, P. Understanding the seriousness of corporate crime. Some lessons for the new 'corporate manslaughter' offence. **Criminology & Criminal Justice**, v. 9, n. 2, p. 145-164, 2009. Disponível em: <<http://www.uk.sagepub.com/cross/files/Chapter8-Article1.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- ALTMAN, E. I. Financial ratios, discriminant analysis and the prediction of corporate bankruptcy. **The Journal of Finance**, Malden, v. 23, n. 4, p. 589-609, set. 1968. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2978933>>. Acesso em: 17 set. 2016.
- AMARA, I.; BEN AMAR, A.; JARBOUI, A. Detection of fraud in financial statements: french companies as a case study. **International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences**, v. 3, n. 5, mai. 2013. Disponível em: <<http://www.hrmars.com/admin/pics/1862.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- AMR - Academy of Management Review. **Special topic forum**, v. 33, n. 3, 2008. Disponível em: <aom.org> Journals & Publications>. Acesso em: 09 jan. 2017.

ANDERSEN, S. Despite more rigorous compliance programs, corporate fraud still thrives. **Corporate Legal Times**, abr. 2004, p. 1-6. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/02686900610667283>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

ANDERSON, R. C.; MANSI, S. A.; REEB, D. M. Board characteristics, accounting report integrity, and the cost of debt. **Journal of Accounting and Economics**, v. 37, p. 315–342, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2004.01.004>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

AQUAROLI, M.; COSTA, W. V. **Dicionário jurídico**. São Paulo: Madras, 2000.

ARMANDO, N. N. **Fraude aos credores e à execução perante os tribunais**. Belo Horizonte: UFMG, 1967.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ATTIE, W. **Auditoria interna**. São Paulo: Atlas, 1992.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Basiléia III: implantação no Brasil**. 2013. Disponível: <http://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/Apresentacao_Sergio_Odilon_Coletiva_Basileia_II_I-1-3-2012.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Circular 3.360**. 2007. Disponível: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48039/Circ_3360_v10_P.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Circular 3.361**. 2007. Disponível: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/2007/pdf/circ_3361_v3_1.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2017.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Circular 3.383**. 2008. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/2008/pdf/circ_3383_v2_1.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Diagnósticos das normas do SFN em relação às normas internacionais**. 2006. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/CONVDIAG>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Manual da Supervisão**. 2017. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/gmn/visualizacao/listarDocumentosManualPublico.do?method=visualizarDocumentoCodigoFormatado&codigoFormatado=1.4.50.20&idManual=1>>. Acesso em: 30 set. 2017.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Recursos do Sistema Financeiro Nacional**. 2017. Disponível em: <<http://fazenda.gov.br/orgaos/coligiados/crsfn>>. Acesso em: 29 set. 2017.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Relação de instituições em funcionamento no país.** 2017. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/fis/info/instituicoes.asp>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Resolução nº 2.099.** 1994. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=1994&numero=2099>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Resolução nº 2.283.** 1996. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/45862/Res_2283_v6_P.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Resolução nº 2.554.** 1998. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1998/pdf/res_2554_v3_P.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Resolução nº 2.682.** 1999. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Resolução nº 3.198.** 2004. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/46402/Res_3198_v9_P.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Resolução nº 3.464.** 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Htms/Normativ/RESOLUCAO3490.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Resolução nº 3.490.** 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=2007&numero=3464>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Resolução nº 3.533.** 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=2012&numero=3533>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Resolução nº 3.721.** 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=2009&numero=3721>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Resolução nº 3.786.** 2009. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&data=2009&numero=3786>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Sobre os processos administrativos sancionadores no Banco Central do Brasil.** 2017. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/fis/PAD/port/Menu/ProcessoAdministrativo.asp?idpai=procadm>>. Acesso em: 01 out. 2017.

BADAWI, I. M. Global corporate accounting frauds and action for reforms. **Review of Business**, v. 26, n. 2, p. 8-14, 2005. Disponível em:

<<http://acikerisim.ticaret.edu.tr:8080/xmlui/bitstream/handle/11467/857/M01100.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 set. 2016.

BANCO BRADESCO. **Demonstrações contábeis consolidadas**. 2015. Disponível em: <<https://www.bradesco.com.br/site/conteudo/.../Download.aspx?file...bradesco...2015...>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

BANCO VOTORANTIM. **Demonstrações contábeis consolidadas**. 2012. Disponível em: <https://www.bancovotorantim.com.br/web/export/sites/bancovotorantim/investidores/pt/arquivos/PDF/Demonstraxes_Contrxbeis_Consolidadas_-_IFRS_-_2012.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2017.

BARALDI, P. **IFRS, contabilidade criativa e fraudes**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BARBOSA, C. P. M. O crime de lavagem de dinheiro no Brasil e a aplicabilidade da lei 9.613/1998. Monografia (Especialização em Direito Público) - **Associação Nacional dos Magistrados Estaduais**. BDJur, Brasília, DF, 13 jun. 2008. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/1724>>. Acesso em: 02 set. 2016.

BARBOSA, F. H. Banco Nacional: jogo de Ponzi, PROER e FCVS. **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1, p. 97-115, jan./mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572008000100005>. Acesso em: 08 abr. 2017.

BAUCUS, M. S. Pressure, opportunity and predisposition: a multivariate model of corporate illegality. **Journal of Management**, v. 20, n. 4, p. 699-721, 1994. Disponível em: <<http://jom.sagepub.com/content/20/4/699>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

BEASLEY, M. S. An empirical analysis of the relation between the board of director composition and financial statement fraud. **The Accounting Review**, v. 71, n. 4, p. 443-465, 1996. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/248566>>. Acesso em: 15 set. 2016.

BEASLEY, M. S.; CARCELLO, J. V.; HERMANSON, D. R. **Fraudulent financial reporting 1987-1997: an analysis of U.S. public companies**. Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. Jersey City, NJ: AICPA, 1999. Disponível em: <<https://www.coso.org/Pages/FFR-Analysis.aspx>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BEASLEY, M. S.; CARCELLO, J. V.; HERMANSON, D. R.; LAPIDES, P. D. Fraudulent financial reporting: consideration of industry traits and corporate governance mechanism. **Accounting Horizons**, v. 14, n. 4, p. 441-454, 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2308/acch.2000.14.4.441>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

BEAVER, W. **Financial reporting: an accounting revolution**. Estados Unidos: Prentice Hall, 1998.

BECK, T.; LEVINE, R.; LOAYZA, N. Finance and the sources of growth. **Journal of Financial Economics**, v. 58, n. 1, p. 261-300, 2000. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304405X00000726>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

BELL, T. B.; SZYKOWNY, S.; WILLINGHAM, J. J. **Assessing the likelihood of fraudulent financial reporting**: a cascaded logit approach. Working paper, KPMG Peat Marwick, Montvale, NJ, 1991. Disponível em: <<https://www.questia.com/library/journal/1G1-62761087/a-decision-aid-for-assessing-the-likelihood-of-fraudulent>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

BLANQUÉ, P. Crisis and fraud. **Journal of Financial Regulation and Compliance**, v. 11, n. 1, p. 1, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/13581980310810417>>. Acesso em: 16 set. 2016.

BLODGET, H. China stock fraud shocker: banks were complicit in Longtop fraud. **Business Insider**, mai. 2011. Disponível em: <<http://www.businessinsider.com/china-stock-fraud-longtop-banks-complicit-2011-5>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

BM&F BOVESPA. **Setor de atuação**. 2016. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em: 21 mar. 2017.

BONNER, S.E.; PALMROSE, Z.V.; YOUNG, S. M. Fraud type and auditor litigation: an analysis of SEC accounting and auditing enforcement releases. **The Accounting Review**, v. 73, n. 4, p. 503–532, 1998. Disponível em: <<https://msbfile03.usc.edu/digitalmeasures/sbonner/intellcont/bonnerpalmroseyoung1998-1.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

BORGES, R. S. **BR GAAP e IFRS em instituições financeiras**: comparabilidade dos indicadores econômico-financeiros. 2014. 106 f. Monografia (Graduação) – Curso de Graduação em Ciências Contábeis, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/5406/1/21054059.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

BOROKHOVICH, K. A.; BRUNARSKI, K. R.; HARMAN, Y.; KEHR, J. B. Dividends, corporate monitors and agency costs. **The Financial Review**, v. 40, n. 1, p. 37–65, 2005. Disponível em: <[doi/10.1111/j.0732-8516.2005.00092.x](https://doi.org/10.1111/j.0732-8516.2005.00092.x)>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BORTOLUZZO, A. B.; SHENG, H. H.; GOMES, A. L. P. Earning management in Brazilian financial institutions. **Revista de Administração**, v. 51, n. 2, p. 182-197, abr./mai./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rausp/v51n2/0080-2107-rausp-51-02-0182.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

BRASIL. Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001. Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Lei do Sistema Financeiro Nacional. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 1964.

BRASIL. Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976. Mercado de valores mobiliários e criação da Comissão de Valores Mobiliários. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 1976.

BRASIL. Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986. Define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 1986.

BRASIL. Lei nº 9.613, de 16 de março de 1998. Dispõe sobre os crimes de lavagem de dinheiro. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999. Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise financeira de 2008. **Revista de Economia Política**, v. 29, n. 1, p. 133-149, jan./mar. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

CAHALI, Y. S. **Fraudes contra credores**: fraudes contra credores, fraude à execução, ação revocatória falencial, fraude à execução fiscal, fraude à execução penal. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

CARCELLO, J. V.; NAGY, A. L. Audit firm tenure and fraudulent reporting. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 23, n. 2, p. 55–69, 2004. Disponível em: <<http://corpgovcenter.utk.edu/research/audfirmtenurecar2004.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

CARDOSO, F. N. **Contabilidade Forense no Brasil**: incipiência ou insipiência? 67 f. Dissertação (Mestrado) - Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1109/1/DISSERTACAO_2008_FernandoNCardoso.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2017.

CARVALHO, H. P. **Da concepção à negação da fraude corporativa**: uma análise processual do caso do Banco BVA/KPMG. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Uberlândia, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/18326/1/ConcepcaoNegacaoFraude.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2017.

CARVALHO, J. C. O. **Por dentro das fraudes**: como são feitas, como denunciá-las, como evitá-las. Porto Alegre: Lex Magister, 2007.

CASCARINO, R. E. **Corporate fraud and internal control**: a framework for prevention. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2013.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº 836, de 22 de fevereiro de 1999** - Fraude e erro. Disponível em:

<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res836.htm>>. Acesso em: 18 set. 2016.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº 1.207, de 2009** -

Responsabilidade do auditor em relação à fraude. Disponível em:

<http://www.oas.org/juridico/portuguese/res_1207.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2016.

CHUI, L.; PIKE, B. Auditors' responsibility for fraud detection: new wine in old bottles? In: American Accounting Association - Annual Meeting, 2011, Denver. **Anais...** Sarasota: American Accounting Association – AAA, 2011. Disponível em:

<<http://ir.stthomas.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1056&context=ocbacctpub>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

COFFEE JUNIOR, J. C. A theory of corporate scandals: why the USA and Europe differ.

Oxford Review of Economic Policy, v. 21, n. 2, p. 198-211, 2005. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.694581>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

CONDÉ, R. A. D.; ALMEIDA, C. O. F.; QUINTAL, R. S. Fraude contábil: análise empírica à luz dos pressupostos teóricos do triângulo da fraude e dos escândalos corporativos. **Gestão & Regionalidade**, v. 31, n. 93, set./dez. 2015. Disponível em:

<http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/2929>. Acesso em: 10 set. 2016.

CORADI, C. **Dinheiro podre**: a história das fraudes nas instituições financeiras do Brasil.

1.ed. São Paulo: Matrix, 2016.

COSENZA, J. P.; GRATERON, I. R. G. A auditoria da contabilidade criativa. **Revista**

Brasileira de Contabilidade, Brasília, v. 32, n. 143, p. 43-61, set./out. 2003. Disponível em:

<http://www.unicap.br/pergamum/arquivos/150000/151000/90_151077.htm>. Acesso em: 18 set. 2016.

COSTA, A. A. P. **Casos de fraudes corporativas financeiras**: antecedentes, recursos substantivos e simbólicos relacionados. Tese (Doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8542/TESE_ANA%20PAULA%20PAULINO%20DA%20COSTA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09 abr. 2017.

COSTA, A. A. P.; WOOD JÚNIOR, T. Fraudes corporativas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902012000400008&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 ago. 2016.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil**: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CRESSEY, D. R. **Other people's money**. Montclair: Patterson Smith, 1973.

CRETELLA JÚNIOR, J. **Dicionário de direito administrativo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

CRUMBLEY, D. L. What is forensic accounting. **Journal of Forensic Accounting**, v. 1, n. 1, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.rtedwards.com/journals/JFA/students.html>>, Acesso em: 11 abr. 2017.

CRUTCHLEY, C. E.; JENSEN, M. R. H.; MARSHALL, B. B. Climate for scandal: corporate environments that contribute to accounting fraud. **The Financial Review**, v. 42, p. 53-73, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1111/j.1540-6288.2007.00161.x>>. Acesso em: 17 set. 2016.

CUNHA, J. V. A. **Doutores em Ciências Contábeis da FEA/USP: análise sob a óptica da teoria do capital humano**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-17102007-173046/pt-br.php>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

CUPERTINO, C. M. Earnings management: estudo de caso do Banco Nacional. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 110-120, mai./ago. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34190>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

CVM - Comissão de Valores Mobiliários. **Instrução nº 509**. Brasília – DF, 2011. Disponível: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/inst/inst509.html>>. Acesso em: 16 set. 2016.

CVM- Comissão de Valores Mobiliários. **Processos Sancionadores Administrativos**. 2009. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/sancionadores/RJ2008/2334>>. Acesso em: 16 set. 2016.

CVM- Comissão de Valores Mobiliários. **Processos Sancionadores Administrativos**. 2011. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/sancionadores/RJ2011/2789>>. Acesso em: 16 set. 2016.

CVM- Comissão de Valores Mobiliários. **Processos Sancionadores Administrativos**. 2013. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/sancionadores/RJ2013/7880>>. Acesso em: 16 set. 2016.

CVM- Comissão de Valores Mobiliários. **Processos Sancionadores Administrativos**. 2015. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/sancionadores/RJ2015/11592>>. Acesso em: 16 set. 2016.

DAVISON, A. C.; HINKLEY, D. V. **Bootstrap methods and their application**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

DECHOW, P. M.; GE, W.; LARSON, C. R.; SLOAN, R. G. **Predicting material accounting manipulation**. 2011. Disponível em: <<http://www8.gsb.columbia.edu/rtfiles/accounting/WEILIGE.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

DECHOW, P. M.; SLOAN, R.G.; SWEENEY, A.P. Causes and consequences of earnings manipulation: an analysis of firms subject to enforcement actions by the SEC. **Contemporary Accounting Research**, v. 13, n. 1, p. 1–36, 1996. Disponível em: <[doi/10.1111/j.1911-3846.1996.tb00489.x](http://dx.doi.org/10.1111/j.1911-3846.1996.tb00489.x)>. Acesso em: 17 mar. 2017.

DELOITTE Forensic Center. **Ten things about financial statement fraud**. 2010. Disponível em:

<<http://www.corporatecompliance.org/Portals/1/Users/169/29/60329/10%20Things%20about%20financial%20statement%20fraud.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

DORMINEY, J. W.; FLEMING, A. S.; KRANACHER, M.; RILEY, R. A. Beyond the fraud triangle: enhancing deterrence of economic crimes. *Journal of the Association of Certified Fraud Examiners*. **Fraud Magazine**, Austin-TX, U.S.A., v. 26, n. 5, set./out., 2011.

Disponível em: <<http://www.fraud-magazine.com/article.aspx?id=4294970127>>. Acesso em: 16 set. 2016.

DURAN, M. A. Norm-based behavior and corporate malpractice. **Journal of Economic Issues**, v. 41, n. 1, p. 221-241, 2007. Disponível em:

<http://www.jstor.org/stable/25511163?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 19 set. 2016.

ERICKSON, M.; HANLON, M.; MAYDEW, E. L. How much will firms pay for earnings that do not exist? Evidence of taxes paid on alleged fraudulent earnings. **The Accounting Review**, v. 79, n. 2, p. 387-408, 2004. Disponível em:

<<http://aaapubs.org/doi/abs/10.2308/accr.2004.79.2.387?journalCode=accr>>. Acesso em: 18 set. 2016.

ERICKSON, M.; HANLON, M.; MAYDEW, E.L. Is there a link between executive compensation and accounting fraud? **Journal of Accounting Research**, v. 44, n. 1, p. 113-143, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1111/j.1475-679x.2006.00194.x>>. Acesso em: 11 set. 2016.

ERNST & YOUNG. **9th annual global fraud survey: fraud risk in emerging markets**: Ernst & Young. 2006. Disponível em:

<<http://www.giacentre.org/documents/ERNSTYOUNG.FRAUDSURVEY.JUNE06.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2016.

ESTES, G. M.; KUESPERT, D. *Delphi* in industrial forecasting. **Chemical and Engineering News**, p. 40-47, 1976. Disponível em: <[doi: 10.1021/cen-v054n035.p040](https://doi.org/10.1021/cen-v054n035.p040)>. Acesso em: 19 jul. 2017.

ESTORILIO, J. A. **Investigação criminal nos delitos empresariais**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

ETTREDGE, M. L.; SUN, L.; LEE, P.; ANANDARAJAN, A. A. Is earnings fraud associated with high deferred tax and/or book minus tax levels? **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 27, n. 1, p. 1-33, 2008. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.2308/aud.2008.27.1.1>>. Acesso em: 19 set. 2016.

FANNING, K.; COGGER, K. Neural network detection of management fraud using published financial data. **Intelligent Systems in Accounting, Finance & Management**, v. 7, n. 1, p. 21-41, 1998. Disponível em: <[http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/\(SICI\)1099-1174\(199803\)7:1%3C21::AID-ISAF138%3E3.0.CO;2-K](http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/(SICI)1099-1174(199803)7:1%3C21::AID-ISAF138%3E3.0.CO;2-K)>. Acesso em: 07 mar. 2017.

FARBER, D. Restoring trust after fraud: does corporate governance matter? **The Accounting Review**, v. 80, n. 2, p. 539-562, 2005. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4093068>>. Acesso em: 20 set. 2016.

FARIAS, J. B.; PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C.; LUCA, M. M. M. Impactos da adoção das IFRS nas demonstrações consolidadas dos bancos listados na BM&FBovespa. **Revista Universo Contábil**, v. 10, n. 2, p. 63-83, 2014. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/3839>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

FÁVERO, L. P. L.; BELFIORE, P. P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FEROZ, E. H.; PARK, K.; PASTENA, V. S. The financial and market effects of the SEC's accounting and auditing enforcement releases. **Journal of Accounting Research**, v. 29, p. 107- 142, 1991. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2307/2491006>>. Acesso em: 13 set. 2016.

FICH, E.; SHIVDASANI, A. Financial fraud, director reputation, and shareholder wealth. **Journal of Financial Economics**, v. 86, n. 2, nov. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jfineco.2006.05.012>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

FOLLMANN, D. A.; PAIVA, K. S. E.; SOARES, S. V. Distribuição do valor adicionado nas empresas do novo mercado: análise setorial da destinação da riqueza em 2008 e 2009. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 1, n. 2, p. 101-117, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/view/33>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

FRAGA, J. S. Uma abordagem pós-keynesiana de preferência pela liquidez: o sistema bancário e a concessão de crédito. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 8, n. 1, p. 155-174, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/view/360>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

GAGANIS, C. Classification techniques for the identification of falsified financial statements: a comparative analysis. **Intelligent Systems in Accounting, Finance & Management**, Chichester, v. 16, n. 3, p. 207-229, jul. 2009. Disponível em: <[doi10.1002/isaf.303](https://doi.org/10.1002/isaf.303)>. Acesso em: 20 set. 2016.

GERETY, M.; LEHN, K. The causes and consequences of accounting fraud. **Managerial and Decision Economics**, v. 18, n. 7, p. 587-599, nov./dez. 1997. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3108221>>. Acesso em: 12 set. 2016.

GIL, A. L. **Fraudes informatizadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GILLET, P.; UDDIN, N. CFO intentions of fraudulent financial report. **Auditing**, v. 24, n. 1, p. 55-76, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2308/aud.2005.24.1.55>>. Acesso em: 18 set. 2016.

GIOVINAZZO, R. A. **Modelo de aplicações da metodologia Delphi pela internet: vantagens e ressalvas**. 2001. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art22/renata.htm>. Acesso em: 14 jun. 2017.

GONÇALVES, L. C. M. **Contabilidade Forense**: uma perspectiva fiscal. 126 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, Coimbra, 2015. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/13269>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

GONÇALVES, R. S. **Contabilidade controlada**: auditoria, a fraude e o desperdício. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

GOUVÊA, P. E.; AVANÇO, L. Ética e fraudes contábeis. **UNOPAR Científica, Ciências Jurídicas e Empresariais**, Londrina, v. 7, p. 85-91, mar. 2006. Disponível em: <<http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/juridicas/article/viewFile/1314/1260>>. Acesso em: 18 set. 2016.

GRAY, D. Forensic accounting and auditing: compared and contrasted to traditional accounting and auditing. **American Journal of Business Education**, v. 1, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1052569.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

GREENLAND, S. Response and follow-up bias in cohort studies. **Am J Epidemiol**, v. 106, n. 3, p. 184-187, 1977. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/900117>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

HAJJ, Z. S. E. **Evolução e desempenho dos bancos durante o Plano Real**. 2005. 171 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14062006-115413/pt-br.php>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

HASNAN, S., ABDUL RAHMAN, R., MAHENTHIRAN, S. Malaysian evidence of management motive, weak governance, and earnings management on fraudulent financial reporting. **Journal of International Accounting Research**, v. 12, n. 1, p. 1-27, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2308/jiar-50353>>. Acesso em: 23 set. 2016.

HENRIQUE, M. A. **A escrituração contábil no atual cenário tributário**. São Paulo: Trevisan, 2016.

HOMERO JUNIOR, P. F. Impacto das fraudes contábeis no banco Panamericano sobre a reputação da Deloitte. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 6, n. 2, p. 40-53, mai./ago. 2014. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/33961>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Não ao rodízio obrigatório de auditorias. **Revista Transparência Ibracon**, v. 1, n. 3, p. 27–31, 2011. Disponível em: <www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detRevistaTransparencia.php?cod=4>. Acesso em: 11 mar. 2013.

ICTS. O retrato da fraude corporativa no Brasil. **Risk & Business Consulting**, 2014. Disponível em: <http://www.icts.com.br/v2/por/news/view/Pesquisa_O_Retrato_da_Fraude_Corporativa_no_Brasil>. Acesso em: 16 set. 2016.

INSTITUTO ASSAF. **Comparando os bancos médios e bancos grandes**. 2011. Disponível em: <http://www.institutoassaf.com.br/downloads/ANALISE_35_MAIO_2011.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

INSTITUTO ASSAF. **Indicadores de bancos médio porte e grande porte**. 2015. Disponível em: <<http://www.institutoassaf.com.br/2012/>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C.; FARIA, A. C. **Introdução à teoria da Contabilidade para o nível de graduação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KAMAL NASER, H. M. **Creative financial accounting: its nature and use**. Estados Unidos: Prentice Hall, 1993.

KAMARUDIN, K. A.; ISMAIL, W. A.; MUSTAPHA, W. A. H. Aggressive financial reporting and corporate fraud. **Social and Behavioral Sciences**, v. 65, p. 638-643, 2012. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042812051622>>. Acesso em: 19 set. 2016.

KAMINSKI, K. A.; WETZEL, T. S.; GUAN, L. Can financial ratios detect fraudulent financial reporting? **Managerial Auditing Journal**, v. 19, n. 1, p. 15-28, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/02686900410509802>>. Acesso em: 14 set. 2016.

KASANEN, E. KINNUNEN, J.; NISKANEN, J. Dividend-based earnings management: empirical evidence from Finland. **Journal of Accounting & Economics**, v. 22, n. 1, p. 283–312, 1996. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(96\)00435-1](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(96)00435-1)>. Acesso em: 10 abr. 2017.

KASS-SHRAIBMAN, F.; SAMPATH, V. S. **Forensic accounting for dummies**. 1. ed. For Dummies, 2011.

KPMG Transaction and Forensic Services Ltda. **A fraude no Brasil**: relatório da pesquisa 2009. Disponível em: <http://www.kpmg.com.br/publicacoes/forensic/Fraudes_2009_port.pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.

KPMG Transaction and Forensic Services Ltda. **Divulgações contábeis**. 2015. Disponível em: <<https://home.kpmg.com/br/pt/home/insights/2016/11/divulgacoes-contabeis-2016.html>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

KPMG Transaction and Forensic Services Ltda. **Fraud survey**. 2003. Disponível em: <http://faculty.usfsp.edu/gkearns/Articles_Fraud/Fraud%20Survey_040855_R5.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2017.

KPMG Transaction and Forensic Services Ltda. **Gerenciamento de riscos**: os principais fatores de riscos apresentados pelas empresas abertas brasileiras. 2014. Disponível em: <<https://home.kpmg.com/br/pt/home/insights/2014/04/gerenciamento-de-riscos-empresas-abertas.html>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

KRAMBIA-KAPARDIS, M. A fraud detection model: a must for auditors. **Journal of Financial Regulation and Compliance**, v. 10, n. 3, p. 266-78, 2002. Disponível em:

<<http://www.emeraldinsight.com/sci-hub/cc/doi/abs/10.1108/13581980210810256>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

KROLL Associates. **Global fraud report**. 2008. Disponível em: <https://www.eiuperspectives.economist.com/sites/default/files/FraudReport_English-UK_Sept08.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2017.

LEVITT, S. D.; DUBNER, S. J. **Freakonomics**: a rogue economist explores the hidden side of everything. New York: HarperCollins, 2005.

LOKANAN, M. E. Challenges to the fraud triangle: questions on its usefulness. **Accounting Forum**, v. 39, p. 201–224, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.accfor.2015.05.002>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

MACHADO, M. R.; MACHADO, M. A. V.; SANTOS, A. A relação entre o setor econômico e investimentos sociais e ambientais. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 13, n. 3, p. 102- 115, set./dez. 2010. Disponível em: <https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/256/pdf_142>. Acesso em: 27 mar. 2017.

MARQUES, F. Fitch: aumenta possibilidade de fusões e aquisições de bancos médios. **Valor Econômico**. Publicado em: 07 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/financas/4170602/fitch-aumenta-possibilidade-de-fusoes-e-aquisicoes-de-bancos-medios>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MARQUES, S.; ANDRÉ, S.; ZENDERSKY, H. **O processo de convergência com os Padrões Internacionais de Divulgação Financeira (IFRS)**. 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pre/bcUniversidade/Palestras/Processo%20de%20Converg%EAncia.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MARTINS, E.; DINIZ, J.; MIRANDA, G. **Análise avançada das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, E.; MIRANDA, G.; DINIZ, J. **Análise didática das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, V. A. **Contribuição à avaliação do goodwill**: depósitos estáveis, um ativo intangível. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-08032004-170157/pt-br.php>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

MEDEIROS, C. R. O.; ALCADIPANI, R. Strategy as truth: respostas estratégicas na gestão de crises após um crime corporativo. **Gestão & Produção**, v. 20, n. 4, p. 487-461, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-530X2013000400007&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 ago. 2016.

MERCHANT, K. A. **Fraudulent and questionable financial reporting**: a corporate perspective. Morristown, NJ: Financial Executives Research Foundation, 1987.

MILLER, G. S. The press as a watchdog for accounting fraud. **Journal of Accounting Research**, v. 44, n. 5, p. 1001-1033, dez. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1111/j.1475-679X.2006.00224.x>>. Acesso em: 16 set. 2016.

MONITOR DAS FRAUDES. **Fraudes contábeis e internas**. 2009. Disponível em: <<http://www.fraudes.org/showpage1.asp?pg=168>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

MOURA, G. D.; MECKING, D. V.; SCARPIN, J. E. Competitividade de mercado, ativos intangíveis e eficiência na combinação dos ativos fixos em companhias abertas listadas na BM&FBovespa. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 32, n. 3, p. 19-35, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/18406>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

MOURAD, N. A.; PARASKEVOPOULOS, A. **IFRS**: normas internacionais de contabilidade para bancos. São Paulo: Atlas, 2010.

MURCIA, F. D. R. **Relevância dos red flags na detecção do risco de fraudes nas demonstrações contábeis**: a percepção de auditores independentes brasileiros. 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90188/235645.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

MURCIA, F. D. R.; BORBA, J. A. Estrutura para detecção do risco de fraude nas demonstrações contábeis: mapeando o ambiente fraudulento. **BBR- Brazilian Business Review**, v. 4, n. 3, p. 171-190, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/20518>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

MURCIA, F. D. R.; BORBA, J. A. Um estudo das fraudes contábeis sob duas óticas: jornais econômicos versus periódicos acadêmicos no período de 2001-2004. **Revista de Contabilidade do Mestrado de Ciências Contábeis da UERJ**, v. 10, n. 2, p. 99-114, 2005. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rmccuerj/article/view/5601>>. Acesso em: 18 set. 2016.

MURCIA, F. D. R.; BORBA, J. A.; SCHIEHLL, E. Relevância dos *red flags* na avaliação do risco de fraudes nas demonstrações contábeis: a percepção de auditores independentes brasileiros. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 4, n. 1, p. 25-45, jan./mar. 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1170/117016814003.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

NELSON, M.; ELLIOTT, J.; TARPLEY, R. How are earnings managed? Examples from auditors. **Accounting Horizons**, Supplement, p. 17-35, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.301518>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

OLIVEIRA, A. Q.; SANTOS, N. M. B. F. Rodízio de firmas de auditoria: a experiência brasileira e as conclusões do mercado. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 18,

n. 45, p. 91-100, set/dez. 2007. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18n45/v18n45a09.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

OLIVEIRA, E. B. **Manipulação de resultados**: estudo de caso em um banco brasileiro. 279 f. Tese (Doutorado)- Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-12072016-113525/fr.php>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

OLIVEIRA, R. L. **Gestão de fraudes financeiras externas em bancos**. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós- Graduação em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-21122012-111004/pt-br.php>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

PALMROSE, Z. V.; SCHOLZ, S. The circumstances and legal consequences of non-GAAP reporting: evidence from restatements. **Contemporary Accounting Research**, v. 21, n. 1, p. 139-180, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1506/WBF9-Y69X-L4DX-JMV1>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

PARODI, L. **Manual das fraudes**. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

PAULA, L. F.; OREIRO, J. L.; BASILIO, F. A. C. Estrutura do setor bancário e o ciclo recente da expansão do crédito: o papel dos bancos públicos federais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, set./dez. 2013. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512013000300001>. Acesso em: 16 mar. 2017.

PELEIAS, R. I.; ANDRADE, P. R. M.; ALENCAR, L. B.; WEFFORT, E. F. J. Banco Paranaense – um problema de governança corporativa? **Gestão Organizacional**, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em:
<<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/1251>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

PERERA, L. C. J.; FREITAS, E. C.; IMONIANA, J. O. Avaliação do sistema de combate às fraudes corporativas no Brasil. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 11, n. 23, p. 03-30, mai./ago. 2014. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2014v11n23p3>>. Acesso em: 18 set. 2016.

PEROLS, J. L.; LOUGEE, B. A. The relations between earnings management and financial statements fraud. **Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting**, v. 27, n. 1, p. 39- 53, 2011. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1016/j.adiac.2010.10.004>>. Acesso em: 23 set. 2016.

PINHEIRO, V.; MARQUES, F. Em baixa, banco médio sai da bolsa. **Valor Econômico**. Publicado em: 15 mar. 2016. Disponível em:
<<http://www.valor.com.br/financas/4480816/em-baixa-banco-medio-sai-da-bolsa>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

PWC - PricewaterhouseCoopers. **Economic crime**: a threat to business processes. 2014. Disponível em: <<http://www.pwc.com/gx/en/economic-crime-survey/business-processes.jhtml>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

PWC - PricewaterhouseCoopers. **Global economic crime survey**. 2003. Disponível em: <www.pwcglobal.com/extweb/ncsurvers.nsf>. Acesso em: 07 jan. 2017.

PWC - PricewaterhouseCoopers. **Pesquisa global sobre crimes econômicos**. 2009. Disponível em: <<http://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/servicos/assets/consultoria-negocios/2009/pwc-gecs-pt-16.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

REINA, D.; NASCIMENTO, S.; REINA, D. R. M. A percepção dos auditores quanto à utilização dos *red flags* nas principais empresas de auditoria brasileiras. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 27, n. 2, p. 71–86, mai./ago. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/6172>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

REZAEI, Z. Causes, consequences, and deterrence of financial statement fraud. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 16, n. 3, p. 277-298, 2005. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/92fb/e56cd7fb447cedb47981d6a86904c7099799.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

REZAEI, Z. Forensic accounting: challenges and opportunities. **The Ohio CPA Journal**, p. 33-37, 1992. Disponível em: <oueverydaylife.com/challenges-forensic-accounting>. Acesso em: 15 jan. 2017.

RIBEIRO, A. A. D.; RODRIGUES, R. N.; PRAZERES, R. V.; ARAÚJO, J. G. Um estudo sobre a relevância da Contabilidade Forense como instrumento de investigação: a percepção de profissionais ligados ao combate à lavagem de capitais. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 45-75, jan./abr., 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/1132>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

RODRIGUES, L. F. **Evidência de gerenciamento de resultados em oferta pública de aquisição de ações de companhias abertas**: análise empírica das operações realizadas no Brasil no período de 2007 a 2012. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/12924>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

SÁ, A. L. **Normas internacionais e fraudes em contabilidade**: análise crítica introdutiva-geral e específica. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

SÁ, A. L. **Perícia contábil**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SÁ, A. L.; HOOG, W. A. Z. **Corrupção, fraude e contabilidade**. Curitiba: Juruá, 2005.

SANTI, P. A. **Introdução à auditoria**. São Paulo: Atlas, 1988.

SANTOS, F. M.; TEIXEIRA, A.; DALMACIO, F. Z. Impacto das flutuações econômicas no desempenho das empresas: estudo intra-setorial sob a perspectiva da teoria dos ciclos

econômicos. In: II Congresso ANPCONT, 2008, Salvador. **Anais...** Salvador, 2008. Disponível em: <congressos.anpcont.org.br/congressos-antigos/.../cue%20399%20-%20index3.php.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2017.

SANTOS, J. L.; SCHMIDT, P.; GOMES, M. J. M. **Fundamentos de auditoria contábil**. São Paulo: Atlas, 2006.

SANTOS, S. D.; FERREIRA, A. F.; SILVA, R. G. Auditoria das demonstrações contábeis: caso Panamericano. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <http://semanaacademica.org.br/auditorias-demonstracoes-contabeis-caso-panamericano>. Acesso em: 10 mar. 2017.

SAUNDERS, A. **Administração de instituições financeiras**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SCARPARO, A. F.; LAUS, A. M.; AZEVEDO, A. L. C. S.; FREITAS, M. R. I.; GABRIEL, C. S.; CHAVES, L. D. P. Reflexões sobre o uso da técnica *Delphi* em pesquisa na enfermagem. **Revista Rene**, v. 13, n. 1, p. 242-251, 2012. Disponível em: <www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/download/36/31>. Acesso em: 05 jul. 2017.

SCHIEHLL, E.; BORBA, J. A.; MURCIA, F. D. R. Financial accounting: an epistemological research note. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, n. 45, p. 83-90, set./dez., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772007000400008>. Acesso em: 14 ago. 2016.

SCHUMANN, H.; MARTIN, H-P. **A armadilha da globalização**. 4. ed. São Paulo: Globo, 1996.

SEC- Securities Exchange Commission. **Accounting and Auditing Enforcement Releases**. Disponível em: <<https://www.sec.gov/divisions/enforce/friactions.shtml>>. Acesso em: 12 out. 2017.

SELMÍ, P. Gerenciamento de riscos ainda é falho. **Valor Econômico**. Publicado em: 24 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/4912258/gerenciamento-de-riscos-ainda-e-falho>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

SIKKA, P. Financial crisis and the silence of the auditors. **Accounting, Organizations and Society**, v. 34, n. 1, p. 868-873, 2009. Disponível em: <<http://doi.org/10.1016/j.aos.2009.01.004>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

SILVA, A. H. C.; CARDOZO, J. S. S.; SANCOVSCHI, M.; CONDÉ, R. A. D. Teoria dos escândalos corporativos: uma análise comparativa de casos brasileiros e norte-americanos. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 105-108, jan./abr., 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5406>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. R. **Sistema financeiro**: uma análise do setor bancário brasileiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2007.

SILVA, R. M. **Contabilidade forense no Brasil: uma proposição de metodologia**. Dissertação (Mestrado em Controladoria Empresarial). Curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IPM_8b3749d87f9e7ac563fa3ba73a47ab65>. Acesso em: 19 set. 2016.

SKALAK, S. L.; GOLDEN, T. W.; CLAYTON, M. M.; PILL, J. S. **A guide to forensic accounting investigation**. 2. ed. New York: Wiley, 2011.

SMITH, G. R. Methodological impediments to researching serious fraud in Austrália and New Zealand. In: Evaluation in Crime and Justice: Trends and Methods Conference. **Anais...** Canberra, mar. 2003. Disponível em: <http://www.aic.gov.au/media_library/conferences/evaluation/smith.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017.

SMITH, M.; OMAR, N. H.; IDRIS, S. I. Z. S.; BAHARUDDIN, I. Auditor's perception of fraud risk indicators: Malaysian evidence. **Managerial Auditing Journal**, v. 20, n. 1, p. 73-86, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/02686900510570713>>. Acesso em: 18 set. 2016.

SUMMERS, S. L.; SWEENEY, J. T. Fraudulently misstated financial statements and insider trading: an empirical analysis. **The Accounting Review**, Sarasota, v. 73, n. 1, p. 131-146, jan. 1998. Disponível em: <<http://www.insiderslab.com/knowledge/fraudulentlyMisstatedFincialStatement.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

SUSMUS, T.; DEMIRHAN, D. Creative accounting: brief history and conceptual framework. In: Balkans and Middle East Countries Conference on Accounting and Accounting history, 3, 2013, p. 1-20. **Anais...** 2013. Disponível em: <<http://www.akademikbakis.org/eskisite/38/41.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

SUTHERLAND, E. H. White-collar criminality. **American Sociological Review**, v. 5, n. 1, p. 1-12, 1940. Disponível em: <<http://cooley.libarts.wsu.edu/criminology/Documents/sutherland.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

THOMAS, A. R.; GIBSON, K. M. Management is responsible, too. **Journal of Accountancy**, n. 1, p. 53-55, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.journalofaccountancy.com/issues/2003/apr/managementisresponsibletoo.html>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

TJSP- Tribunal de Justiça de São Paulo. **TJSP condena empresa de auditoria por fraude contábil no Banco Noroeste**. 2013. Disponível em: <https://tj-sp.jusbrasil.com.br/noticias/100666215/tjsp-condena-empresa-de-auditoria-por-fraude-contabil-no-banco-noroeste>>. Acesso em: 01 out. 2017.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VIANNA, N. W. H. **Subjetividade no processo de previsão**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/index.php?option=com_jumi&fileid=9&Itemid=159&lang=pt-br&id=3144&prog=3003&exp=0>. Acesso em: 27 set. 2017.

VIEIRA, C. A. M.; ARRUDA, M. P.; TAVARES, A. L. O impacto da inflação no endividamento das instituições financeiras brasileiras. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 1, n. 6, p. 28-44, 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/1212>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

WELLS, J. T. New approaches to fraud deterrence. **Journal of Accountancy**, v. 197, p. 72-76, 2004. Disponível em: <<http://www.journalofaccountancy.com/issues/2004/feb/newapproachestofrauddeterrence.html>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

WELLS, J. T. **Principles of fraud examination**. 2. ed. New Jersey: Wiley, 2008.

WOLFE, D. T.; HERMANSON, D. R. The fraud diamond: considering the four elements of fraud. **The CPA Journal**, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.uta.edu/faculty/subraman/EMBA-FTW2009/Articles/Fraud%20Diamond%20Four%20Elements.CPAJ2004.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

WORLD BANK. Brazil: report on the observance of standards and codes (ROSC): accounting & auditing. **World Bank**. Publicado em: 11 jun. 2013. Disponível em: <http://www.fgv.br/mailling/fgv_noticias/_pdfs/Report-on-the-Observance-of-Standards-ROSC.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

WRIGHT, J. T. C.; GIOVINAZZO, R. A. *Delphi*, uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. **Caderno de Pesquisa de Administração**, v. 1, n. 12, p. 54-65, 2000. Disponível em: <<http://regeusp.com.br/arquivos/C12-art05.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

WUERGES, A. F. E. **Deteção de fraudes contábeis: é possível quantificar os casos não-descobertos?** 2010. Dissertação (Mestrado em Administração). Curso de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94499>>. Acesso em: 19 set. 2016.

WUERGES, A. F. E.; BORBA, J. A. Accounting fraud detection: is it possible to quantify undiscovered cases? **SSRN Electronic Journal**. 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228261671_Accounting_Fraud_Detection_Is_it_Possible_to_Quantify_Undiscovered_Cases>. Acesso em: 20 mar. 2017.

WUERGES, A. F. E.; BORBA, J. A. Fraudes contábeis: uma estimativa da probabilidade de deteção. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 16, n. 52, p. 466-483, jul./set. 2014. Disponível em: <https://rbgn.fecap.br/RBGN/article/viewFile/1555/pdf_77>. Acesso em: 20 set. 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YU, X.; ZHENG, Y.; ZHANG, P. **Intra-industry effects of corporate scandals announcements**: evidence from China. Working paper, Nanjing University, 2010. Disponível em: <<http://www.capanet.net/download/2010papers/YZZ.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

APÊNDICE A: Questionário Primeira Rodada

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “**Antecedentes e características do risco de fraude contábil: uma análise multicaseos no setor bancário brasileiro**”, sob a responsabilidade das pesquisadoras Prof.^a Dr.^a Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade e Sabrina Rafaela Pereira Borges, ambas da FACIC/UFU.

Nesta pesquisa, buscamos investigar a opinião de especialistas sobre quais variáveis podem estar relacionadas ao risco de fraudes contábeis em instituições financeiras bancárias.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Prof.^a Dr.^a Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade, no formato eletrônico, de Junho a Julho de 2017. Ao acessar a plataforma o participante deverá concordar com o TCLE, antes de prosseguir com a navegação, mediante leitura da mensagem “ao clicar em sim, eu estou concordando em participar livremente e voluntariamente após ter sido esclarecido”. A partir do momento que clicar ‘sim’ terá acesso ao questionário da pesquisa a ser respondido, ficando registrado na plataforma que o participante concordou “sim” ao TCLE.

Na sua participação você deverá responder o questionário, via Plataforma Google Docs, sendo que a sua resposta e identidade serão preservadas.

Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa e sua resposta irá ajudar compreender o comportamento de bancos envolvidos em processos administrativos punitivos e/ou de intervenção do Banco Central, a partir de comparações com a literatura já existente, o que contribuirá para o esclarecimento dos principais conceitos relacionados ao risco de fraude contábil; bem como auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a identificar e avaliar o risco de relatórios financeiros fraudulentos. Em suma, nesta pesquisa não se pretende desenvolver uma teoria sobre o risco de fraude contábil, já que generalizações a partir de poucos casos não podem ser feitas, mas pretende-se apresentar ideias a serem testadas de forma mais sistemática em estudos futuros.

Os riscos que a pesquisa pode oferecer são: i) dificuldades dos participantes em utilizarem os recursos tecnológicos para participar da pesquisa; ii) ocorrer algum erro que atrapalhe o entendimento das questões propostas e iii) risco de identificação dos participantes. Para este último, cabe ressaltar que no momento de análise dos dados, todas as respostas serão analisadas em conjunto, o que fará com que não haja nenhuma identificação dos participantes.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Para tanto você pode acessar o link da plataforma sempre que necessário para visualizar e imprimir esta via do TCLE, bem como gerar um arquivo em pdf e salvar em seu computador. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Prof.^a Dr.^a Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade (maria.elisabeth@ufu.br), Av. João Naves de Ávila, nº 2121 - Campus Santa Mônica – Bloco 1F – Sala 205, Bairro Santa Mônica - 38.408-100 - Uberlândia – MG, (34) 3230-9471, e com Sabrina Rafaela Pereira Borges (sabrinarpb@yahoo.com.br), Rua dos Antúrios, 570, Cidade Jardim, Uberlândia-MG, CEP: 38412-100, também pelo telefone (34) 3230-9471. Poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, Campus Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP: 38408-100; fone: (34) 3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, dede 2017.

Assinatura dos pesquisadores

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa

INSTRUMENTO DE PESQUISA

Prezado (a)

A presente pesquisa tem por objetivo geral investigar as possíveis variáveis relacionadas ao risco de fraude contábil em três bancos brasileiros. Mais especificamente, os propósitos desta pesquisa são:

- Verificar quais as variáveis relacionadas ao risco de fraude contábil tratadas na literatura apresentam relação com as possíveis alterações nas demonstrações contábeis das instituições financeiras analisadas nos dois anos anteriores e

posteriores aos fatos que levaram o envolvimento das mesmas em processos administrativos punitivos e/ou de intervenção pelo Banco Central;

- Realizar uma comparação das principais alterações encontradas nas demonstrações contábeis dos três bancos analisados no período anterior e posterior aos fatos dos processos administrativos punitivos e/ou de intervenção pelo Banco Central;
- Comparar os indicadores econômico-financeiros de três bancos que sofreram à intervenção e/ou processos administrativos punitivos do Banco Central com os indicadores econômico-financeiros do setor bancário;
- Investigar a opinião de especialistas (professores, analistas financeiros e auditores) sobre quais variáveis podem estar associadas ao risco de fraudes contábeis em instituições financeiras bancárias;
- Estabelecer associações entre as variáveis encontradas nas demonstrações financeiras dos bancos analisados e as variáveis levantadas pelos especialistas pesquisados.

Sua participação e as suas informações são muito importantes para os resultados do meu trabalho e para a realização dos objetivos da pesquisa.

Agradecemos a sua colaboração,

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade

Mestranda: Sabrina Rafaela Pereira Borges

QUESTIONÁRIO PRIMEIRA RODADA

A literatura sobre fraude contábil sugere variáveis que podem estar relacionadas ao risco de fraudes contábeis nas organizações. Contudo, pouco se sabe sobre quais dessas variáveis possuem relação específica com as instituições financeiras bancárias, diante das particularidades contábeis desse setor. Diante disso, a partir da literatura e do estudo de caso de três bancos brasileiros envolvidos em processos administrativos punitivos e/ou intervenção pelo Banco Central, foram levantadas possíveis variáveis relacionadas ao risco de fraude contábil em bancos. Portanto, de acordo com a sua experiência no assunto, assinale Sim (S) ou Não (N) para cada uma das seguintes variáveis, que em sua opinião possuem maior relação com o risco de ocorrência de fraude contábil em bancos:

- a) Situação econômico-financeira da instituição financeira bancária: se refere à liquidez, estrutura de capital e rentabilidade.

Variável	S/N
Alta rentabilidade	
Baixa liquidez	
Alto endividamento	
Baixa relação caixa/total do ativo	
Prejuízos ou lucros menores que o esperado	
Alta margem líquida (<i>relação lucro líquido/receita de intermediação financeira</i>)	
Alta participação dos empréstimos (<i>relação de empréstimos/ativo total</i>)	
Alto giro do patrimônio líquido (<i>relação receitas/patrimônio líquido</i>)	

Por favor, sugira nas linhas abaixo, variáveis que em sua opinião, também possuem relação com a situação econômico-financeira da instituição financeira bancária e o risco de ocorrência de fraudes contábeis.

- b) Ambiente interno e externo dos bancos: se refere aos mecanismos de controle interno, auditoria, desempenho em comparação a outras instituições e processos contábeis na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Variável	S/N
Quem realiza a auditoria (<i>big four</i> ou não)	
Mudança de auditoria	
Não existência de um comitê de auditoria	
Muitas transações entre organizações de um mesmo grupo empresarial	
Fraca governança corporativa	
Existência de poucos mecanismos de controle da fraude	
Existência de plano de ações e bonificações para gestores	
Baixa proporção de diretores externos no Conselho de Administração	
Alto pagamento de dividendos	
Existência de infrações contábeis na CVM (processos sancionadores administrativos e/ou pedidos de refazimento das demonstrações contábeis)	
Muitos indicadores econômico-financeiros abaixo do setor bancário	
Existência de crescimento e/ou aumento no valor de mercado	

Por favor, sugira nas linhas abaixo, variáveis que em sua opinião, também possuem relação com o ambiente interno e externo da instituição financeira bancária e o risco de ocorrência de fraudes contábeis.

- c) Natureza da conta contábil bancária: se refere às contas de Ativo Circulante, Ativo não Circulante, Passivo Circulante, Passivo não Circulante, Receitas, Despesas e Resultados.

Variável	S/N
Aplicações no Mercado Aberto e Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	
Recebimentos Antecipados de Parcelas de Contratos Cedidos	
Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis e Repasses Financeiros	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	
Contas classificadas como “Diversos” ou “Outros”	
Participações em Coligadas e Controladas	
Depósitos a Prazo	
Depósitos à Vista	
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	
Instrumentos Financeiros Derivativos	
Reservas de Lucros	
Resultados de Exercícios Futuros	
Receitas de Prestação de Serviços	
Rendas de Tarifas Bancárias	
Contas associadas a Seguros	
Despesas Tributárias	
Despesas de Pessoal	
Resultado Operacional	
Resultado não Operacional	

Por favor, sugira nas linhas abaixo, contas patrimoniais e de resultados que, em sua opinião, possuem relação com o risco de ocorrência de fraudes contábeis em bancos.

APÊNDICE B: Questionário Segunda Rodada

Caro especialista,

Renovamos nossos agradecimentos pela sua participação na pesquisa. Ressaltamos que na primeira rodada apareceram várias sugestões que foram analisadas e acrescentadas na lista das variáveis relacionadas ao risco de fraude contábil em bancos. Em relação às variáveis da primeira rodada, continuaram aquelas que obtiveram pelo menos 50% de aceitação do grupo quanto à relação com o risco de fraude contábil. Portanto, para esta fase, solicitamos que avalie a importância dessas variáveis para o risco de ocorrência da fraude contábil em instituições financeira bancárias, atribuindo uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) a cada uma delas, sendo 10 a maior importância e 0 sem importância. Sinta-se a vontade para fazer qualquer comentário a respeito de cada uma das variáveis.

a) Situação econômico-financeira da instituição financeira bancária

Variável	Nota	Comentários
Alta rentabilidade		
Baixa liquidez		
Alto endividamento		
Prejuízos menores que o esperado		
Lucros menores que o esperado		
Alta margem líquida (<i>relação lucro líquido/receita de intermediação financeira</i>)		
Alto retorno sobre o patrimônio líquido (<i>relação lucro líquido/patrimônio líquido</i>)		
Alta lucratividade dos ativos (<i>relação receita de intermediação financeira/ativo</i>)		
Alta participação dos empréstimos (<i>relação de empréstimos/ativo total</i>)		
Alta margem financeira (<i>relação resultado bruto/ ativo total</i>)		
Alto grau de imobilização do capital		
Alta independência financeira (<i>relação patrimônio líquido/ativo total</i>)		
Descasamentos entre ativos e passivos (<i>asset liability management em stress</i>)		
Índice de Basileia abaixo dos limites (<i>indicador mostra o quanto um banco pode emprestar em relação ao seu capital</i>)		
Indicadores ruins de riscos de crédito e riscos de tesouraria		

b) Ambiente interno e externo dos bancos

Variável	Nota	Comentários
Quem realiza a auditoria (<i>big four</i> ou não)		
Mudança de auditoria		
Comentários dos auditores independentes sobre a eficácia dos controles internos		
Não existência de um comitê de auditoria		
Ambiente de alta competição/ pressão por desempenho		
Pressão do ambiente regulatório		
Influência do ambiente econômico		
Manutenção da carteira de clientes/ baixo giro da carteira de crédito		
Muitas transações entre organizações de um mesmo grupo empresarial		
Fraca governança corporativa		
Existência de poucos mecanismos de controle da fraude		
Excesso de procedimentos de controle e gerenciamento de riscos		
Existência de plano de ações e bonificações para gestores		
Baixa proporção de diretores externos no Conselho de Administração		
Reputação dos gestores no mercado de crédito		
Existência de infrações contábeis na CVM (processos sancionadores administrativos e/ou pedidos de refazimento das demonstrações contábeis)		

- c) Natureza da conta contábil bancária: as nomenclaturas se referem ao padrão BR GAAP

Variável	Nota	Comentários
Recebimentos Antecipados de Parcelas de Contratos Cedidos		
Operações de Crédito (<i>empréstimos e financiamentos</i>)		
Operações de Arrendamento Mercantil		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		
Contas classificadas como “Diversos” ou “Outros”		
Participações em Coligadas e Controladas		
Intangíveis		
Ativo Diferido		
Obrigações Fiscais e Previdenciárias		
Instrumentos Financeiros Derivativos		
Resultados de Exercícios Futuros		
Receitas de Prestação de Serviços		
Contas associadas a Seguros		
Resultado Operacional		
Resultado não Operacional		

APÊNDICE C: Questionário Terceira Rodada

Caro especialista,

Renovamos mais uma vez nossos agradecimentos pela sua participação na pesquisa. Na rodada anterior, pedimos que fosse avaliada uma lista de variáveis relacionadas ao risco de fraude contábil em bancos. A partir das notas atribuídas pelos pesquisados, somente sete variáveis apresentaram um maior nível de consenso pelo grupo, ou seja, possuíram um Coeficiente de Variação abaixo de 15% ou entre 15% e 30%.

Nesta terceira e última rodada, apresentamos novamente o mesmo questionário, porém, somente com aquelas variáveis que ainda apresentam alta dispersão nas respostas. Assim, a partir da média das notas da comissão dos especialistas da rodada anterior, pedimos que responda as seguintes questões:

1) Quanto à situação econômico-financeira da instituição financeira bancária, quais seriam as **cinco** variáveis, que em sua opinião, apresentam **maior** relação com o risco de fraude contábil em bancos:

- () Alta rentabilidade (Média = 6,0)
- () Baixa liquidez (Média = 6,6)
- () Alto endividamento (Média = 6,8)
- () Prejuízos menores que o esperado (Média = 5,3)
- () Lucros menores que o esperado (Média = 7,1)
- () Alta margem líquida (Média = 5,5)
- () Alto retorno sobre o patrimônio líquido (Média = 6,0)
- () Alta lucratividade (Média= 5,8)
- () Alta participação dos empréstimos (Média= 6,6)
- () Alta margem financeira (Média= 6,1)
- () Alto grau de imobilização (Média= 5,4)
- () Alta independência financeira (Média= 4,6)
- () Descasamentos entre ativos e passivos (Média= 7,0)
- () Índice de Basiléia abaixo dos limites (Média= 5,3)
- () Indicadores ruins de risco de crédito e riscos de tesouraria (Média= 7,1)

2) Quanto à situação econômico-financeira da instituição financeira bancária, quais seriam as **cinco** variáveis que, em sua opinião, apresentam **menor** relação com o risco de fraude contábil em bancos:

- () Alta rentabilidade (Média = 6,0)
- () Baixa liquidez (Média = 6,6)
- () Alto endividamento (Média = 6,8)
- () Prejuízos menores que o esperado (Média = 5,3)
- () Lucros menores que o esperado (Média = 7,1)
- () Alta margem líquida (Média = 5,5)
- () Alto retorno sobre o patrimônio líquido (Média = 6,0)
- () Alta lucratividade (Média= 5,8)
- () Alta participação dos empréstimos (Média= 6,6)
- () Alta margem financeira (Média= 6,1)
- () Alto grau de imobilização (Média= 5,4)
- () Alta independência financeira (Média= 4,6)

- () Descasamentos entre ativos e passivos (Média= 7,0)
- () Índice de Basiléia abaixo dos limites (Média= 5,3)
- () Indicadores ruins de risco de crédito e riscos de tesouraria (Média= 7,1)

3) Quanto ao ambiente externo e interno dos bancos, quais seriam as **três** variáveis que, em sua opinião, apresentam **maior** relação com o risco de fraude contábil em bancos:

- () Quem realiza a auditoria (Média = 6,6)
- () Mudança de auditoria (Média = 6,7)
- () Comentários dos auditores independentes sobre a eficácia dos controles internos (Média = 6,4)
- () Pressão do ambiente regulatório (Média = 6,2)
- () Influência do ambiente econômico (Média = 6,4)
- () Manutenção da carteira de clientes (Média = 5,5)
- () Excesso de procedimentos de controle (Média= 4,6)
- () Existência de planos de ações e bonificações para gestores (Média= 6,7)
- () Reputação dos gestores no mercado de crédito (Média= 6,1)
- () Existência de infrações contábeis na CVM (Média= 7,3)

4) Quanto ao ambiente externo e interno dos bancos, quais seriam as **três** variáveis que, em sua opinião, apresentam **menor** relação com o risco de fraude contábil em bancos:

- () Quem realiza a auditoria (Média = 6,6)
- () Mudança de auditoria (Média = 6,7)
- () Comentários dos auditores independentes sobre a eficácia dos controles internos (Média = 6,4)
- () Pressão do ambiente regulatório (Média = 6,2)
- () Influência do ambiente econômico (Média = 6,4)
- () Manutenção da carteira de clientes (Média = 5,5)
- () Excesso de procedimentos de controle (Média= 4,6)
- () Existência de planos de ações e bonificações para gestores (Média= 6,7)
- () Reputação dos gestores no mercado de crédito (Média= 6,1)
- () Existência de infrações contábeis na CVM (Média= 7,3)

5) Quanto à natureza da conta contábil bancária, quais seriam as **cinco** contas que, em sua opinião, apresentam **maior** relação com o risco de fraude contábil em bancos:

- () Recebimentos Antecipados de Parcelas de Contratos Cedidos (Média = 6,6)
- () Operações de Crédito (Média = 5,8)
- () Operações de Arrendamento Mercantil (Média = 4,7)
- () Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Média = 6,7)
- () Participações em Coligadas e Controladas (Média = 6,5)
- () Intangíveis (Média = 5,5)
- () Ativo Diferido (Média= 4,6)
- () Obrigações Fiscais e Previdenciárias (Média= 4,9)
- () Instrumentos Financeiros Derivativos (Média= 6,5)
- () Resultados de Exercícios Futuros (Média= 5,1)
- () Receitas de Prestação de Serviços (Média= 5,3)
- () Contas associadas a Seguros (Média= 4,8)
- () Resultado Operacional (Média= 5,4)

() Resultado não Operacional (Média= 5,7)

6) Quanto à natureza da conta contábil bancária, quais seriam as **cinco** contas que, em sua opinião, apresentam **menor** relação com o risco de fraude contábil em bancos:

- () Recebimentos Antecipados de Parcelas de Contratos Cedidos (Média = 6,6)
- () Operações de Crédito (Média = 5,8)
- () Operações de Arrendamento Mercantil (Média = 4,7)
- () Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Média = 6,7)
- () Participações em Coligadas e Controladas (Média = 6,5)
- () Intangíveis (Média = 5,5)
- () Ativo Diferido (Média= 4,6)
- () Obrigações Fiscais e Previdenciárias (Média= 4,9)
- () Instrumentos Financeiros Derivativos (Média= 6,5)
- () Resultados de Exercícios Futuros (Média= 5,1)
- () Receitas de Prestação de Serviços (Média= 5,3)
- () Contas associadas a Seguros (Média= 4,8)
- () Resultado Operacional (Média= 5,4)
- () Resultado não Operacional (Média= 5,7)